

# REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL

204

## 30 anos de **DPH**

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO  
DA CIDADE DE SÃO PAULO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
Prefeito Gilberto Kassab

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA  
Secretário Carlos Augusto Calil

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO  
Diretor Walter Pires

DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL  
Diretora Liliane Schrank Lehmann

REVISTA DO  
ARQUIVO MUNICIPAL

204

30 anos de  
**DPH**

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO  
DA CIDADE DE SÃO PAULO

1975 - 2005

São Paulo  
2006

© Copyright

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO/DPH

Av. São João, 473/ 8º andar

01035-000 - São Paulo - SP

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Diretor Walter Pires

DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL

Diretora Liliane Schrank Lehmann

Praça Coronel Fernando Prestes, 152 - Luz - São Paulo/SP

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL

FICHA CATALOGRÁFICA PREPARADA PELA SEÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO/DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO

ISSN 0034.9216

Rev. Arq. Mun.	São Paulo	v. 204	p. 1-192	2006
----------------	-----------	--------	----------	------

Revista do Arquivo Municipal / Departamento do Patrimônio Histórico. Ano 1, nº 1 (1934) - São Paulo: DPH, 1934 - v.; 23 cm.

Irregular.

I. São Paulo (SP). Departamento do Patrimônio Histórico.

CAPA:

1. Ginástica, Parque Infantil Pedro II, 1937. Foto de Benedito Junqueira Duarte.
2. Fragmento de louças. Acervo arqueológico, 2004. Foto de KWR2.
3. Planta da Cidade de São Paulo, 1881. Cia. Cantareira e Esgotos.
4. Igreja do Sagrado Coração de Jesus, 2005. Foto de Chico Saragiotto.
5. Solar da Marquesa de Santos, 2003. Foto de Marcia Alves.
6. Monumento a Francisco Miranda, 2006. Foto de Chico Saragiotto.
7. Edifício Ramos de Azevedo, 2006. Foto de Chico Saragiotto.

TIRAGEM: 4.000 exemplares

IMPRESSO NO BRASIL – PRINTED IN BRAZIL

DEPÓSITO LEGAL NA BIBLIOTECA NACIONAL, CONFORME DECRETO nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	7
<b>Depoimento</b> .....	9
Murillo Marx	
<b>A vila de São Paulo do Campo e seus caminhos</b> .....	11
Eudes Campos	
<b>Os nomes das ruas: breve história de um patrimônio sempre em risco</b> .....	35
Luís Soares de Camargo	
<b>O processo de formação do Parque do Ibirapuera</b> .....	49
Manuella Marianna Andrade	
<b>O Arquivo na Prefeitura Municipal às vésperas de seu centenário</b> .....	67
Rosiane Maria de Melo	
<b>De programa turístico a projeto educacional : o histórico do Serviço Educativo da Divisão de Iconografia e Museus</b> .....	89
Emília Maria de Sá	
<b>Capela do Morumbi: o arcaico, o moderno e o contemporâneo</b> .....	97
Deborah B.B. da Costa Faria Nelson Somma Junior	
<b>Imagem fotográfica da cidade: a memória iconográfica em perspectiva</b> .....	107
Márcia Alves Rosely Aparecida Daltério	

<b>Museu da Cidade de São Paulo: as mudanças éticas sonhadas por Mário de Andrade . . . . .</b>	<b>119</b>
Maria Cristina Oliveira Bruno	
<b>O Departamento do Patrimônio Histórico e a Arqueologia no Município de São Paulo: 1979-2005 . . . . .</b>	<b>129</b>
Astolfo Gomes de Mello Araujo	
Maryzilda Couto Campos	
Lúcia Cardoso Oliveira Juliani	
<b>Obras de arte em logradouros públicos do município de São Paulo: a atuação do DPH na gestão do patrimônio cultural paulistano . . . .</b>	<b>139</b>
Fatima Martin Rodrigues Ferreira Antunes	
Maria Lúcia Perrone Passos	
<b>Bela Vista: a preservação e o desafio da renovação de um bairro paulistano . . . . .</b>	<b>151</b>
Clara Correia d'Alambert	
Paulo César Gaioto Fernandes	
<b>O IGEPAC-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço . . . . .</b>	<b>169</b>
Mirthes I.S. Baffi	

# Apresentação

A Revista do Arquivo Municipal (RAM) nº 204 lembra os 30 anos de existência do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura (DPH). Criado através da Lei nº 8.252, de 20 de maio de 1975, passou desde então a contar com a estrutura técnico-administrativa que mantém até hoje.

Dentro da nossa política de divulgação do patrimônio cultural paulistano, este número da RAM reúne um conjunto de contribuições das três divisões técnicas que constituem o DPH, e conta com a abertura em forma de depoimento de um importante convidado: o Prof. Murillo Marx, primeiro diretor do Departamento do Patrimônio Histórico/SMC. O tema do presente número, envolvendo a história do Departamento, comporta informações produzidas a partir das atividades desenvolvidas hoje, e tem por objetivo divulgar o trabalho técnico de uma das instituições culturais mais relevantes da cidade.

O atual número da RAM inicia-se com quatro contribuições da Divisão do Arquivo Histórico Municipal<sup>1</sup>, representada pelo artigo do arquiteto e pesquisador Eudes Campos, dedicado à revisão historiográfica acerca dos mais antigos caminhos paulistanos; pelo trabalho do historiador Luís Soares de Camargo, dedicado ao patrimônio dos nomes das ruas de nossa cidade, e por dois artigos que discorrem sobre pesquisas elaboradas na Divisão: a análise de projetos e plantas elaborados no período de formação do Parque do Ibirapuera, da autoria da arquiteta Manuella Mariana de Andrade, e a história detalhada

---

1 A Comissão Editorial da Revista do Arquivo Municipal, de acordo com as normas divulgadas oficialmente, selecionou quatro trabalhos por Divisão Técnica, conforme Ata publicada no DOC do dia 5/10/2005.

do Arquivo Histórico Municipal – suas mudanças, atividades e projetos –, sob a responsabilidade da socióloga Rosiane Maria de Melo.

A Divisão de Iconografia e Museus está presente também com quatro artigos: o primeiro, de Emília Maria de Sá, nos fala do Serviço Educativo; o segundo, de Deborah Costa Faria e Nelson Somma Junior, faz um apanhado das mostras artísticas ocorridas na Capela do Morumbi; o terceiro é uma análise feita por Márcia Alves e Rosely Daltério sobre a memória iconográfica da cidade e o quarto versa sobre o projeto do Museu da Cidade de São Paulo, uma das iniciativas da DIM, de autoria da Prof<sup>a</sup>. Maria Cristina Bruno.

Por fim, a Divisão de Preservação apresenta igualmente seus quatro artigos: um deles sobre a formação da equipe de Arqueologia dentro do DPH no período de 1975 a 2005, de autoria de Astolfo Gomes de Mello Araújo, Maryzilda Couto Campos e Lúcia Juliani; um outro, de Fátima Antunes e Maria Lúcia Perrone, traça um panorama do gerenciamento das obras de arte em logradouros públicos; o terceiro, voltado para as ações de proteção do bairro da Bela Vista e seu tombamento, é de autoria de Clara d'Alambert e Paulo César Fernandes, e, encerrando a publicação, o quarto artigo, da arquiteta Myrthes Baffi, trata dos trabalhos de inventariação e levantamentos executados na Divisão de Preservação.

Procuramos selecionar artigos que não só reflitam as diversas atividades das divisões do DPH, seus diferentes projetos e linhas de pesquisas, como também divulguem seus importantíssimos acervos. A presente publicação pretende fazer um balanço das atividades desenvolvidas na área do Patrimônio Cultural da cidade e aponta o caminho futuro, em direção a avanços significativos que venham a ser alcançados nessa candente questão.

Antes de encerrar, gostaríamos de agradecer sinceramente aos autores, e a todos os técnicos das três Divisões que enviaram textos para a Revista. E, principalmente, aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal e à Seção Técnica de Divulgação e Publicação do DPH.

# Depoimento

Murillo Marx

O Departamento de Cultura paulistano nasceu pretensioso há 70 anos. Pretensão de seus desígnios e primeiros passos. A Secretaria Municipal de Cultura herdaria um fôlego surpreendente e um perfil quarentão com poucos retoques e aderências. Logo, criaria ainda os Departamentos de Informação e Documentação Artísticas e do Patrimônio Histórico.

O Departamento do Patrimônio Histórico-DPH comemora também seus 30 anos. É o primeiro serviço técnico de preservação municipal brasileiro, concebido à imagem decana do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, desdobramento no governo federal do Departamento de Cultura. Enfeixa, entretanto, atribuições mais diversificadas: registros escritos e imagéticos, testemunhos materiais, ambiente urbano.

Sua Divisão do Arquivo Histórico Washington Luís precede um excelente organograma. Em seu nome atual, a inadequação do “histórico” para um arquivo de custódia em qualquer sistema e o desaparecimento do “social” na unção dos anos 30. Imprecisão e retrocesso que ignoram, entre tantos, o compromisso estatístico que legou também a outro herdeiro federal, o IBGE.

Esta *Revista do Arquivo Municipal* ecoou a pretendida observação e análise social de seus primeiros tempos e do passado. Daí o documentar vanguardeiro foto e filmográfico que se restringiu, paulatinamente, às cerimônias e efemérides oficiais, ou sob a batuta da Comissão do IV Centenário mais tarde, à incorporação das casas e acervos da Divisão de Iconografia e Museus-DIM.

Nova, com o advento do Patrimônio Histórico, despojado ainda do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo-CONPRESP, foi a Divisão de Preservação. Calcada no combate do serviço

federal e nos nascentes órgãos estaduais, como o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado–CONDEPHAAT, exhibe estrutura modelar para o reconhecimento, a proteção e a revitalização de bens culturais e conjuntos urbanos.

Em nosso outro tempo de mudança profunda e avassaladora, o espírito inovador que animou o septuagenário Departamento de Cultura desta cidade de São Paulo representa exemplo e alerta. Pelos prontos desdobramentos nacionais como a “Missão Folclórica” ao nordeste, como a concepção do bravo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Movimento cultural antes que repartição pública.

# A vila de São Paulo do Campo e seus caminhos

Eudes Campos

O presente texto é fruto da convivência que mantemos há mais de vinte e cinco anos com a história da cidade de São Paulo. Primeiramente, atuamos como técnico da Supervisão de Áreas e Estudos Especiais na antiga Cogep, hoje Secretaria Municipal de Planejamento (1978-1987). Depois, como técnico da Seção de Crítica e Tombamento, da Divisão de Preservação do Departamento do Patrimônio Histórico (1987-1995). A seguir, como técnico da Seção de Levantamento e Pesquisa (1996-1998), dessa mesma Divisão. E, atualmente, como pesquisador da Divisão do Arquivo Histórico Municipal, lotado na Seção de Estudos e Pesquisas (1998-2005), onde elaboramos estudos de caráter histórico baseados na documentação custodiada pelo Arquivo Histórico Municipal e voltados para a exploração de diferentes aspectos do desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo, com o objetivo entre outros de divulgar o rico acervo do Arquivo entre os especialistas e o público em geral.

Nosso interesse pelos antigos caminhos de São Paulo tornou-se particularmente aguçado quando, na Divisão de Preservação, participamos do IGEPAC-SP relativo às áreas do Centro Velho e do Centro Novo, entre outras. No Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Cidade de São Paulo executado na Divisão de Preservação do Departamento do Patrimônio Histórico, assumimos a responsabilidade pelo estudo da evolução urbana de tais áreas da cidade e em decorrência disso nos deparamos com a importância dos antigos caminhos, pois muitos deles persistem sob a forma de ruas e avenidas, e é ao longo deles muitas vezes que se dá ainda hoje a expansão da ocupação urbana dentro dos limites do município.

Nesse gênero de estudo – e o presente trabalho é prova incontestável disso –, tivemos de nos debruçar freqüentemente sobre as famosas Atas da Câmara da cidade de São

Paulo. As Atas constituem uma documentação primária de valiosíssima e imprescindível leitura para todo aquele que se sente atraído pela história paulistana num período que abrange quase trezentos e cinquenta anos, 1562-1909, e seus inestimáveis manuscritos se acham sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. Nome muito apropriadamente atribuído ao Arquivo em 1969, já que foi justamente esse prefeito da cidade de São Paulo, historiador ele também, quem decidiu com muito acerto e descortino mandar transcrever as antigas Atas e publicá-las a partir de 1914.

Pode-se afirmar que o que dissemos acima em relação ao extraordinário valor das Atas da Câmara como fonte primária fundamental para o estudo da história da capital paulista, sobretudo nos seus primeiros séculos, já é de há muito de pleno conhecimento público. Para a ampla vulgarização dessa coleção documental muito contribuiu o conhecido historiador Afonso d'Escragnonle Taunay (1876-1958), que no decorrer de sua vida produziu uma larga obra historiográfica, quase inteiramente dedicada à cidade de São Paulo, a partir da reverente leitura da documentação camarária paulopolitana. Exemplo depois seguido por vários outros estudiosos que recorreram, e continuam a recorrer, às velhas Atas para delas extrair os mais ínfimos indícios que os orientem na árdua tarefa de tentar reconstituir a vida dos paulistanos de mais de quatrocentos anos atrás. E, como poderemos constatar no estudo aqui presente, é ainda das Atas da Câmara (e não só delas, mas também do Registro Geral e das Cartas de Datas, outras coleções documentais produzidas na antiga Câmara paulistana, e das *Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil*, publicadas por ocasião dos festejos do IV Centenário de São Paulo) que provêm alguns dados importantes para os quais ainda não atentaram os historiadores atuais, muitos deles arquitetos, recentemente interessados na reconstituição da conformação urbana da cidade de São Paulo nos seus primeiros tempos.

## Introdução

O estudo sobre os caminhos quinzentistas de São Paulo e o traçado das mais antigas ruas da cidade passou a chamar a atenção de historiadores especializados na história paulistana a partir do final do século XIX. Durante certo tempo relegado ao esquecimento, o assunto acabou recentemente retomado por alguns estudiosos, estimulados pela aproximação do 450º aniversário da cidade. De nossa parte, como dissemos anteriormente, temos desenvolvido ao longo de vários anos uma pesquisa independente que nos possibilitou alcançar um ponto de vista interpretativo sintético, a partir da revisão bibliográfica atualizada e da leitura minuciosa dos primeiros volumes das Atas da Câmara da Vila de São Paulo. E nossa concordância ou não com as conclusões a que chegaram aqueles estudiosos levou-nos à redação do presente artigo.

## A fundação da casa jesuítica de São Paulo

As razões que conduziram à criação de uma casa jesuítica no planalto paulistano estão claramente expressas nas cartas dos primeiros jesuítas do Brasil. Estabelecidos num colégio havia pouco fundado em São Vicente, os padres da Companhia de Jesus, liderados por Manuel da Nóbrega, foram levados pelas circunstâncias a criar um núcleo de

catequese no planalto localizado serra-acima. Aí se manteriam em permanente contato com os índios locais que então pediam para ser catequizados e estariam mais próximos do caminho que em breve pretendiam trilhar até o Paraguai (LEITE, 1956-1958, v.1, p. 496). Nessa região distante viviam os carijós, gentio que, por sua dócil natureza, diziam ser de fácil conversão (LEITE, v.1, p. 493-496).

Em fins de agosto de 1553, Nóbrega visitou a recém-criada aldeia em que se concentravam os índios em processo de conversão, separados dos demais (LEITE, v.1, p. 522-523). A seu pedido, Tibiriçá e seus comandados ergueram uma pequena e modesta choupana, onde em janeiro seguinte vieram morar alguns dos jesuítas (LEITE, v.2, p. 110-111 e nota n.36).

A escolha de um sítio apropriado no campo para a localização do núcleo de catequese – “em muito bom sítio posto, o melhor da terra”, diria o Padre Manuel da Nóbrega em carta de 1556 (LEITE, v.2, p. 84) – teve de levar vários fatores em consideração. Entre eles dois muito importantes: a topografia e a hidrografia. O assentamento em acrópole, muitos metros acima do nível dos cursos d’água que banhavam o sopé da colina sobre a qual se ergueria o aldeamento jesuítico (chamada Inhapuambuçu – monte que se vê de longe, segundo alguns), permitia aos moradores gozar não apenas de uma pureza de ares característica dos lugares altos, como também de algumas vantagens do ponto de vista defensivo, tais como, um vasto descortinamento dos arredores e uma ampla proteção proporcionada pelas íngremes escarpas voltadas para o Rio Tamanduateí e para o Ribeirão Anhangabaú (PETRONE, 1995, p. 137-140).

Os historiadores alegam ainda razões de subsistência para justificar a escolha do sítio da nova aldeia. Não devemos nos esquecer que, com a chegada dos europeus transferidos de Santo André, em 1560, os campos planaltinos se mostrariam muito favoráveis à criação de animais domésticos, sobretudo de gado vacum, nas pastagens alagadiças situadas a nordeste, próximas das margens do Tietê e do Tamanduateí (Guaré), e que a pesca foi também uma atividade econômica de grande relevância para a nascente povoação. O próprio Padre Manuel de Nóbrega fazia questão de ressaltar, em carta de 1556, que a aldeia de Piratininga estava provida “de toda abundância que na terra pode aver” (LEITE, v.2, p. 284).

O que não se via até há pouco suficientemente ressaltado, contudo, como um dos fatores determinantes da escolha do local onde depois se fixaria a nova casa jesuítica – com a grande exceção de Pasquale Petrone (PETRONE, p.140-141) talvez –, era a preexistência nas imediações de um intrincado sistema de trilhas indígenas que cortavam em todos os sentidos a lombada interfluvial. Essas veredas poriam os irmãos da Companhia em comunicação direta com o litoral vicentino, com as aldeias planaltinas dos índios aliados e com o distante Paraguai, cujo fascínio durante muito tempo manteve bem aceso o fervor catequético dos inacinos, sobretudo do Padre Manuel da Nóbrega.

Cumprido, porém, chamar a atenção para um ponto controvertido acerca do modo como se deu a escolha do sítio onde foi erguida a casa jesuítica no planalto piratiningano. Índícios nos levam a pensar que, contrariamente à história oficial divulgada pelos jesuítas, foram os próprios índios desejosos de serem convertidos pelos padres da Companhia que se teriam reunido, sozinhos, numa aldeia, sem contar para a escolha de sua localização com a presença ou, quem sabe, sequer com a orientação de Nóbrega e seus companheiros (AMARAL, 1971,v.1, p. 128-129). No primeiro semestre de 1553, três núcleos indígenas haviam expressado ao padre o desejo de se reunir numa só povoação para serem convenientemente doutrinados e convertidos. Nóbrega acedeu a esse pedido,

mas só visitou a nova aldeia em agosto desse ano, fazendo então 50 catecúmenos entre os índios nela estabelecidos. Ao contrário do que acontecera meses antes, em Porto Seguro, quando Nóbrega fora pessoalmente escolher o local da nova casa jesuítica, acompanhado do Governador-Geral Tomé de Sousa e de alguns principais da região (LEITE, v.1. p. 427), pode muito bem ter o padre deixado, no caso aqui considerado, a cargo dos próprios aborígenes a escolha do sítio onde depois surgiria a cidade de São Paulo. O fato é que, naquela altura, se cogitava apenas da criação de uma simples aldeia de índios que pretendiam ser convertidos e não de uma casa de catequese sob a responsabilidade dos jesuítas. Prova disso seria a carta datada de 31 de agosto de 1553, escrita na nova aldeia, em que Nóbrega nada diz acerca da criação de uma casa de catequese no planalto (LEITE, v.1, p. 522-527). É possível que essa idéia só tenha ocorrido ao padre algum tempo depois. Aliás, cabe assinalar que Nóbrega não levava muito a sério a doutrinação dos índios do planalto. Em carta anterior, datada de 15 de junho de 1553, afirmava com todas as letras que só se ocuparia na conversão desses índios, enquanto estivesse impedido de se internar em definitivo no sertão (LEITE, v.1, p. 496).

Na hipótese de ser verdade que foram os índios os únicos responsáveis pela escolha do lugar de sua nova aldeia no planalto – local esse depois plenamente aceito e ratificado pelos jesuítas, podemos supor – fica mais fácil compreender o grande acerto com que desempenharam tal missão. Com efeito, na condição de silvícolas planaltinos, profundamente familiarizados com a região, eram eles os mais capacitados para determinar o ponto mais favorável para a criação de um novo povoado. Por uma questão de sobrevivência, só poderiam decidir-se por um local em acrópole (o que parece ter sido uma tradição entre os nossos índios antigos), próximo de rios piscosos e de trilhas que os poriam em fácil comunicação terrestre com pontos estratégicos ocupados por aldeias amigas.

É flagrante o contraste entre o destino da futura cidade de São Paulo, presumidamente criada por índios, e o da Vila de Santo André da Borda do Campo, criada pelo Padre Leonardo Nunes (LEITE, v.1, p. 208) e elevada a vila em 1553 por ordem de Tomé de Sousa. Mal localizada em termos estratégicos, esta povoação não vingaria. Extinta sete anos depois de fundada, teve, a pedido dos próprios habitantes de Santo André, seu foral de vila transferido para o núcleo piratiningano, onde desde alguns anos uns poucos jesuítas viviam no meio de índios convertidos.

## Nas proximidades da casa jesuítica, uma encruzilhada de verdadeiras pré-cabralinas

De todas as trilhas indígenas que percorriam o planalto a mais célebre é, sem dúvida, o Peabiru. De importância continental, desde remotas eras pré-colombianas essa grande artéria sul-americana unia à costa atlântica a populosa mesopotâmia paraguaia, habitada pelos índios carijós ou guaranis. Formada de um tronco e várias ramificações, uma delas atingia a região vicentina, regularmente freqüentada pelos tupiniquins, moradores do planalto paulistano (PETRONE, p. 35-44). Consistindo numa picada de 200 léguas (1200 km) de extensão, este último ramal, segundo a descrição do Padre Lozano S. J., possuía oito palmos de largura (1,76m) e seu leito, forrado por uma gramínea que impedia o crescimento de outra vegetação, apresentava um rebaixamento de 40 centí-

metros em média em relação ao solo adjacente. Posteriormente chamada pelos jesuítas de Caminho de São Tomé (identificado com Sumé, o herói civilizador do mito tupi), a famosa trilha permitiu que, em sentido contrário, a partir da costa brasileira os conquistadores atingissem o Paraguai e desse ponto fosse possível alcançar as fabulosas riquezas do longínquo Peru (HOLANDA, 2000, p. 142-144).

Tal fato revela que, naquele tempo, além do intenso desejo dos jesuítas de ir converter os carijós, havia uma fortíssima motivação política e econômica a instigar a penetração lusa em direção à região paraguaia. A questão das Molucas, provocada no Oriente pelos espanhóis, fizera recuar a linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas para o Ocidente. No Brasil, essa linha deveria retroceder também para o Ocidente, de maneira a deixar os mesmos 180° de cada parte. Com esse deslocamento, imaginavam os portugueses, Assunción, cidade espanhola erguida em 1537 no meio dos carijós e à beira do caminho do opulento Peru, certamente passaria à pertencer coroa lusitana, crença compartilhada durante certo tempo pelo próprio D.João III (LEITE, v.1, p. 448 e nota n.6).

Naqueles primeiros anos de 1550, eram corriqueiras as notícias de aventureiros estrangeiros chegados a São Vicente por via terrestre proveniente do Paraguai, o famoso alemão Ulrico Schmidl entre eles (1553), e em sentido inverso, bastante habitual a ida de portugueses à Bacia do Prata, onde corriam boatos sobre a existência de ricas minas desse metal. O deslocamento em ambos os sentidos foi tão intenso que acabou provocando o fechamento da citada via de comunicação por ordem do governador-geral do Brasil em 1553 (LEITE, v.1, p. 448), por ser, naquele momento, vista como prejudicial aos interesses lusos essa transferência amudada de súditos portugueses para as terras sob o controle de Espanha.

Correndo de poente ao nascente, o ramal paulista dessa importantíssima artéria intercontinental, ao atingir os arredores da casa jesuítica de São Paulo, proveniente das cercanias de Emboaçava (assim se chamava a barra do Rio Tietê com o Pinheiros), daria origem às atuais Ruas Butantã e dos Pinheiros, Avenida Rebouças, Ruas da Consolação, Quirino de Andrade, Dr. Falcão Filho e Direita. O Professor Gustavo Neves da Rocha Filho, em sua tese de livre docência defendida na FAU USP (1992), propôs um trajeto ligeiramente diferente. Ao atingir a colina histórica, o Peabiru percorreria o traçado das atuais Ladeira do Ouvidor (antiga do Meio) e Rua José Bonifácio. É bem possível que o professor tenha razão neste caso, pois tal percurso, ao que parece, facilitaria o deslocamento dos índios. Sempre transitando a pé, os silvícolas procuravam seguir os espigões dos morros. Contornavam as curvas de nível, preferindo deslocar-se em terrenos planos e evitando sempre que possível o esforço de subir ou descer encostas muito íngremes. Como poderemos verificar adiante, outra trilha, a que seguia para o Guará e o Piqueri, ao se afastar bruscamente do leito da Rua 15 de Novembro, apresentava um desvio na altura da atual Rua Três de Dezembro, fato sem dúvida motivado pelas mesmas razões de comodidade no caminhar.

Após um segmento hoje obliterado, nas imediações da Praça da Sé, o Peabiru reaparecia na Rua do Carmo, virava à esquerda na Rua Tabatinguera, descia ao antigo leito do Tamanduateí e, a partir daí, orientava-se pelo traçado do primeiro caminho do mar, a hoje chamada Trilha dos Tupiniquins. Passando por Santo André da Borda do Campo, elevada a vila em 1553, e Paranapiacaba, fazia a descida da serra pelo vale do Rio Mogi, até atingir na Baixada Santista o ponto conhecido por Piassaguera Velha (PERALTA, 1973, p. 5-7; PEREIRA, 1936, p. 33-40). O pesquisador Daniel Issa Gonçalves, desenvolvendo um estudo sobre o Peabiru na região de São Paulo (GONÇALVES, 1998, p.49-60)

chegou à conclusão de que a Trilha dos Tupiniquins, ao transpor o Rio Tamanduateí, acompanhava o trajeto do antigo caminho da Mooca (Rua da Mooca). Depois continuava pela Rua do Oratório, pela Avenida Vila Ema e por trechos da Avenida Sapopemba, já fora dos limites do município até atingir a cidade de Ribeirão Pires. O Peabiru compunha-se portanto dentro da atual área urbana de São Paulo, como veremos mais adiante, de dois importantes caminhos quinzentistas da vila paulistana, o que chegava do sertão, vindo do oeste, e o que seguia para o litoral, em direção a leste.

O que os pesquisadores da história de São Paulo, contudo, não perceberam é que ao percorrer o topo da colina em que vieram estabelecer-se os jesuítas, tangenciando os primeiros muros defensivos do aldeamento, essa vereda pré-cabralina era, muito provavelmente, interceptada por outra, que corria em sentido transversal. De acordo com nossa hipótese, esta última vinha da direção do sul, cruzava o Peabiru na altura do atual Largo da Misericórdia e seguia em frente, desviando-se para nor-noroeste. Ultrapassava o Ribeiro Anhangabaú e, mantendo a mesma orientação, dirigia-se à margem esquerda do Rio Tietê. Esse caminho também tinha, certamente, origem imemorial e, ao tempo em que chegaram os jesuítas, interligaria duas das mais importantes aldeias indígenas do planalto: Jeribatiba, ao sul, e Piratininga, a noroeste.

Foi a transferência dos chefes dessas duas aldeias para a colina junto ao Tamanduateí, que as levaram por certo ao rápido declínio. Em carta de 1557, contudo, fala ainda Anchieta de Jeribatiba, onde os inacinos doutrinavam índios da mesma forma que o faziam em São Paulo (LEITE, v.2, p. 369). Tudo leva a crer que a antiga aldeia de Caiubi ficava ao sul, na região ribeirinha do Rio Pinheiros (antigo Jeribatiba) ou do Jeribatiba-Açu (atual Rio Grande) e, conforme se lê na correspondência jesuítica daquele tempo, distava seis milhas ou duas léguas mais ou menos (cerca de treze quilômetros) da casa paulistana.

Provavelmente, em algum momento entre 1557 e 1575, a aldeia de Jeribatiba foi preterida pelos padres, sendo transferida a aldeia de catequese para a localidade de Virapueira (Ibirapuera, atual Santo Amaro). Desde então nas Atas da Câmara aparece o caminho que ia na direção do sul com o nome de caminho de Virapueira (ATAS, v.1, p. 71), sendo nele colocado um dos marcos do rossio da vila de São Paulo por ocasião da medição de 1598 (R.G., v.2, p. 106-108). Esse caminho, nas proximidades da casa jesuítica de São Paulo, acompanhava o rumo das seguintes ruas atuais: Rua Vergueiro, Avenida da Liberdade e Ruas Dr. Rodrigo Silva e Quintino Bocaiúva (SANT'ANNA, 1937-1944, v.2, p. 44 e 49).

Com relação ao trecho que se distanciava para nor-noroeste, seu desenvolvimento inicial era, em nossa opinião, constituído pela atual Rua Álvares Penteado, seguido de uma pequena parte desaparecida decerto devido a remanejamento urbanístico executado em meados do século XVII (abertura da Rua São Bento, assunto ao qual retornaremos adiante). Um documento cartográfico, de origem misteriosa, conservado no Arquivo Histórico Militar no Rio de Janeiro, executado ao que parece de fins da segunda metade do século XVIII (supomos que ele date de c. 1785), recentemente publicado pelo Professor Nestor Goulart Reis Filho (REIS FILHO, 2004, p.67), que o chama de “Planta da Restauração da Capitania”, mostra que àquela altura havia desaparecido um pequeno trecho do caminho de Piratininga que se seguia à antiga Rua do Comércio (atual Álvares Penteado). Para alcançar o pontilhão que transpunha o Anhangabaú era necessário entrar no Beco da Lapa (Ladeira Miguel Couto) e a partir daí se dirigir ao ponto em que era feita a transposição do curso d’água. Esse trecho novo, que por sua vez seria suprimido com a abertura da Rua de São José (Líbero Badaró) em 1787, é bem visível no “Dezenho por

ídea da cidade de Saõ Paulo” [sic], datado do período 1765-1774 e atualmente depositado na Biblioteca Nacional. Nessa ilustração, também há pouco divulgada pelo Professor Nestor (REIS FILHO, 2004, p.74 e 75), vê-se claramente que o trecho de caminho que nos interessa, então chamado de “caminho da Luz”, partia do velho Beco da Lapa, e, de modo enviesado, cortava a ainda mal formada ladeira que descia do Largo do Rosário em direção ao Anhangabaú, futura Ladeira do Acu ou de São João. Já havíamos conseguido reconstituir o traçado original desta parte do caminho de Piratininga a partir do exame da planta da cidade de São Paulo executada em 1810 pelo engenheiro militar Rufino Felizardo da Costa (SÃO PAULO, 1954, planta n.1), mas os dois documentos setecentistas recentemente publicados confirmam plenamente as nossas suspeitas. Não deixa de ser surpreendente que nenhum pesquisador tenha reparado que a antiga Rua do Comércio (hoje Álvares Penteado) possui praticamente a mesma orientação da Rua do Seminário e da antiga Rua do Bom Retiro (hoje General Couto de Magalhães). Esse trecho de caminho, que atravessava o Ribeirão Anhangabaú no lugar onde outrora havia um pontilhão construído na embocadura do desaparecido Beco do Sapo, subia a atual Rua do Seminário e buscava a região correspondente ao Bairro do Bom Retiro de nossos dias, onde devemos ver, conforme procurou demonstrar Afonso de Freitas, a entrada duma região quase mítica, que se estendia a partir daí em direção a oeste, ao longo da margem esquerda do Rio Tietê, conhecida até o primeiro quartel do século XVIII pelo nome de Piratininga (FREITAS, 1978, p. 179-192).

## O caminho de Piratininga

Muito já se falou sobre Piratininga. Todo o estudioso que se interessou pela história de São Paulo quinhentista tem uma opinião formada acerca desse nome. Infelizmente, porém, talvez jamais consigamos esclarecer por inteiro o mistério que envolve esse topônimo. Para Washington Luís, por exemplo, Piratininga indicava vasta região no campo, no planalto paulistano. Não era povoação e muito menos vila (LUÍS, 1980, p. 72-73 e 82). Na interpretação de Afonso de Freitas, fundamentado na leitura das cartas de datas de terra distribuídas durante o quinhentismo e o seiscentismo, Piratininga era, ao contrário, uma região bem delimitada, de localização precisa, a nor-noroeste da vila de São Paulo e contígua ao Guaré.

Já na correspondência dos primeiros jesuítas, o nome de Piratininga aparece empregado de modo extremamente difuso, e, devemos admitir, confuso. Segundo carta de Nóbrega datada de outubro de 1553, a aldeia recém-construída no planalto, logo depois transformada em aldeamento jesuítico, estava instalada a cerca de duas léguas de distância da povoação de João Ramalho, conhecida pelo nome de Piratinim (LEITE, v.2, p. 16). Dada a grande – e desconcertante – distância que o separava da futura São Paulo, não parece ser esse povoado a aldeia indígena liderada pelo sogro de Ramalho, Tibiriçá, a qual, embora possuísse essa mesma denominação, estava situada, segundo Frei Gaspar da Madre de Deus, como veremos adiante, a uma distância bem menor, a mais ou menos meia légua do núcleo jesuítico. De acordo com Nóbrega, na carta citada, foi nesse núcleo de João Ramalho que Martim Afonso de Sousa “primeiro povooou”, ou seja, fundou a efêmera vila de Piratininga no recuado ano de 1532, conforme relata o diário de Pero Lopes, irmão de Martim Afonso. Por outro lado, em missiva escrita por Anchieta em 15

de agosto de 1554, a própria povoação dos padres aparece também chamada de aldeia de Piratininga, onde os jesuítas mantinham “uma grande escola de meninos, filhos de índios ensinados a ler e escrever” (LEITE, v.2, p. 81). Ainda nesse tipo de documentação se faz alusão a um certo porto de Piratinim, localizado à margem esquerda do Rio Grande (Rio Tietê) e a um rio de Piratininga, que deve ser interpretado como sendo também o Anhambi (Tietê), o rio por excelência da região; fala-se igualmente em campos de Piratininga, que abarcavam toda a amplidão dos campos planaltinos; e, finalmente, em São Paulo de Piratininga, que é o nome que a casa jesuítica tomou a partir de 25 de janeiro de 1554 e que depois foi estendido à vila criada em 1560, às vezes denominada São Paulo do Campo.

Maia Fina, por seu turno, procurou provar em ao menos dois de seus trabalhos, baseado na opinião do Padre Serafim Leite, S. J., que a Piratininga primitiva estava situada no atual bairro de Santana, nas fraldas da Serra da Cantareira (FINA,1965; FINA,1971, p. 119-258). Mas, analisando seus estudos, identificamos uma série de equívocos, de deduções apressadas e sem fundamento, que nos fazem rejeitar totalmente esta última hipótese. Sobre esse assunto, porém, as cartas jesuíticas de meados do século XVI fornecem uma pista, que, em nosso entender, não pode ser de modo algum desprezada. Nóbrega chamava de Piratinim o porto que assegurava existir à margem esquerda (e não à direita!) do Rio Grande (Rio Tietê) (LEITE, v.2, p. 414) e isso nos conduz à conclusão de que a Piratininga original bem poderia fazer em algum ponto nas proximidades dessa margem do rio – afinal, a origem etimológica do topônimo (peixe seco ou lugar onde seca o peixe, segundo Anchieta) sugere um lugar inundável, nas imediações de algum curso d’água, onde o peixe se deixa apanhar entre as ervas, depois da enchente, tal como aconteceu durante séculos na época das chuvas perto da cidade de São Paulo com o próprio Rio Tietê (PEREIRA, p. 66).

Para Frei Gaspar da Madre de Deus, o rio de Piratininga, conforme o entendimento de Azevedo Marques, era o Rio Tamanduateí (MARQUES, 1980, v.2, p. 175). Isso, porém, parece ser fruto de um engano de Azevedo Marques. O que declara de fato Frei Gaspar é que Piratininga era um ribeiro afluente do Rio Anhambi, ou Anhambi. Aliás, não se deve rejeitar pura e simplesmente a versão de Frei Gaspar a respeito de Piratininga. Afinal, nascido na região de São Vicente em 1715, estava o monge beneditino muito mais próximo do que nós dos fatos por ele relatados, podendo até ter conhecido velhos paulistanos que ainda conservavam por tradição a lembrança de onde a primitiva Piratininga se localizava. Diz Frei Gaspar:

*Pelo dito campo dos Antigos faz seu curso um Rio famoso, a que os títulos e cartas mais antigas dão o nome de Rio Grande e o de Anhambi as Sesmarias concedidas no princípio do século passado; e, hoje, todos vulgarmente o de Tietê. Nele faz confluência um ribeiro a que os índios da terra intitulavam Piratininga ou Piratinim, como acho escrito em alguns documentos antigos e o lugar dessa confluência fica longe da cidade cousa de meia légua. Em uma das margens do tal ribeiro estava situada uma aldeia, cujo nome era Piratininga, onde residia Tebiricá [sic], Soberano dos Guaianazes; ela tomou o nome do ribeiro, o qual se comunicou a todo o País, e este se chamou Campos de Piratininga (DEUS, 1953, p. 119-120).*

Azevedo Marques deduziu do acima reproduzido que Madre de Deus ao mencionar o Ribeiro Piratininga se referia ao Rio Tamanduateí. O que não pode ser, à vista do que dirá a seguir o historiador setecentista. Páginas adiante relata Frei Gaspar, baseado na

versão tardia – e certamente distorcida –, do Padre Simão de Vasconcelos S. J., que, por ordem de Nóbrega, tinham os jesuítas escolhido no planalto, para fundação de sua futura casa, um lugar eminente entre o Rio Tamandateí e o Ribeiro Anhangabaú, por não lhes agradar nem a povoação de Santo André, nem a aldeia de Piratininga. E acrescenta: “Para mais comodamente poderem instruir aos neófitos, aconselharam a Martim Afonso Tibiriçá e a Cay Uby, Senhor de Geribatiba, já muito velho [...], que transferissem suas residências para junto ao Colégio futuro.” (DEUS, p.123)

De tudo isso se conclui facilmente, portanto, que o Ribeiro Piratininga jamais poderia ser o Rio Tamandateí (antes de tudo por uma questão de volume; um é rio, o outro ribeiro). Junto do Ribeiro Piratininga estava situada a aldeia de mesmo nome, onde primitivamente habitava Tibiriçá, enquanto perto do segundo curso d’água, de volume maior, no alto de uma colina, se assentaram no princípio do segundo semestre de 1553 os índios que desejavam ser convertidos pelos padres de Jesus (numa aldeia a que os jesuítas atribuíram logo depois o mesmo nome de Piratininga).

Como demonstrou Afonso de Freitas, o caminho de Piratininga desenrolava-se para além do Anhangabaú, indo aproximadamente em direção do nor-noroeste. Corresponderia, portanto, ao trecho inicial do caminho do Ó, conforme vem consignado na planta de Rufino Felizardo da Costa (1810), caminho esse a que alude, aliás, uma passagem das Atas citada por Maia Fina e que remonta ao longínquo ano de 1741 (FINA,1971, p. 233-234).

Tomando por base as plantas antigas da cidade, podemos deduzir que a antiga vereda, como já vimos antes, se afastava da vila a partir da encruzilhada hoje ocupada pelo Largo da Misericórdia. Seguia a partir daí pela atual Rua Álvares Penteado, indo sempre em frente, até atingir o Anhangabaú. Transposto esse ribeiro, percorria sucessivamente as atuais Ruas do Seminário e General Couto de Magalhães (antiga Rua do Bom Retiro), indo adiante talvez pelo percurso da José Paulino, que sob a forma de rua só seria aberta no tempo do Presidente João Teodoro (1872-1875), e, aparentemente, com um pequeno desvio à direita, prosseguindo pela Rua da Graça. Correndo sempre na mesma direção, deveria atingir a margem esquerda do Tietê na altura do Bom Retiro. Justamente nesse ponto, em zona inundável, desaguando no Tietê, sabemos ter existido um ribeiro, do qual um levantamento hidrográfico paulistano datado de 1889, intitulado *Planta Geral das Nascentes, Vertentes e Curso de Águas no Perímetro da Cidade de São Paulo*, hoje depositado no Arquivo Histórico Municipal, omite-lhe o nome sem, porém, deixar de assinalar sua presença. Seria esse pequeno curso d’água o esquecido Ribeiro Piratininga?

Numa escritura pública, datada de 30 de maio de 1589, em que é feita a descrição dos limites das terras cedidas por Brás Cubas aos frades carmelitas, pode-se inferir, de determinado trecho, esse mesmo percurso. Damos abaixo o teor parcial do documento. Entre colchetes iremos comentando por partes os mencionados limites:

*o caminho de Santo André para Piratininga vinha do curral de Aleixo Jorge pelo mesmo caminho que vem pela ponte grande em Tabatinguera [como já vimos, e veremos novamente, esse é o caminho velho do mar, trecho do antigo Peabiru, que acompanhava o traçado da Rua da Mooca, passava pela Rua Tabatinguera e seguia pela atual Rua do Carmo] e dahy atravessava pela villa vindo pela rua direita ate onde estava o mosteiro dos padres da companhia [essa rua “direita” parece seguir o trajeto de um segmento de rua sem denominação específica incorporado ao Pátio do Colégio, segmento este que hoje vai da Rua Floriano Peixoto, em frente à Caixa Econômica Federal, sita na Praça da Sé, até ao Pátio do Colégio; na embocadura inicial dessa via estaria localizada*

a porta da vila transposta por aqueles que chegavam do litoral] *e dahy vindo pela porta que foi de Affonso Sardinha* [a porta mais importante da vila, que provavelmente estava localizada na altura da esquina da Rua Anchieta com a Rua 15 de Novembro] *e da qual rua foi de Rodrigo Álvares e Martim Affonso* [essa via, Rua de Martim Afonso, nome de batismo adotado pelo índio Tibiriçá, em nossa opinião, não poderia ser jamais a Rua São Bento, como afirmava Frei Gaspar – porque, como veremos adiante, a Rua São Bento, ao contrário do que dizia o frade beneditino, só teria sido aberta, na verdade, no século XVII –, mas talvez estivesse representada por uma trilha que seguisse pela Rua 15 de Novembro e trecho inicial da atual Avenida São João, antiga ladeira desse nome; isso, se não acompanhasse o traçado, justamente, da Rua Álvares Penteado, orientada, como visto, para o Ribeiro Anhangabaú] *e dahy a sahir a aguada do ribeiro e atravessando o ribeiro do Anhangobai pelo mesmo caminho que hoje por elle se servem os moradores daquela banda de Piratininga ate defronte a barra do Piratinin onde dava no rio grande* [caminho de Piratininga, que, após a transposição do Anhangabaú no local chamado Acu, se iniciava na Rua do Seminário, e cujo trajeto, descrito anteriormente, terminava na barra que o ribeiro daquele nome formava ao lançar suas águas no Rio Tietê] (JORGE, 1999, p. 41)

Após a transferência de Tibiriçá para perto da casa jesuítica de São Paulo, a primitiva aldeia indígena de Piratininga parece ter rapidamente entrado em decadência. Como Maia Fina notou com propriedade, o caminho que levava a essa antiga aldeia de índios nunca é mencionada entre os mais importantes da vila nas Atas da Câmara dos primeiros anos, sendo registrado somente como uma via de alcance local nas cartas de datas de terra concedidas entre o Quinhentos e o Seiscentos. Fato que revela a crescente indiferença demonstrada pelos paulistanos por uma região cujo nome simplesmente se esvaeceria ao longo dos próximos 170 anos.

Se em meados do século XVIII a paragem de Piratininga já havia perdido seu topônimo original, a senda que ia até ela, ou, antes, que por ela passava, continuou, como visto, sobrevivendo sob outra denominação. Tornou-se o caminho de Nossa Senhora do Ó (CARTAS DE DATAS DE TERRA, v.6, p. 54), devendo, após atingir a margem esquerda do Tietê, virar à esquerda e acompanhar o rio a jusante, até o ponto em que o atravessava por meio de uma ponte, de acordo com uma menção documental de 1741. A etapa desse caminho até a ponte, ao que parece, já estava com pouco uso na segunda metade do século XVIII, havendo sido preterida pelo caminho de Jundiaí, que saía do Piques e se bifurcava para os lados de Nossa Senhora do Ó na região da Água Branca.

O progressivo desinteresse da população pelo velho caminho de Piratininga é, ademais, confirmado por alguns documentos curiosos. No volume de Cartas de Datas de Terra referentes aos anos de 1833 a 1835, faz-se menção a uma questão entre a Câmara e o proprietário da Chácara do Bom Retiro, Tenente-Coronel Jerônimo José de Andrade (CARTAS DE DATAS, v.11, p. 125-130). A edilidade pretendia recorrer à Justiça, exigindo que para benefício do público o proprietário da chácara reabrisse uma passagem que dava na margem esquerda do Rio Tietê (em nossa opinião, a isso fora reduzido o antigo caminho de Piratininga). Os pareceres então emitidos por especialistas se mostraram, contudo, favoráveis a Jerônimo de Andrade, pois a Câmara não conseguia provar que fora coagida pelo Capitão General Franca e Horta a concordar com o fechamento do antigo atravessadouro, no tempo em que o governador da Capitania de São Paulo esteve na posse da referida chácara, havia mais de vinte anos.

De fato, em 1809, o governador tinha solicitado à Câmara que reconsiderasse a decisão de manter aberto o caminho que atravessava suas terras. Esse trilho fora fechado anteriormente por antigos proprietários da chácara que ora possuía (o mais remoto deles parece ter sido o Dr. Luís de Campos na segunda metade do século XVIII), mas o Coronel Luís Antônio Neves de Carvalho, então secretário do governo da Capitania, interessado em percorrê-lo para ir à sua propriedade situada além-Tietê, denominada Chácara dos Morrinhos, havia feito em 1799 uma representação à Câmara queixando-se da obstrução perpetrada pelo Capitão Manuel Fernandes de Andrade, na época dono da Chácara do Bom Retiro (R.G.,v.12, p. 393-401; R. G., v.14, p. 130-131). Na ocasião, a Câmara defendera os interesses do queixoso e exigira que o caminho se mantivesse acessível a quem quer que fosse; agora, em 1809, o governador da Capitania requeria o seu fechamento definitivo e a edilidade, intimidada talvez pela alta posição social e grande poder político do solicitante, acabou simplesmente por ceder aos desejos dele.

Não deixa de ser intrigante essa menção à Chácara dos Morrinhos, pois seus limites englobavam originalmente as áreas ora ocupadas pelo Campo de Marte e pelo bairro denominado Jardim São Bento, local onde subsiste, na Rua Santo Anselmo, n.102, a sede da antiga chácara, datada de 1702, imóvel hoje pertencente à Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Numa rápida consulta a um mapa da cidade, verificaremos que a chácara se estendia a partir da margem direita do Rio Tietê, bem defronte ao bairro do Bom Retiro, fato que – devemos reconhecer – faz dessa propriedade séria candidata a herdeira da velha região de Piratininga, numa interpretação que considere válida a hipótese de essa paragem situar-se à direita do Tietê (como defendia Maia Fina), e não à esquerda como preferimos. Neste caso, à margem esquerda do rio, provavelmente bem junto da trilha indígena, estaria localizado o porto quinhentista de Piratirim, citado por Manuel da Nóbrega.

As passagens documentais a que aludimos acima revela-nos assim que a extinção da servidão pública representada pela trilha multissecular de Piratininga foi provocada por um dos donos de uma propriedade rural por ela atravessada, extinção essa sem dúvida causada pela busca de privacidade por parte do governador que não queria ser importunado por estranhos que iam à margem do Tietê praticar algumas atividades então corriqueiras, tais como, a pesca, a cata de gravetos e o uso da várzea para pasto de animais de tropa (CARTAS DE DATAS, v.11, p. 143-146).

Pressionada ou não pelo Governador Franca e Horta, o certo é que a Câmara havia permitido o fechamento da passagem, situação de resto mantida por todos os posteriores proprietários da chácara. E a isso a população aceitou passivamente, sem dúvida porque para ir a Freguesia do Ó já fazia uso de uma estrada mais cômoda, ou ao menos mais bem conservada, que, partindo do Piques, passava pela Água Branca (estrada de Jundiáí e Campinas); ou se servia de uma variante, o caminho do Araçá (D'ALINCOURT,1953, p. 43-44). Caso em que, o viajante devia subir a atual Rua da Consolação (Peabiru), e na altura do cruzamento da Avenida Paulista, tomar à direita, encaminhando-se para a estrada do Araçá, atual Avenida Dr. Arnaldo. A variante se prolongava a partir daí pelas Avenidas Heitor Penteado e Cerro Corá, seguindo pela Rua Belmonte até atingir a estrada de Jundiáí e Campinas na altura da ponte do Anastácio.

Nos meados do século XIX, um pequeno trecho do velho caminho de Piratininga continuava a conduzir à Chácara do Bom Retiro, aparecendo nas plantas da cidade da época interrompido bem defronte dos edifícios dessa propriedade, que depois de Franca

e Horta, pertenceu, sucessivamente, ao Brigadeiro João Jácome de Baumann, a seu genro Tenente-Coronel Andrade, a seguir ao filho deste, Dr. José Maria de Andrade, ao Dr. João Ribeiro da Silva e a Manfred Mayer, loteador daquelas terras em fins do Oitocentos.

Cartas de datas de terra concedidas pela Câmara Municipal em 1809 e em 1817 referem-se a esse trecho da antiga trilha como o caminho, ou corredor, que ia “em direitura” à chácara do General Franca e Horta ou como a estrada que de Santa Ifigênia ia para a chácara do Coronel Baumann (CARTAS DE DATAS, v.6, p. 101-103 e 199).

## A vila de São Paulo do Campo

Erguidas inicialmente de maneira provisória, as primitivas casa e igreja dos jesuítas não tardaram em ser substituídas por outras, de mais sólida construção. Sob a responsabilidade do Padre Afonso Brás, S.J., carpinteiro e construtor, o novo convento e a segunda igreja, alpendrada, foram inaugurados quase três anos depois, em fins de 1556 (LEITE, v.2, p. 315-316).

Não há motivos relevantes para julgar que o conjunto arquitetônico então edificado estivesse em localização muito diversa da do colégio seiscentista, réplica do qual contemplamos hoje no Pátio do Colégio. Em torno da segunda casa, de proporções mais reduzidas que as da construção posterior, agruparam-se novas famílias de índios convertidos, cujas moradias, de taipa (de acordo com o modelo português, segundo Simão de Vasconcelos), foram executadas também sob a orientação daquele mesmo padre construtor (LEITE, v.3, p. 256).

Apenas seis anos após a fundação da casa jesuítica piratiningana, os padres de Jesus e os habitantes de Santo André solicitaram ao Governador-Geral Mem de Sá a transferência do foral de vila para o aldeamento jesuítico, por ser este último local mais seguro do ponto de vista estratégico (LEITE, v.3, p. 343-347). A chegada dos portugueses vindos de Santo André provocou a imediata retirada dos índios, que, abandonando suas casas, foram reunir-se em dois pontos afastados, transformados depois em aldeamentos, Pinheiros e Ururáí (São Miguel Paulista) (ATAS, v.1, p. 211).

O núcleo, protegido por muros, tinha certamente exíguas dimensões. Provavelmente as defesas rodeavam um espaço pouco maior que o Pátio do Colégio dos dias atuais. É totalmente despropositada a reconstituição, datada de 1936, que fazia a vila fortificada ocupar uma área maior que a do Triângulo (formado pelas Ruas Direita, 15 de Novembro e São Bento) (PEREIRA, p. 75). Por meio das Atas, temos conhecimento de que o sistema defensivo, naquela altura, era constituído de fossos, muros de taipa cobertos de palha, baluartes e portões fechados a cadeado (ATAS, v.1, p. 16-17, 22 e 63). A nosso ver, é também provavelmente fantasista a reconstituição desses muros com a aparência das muralhas medievais, coroadas com ameias e merlões, como o faz o Professor Nestor (REIS FILHO, 2004, p.22). Em nossa opinião, não passavam de simples muros de taipa; cobertos de palha, como dizem as Atas, para que não se danificassem com as chuvas então freqüentes. Uso que se prolongaria até o século XIX, por ser mais em conta cobri-los assim do que com telhas de capa e canal.

Apesar de extremamente diminuta, a povoação devia estar provida de ao menos duas portas: a mais importante, sobre a qual haviam construído uma guarita em 1564, era a Porta Grande, abertura que talvez desse passagem ao caminho do sertão, de onde

provinham em geral os ataques dos índios contrários (ATAS, v.1, p. 38 e 394); a outra porta era, supostamente, a que permitia uma saída cômoda para o Caminho do Mar (ATAS, v.1, p.98).

As residências dos portugueses logo ultrapassaram os limites dos muros defensivos, esparramando-se com rapidez pela região circunvizinha. Nos papéis camarários são muitas as alusões a casas e construções utilitárias adossadas aos muros protetores pelo lado de fora e também a aberturas feitas irregularmente nesses muros pelos moradores, o que prejudicaria a defesa da vila em caso de ataque inimigo (ATAS, v.1, p. 63, 69, 74, 80-81 e 94). Uma dessas aberturas fora feita em 1575 por Joane Anes para ir a uma das fontes da vila, situada detrás de sua moradia (ATAS, v.1, p. 69, 94 e 237).

São Paulo do Campo era então muito pobre. Em 1589, seus cerca de 150 moradores habitavam construções baixas com tetos de palha, a qual começava a ser substituída pelas primeiras telhas produzidas na vila. Sendo também digno de nota que, conforme o regimento dos carpinteiros da época, uma porta padrão não tinha mais do que 1,76m de altura! (ATAS, v.1, p. 67, 324 e 370)

A primeira Casa de Câmara só foi edificada em 1575 (ATAS, v.1, p. 76-79). Térrea e dispendo de um único cômodo, quando havia alguém encarcerado nela eram os vereadores obrigados a se reunir alhures, em geral na casa do vereador mais velho (ATAS, v.1, p. 125, 135, 158 e 161). Com a construção da Casa de Câmara, São Paulo passou a contar com dois logradouros, funcionando um deles como praça religiosa e o outro, como praça civil, dualidade que remontava em origem à cidade portuguesa medieval: o terreiro jesuítico, onde fora erguido o pelourinho em 1560 e agora se via um cruzeiro em frente da igreja (DEUS, p. 125; ATAS, v.1, p. 322 e 467) – terreiro esse que devia coincidir espacialmente com a praça central da aldeia indígena criada em 1553 –, e a praça pública, para onde foi depois transferido o símbolo de liberdade municipal, o qual não passava de uma rústica peça de madeira falquejada (ATAS, v.1, p. 269, 309 e 310). Posicionando-se entre esses dois espaços, a Casa de Câmara dava, supomos, os fundos para a praça pública e a frente para o adro dos jesuítas (ATAS, v.1, p. 161 e 269).

Cinco anos mais tarde, cogitavam os vereadores fazer um paço municipal mais amplo, de sobrado, com sala de Conselho em cima e cadeia embaixo, como era costume no Reino, mas a falta de recursos obrigou-os simplesmente a reformar a precária construção existente, então em ruinoso estado (ATAS, v.1, p.265 e 268).

Em 1587, expressaram os habitantes da vila paulistana o desejo de erguer igreja matriz; para tanto se escolheu um local situado entre as casas de dois moradores, Diogo Teixeira e André Mendes (ATAS, v.1: 345 e 352). A menção destes nomes é valiosa porque autores da estatura de um Taunay ou de um Leonardo Arroyo asseguraram ser hoje impossível localizar o terreno da primeira matriz paulopolitana (TAUNAY, [1953], v.1, p. 45; ARROYO, 1953, p. 23). Acontece que Diogo Teixeira e André Mendes são citados nas primeiras Atas como moradores do caminho de Virapoeira (ATAS, v.1, p. 238), e isso colocava os chãos da futura matriz ao sul da vila e fora da área fortificada. Esse ponto é a nosso ver de extrema relevância, pois até pesquisadores experimentados como o Professor Nestor Goulart Reis Filho não atentou para esse precioso detalhe (REIS FILHO, 2004, p.18). Reconstituiu a projeção horizontal original da pequena vila de São Paulo incluindo nela uma área que só seria acrescentada à parte murada quarenta anos após sua fundação, como veremos abaixo.

Em 1591, a vila de São Paulo vivia em clima de guerra contra os índios inimigos. Ao alpendre da igreja jesuítica foram recolhidos os familiares dos moradores dos arredores que estavam fora. Havia necessidade de se alargarem os muros do povoado para abrir espaço para o acolhimento de novos refugiados vindos dos campos circunvizinhos e para permitir melhores condições de luta, caso fosse necessário (ATAS, v.1, p. 415). Essa passagem das Atas é também importantíssima porque derruba a hipótese do Professor Gustavo Neves da Rocha Filho (1992, p.48) de que o Pátio do Colégio original possuía extensas dimensões. Se assim fosse não seria preciso ampliar o espaço intramuros.

Finalmente, três milésimos mais tarde, decidiram os edis demarcar e murar o terreno da futura matriz, incorporando-o na parte cercada. Coisa que já estava pronta um ano depois, pois o público pregão era então anunciado no terreiro da igreja matriz (ATAS, v.1, p. 488 e 505). Esse alargamento de muros deve ter duplicado a área do núcleo original, e uma importantíssima carta seiscentista em que se acha representada a vila de São Paulo (c. 1609-1611), documento conservado na Real Academia de História em Madri, recentemente republicado pelo Professor Nestor (REIS FILHO, 2004, p.34), de autoria atribuída ao engenheiro militar italiano Alessandro Massaii, comprova surpreendentemente que o terreiro da matriz delimitado em 1594 já era o mesmo que sobreviveu até 1913, quando intervenções urbanísticas resultaram na criação da Praça da Sé. Foi, sem dúvida, essa ampliação de 1594 que deu aos limites da vila situados ao sul a conformação arredondada a que certa vez se referiu Nuto Santana (SANT'ANNA, 1958, p. 599). E foi essa a conformação equivocadamente adotada pelo Professor Nestor como sendo a original. Mais próxima da solução que achamos correta é a do Professor Benedito Lima de Toledo (TOLEDO, 2004, p.364 e 365), que de modo pouco compreensível, no entanto, acabou por incluir na parte anexada em 1594 o Largo da Misericórdia. A nosso ver, não há evidências documentais que dêem sustentação a essa hipótese.

## Os quatro caminhos principais da Vila eram de fato dois

Conta-nos Teodoro Sampaio que eram quatro as portas da povoação (SAMPAIO, 1978, p. 236). Essa afirmação indubitavelmente não se baseia em nenhuma referência antiga, mas provém, isso sim, de uma ilação, decerto errônea, fundamentada no fato de que, segundo velhos documentos camarários, eram quatro os caminhos principais que serviam a vila, cada um deles seguindo, aproximadamente, na direção de cada um dos pontos cardeais. Como vimos, porém, esses caminhos eram anteriores à criação da aldeia indígena de 1553; portanto, não se irradiavam de início a partir da vila, mas constituíam basicamente duas longas veredas de origem pré-cabralina que a princípio se cruzavam nas vizinhanças da área fortificada do núcleo paulistano e apenas o tangenciavam. Nas Atas dos primeiros anos, no entanto, as duas veredas de índios, muito antigas, já estão decompostas em quatro caminhos. Citados com grande insistência, tinham de ser constantemente mantidos limpos e transitáveis à custa dos moradores.

Rumo ao norte partia o caminho da Ponte Grande, também chamado do Piqueri, pelo qual eram responsáveis os moradores das regiões de Piratininga, Piqueri e Tejuguaçu (ATAS, V.I, p. 374). O pesquisador Issa Gonçalves em seu estudo sobre o Peabiru coloca esta última região, hoje de localização incerta, a leste da vila (GONÇALVES, 1998, p.48), mas pelo contexto das Atas que a mencionam só podemos vê-la situada ao norte

da vila, tal como as demais regiões citadas conjuntamente com ela, Piratininga a nor-noroeste e Piqueri a nordeste. O caminho que ia para o norte era conservado ainda pelos moradores que mantinham gado nas pastagens do Guaré e o traziam à vila (ATAS, V.1, p. 374). Esse caminho não era senão um ramal da vereda indígena que ligava Jeribatiba a Piratininga, da qual se separava na altura da atual Praça João Mendes. Seguia então pelo leito da Rua de São Gonçalo (lado esquerdo da atual Praça da Sé), continuava pelo trecho inicial da atual 15 de Novembro, virava abruptamente na Rua 3 de Dezembro e tomava a Boa Vista, acompanhando as curvas de nível do relevo local, até o Largo São Bento. A partir daí, percorria a Rua Florêncio de Abreu e a Avenida Tiradentes até atingir a Várzea do Tietê, onde já havia, em 1584, uma ponte muito importante chamada Ponte Grande (ATAS, v.1, p. 237). A região do Guaré, como é sabido, correspondia ao atual bairro da Luz, enquanto Piratininga, pelas deduções de Afonso de Freitas, se estendia para nor-noroeste, a partir do bairro do Bom Retiro. Quanto ao Piqueri, região habitada pelos índios Piqueris, em que se situava a fazenda de Brás Cubas, jazia também à margem esquerda do Tietê, mas a montante (a nordeste da vila), nas proximidades de onde desaguava o Ribeirão Tatuapé, conforme se conclui da leitura da sesmaria concedida a Cubas em 9 de agosto de 1567 (ABARCA, 1997, p. 18-19). Nessa carta de sesmaria existe mesmo uma passagem que atesta, de acordo com a interpretação de Afonso de Freitas, a existência de um caminho vicinal ao longo da Várzea do Tietê, pondo em contato Piratininga e o Piqueri (FREITAS, p.192).

O caminho que seguia para o norte embora fosse uma derivação da vereda Jeribatiba-Piratininga acabou por superar em importância o trecho da trilha que se direcionava para o nor-noroeste, ou seja, que ia à região de Piratininga.

Para sudoeste se desenvolvia o “caminho do sertão”, passando pela aldeia dos Pinheiros e pela Embuaçava, como então era denominado o encontro das águas do Tietê e do Pinheiros. Essa vereda nada mais era do que uma fração do ramal paulista do Peabiru já mencionado. Ia-se por ela, saindo talvez pela aludida Porta Grande, porta que parece ser a mesma descrita numa escritura de 1589, também já referida, como “a que foi de Affonso Sardinha” (JORGE, 1999, p. 41), personagem responsável em 1584 pela manutenção do caminho dos Pinheiros (ATAS, v.1, p. 238). Seu trecho inicial, nas proximidades da vila, era representado pela Rua José Bonifácio e pela Ladeira do Ouvidor, segundo os estudos de fotointerpretação desenvolvidos pelo Professor Gustavo Neves da FAU USP.

Tomando-se a direção do sul, ia-se a Virapoeira, mas também à região de Jeribatiba, conforme permite inferir uma passagem das Atas datada de 1593 (ATAS, v.1, p. 457). O pesquisador Issa Gonçalves confunde-se ao identificar Jeribatiba com a aldeia dos Pinheiros, o que faz baseado nas conclusões do Professor Gustavo Neves da Rocha Filho (GONÇALVES, p.43 e 60). As Atas do dia 27 de março de 1593 provam de forma contundente que isso não tem cabimento. Na sessão camarária desse dia ficou consignado que Jerônimo Rodrigues, morador das proximidades do caminho que seguia em direção ao sul, se encarregaria de convocar a gente de “ubirapoera” e Jeribatiba para que o consertasse. Se Jeribatiba fosse outro nome da aldeia dos Pinheiros, seus moradores teriam sido convocados, mais logicamente, para restaurar o caminho da “Ábusava” situado a oeste, tarefa que, ao contrário, ficou a cargo dos habitantes que demoravam próximos desta última via. Essa constatação, segundo nosso entendimento, confere novas forças à desprezada interpretação de Gentil de Assis Moura (MOURA, 1908, p. 22 e 23), que co-

locava a aldeia de Jurubatuba, ou Jeribatiba, no sul de São Paulo, bem distante, portanto, da aldeia dos Pinheiros.

Como afirmamos anteriormente, o caminho que conduzia à região sul interceptava o Peabiru na altura do Largo da Misericórdia. Em direção à vila, no entanto, partia um segmento viário que se afastava do caminho de Virapoeira nas imediações da Praça Dr. João Mendes, e foi na beira dele que se demarcou terreno para a ereção da matriz em 1594. Esse trecho, chamado no século XIX de Rua de São Gonçalo, e a partir do período republicano de Rua Marechal Deodoro, seria absorvido em 1913 pela Praça da Sé contemporânea. Embora fosse esse segmento também considerado parte do caminho de Virapoeira, ele, na realidade, era a seção inicial do ramal que se desviava para o norte, em direção ao Guaré e ao Piqueri, divergindo, tal qual a perna direita de um Y, do caminho de Virapoeira num ponto situado nas cercanias da vila, conforme vimos há pouco.

A sudeste principiava o Caminho do Mar, velha trilha tupiniquim pertencente ao mesmo ramal paulista do Peabiru. Para alcançá-lo os paulistanos deveriam sair por uma porta supostamente localizada num ponto da via que leva o nome de Pátio do Colégio e que desemboca na Rua Floriano Peixoto, via à qual já nos referimos anteriormente. Após percorrerem os leitos das Ruas do Carmo e Tabatinguera, os viajantes transpunham o Rio Tamanduateí por meio de uma outra Ponte Grande, muito citada nas Atas quincentistas (ATAS, v.1, p. 104 e 274), e cuja construção, aliás, era anterior à da Ponte Grande sobre o Tietê. A partir desse ponto se enveredavam pelo caminho da Mooca, ou como afirmava o Padre Anchieta, numa carta datada de 1579 citada por Gonçalves (p.58), era possível também percorrer parte do trecho que atravessava o planalto navegando pelas águas do Tamanduateí, que nasce dentro dos limites do município de Mauá, vizinho de Ribeirão Pires. À margem da etapa inicial desse caminho, no outeiro Tabatinguera, levantava-se a forca (ATAS, v.1, p. 315), como a servir de advertência aos turbulentos forasteiros que chegavam do litoral. Anos mais tarde (1598), com o estabelecimento dos frades carmelitas nas redondezas, esse sinistro instrumento de pena capital foi, mediante requerimento dos frades, removido para o caminho de Virapoeira. Assentado numa elevação de frente para a cruz que estava no caminho de Virapoeira (Morro da Forca), ele permaneceria até a segunda metade do oitocentismo nesse local, depois ocupado pelo Largo da Liberdade (ATAS, v.2, p. 48 e 197; TAUNAY, 1920, p. 36). A cruz que aí havia pode ter sido a avistada pelo Padre Fernão Cardim ao entrar na vila em 1585. Depois de ter subido a Serra do Mar e feito parte do caminho correspondente ao planalto de canoa, navegando as águas do Rio Pequeno, do Rio Grande e do Rio Jurubatuba, teria aportado numa localidade não designada, Virapoeira talvez, futura Santo Amaro. De lá Cardim teria vindo a cavalo pelo caminho que se aproximava de São Paulo pelo sul. Ao atingir os arredores da vila, passou por um cruzeiro em posição sobranceira à povoação, que bem poderia ser o que estava chantado no local onde séculos depois surgiria o Largo da Liberdade (CARDIM, 1980, p.172).

Em 1560, por uma questão de segurança, Mem de Sá ordenou a abertura de um novo caminho do mar, conhecido mais tarde pelo nome de Caminho do Padre José (PERALTA, p. 7). A primeira seção desse novo caminho, porém, durante muito tempo parece ter coincidido com a do anterior. Partia da vila pelas atuais Ruas do Carmo e Tabatinguera, passando em seguida pela mesma ponte sobre o Rio Tamanduateí (ATAS, v.1, p. 272-274 e 300). Nas Atas, essa via de comunicação é chamada de Caminho do

Ipiranga (1584), porque se distanciava a partir de determinado ponto da velha trilha tupiniquim para atravessar o ribeiro desse nome (ATAS, v.1, p. 237-238). Em 1593, a Câmara propôs abrir outro trecho inicial mais direto pelas terras de Jorge Moreira, localizadas entre o caminho de Virapoeira e as bandas do Ipiranga (ATAS, v.1, p. 458-460), importante decisão que certamente daria origem ao trecho da futura Rua da Glória. Esse atalho atravessava o Córrego do Lavapés, e foi o trilho usado para ir ao litoral até meados do século XIX, passando pela Várzea do Cambuci. Desde então, e até a inauguração da ferrovia inglesa em 1867, foi preferida pelas tropas de mulas que vinham do interior a estrada aberta entre 1862 e 1863 por um particular, o fazendeiro e comendador José Vergueiro (estrada do Vergueiro), que saía pela Rua da Liberdade, seguindo o leito da Rua Vergueiro. O pesquisador Issa Gonçalves, porém, baseado nos estudos do Professor Gustavo Neves, aventa a possibilidade de o trecho da Glória ter sido usado desde os remotos tempos pré-cabralinos (GONÇALVES, p. 49 e 69). Não concordamos com essa interpretação, pois as Atas da Câmara paulistana deixam claro que só a partir de 1593 se cogitou em abrir essa variante, que encurtava parte do trecho planaltino do caminho que ia dar no mar.

## Caminhos mais recentes

Ao findar o século XVI, já se viam duas ordens religiosas sediadas nas vizinhanças de São Paulo: os frades carmelitas (1592), à beira do Caminho do Mar (Rua do Carmo), e os monges beneditinos (1598), à margem do caminho da Ponte Grande (Rua Florêncio de Abreu). Embora as construções conventuais erguidas na ocasião estivessem situadas em pontos bem afastados do povoado, mantinham voltados para ele os seus frontispícios. Balizavam assim os limites da vila, ao mesmo tempo que velavam espiritualmente por ela.

No século seguinte foi a vez dos franciscanos. A princípio, instalaram-se na Ermida de Santo Antônio (1639), na atual Praça do Patriarca. Depois, em 1642, pretendendo fundar o seu convento, procuraram guardar, por motivos canônicos, em relação ao mosteiro beneditino a mesma distância que separava esse mosteiro do convento do Carmo. Por conseqüência – e contradizendo, nesse particular, a opinião da maioria dos historiadores –, deduzimos que a abertura da Rua São Bento não pode ser anterior a essa época. Unindo o mosteiro beneditino ao recém-construído convento franciscano, essa via, por sua configuração, destoa a olhos vistos das demais ruas paulistanas dos primeiros tempos: perfeitamente retilínea (com 700 m de comprimento por 7 m de largura), corta de modo ortogonal a Rua Direita, o que demonstra que seu traçado foi feito, excepcionalmente, com o concurso dos conhecedores do "rumo da agulha", como eram à época chamados os raros marujos topógrafos que apareciam no planalto (ATAS, v.4, p. 306). De fato, com a abertura da Rua São Bento se completava o triângulo ideal, quase equilátero – em cujos vértices estavam instaladas as três casas conventuais –, que, tal como um cinturão de proteção divina, passou desde então a circunscrever a vila de São Paulo.

Observamos assim que a presença de sedes de ordens religiosas à volta da vila acarretou imediatas alterações no esgarçado tecido viário localizado nas proximidades de sua minúscula área urbanizada. Já por volta de 1600, a Câmara havia fechado, sem dúvida a pedido dos monges, o caminho que se dirigia para o norte (Rua Florêncio de Abreu), por

atravessar o quintal do mosteiro beneditino (MARQUES, v.2, p. 129) – acontecimento da maior relevância, durante muito tempo estranhamente ignorado de modo sistemático por todos os estudiosos da história paulistana. Ao longo de nada menos do que 184 anos o caminho para as bandas da Luz não correspondeu à atual Florêncio de Abreu, mas, sim, à futura Rua Alegre (hoje Brigadeiro Tobias). Essa variante, por seu turno, parece ter-se originado como uma ramificação do velho caminho de Piratininga, conforme sugerem alguns documentos do século XVII analisados por Afonso de Freitas – apesar de esse autor jamais ter-se dado conta de que nessa época o caminho da Luz seguia pela Brigadeiro Tobias de hoje (FREITAS, p. 186-187). Em alguns textos antigos, deparamos mesmo com referências ao Ribeiro Iacuba e a certa lagoa próxima tanto do caminho de Piratininga, quanto do caminho de Nossa Senhora da Luz (FREITAS, p. 187-191; JORGE, 1988, p. 15 e 17). Essa lagoa nada mais seria que uma das existentes no local do atual Largo do Paiçandu, onde nascia o Ribeiro Iacuba ou Acu. Em razão da presença desses olhos d'água, o referido largo no início do século XIX chegou a ser conhecido pelo nome de Praça das Alagoas (ATAS, V.21, p. 405).

Por iniciativa dos próprios beneditinos, e com a anuência da Câmara, o primitivo caminho da Luz foi reaberto em 1784, agora sob a forma de rua (ATAS, v.18, p. 140-142). Muito íngreme, mal conservada e atravessando um pontilhão sobre o Anhangabaú, nunca foi apreciada pelos que demandavam a região norte da cidade, os quais continuaram a demonstrar preferência pela Rua Alegre. Essa situação só começou a mudar a partir do dia em que a então denominada Rua da Constituição foi nivelada e calçada a paralelepípedo por ordem de Florêncio de Abreu, presidente da Província que acabou por lhe emprestar o nome em 1881 (ATAS, v.67, p.159). Desse modo, toda a documentação relativa ao caminho do Guaré, ou da Luz, a partir dos primeiros anos de 1600 até 1784, deve ser interpretada tendo-se em mente o caminho que passava pela Rua do Seminário e pela atual Brigadeiro Tobias, e não pela Rua Florêncio de Abreu, ao contrário do que fizeram, invariavelmente, Afonso de Freitas e Maia Fina, entre tantos outros estudiosos.

Com o tempo novos caminhos e variantes foram sendo abertos, com o objetivo de oferecer aos viajantes itinerários mais econômicos e talvez menos acidentados. A oeste, surgiu o caminho de Jundiáí, apartando-se do de Sorocaba (antigo Peabiru) na altura do Piques. Passava pelas Ruas da Palha (hoje Sete de Abril) e do Arouche, pelo largo desse nome, pelas atuais Ruas Sebastião Pereira e das Palmeiras e pela Água Branca (ATAS, v.43, p. 137 e 159). Recentemente, o arquiteto e historiador Professor Carlos Lemos publicou uma planta reconstituída da cidade de São Paulo em 1775 (LEMONS, 2004, p.174-175), que traz equivocadamente a saída para Jundiáí passando pela Avenida São João. Apesar de cometido com certa frequência, é inadmissível esse engano. A Rua São João foi encompridada pela primeira vez a partir da ladeira desse nome na penúltima década do século XVIII, com a construção da primeira ponte do Marechal (1786-1788); sofreu sucessivos prolongamentos ao longo do XIX, mas só se tornou avenida e atingiu sua extensão atual no início do século passado. Não tem portanto o menor sentido fazer dessa via uma das saídas da cidadezinha colonial. Afinal, até as Atas oitocentistas insistiam em afirmar que a saída para Jundiáí iniciava-se no Piques (ATAS, v.43, p. 137 e 159), desviando-se do caminho que ia a Sorocaba (Rua da Consolação). A sudoeste, já estava aberto em 1639 o novo caminho de Santo Amaro, que seguia os leitos da atual Rua Santo Amaro e de parte da Avenida Luís Antônio, continuando em direção à Várzea do Rio Pinheiros (R. G. v.2, p. 88, 135, 138 e 152; MONTEIRO, 1943, p. 17). Ao sul, foi traçado, em

fins do século XVI ou começo do seguinte, novo segmento inicial do Caminho do Mar, representado, como visto, pelas atuais Ruas da Glória e Lavapés (ATAS, v.38, p. 259). A leste, nova saída para a Penha e Rio de Janeiro, começando por uma ladeira fundamente assentada no terreno em frente do convento do Carmo e atravessando a Várzea do Tamanduateí por meio de um longo aterrado – estrada que, supomos, provinha do início do século XVIII, e à margem da qual teria origem, depois, o arrabalde chacareiro do Brás.

Com efeito, inúmeras outras sendas vicinais, remontando ao período pré-cabralino ou à época mais recente, se cortavam mutuamente ou cruzavam os caminhos já descritos, formando uma verdadeira rede de integração regional. Muitas delas infelizmente de difícil ou impossível identificação. Uma, porém, foi reconhecida por Afonso de Freitas como sendo a Rua Ipiranga (FREITAS, p. 180, 184 e 191). De origem pré-cabralina, esse segmento viário punha em comunicação o antigo Peabiru com o caminho de Piratininga. Nas Atas da Câmara de 1800, ele é descrito como a estrada que unia as imediações da Igreja de Santa Ifigênia ao Bairro do Piques, onde se conectava com a estrada geral do Aniceto (Rua da Consolação) (ATAS, V.20, p. 256 e 258-259) – traçado correspondente à Rua Torta, delineada na Cidade Nova (Centro Novo) em 1808, denominada também Rua da Alegria e, em 1865, rebatizada com o nome de Rua Ipiranga.

## Os largos de São Paulo

Consultando a “Planta da Restauração da Capitania”, planta da Cidade de São Paulo assim nomeada pelo Professor Nestor Goulart Reis Filho, datada por nós de c. 1785, ou a planta executada por Rufino José Felizardo Costa, datada de c. 1810, verificamos sem esforço que foi a partir dos cruzamentos desses vários caminhos ou de suas bifurcações que se formaram, na maioria das vezes, os primeiros largos paulistanos. Com exceção do terreiro jesuítico (de onde surgiria o Pátio do Colégio de nossos dias) – que, repetimos, deve ter-se originado da praça central da aldeia indígena de 1553 –, da praça pública onde se ergueu o pelourinho (espaço desde então desaparecido), aberta no fundo da Câmara Municipal, cuja sede se erguia em frente da Igreja do Colégio, e dos adros fronteiros às três igrejas conventuais, todos os outros logradouros antigos da cidade parecem ter nascido de maneira completamente espontânea.

Nas proximidades da encruzilhada do ramal paulista do Peabiru com a trilha indígena que ligava Jeribatiba a Piratininga formou-se a pequenino Largo da Misericórdia; do mesmo modo, nas imediações da interseção do caminho do Guaré com o Peabiru surgiu o Largo da Sé. No ponto em que se afastavam os caminhos dos Pinheiros (Peabiru) e de Jundiá (Ladeira da Memória) formou-se o Piques, largo de forma triangular, onde o depois Marechal Daniel Pedro Müller ergueu, em 1814, sua famosa “pirâmide” de pedra. Os dois caminhos da Luz (atuais Florêncio de Abreu e Brigadeiro Tobias), próximos e paralelos a partir de determinado ponto (início da Avenida Tiradentes), deram origem a um espaço extraordinariamente amplo, depois conhecido por Campo da Luz, e mais tarde ainda por Largo do Jardim, onde se realizavam feiras no final do século XVIII (SANT’ANNA, v.2, p. 77-78).

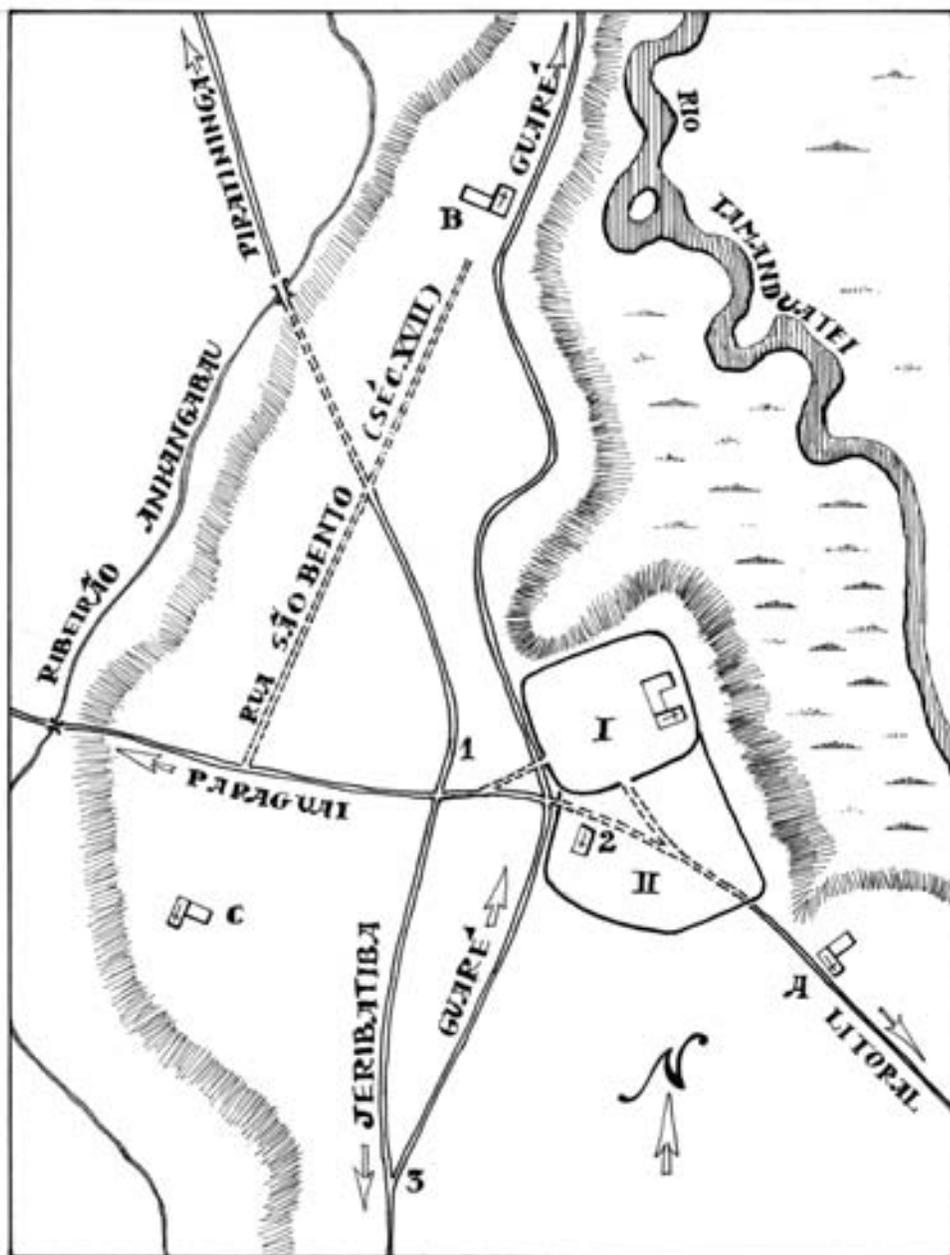
No lugar em que se separava o caminho que buscava o norte (Guaré) do caminho de Virapoeira, ou de Santo Amaro, que vinha do sul, apareceu o Pátio de São Gonçalo, depois Praça Dr. João Mendes, e na altura em que a via (atual Avenida Ipiranga) que fazia

a interligação do Peabiru com o caminho de Piratininga cruzava o caminho de Jundiá (Ruas Sete de Abril e do Arouche) tomou forma a Praça da Alegria, depois Largo dos Curros, e hoje Praça da República. E ainda no caminho de Jundiá, numa inflexão que havia logo adiante da Praça da Alegria, o Coronel Arouche, responsável pela abertura da Cidade Nova, no Morro do Chá, demarcou, em 1808, num largo decerto preexistente, um espaço destinado às evoluções militares a serem executadas pelos Voluntários Reais, o que motivou o primeiro nome dado a esse novo logradouro: Praça da Legião (JORGE, [1985], p. 46), atual Largo do Arouche.

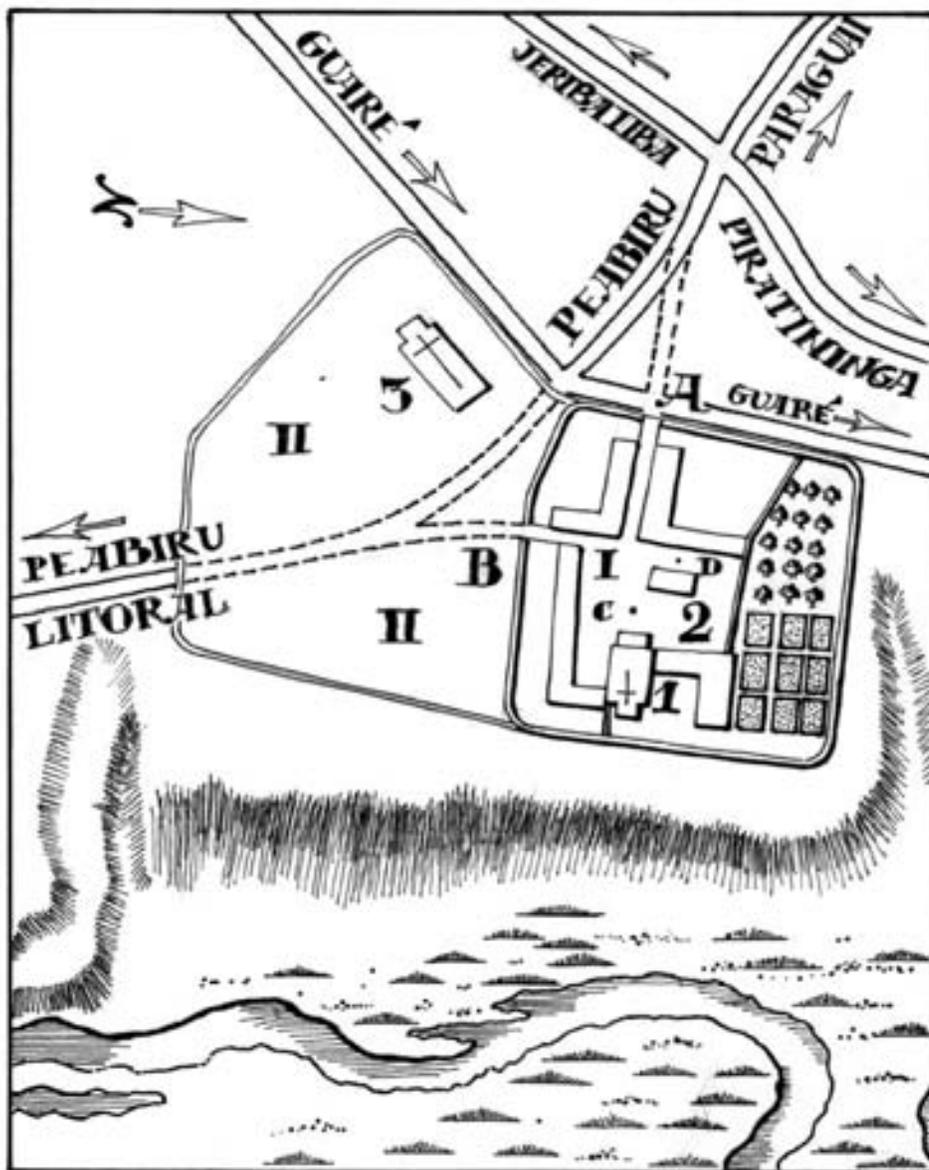
Em alguns desses largos, ou em bifurcações, ou mesmo em meras inflexões de caminhos, foram com o tempo, num movimento centrífugo, sendo edificadas igrejas de irmandades, quase sempre de origem social bastante modesta. A Igreja da Misericórdia (c.1599), no largo de mesmo nome; São Gonçalo (1756) – e depois Nossa Senhora dos Remédios (1825) –, no largo desde então denominado de São Gonçalo; Rosário dos Pretos (c.1721), numa bifurcação do caminho que naquela altura conduzia ao mosteiro de São Bento, hoje Rua 15 de Novembro; Santa Ifigênia (1794), numa bifurcação do antigo caminho de Piratininga; Boa Morte (1802-1810), na inflexão que o velho Caminho do Mar (Peabiru) fazia ao se aproximar da Várzea do Tamandateí (Rua do Carmo esquina com a Rua Tabatinguera), Santo Antônio (de data imprecisa, talvez do início do século XVII), quase na curva que um hipotético trecho novo do caminho de Pinheiros (Rua Direita, atual Praça do Patriarca) fazia ao se precipitar em direção ao Vale do Anhangabaú, e Nossa Senhora da Consolação (c.1801), pouco adiante da mudança de direção que a estrada de Sorocaba (Peabiru) sofria ao subir a encosta do Caaguacú (no alto do qual se encontra a atual Avenida Paulista).

## Conclusão

De tudo quanto se viu, constata-se claramente que a constituição básica da rede viária paulistana mais remota se deu, via de regra, a partir dos eixos estruturadores representados por velhas trilhas indígenas. Ao contrário do que ocorreu em algumas cidades brasileiras, Salvador por exemplo, na São Paulo dos primeiros tempos foi quase nula a formação planejada, isto é, intencional de ruas e largos, prevalecendo a espontânea e gradativa incorporação no núcleo urbano da densa malha de veredas preexistentes, algumas das quais de remota origem pré-cabralina. Só a partir do Seiscentos, quando foi aberta a Rua São Bento, e sobretudo a partir dos derradeiros anos do Setecentos, é que as autoridades municipais e da Capitania se preocuparam em começar a ordenar e orientar o crescimento da cidade. Dos tempos dos capitães-generais procedem a abertura de ruas novas (Florêncio de Abreu, em 1784 – esta de fato uma iniciativa dos beneditinos, consentida pela Câmara –, e Rua Nova de São José, hoje Líbero Badaró, em 1787), a construção das primeiras pontes de pedra (Ponte do Marechal, entre 1786 e 1788; Ponte do Lorena, em 1795, e Ponte do Carmo, entre 1805 e 1808), e ainda a expansão da área urbanizada (arruamento da Cidade Nova, no Morro do Chá, em 1808). No caso de São Paulo, a organização informal do espaço urbano preponderou nos primeiros séculos e pode ser ainda hoje em parte reconstituída, ao confrontarmos, atentos, a documentação escrita remanescente e as primeiras plantas da cidade com o tecido urbano aparentemente caótico da megalópole de nossos dias.



**Reconstituição do traçado dos principais caminhos pré-cabralinos:** I – Área murada original. Aldeia indígena criada em 1553 e transformada em aldeamento jesuítico no ano seguinte. II – Área murada acrescida em 1594. Trilhas pré-cabralinas ———; Trechos hipotéticos - - - - -; Ruas posteriores =:~::~=. 1 – Futuro Largo da Misericórdia. 2 – Futuro Largo da Sé. 3 – Futuro Largo de São Gonçalo. A – Convento do Carmo (1592). B – Mosteiro de São Bento (1598). C – Convento franciscano (1642)



**Reconstituição gráfica hipotética da Vila de São Paulo do Campo e alguns de seus caminhos (fins do século XVI). I – Área murada original. II – Área murada acrescida em 1594. 1 – Segundo Colégio dos Jesuítas, com igreja alpendrada (construção do Padre Afonso Brás, 1556). 2 – Primeira Casa de Câmara e Cadeia (1575). 3 – Primeira Matriz (1594-1620). A – Porta dita de Afonso Sardinha, provavelmente provida de atalaia e voltada para o caminho do sertão (Peabiru, em direção ao Paraguai). B – Porta voltada para o Caminho do Mar (Peabiru, em direção ao litoral vicentino). C – Cruzeiro erguido defronte à igreja jesuítica. D – Pelourinho chantado na praça pública, provavelmente situada detrás da Casa de Câmara e Cadeia.**

## Referências bibliográficas

- ALINCOURT, Luís d'. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. São Paulo: Martins; Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.
- ARROYO, Leonardo. **Igrejas de São Paulo**. São Paulo: J. Olympio, 1953.
- ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo; Departamento de Cultura, 1914-1951. (v. 1, v. 2, v. 4, v. 18, v. 20, v. 21, v. 38, v. 43 e v. 67).
- CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- CARTAS DE DATAS DE TERRA. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937-1939. (v. 6, v. 11).
- DEUS, Frei Gaspar da Madre de. **Memórias para a história da Capitania de São Vicente**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.
- FINA, Wilson Maia. **O chão de Piratininga**. São Paulo: Anhambi, 1965.
- FREITAS, Affonso A. de. **Tradições e reminiscências paulistanas**. 3. ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. (Coleção Paulística, 9)
- \_\_\_\_\_. Piratininga, a achada. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, v. 182, p. 119-258, jul./dez. 1971.
- GONÇALVES, Daniel Issa. O Peabiru: uma trilha indígena cruzando São Paulo. **Cadernos de Pesquisa do LAP**. São Paulo, n. 24, p. 1-74, mar./abr. 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- JORGE, Clóvis de A. **Consolação**. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, [1985]. (História dos bairros de São Paulo, 22).
- \_\_\_\_\_. **Luz**. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1988. (História dos bairros de São Paulo, 27).
- \_\_\_\_\_. **Santa Ifigênia**. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1999. (História dos bairros de São Paulo, 23).
- LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1956-1958. 3 v.
- LEMOS, Carlos A. C. Organização urbana e arquitetura em São Paulo dos tempos coloniais. In: PORTA, Paula. (Org.). **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. 1, p. 145-177.
- LUÍS, Washington. **Na Capitania de São Vicente**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- MARQUES, M. E. de Azevedo. **Apontamentos históricos...da província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. v. 2.
- MONTEIRO, Zenon Fleury. **Reconstituição do caminho do carro para Santo Amaro**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1943. v. 1.
- MOURA, Gentil de Assis. Santo André da Borda do Campo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo, v. 14, p. 5-24, 1909.
- PERALTA, Inez G. **O caminho do mar**. Cubatão: Prefeitura Municipal de Cubatão, 1973.
- PEREIRA, Baptista. A cidade de Anchieta. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, v. 23, p. 5-123, maio 1936.
- PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: EDUSP, 1995.
- REGISTRO GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. (R.G.) São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo / Departamento de Cultura, 1917-1946. (v. 2, v. 12, v. 14).
- REIS FILHO, Nestor Goulart dos. **São Paulo: vila, cidade, metrópole**. São Paulo: Bank Boston; Prefeitura de São Paulo, 2004.

- ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. **São Paulo**: redirecionando sua história. São Paulo, 1992. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SAMPAIO, Teodoro. São Paulo no tempo de Anchieta. In: \_\_\_\_\_. **São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.
- SANT'ANNA, Nuto. **São Paulo histórico**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937-1944. 6 v. \_\_\_\_\_. Os muros defensivos da vila. In: \_\_\_\_\_. **Ensaios paulistas**. São Paulo: Anhambi, 1958.
- TAUNAY, Affonso de E. **S. Paulo nos primeiros annos (1554-1601)**. Tours: Imp. E. Arrault et Cie., 1920.
- \_\_\_\_\_. **Velho São Paulo**. São Paulo: Melhoramentos, [1953]. v. 1.
- TOLEDO, Benedito Lima de. O Triângulo e a configuração de suas ruas e largos. **Cadernos de fotografia brasileira**. São Paulo, n. 2, p. 360-379, jan. 2004.

### **Documentação cartográfica**

- PLANTA Geral dos Rios da Cidade de São Paulo: planta geral das nascentes, vertentes e curso de águas no perímetro da Cidade de S. Paulo. São Paulo, 1889. Escala 1:5000. (Acervo Arquivo Histórico Municipal Washington Luís ).
- SÃO PAULO (Cidade). Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. **São Paulo Antigo**: plantas da cidade. São Paulo: 1954. Planta n. 1 (1810).

---

Eudes Campos é arquiteto, doutor pela FAU USP. Pesquisador do Arquivo Histórico Washington Luís.

# Os nomes das ruas: breve história de um patrimônio sempre em risco

Luís Soares de Camargo

“Em assunto de nomes de ruas há uma coisa má: - não contar até cem antes de resolver sobre a denominação; mas, há coisa mil e uma vezes pior: - mudar nomes, sem que motivos ponderosos (desses que saltam aos olhos mais fracos) justifiquem peremptoriamente a mudança”<sup>1</sup>

Escrita pelo então prefeito Washington Luís em 1918, esta frase não foi a primeira e nem seria a última crítica à prática constante de se alterarem as denominações das ruas da cidade. De fato, a mais antiga referência sobre este problema em São Paulo data de 1831, ocasião em que o então Imperador D. Pedro I renunciou ao trono do Brasil, num episódio que passou para a história com o nome de Abdicação. A data, 7 de abril de 1831, foi considerada como uma vitória dos brasileiros contra as tendências absolutistas de D. Pedro I e, também, porque pairava no ar uma ameaça de reunificação do Brasil com Portugal. Na Câmara Municipal paulistana, as notícias que chegaram da corte foram recebidas com entusiasmo, ocasião em que o vereador Candido Gonçalves Gomide pronunciou um empolgante discurso e, pela primeira vez, propôs que tais acontecimentos fossem perpetuados nos nomes das ruas. Na íntegra, a indicação foi a seguinte:

---

<sup>1</sup> Souza, Washington Luis Pereira de. *Nomes dados a ruas, largos, avenidas, praças e travessas pela Câmara e Prefeitura de S. Paulo, nos anos de 1914, 15, 16 e 17*. S.P., Prefeitura do Município de São Paulo, Typ. Augusto Siqueira & C., 1918.

“O senhor Gomide indicou que, para perpetuar-se a memória da gloriosa vitória conseguida no Rio de Janeiro pelo povo contra o poder injusto e iníquo, vitória que libertou a pátria do pesado jugo que a oprimia, se denominasse d’ora em diante a rua do Rosário como rua 7 de Abril, a de Santa Tereza como rua da Abdicação, o largo do Curso Jurídico como praça da Liberdade, e o de São Gonçalo como praça do Povo.”<sup>2</sup> (meus destaques: o largo do Curso Jurídico era também conhecido como largo de São Francisco)

Como podemos observar, esta proposta sugeria que alguns nomes significativos e de origem popular deveriam ser alterados para promover a lembrança de outros acontecimentos. Neste caso - e como parte de um processo recorrente em nossa história - as ruas estariam servindo como um suporte para a perpetuação de determinados momentos ou, como é mais comum nos dias atuais, para marcar o nome de grandes personalidades. Apesar de não concretizada nos moldes desejados pelo então vereador Gomide, o caso é que surgiram de seu discurso duas denominações hoje altamente significativas na malha viária da cidade: a rua 7 de Abril (nome aplicado a antiga rua da Palha e não a *rua do Rosário* como na proposta) e Liberdade, denominação esta dada a um chafariz existente no *largo do Curso Jurídico* e não no próprio largo como queria o vereador. Posteriormente, este chafariz foi transferido para um local próximo e, a partir de então denominou todo um bairro: o da Liberdade.

A não aprovação na íntegra daquela proposta foi em decorrência de um parecer contrário emitido por uma comissão da própria Câmara que, apesar de concordar com as novas homenagens, lembrou que as ruas do Rosário (atual 15 de Novembro), Santa Teresa e as praças de São Francisco e São Gonçalo (hoje praça Dr. João Mendes) tinham as suas denominações já bastante “*arraigadas*” e que, portanto, “*teria o povo dificuldades de deixá-las*”. Isto posto, a dita comissão sugeriu que as novas denominações fossem aplicadas posteriormente, “*para as primeiras ruas, praças ou obras públicas magestosas*” que se fizessem.<sup>3</sup> Era, de um lado, a primeira proposta para promover o desaparecimento de um patrimônio e, ao mesmo tempo, a tentativa de preservá-lo.

Ao tomarmos como referência esta primeira interferência do governo visando a alteração de algumas denominações, não podemos deixar de registrar o fato de que a própria população também agia nesse sentido, ou seja, substituindo alguns nomes tradicionais por outros de momento. Apesar de mais raros, um exemplo claro desse processo pode ser encontrado na conhecida rua 15 de Novembro, cujos primeiros registros na documentação oficial da cidade datam de 1668. Naquela época ela era conhecida como *rua de Manoel Paes Linhares*, um conhecido bandeirante do século XVII que ali residia. A partir de 1715, com a construção da Igreja do Rosário dos Homens Pretos na atual praça Antônio Prado, ela passou a ser conhecida como *rua do Rosário*, denominação esta dada pelo próprio povo. Esta última, por sua vez, permaneceu até o dia 26/01/1846, ocasião em que D. Pedro II e sua família visitaram a cidade. Como forma de homenagear a esposa do imperador, D. Teresa Cristina, a Câmara Municipal decidiu alterar o nome da *rua do Rosário* para *rua da Imperatriz* (aqui uma mudança feita pelo poder público). Posteriormente, com

2 Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Vol. XXVI, 1831-1832, sessão do dia 04/05/1831, p. 59.

3 Id. ibidem, sessão do dia 11/05/1831, Relatório da Comissão Permanente, p. 70.

a Proclamação da República aos 15/11/1889, mais uma vez os vereadores paulistanos decidiram alterar o seu nome para *rua 15 de Novembro*, que permanece até hoje.

## As denominações populares

Nos primeiros séculos de existência, os logradouros paulistanos receberam denominações populares (atribuídas pelo próprio povo) tendo como motivos a predominância de um templo religioso, um aspecto da geografia local, utilizando o nome de um morador muito conhecido ou fazendo referência a um tipo especial de comércio existente nos arredores. E assim foi por cerca de 250 anos, ou seja, quem atribuía nomes às ruas era a própria população.

Em seu livro *Vida e Morte do Bandeirante*<sup>4</sup>, Alcântara Machado estudou o assunto e, com base nos antigos Inventários e Testamentos, ele constatou que “*nos processos mais remotos não se mencionava a situação exata dos imóveis*”, e isso porque a cidade era tão pequena e poucos eram seus moradores, que todos se conheciam. Nos primeiros anos, por exemplo, as casas construídas em São Paulo não possuíam números, uma vez que todos sabiam onde elas se localizavam.

Nesse ponto, a curiosidade nos leva a fazer a seguinte pergunta: de que maneira então as pessoas escreviam seus endereços? Alcântara Machado recolheu alguns deles em documentos dos séculos XVI e XVII. Assim, ficamos sabendo que os antigos paulistanos residiam “... *pegado com Pedro Taques*” “... *junto à casa da Fundição*”, “... *junto aos muros dos frades de São Francisco*”, “... *defronte do Colégio*”, “... *defronte do pelourinho*”, **ou** “... *defronte a Cadeia*”. E isso bastava, pois os moradores localizavam-se uns aos outros com essas poucas informações.

Não havia ainda um nome próprio para cada rua e sim uma indicação, como em outros casos anotados pelo autor como “*a travessa que vai para as casas do defunto dom Simão*”, “*a rua defronte de João Paes*”, “*a rua em que mora Marcellino Camargo*”, “*a rua em que tem casas Francisco Furtado*”, dentre outras.

Ainda no século XVI, e através Atas da Câmara - o mais antigo conjunto documental da cidade - uma pesquisa nos revela que a primeira menção a uma **rua** da antiga vila paulistana ocorreu no dia 6 de fevereiro de 1638. Como se trata de um importante registro histórico, ele segue transcrito com o português da época:

*“Aos seis dias do mes de fevereiro de mil seis sentos e trinta e oito anos nesta villa de são paulo nas casas do conselho desta vila onde se fas vereasão se juntarão ahi os vereadores e juís ordinario pero leme e o procurador do conselho pera se faser vereasão e sendo juntos os ofisiaes por eles foi dito ao procurador do conselho se ele tinha que requerer do bem comu desta vila o fisese e pelo procurador do conselho foi dito e requerido aos ditos ofisiaes da camara que lhes requiera desem coreisão visto ser pasado o mes de janero e que outrosi lhes requeria mandasem desaterar hu aterado que estava na rua que vai para santo antonio por que era prejuiso dos moradores que andão por esta vila ...”<sup>5</sup>*

4 Machado, Antonio Castilho de Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, S.P., 1930.

5 Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Vol. IV, 1629-1639, sessão do dia 06/02/1638, p. 380.

Em outras palavras, os vereadores reclamavam que havia um “aterrado” (ou um monte de terra) que estaria prejudicando o trânsito de pedestres na dita rua e, por isso, determinaram que se removesse essa terra (daí o “desaterrar”). Mas, que rua seria esta que vai para Santo Antônio? Para decifrar o mistério, precisaremos recorrer a outros documentos. Assim, continuando a leitura das Atas da Câmara, encontramos uma outra referência que esclarece um pouco mais a questão:

*“Aos desanove dias do mes de novembro de mil e seis sentos e trinta e nove anos nesta vila são paulo nas casas do conselho dela onde se fas vereasão se juntarão ahi os ofisiaes da camara vereadores e juis ordinario e produrador do conselho para se faser vereasão se juntarão ahi os ofisiaes sobreditos e por eles foi dito ao procurador do conselho que se tinha que requerer o fissesse e pelo procurador do conselho foi dito que lhes requeria mandassem consertar e aterar a rua que vai da misericordia pera santo antonio per faser nela lagoas ...”<sup>6</sup>*

Neste relato de 19 de novembro de 1639, os vereadores denunciavam a existência de um buraco na mesma, o que dava motivo de formar-se ali *lagoas* (lagoas), sendo necessário consertar e aterrar. Nos trechos dos documentos citados, o primeiro de 1638 e o segundo de 1639, encontramos duas importantes referências: as igrejas da Misericórdia e a de Santo Antonio. Delas, a única que sobreviveu até os dias de hoje foi a de Santo Antonio, localizada na atual praça do Patriarca. A da Misericórdia, por sua vez, foi demolida em 1888, mas sabemos que ela localizava-se no largo da Misericórdia, ao lado da praça da Sé. Com todas essas referências, localizamos o antigo logradouro citado nas Atas: é a atual e muito conhecida *rua Direita*. Essa informação, inclusive, pode ser confirmada ainda por outros documentos, uma vez que ela foi citada depois como “*rua direita da Misericórdia*” e também como “*direita da Misericórdia para Santo Antonio*”.<sup>7</sup>

Além das ruas, largos e travessas localizadas no interior da cidade, outras vias também já recebiam denominações desde o século XVI como o *Caminho de São Vicente* (citado em 21/04/1572), o *Caminho da Fonte* (28/06/1572), o *Caminho do Conselho para Virapoeira*<sup>8</sup> (30/03/1575) e também o *Caminho de Pinheiros*, a *Ponte do Tamanduateí*, o *Caminho do Mar* e o *Caminho do Ipiranga*, todos citados nas Atas da Câmara.

Entre os séculos XVII e XVIII, já estavam abertas e denominadas as atuais ruas Boa Vista e Quitanda, bem como a Ladeira Porto Geral. Essas antigas denominações foram das poucas que permaneceram até os dias de hoje, uma vez que algumas extremamente pitorescas acabaram desaparecendo como o *beco da Cachaça* (trecho incorporado à rua da Quitanda), *beco do Inferno* (atual rua do Comércio) *beco dos Cornos* (atual rua da Assembléia).

A grande maioria dessas denominações populares não mais existem seja pela interferência do governo municipal que substituiu grande parte delas, seja pelo simples desaparecimento das vias por conta das várias reformas urbanas que a cidade sofreu.

6 Id. *ibidem*, sessão do dia 19/11/1639, p. 449.

7 Várias cidades coloniais brasileiras possuíram suas ruas *Direitas* que, também, são comuns em Portugal. São Paulo é das poucas cidades que ainda conserva este nome na sua malha viária. A explicação para esta denominação decorre de um princípio muito simples: essas ruas começavam sempre no lado direito de alguma igreja, daí a denominação de *Rua Direita da Misericórdia*.

8 *Virapoeira* é o atual Ibirapuera.

Entretanto, merece destaque na “História das Ruas de São Paulo” o momento preciso em que a Câmara Municipal toma para si a incumbência de regulamentar as denominações.

Desde 1560, quando foi instalada a 1ª Câmara Municipal, e até a Proclamação da República em 1889, o governo local era exercido apenas pelos vereadores que detinham os poderes legislativo e executivo. Logo após a República, tivemos a criação do cargo de intendente (um ou mais vereadores com o poder executivo) e, em 1898, tomou posse o primeiro prefeito, Antônio da Silva Prado. Nesse contexto, e durante todo o século XIX, era apenas a Câmara Municipal que legislava sobre as denominações das ruas e, partir do século XX, também o Prefeito.

Entretanto, o início dessa prática pelo governo municipal somente ocorreria a partir de 1809, mais especificamente a partir do dia 9 de setembro de 1809. Naquela data, os vereadores paulistanos receberam um ofício do ouvidor da comarca, Miguel Antônio de Azevedo Veiga, nos seguintes termos:

*“Para a mais pronta expedição do lançamento da Décima que pretendo fazer nos prédios urbanos desta cidade, logo que me recolha da correição das villas do Norte, ordeno a Vossas Senhorias que sem perda de tempo passem a mandar escrever em cada princípio de rua na quina, ou canto de casa, que ficar mais commodo o nome da mesma rua, e consecutivamente em cada propriedade de casa os números por letras de algarismos desde um até ficarem numeradas todas as propriedades de casa da respectiva rua, começando novamente pelo mesmo número um na seguinte rua, tudo como na primeira, de maneira que em toda a cidade não fique rua, ou beco sem nome, assim como propriedade alguma de casa sem número no alto da porta, que der principal servidão á mesma casa, pela maneira que fica insinuada. Deus Guarde a Vossas Senhorias. (...)”<sup>9</sup>*

Em outras palavras, o Ouvidor determinava aos vereadores que registrassem as denominações das ruas em placas e numerassem as casas. O motivo para isso era bem claro: a cobrança de impostos. Ora, podemos entender a preocupação do Ouvidor, uma vez que, como vimos, São Paulo era até então uma cidade onde os nomes das ruas não eram oficializados e, tão pouco, as casas possuíam números. Neste caso, como controlar o pagamento das taxas e impostos que deveriam ser pagos pelos moradores? De outra parte, aqui fica bem explícito um outro objetivo que seria alcançado através da denominação das ruas e numeração das casas: um controle mais efetivo da população por parte do governo.

Mas surge uma questão: por que isso ocorreu somente a partir de 1809? A resposta nos chega a partir de um episódio bastante conhecido na história brasileira, ou seja, a transferência para o Brasil de toda a corte portuguesa em 1808. Instalado no Rio de Janeiro, D. João VI implanta uma nova legislação e exige o cumprimento da antiga que, até então, não era seguida à risca. E, nesse caso específico, a cobrança de impostos sobre as propriedades urbanas. É interessante notar que um episódio de nossa história - a chegada de D. João VI ao Brasil em 1808 - apesar de ter sido muito analisado pelos nossos

---

9 Id. ibidem, Vol. XXI, 1809-1815, sessão do dia 09/09/1809, p. 47. Veja também Registro Geral da Câmara Municipal, Vol. XIV, p. 134 e 135.

historiadores, guarda ainda esse importante aspecto, pois alterou significativamente o cotidiano ou a vida das pessoas comuns nas cidades brasileiras.

A esse respeito, citamos um outro alvará recebido pela Câmara Municipal de São Paulo dias antes daquela ordem para nomear as ruas e numerar as casas:

*“Por Alvará da mesma data é Sua Alteza Real igualmente servido mandar estabelecer nesta cidade, nas villas, e logares notáveis de serra acima desta capitania a décima nos prédios urbanos para o que se há de proceder nos respectivos lançamentos e ser arrecadada a sobredita décima nos tempos determinados.”<sup>10</sup>*

Posteriormente, os vereadores tomaram todas as medidas preconizadas pelo Ouvidor no que diz respeito à solicitação para a numeração das casas e denominação das ruas. Aos 5 de novembro de 1809, por exemplo, eles informaram que *“colocaram em praça (uma espécie de concorrência pública) a dita obra para ver que por menos o fazia”*. Mas, apresentou-se apenas um concorrente *“dando o lance de noventa e seis mil réis”*, um preço exorbitante nas palavras dos vereadores. Por conta disso, resolveram eles que fariam o trabalho de emplacamento das ruas por meio de vários pequenos contratos com empreiteiros, pois assim ficaria mais barato.<sup>11</sup> Consultado a respeito, o Ouvidor aceitou a proposta da Câmara e disse textualmente que *“á vista de todo o ponderado approvo que Vas. Sas. mandem fazer a mesma obra quanto antes, ou por jornaes, ou de empreitada, tudo com a maior economia, e zelo, como espero.”<sup>12</sup>*

A partir daquele momento, o governo municipal passou a atuar também nesse campo (o da denominação dos logradouros) que, até então, estava mais a critério dos próprios moradores.

Esta atuação, por sinal, criaria as condições para que em 1831 o vereador apresentasse aquela proposta sugerindo a alteração do nome de várias ruas.

## As alterações no século XIX

Como vimos, a prática de se alterar os nomes das ruas não é algo recente na nossa história e, mesmo no século XIX elas ocorreram amiúde. Em 1865, e já devido a um certo crescimento da cidade pela expansão da lavoura cafeeira, o então vereador Malaquias Rogério de Salles Guerra foi encarregado de estudar as diversas denominações dos logradouros da cidade com a incumbência de propor as alterações necessárias. Assim, no dia 28 de novembro daquele ano, ele apresentou o seu relatório *“... dando conta das despesas feitas com a numeração das casas, e inscripções dos nomes de cada hua das ruas da Cidade...”<sup>13</sup>*, e informando sobre as diversas alterações que deveriam ser promovidas.

10 Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, Vol. XIV, 1808-1813, p. 127.

11 Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Vol. XXI, sessão do dia 05/11/1809, p. 58 e 59. Veja também Registro Geral da Câmara, Vol. XIV, p. 150 e 151.

12 Registro Geral da Câmara, Vol. XIV, p. 151 e 152.

13 Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 1865, sessão do dia 28/11/1865, p. 306.

Inicialmente, ele relacionou os largos, praças, ruas, becos, travessas e ladeiras cujos nomes deveriam ser modificados:

<b>NOME ANTIGO</b>	<b>NOME PROPOSTO</b>	<b>NOME ATUAL</b>
Largo do Pelourinho	Largo 7 de Setembro	preservado
Largo do Bexiga	Largo do Riachuelo	Praça das Bandeiras
Praça do Curro	Largo 7 de Abril	Praça da República
Tanque do Arouche	Campo do Arouche	Largo do Arouche
Tanque do Zunega	Praça do Paissandú	Largo do Paiçandu
Campo Redondo	Campo dos Guaianases	Praça Princesa Isabel
Largo do Brás	Largo da Concórdia	preservado
Rua detrás do Carmo	Rua dos Carmelitas	preservado
Rua detrás do Quartel	Rua do Trem	Rua Anita Garibaldi
Rua detrás da Sé	Rua de Santa Teresa	preservado
Rua de Santa Theresa	Rua do Carmo	Rua Roberto Simonsen
Rua do Cônego Leão	Rua da Liberdade	Av. Liberdade
Rua detrás da Cadeia	Rua da Cadeia	não mais existe
Rua do Rego	Rua de Santa Cruz	não mais existe
Rua das Casinhas	Rua do Palácio	Rua Anchieta
Rua de Baixo	Rua 25 de Março	preservado
Rua da Freira	Rua Senador Feijó	preservado
Rua da Casa Santa	Rua do Riachuelo	preservado
Rua Mata Fome e Alegria	Rua Ipiranga	Av. Ipiranga
Rua da América	Rua do Paraíso	Rua Sebastião Pereira
Rua do Acú	R. Seminário das Educandas	Rua do Seminário
Rua de Santo Elesbão	Rua Aurora	preservado
Rua Bella	Rua dos Timbiras	preservado
Rua do Meio	Rua Amador Bueno	Rua do Boticário
Rua do Campo Redondo	Rua dos Guaianases	preservado
Rua Estreita	Rua do Bom Retiro	R. General Couto Magalhães
Beco 2º do Quartel	Rua do Teatro	não mais existe
Beco do Inferno	Travessa do Comércio	Rua do Comércio
Travessa das 7 Casas	Trav. da Caixa d'água	Rua Barão de Paranapiacaba
Travessa da Casa Santa	Trav. Faculdade de Direito	Rua Cristóvão Colombo
Beco dos Sapos	Travessa do Seminário	não mais existe
Travessa entre as ruas da Constituição e Bom Retiro	Rua Episcopal	Rua Washington Luís
Travessa do Jardim	Trav. do Jardim Botânico	não mais existe
Ladeira do Bexiga	Ladeira de Santo Amaro	Rua do Ouvidor
Ladeira do Dr. Falcão	Ladeira de Santo Antônio	Rua Dr. Falcão
Ladeira da Ponte do Acú	Ladeira de São João	Av. São João

Com a reorganização do poder municipal após a Proclamação da República em 1889, criou-se o cargo de Intendente. Eleito indiretamente pela Câmara Municipal, cada Intendente era escolhido dentre os próprios vereadores e ficava responsável pelo poder executivo. Na cidade de São Paulo foram escolhidos diversos Vereadores-Intendentes,

cada um deles responsável por uma área específica. Assim, a partir de 29/09/1892 (Lei Municipal nº 1) criou-se quatro Intendências: de Justiça e Polícia, de Higiene e Saúde Pública, de Obras Municipais e a de Finanças. A responsabilidade pela oficialização das denominações nos logradouros públicos ficou a cargo do Intendente de Obras que deveria sempre ouvir os vereadores da Câmara Municipal. Nesse sentido, no dia 24 de outubro de 1892 foi sancionada a primeira Resolução sobre este assunto:

### **RESOLUÇÃO n. 3**

*Muda o nome da rua da Academia para o de “Christovam Colombo”*

O cidadão Joaquim Franco de Camargo Junior, Intendente de Obras Municipais, Faça publico que a Camara Municipal de São Paulo, resolveu dar o nome de *Christovam Colombo* á rua da Academia, visto que nesse estabelecimento scientifico foi celebrado o 4º centenario da descoberta da America e na face que faz o mesmo estabelecimento para essa rua está collocada a pedra commemorativa por iniciativa da Colonia Italiana.

Paço da Camara Municipal de S. Paulo, 24 de outubro de 1892.

O Intendente de Obras, *Joaquim Franco de Camargo Júnior*

O Secretaria interino, *Arthur S. Ferreira Guimarães*.<sup>14</sup>

Observação: Esta Resolução pode ser considerada como o primeiro ato da moderna legislação que se implantou a partir da República no que diz respeito aos nomes das ruas. Antes disso, os vereadores legislavam através de indicações que poderiam ser aprovadas ou não, mas que não recebiam qualquer número. Para os casos considerados mais importantes, existiam as Posturas. Para as denominações, inicialmente foram utilizadas as Indicações e, mais tarde os Atos, Portarias, Decretos e Leis.

## **A difícil preservação de um patrimônio**

Através dessa rápida retrospectiva, algumas análises já são possíveis de serem feitas. No caso paulistano, como de resto nas demais cidades brasileiras, os nomes das ruas eram, inicialmente, de iniciativa popular e não existia uma legislação específica sobre o tema. A interferência do governo passa a existir a partir de 1808 e, em São Paulo, as primeiras alterações oficiais datam de 1831. Desde aquela época, os nomes que mereciam ser perpetuados seriam aqueles que estariam a representar grandes fatos, ações ou movimentos, sempre ao sabor de novos acontecimentos. A denominação das ruas, portanto, passou a ser um ato político que, a partir de finais do século XIX, privilegiou também os nomes pessoais, o de grandes personalidades, como nos exemplos a seguir:

“Tendo indicado que a *rua Alegre* passasse a chamar-se Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar em memória deste distinto patriota Paulista, indico, a pedido de muitos moradores desta rua, que se obrigam a colocarem novas placas sem despesas para a Câmara, que passa a denominar-se rua do *Brigadeiro Tobias*. Sala das sessões, 14 de Abril de 1886 - M. Lopes de Oliveira - Aprovado - votando contra o Sr. Vereador Baruel.”<sup>15</sup>

14 Leis e Resoluções da Câmara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo, de 29 de setembro de 1892 a 30 de dezembro de 1893, p. 194.

15 Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 1886, sessão do dia 14/04/1886, p. 89.

“Indicação do Sr. Domingos Sertorio:

Indico que esta Camara, tendo em consideração os grandes serviços prestados ao país pelo illustre estadista *Visconde do Rio Branco*, dê o seu nome á atual *rua dos Bambús*. - Domingos Sertório - Aprovada contra o voto do Sr. Dr. Domingos Corrêa de Moraes.”<sup>16</sup>

Nos dois casos citados, desapareceram as denominações de rua Alegre, atual Brigadeiro Tobias, e rua dos Bambús, hoje av. Rio Branco.

Como decorrência do crescimento exagerado da cidade a partir de finais do século XIX e da conseqüente expansão na quantidade de ruas que se abriam, uma primeira regulamentação quanto aos critérios para as novas denominações foi tentada. Como resultado, aos 29/11/1887 foi nomeada uma comissão para:

*“... dar nomes a cerca de cem ruas que ainda não as tem, nas diversas freguesias da Capital, dando preferencia aos nomes indicados por doadores de terrenos, que se reservaram esse direito e aos de pessoas que se hajam assinalado por beneficios ao Município e á humanidade já como vereadores assíduos, já fazendo doações a Municipalidade, ou propagando a instrução publica desinteressadamente, libertando escravos sem impor onus etc. etc. etc.”* (sic.)<sup>17</sup>

Ao mesmo tempo que esses critérios eram estabelecidos, tinham início também as primeiras discussões mais sérias sobre as constantes modificações que se faziam nos nomes das ruas.

No dia 11 dezembro de 1891, por exemplo, os vereadores aprovaram a alteração da tradicional rua Direita para rua D. Pedro II. Em meio a várias reclamações, esta decisão precisou ser revogada, o que realmente ocorreu poucos dias depois, ocasião em que ficou deliberado estabelecer *“como norma não mudar-se o nome de rua alguma sob qualquer pretexto.”*<sup>18</sup> Apesar dos esforços empreendidos, é preciso dizer esta regra não foi seguida, o que resultou na alteração de inúmeras denominações tradicionais.

Uma outra questão naquele antigo processo de denominação de ruas era o fato de que pessoas poderiam receber esta homenagem ainda em vida, fato este atualmente proibido pela nossa legislação municipal.

A união dessas duas disposições, ou seja, a possibilidade de alteração constante mais a homenagem ainda em vida, criou na cidade diversas situações onde protestos foram anotados. E tanto isso ocorreu que, em 1893, o então vereador Pedro Vicente se viu obrigado a recomendar uma certa ordem na questão. Através de um discurso empolgado, ele criticou algumas ações, mas também indicou alguns critérios que deveriam ser adotados. Dele separamos um trecho que, pela atualidade da discussão, nos fazem refletir. Disse o vereador naquela ocasião:

*“O que não convém é estar-se todos os dias a mudar esses nomes (de ruas), como aliás é de esperar que aconteça uma vez que se faça disso meio de galardoar serviços*

16 Id. Ibidem, 1887, sessão do dia 07/05/1887, p. 136.

17 Id. Ibidem, sessão do dia 29/11/1887, p. 336.

18 Id. Ibidem, 1891, sessão dos dias 11/12/1891, p. 217 e 18/12/1891 p. 228 e 229.

*que amanhã poderão ser esquecidos ou substituídos. (...) É preciso dissuadirmo-nos da idéia de que o nome de alguém colocado em uma placa no canto de uma rua traz-lhe celebridade e o recomenda à gratidão dos posteror. Só não perecem as grandes ações. Homenagens feitas á homens que ainda não passaram ao domínio da história, que ainda vivem, são muito arriscadas. Mudam-se os tempos e com eles os indivíduos, já quanto ás suas próprias opiniões, já quanto as opiniões em que os temos. Se quiséssemos exemplos não nos faltariam. (...) Não falo nas mudanças havidas em nossa cidade para não ofender suscetibilidades. Mas elas estão aos olhos de todos, são fatos moderníssimos. O Sr. Intendente que dê nomes às ruas e praças que não tiverem, respeitando as tradições dos moradores, sem inventar notáveis nem criar dificuldades na discriminação e modos de ser conhecidos tais lugares pelo público.”<sup>19</sup>*

Já naquela época, como faz ver o vereador, os nomes de ruas já ganhavam esta característica, qual seja, a insistência em se homenagear pessoas.

Daí por diante a discussão sobre as modificações nos nomes das ruas ganhou repercussão imediata. Eram muitas as propostas para alterar nomes já tradicionais como, por exemplo, uma que de iniciativa do vereador José Oswald determinando que a antiquíssima *rua da Tabatinguera* passasse a se chamar rua Dr. Rodrigo Silva<sup>20</sup>. Ato contínuo, protestos chegaram, inclusive um do respeitado Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Era preciso, conforme palavras de alguns vereadores em 1899, “*considerar a grande conveniência de se por um paradeiro á constante mudança dos nomes das ruas, que tanto prejudica ao serviço público, ao comércio e á população em geral.*”<sup>21</sup> Repercutindo esta reclamação, no mesmo sentido manifestou-se a Comissão de Justiça da Câmara, dizendo que ela não poderia mais *conformar-se com as contínuas mudanças de nomes de ruas que tudo altera ...*<sup>22</sup>

Ao mesmo tempo tentou-se estabelecer certas regras, uma vez que os nomes para as novas ruas deveriam ser “*tirados da história e tradição de São Paulo e do país*”, não sendo admitido “*projeto algum sobre a mudança dos nomes das ruas existentes, senão depois de decorridos cinqüenta anos pelo menos; além do mais, não se poderia “dar a nenhuma rua o nome de cidadão algum sem que após o seu falecimento sejam passados dois anos.*”<sup>23</sup>

Apesar de tudo, continuaram as alterações e, como não poderia deixar de ser, também as reclamações. A esse respeito, vale trazer um último exemplo, este ocorrido no ano de 1901 e protagonizado pelo já citado vereador José Oswald. Em uma Indicação que ganhou o nº 27, ele sugeriu que a denominação da tradicional rua Formosa fosse alterada para rua Baronesa de Tatuí. Não aceitando tal indicação, uma comissão chefiada pelo vereador Pedro Vicente argumentou:

*“Deixo de apresentar projeto, não porque não mereça o mais elevado respeito e consideração a Sra. Baronesa de Tatuí, ou, porque, desconheça os seus inolvidáveis serviços à pobreza e mais títulos de benemerência mas, porque, não considero*

19 Id. Ibidem, 1893, sessão do dia 26/09/1893, p. 406 e 407.

20 Id. Ibidem, 1899, sessão do dia 06/04/1899, Projeto nº 16, p. 167.

21 Id. Ibidem, Preâmbulo do Projeto nº 17, p. 167.

22 Id. Ibidem, sessão do dia 01/05/1899, Parecer nº 37, p. 191.

23 Id. Ibidem, Projeto nº 17, p. 167 e 168.

*que seja galardão a alguém dar-se-lhe o nome a ruas ou praças da cidade depois que isso tem-se feito a todo mundo. Houve mesmo tempo em que predominou na Câmara, uma tal ou qual mania na colocação de nomes em taboetas, placas, pontes, lampiões e até em coluna expressamente para isso erigida em cemitério! Entendeu-se que, por essa forma, dava-se e tirava-se celebridade e glória! Daí as contínuas mudanças de placas de nomenclatura (...) com enormes inconvenientes (...). Não ficou empreiteiro de obras municipais, nem diretor de politicagem de subúrbios, que não tivesse o seu nome estampado em alguma rua. Os nomes antigos e conhecidos foram substituídos por novos e estes mesmos, por sua vez, saíram para dar lugar a adventícios, conforme as paixões de momento. Nestas condições, portanto, no meu humilde modo de entender, não vem honra alguma á veneranda Sra. baronesa de Tatuí em ser o seu nome colocado em uma rua qualquer.”<sup>24</sup>*

Após essas palavras, Pedro Vicente arrematou com ênfase que “a verdadeira glória da virtude está na própria virtude e no bem que ela traz à consciência de quem a compreende e pratica. Estas boas e santas criaturas hão de viver eternamente na lembrança popular, passando os seus feitos e aos seus nomes dos corações dos pais para os dos filhos, e assim tornando-se contemporâneas das gerações vindouras. O mundo não dá, nem tem para dar, melhor recompensa.”

## Washington Luís e Mário de Andrade

Não obstante todos os protestos, continuaram céleres as novas denominações e, também, as alterações. E aqui podemos voltar à frase de Washington Luís escrita em 1918 e que abriu este artigo. Prefeito da cidade e também historiador, sentiu ele a necessidade de, pelos menos, deixar um registro para a posteridade a respeito das denominações que ele, como chefe do executivo, havia decretado em sua gestão. A partir de algumas publicações, Washington Luís daria início a um acervo hoje sob a guarda da Divisão do Arquivo Histórico Municipal do Departamento do Patrimônio Histórico. Nesta estrutura, a Seção de Denominação de Logradouros Públicos é a responsável direta pela custódia e atualização dos dados.

Ao darmos este crédito inicial ao então prefeito, não podemos nos esquecer daquele que ofereceu as bases legais para a existência deste trabalho. Estamos falando de Mário de Andrade que, em 1935, criou o então Departamento de Cultura. Bastante interessado na preservação de nosso patrimônio histórico, Mário também demonstrou a sua preocupação com os nomes de ruas. Célebre morador da rua Lopes Chaves na Barra Funda desde 1921, ele escreveria com certo desencanto:

*Nesta rua Lopes Chaves  
Envelheço, e envergonhado  
Nem sei quem foi Lopes Chaves.*<sup>25</sup>

24 Id. *Ibidem*, 1901, sessão do dia 01/10/1901, p. 277 e 278

25 **Andrade**, Mário de. *Lira Paulistana*, In: *Obras Completas e Mário de Andrade*, vol. II, “Poesias Completas”, São Paulo. Livraria Martins Editora, 1966, p. 299

Em outros poemas, Mário ainda tocaria em alguns nomes de locais conhecidos da cidade como nos trechos:

Quando eu morrer quero ficar,  
Não contem aos meus amigos,  
Sepultado em minha cidade,  
Saudade.  
Meus pés enterrem na rua Aurora,  
No Paissandú deixem meu sexo,  
Na Lopes Chaves a cabeça  
Esqueçam <sup>26</sup>  
(...)

Já como Diretor do Departamento de Cultura, e considerando os nomes de ruas como um patrimônio, Mário de Andrade e o então diretor do Arquivo Histórico, o historiador Nuto Sant'Anna organizam, em 1936, todo o trabalho que inclui a sugestão e a análise dos novos nomes propostos, das alterações, bem como a guarda das informações históricas. Esta organização seria o embrião da Seção de Denominação de Logradouros Públicos.

## Internet ([www.dicionarioderuas.com.br](http://www.dicionarioderuas.com.br))

Como parte desta tarefa iniciada por Washington Luís, Mário de Andrade e Nuto Sant'Anna, o Arquivo Histórico Municipal desenvolveu, a partir de 1999, uma parceria com a empresa PLAMARC visando a informatização do acervo até então composto por cerca de 60 mil fichas datilografadas representando igual número de logradouros.<sup>27</sup> Ao disponibilizarmos gratuitamente essas informações via rede mundial de computadores, atingimos um público que jamais poderíamos atender em nossas instalações, ou seja, 170.590 usuários desde 18 de dezembro de 2003, quando o serviço foi inaugurado na rede, e até Agosto de 2005.

No planejamento da página, hoje disponível na rede, pensamos também naqueles pesquisadores interessados em áreas específicas de nosso trabalho e, por isso, também está disponível uma ampla retrospectiva da legislação que trata do tema como, por exemplo, os atuais critérios utilizados para a denominação das ruas da cidade, os casos em que podem ocorrer alterações e muitas outras informações atualizadas para o grande público que, dessa maneira, pode conhecer com facilidade esse empolgante aspecto de nossa cidade.

Tanto o acervo físico contendo as histórias das ruas (ainda mantido na Seção de Denominações de Logradouros Públicos), quanto os dados disponíveis na rede são, de forma inquestionável, a continuação de um trabalho que remonta a Washington Luís e Mário de Andrade e que se traduz, ao mesmo tempo, numa forma de preservação desse grande patrimônio histórico da cidade e de seus moradores.

---

26 Id. *Ibidem*, p. 300

27 Autorização exarada no Processo nº 2002-0.011.942-3 e publicada no Diário Oficial do Município de 12/12/2002 e Termo de Cooperação assinado aos 22/08/2005, publicado no Diário Oficial de 03/09/2005.

## As ruas de São Paulo em 1767

De acordo com um estudo de Alcântara Machado\*, a área urbana de São Paulo comportava, em 1767, apenas 21 (vinte um) logradouros. Muitas das vias possuíam nomes que permanecem até hoje, sendo que outras eram identificadas apenas a partir de outras referências, sem uma denominação própria. Eram elas:

**Anhangabaú**, rua do: é o trecho inicial da atual av. São João entre a praça Antônio Prado e o Vale do Anhangabaú;

**Boa Vista**, rua da: nome preservado;

**Cadeia**, rua da: Alcântara Machado identifica esta antiga rua como sendo a atual José Bonifácio (antes chamada do Ouvidor). Porém, a Cadeia sempre esteve localizada na atual praça Dr. João Mendes e, por isso, esta identificação deve ser vista com ressalvas.

**Carmo**, rua do: esta rua que aparece citada em 1767 não é a mesma que conhecemos hoje. Naquela época, a rua assim conhecida englobava o trecho inicial da atual av. Rangel Pestana (antes conhecida como Ladeira do Carmo) e seguia por um trecho da atual rua Roberto Simonsen até o Pátio do Colégio.

**Direita**, rua: nome preservado;

**Flores**, rua das: atual Rua Silveira Martins;

**Fonseca**, rua do: esta rua desapareceu, englobada que foi à praça da Sé.

**Ferrador**, trav. do e **Freira**, travessa da: as duas formam hoje a rua Senador Feijó.

**João Esteves**, rua de: Naquela época, esta rua aparece como “seguindo até o Campo da Força”, atual praça Liberdade. Nesse sentido, tudo leva a crer que se trata do trecho inicial da atual rua da Liberdade.

**Paço do Bispo**, rua do: o “Paço do Bispo” localizava-se na atual rua Roberto Simonsen. Nesse sentido, é possível que esta antiga rua fosse um trecho da atual R. do Carmo (antiga da Boa Morte), entre a Tabatinguera e a praça Clóvis Bevilacqua.

**Pé da Ponte do Anhangabaú de baixo indo para Nossa Sra. da Luz**, rua do: pela indicação que nos é dada trata-se, provavelmente, da atual rua Brigadeiro Tobias ou de um trecho da rua do Seminário.

**Pelourinho**, rua do: esta rua desapareceu, englobada que foi à praça da Sé;

**Que desce o beco da Quitanda para a rua do Rosário até a Boa Vista**, rua: o “beco da Quitanda” é hoje o trecho inicial da rua da Quitanda, esquina com a rua 15 de Novembro, antiga “rua do Rosário”.

**Que principia do Pátio do Colégio até o Procurador da Fazenda Real**, rua: trata-se ou de um pequeno trecho dos atuais Pateo do Colégio e praça Padre Manuel da Nóbrega ou, mais provavelmente, da atual rua do Tesouro;

**Que principia na de Pascoal Álvares de Araújo até o largo da Sé**, rua: Alcântara Machado indica que esta antiga rua pode ser tanto a atual rua Floriano Peixoto, antiga da Fundação, como a velha travessa da Sé, hoje rua Venceslau Braz.

**Que vem do Colégio para a Misericórdia**, beco: atual rua Anchieta;

**Quitanda**, beco da: primeiro trecho da rua da Quitanda, esquina com a rua 15 de Novembro. Durante um certo período, ainda no século XIX, este pequeno logradouro ficou conhecido também como “beco da Cachaça”.

**Quitanda**, rua da: atual rua Álvares Penteado;

**Rosário**, rua do: atual rua 15 de Novembro;

**Sacramento**, rua do: atual rua Quintino Bocaiúva;

**São Bento**, rua de: nome preservado.

\* Machado, Alcântara. *Machado D'Oliveira*, In: **Revista do Arquivo Municipal**, Vol. 53, p. 93 e 94 (nota de rodapé nº 46).

## As ruas de São Paulo em 1869

Segundo um antigo relatório da Câmara Municipal de 1869\*, existiam na capital um total de 55 ruas, 16 travessas, 2 becos, 17 praças e 9 ladeiras assim denominadas:

### RUAS:

Alegre	Esperança	Quartel (do)
Amador Bueno	Estudantes (dos)	Quitanda (da)
América	Flores (das)	Riachuelo
Aurora	Formosa	Santa Ifigênia (de)
Baixo (de)	Glória (da)	Santa Teresa (de)
Bambús (dos)	Guaianases	Santo Amaro (de)
Boa Morte (da)	Imperador (do)	São Bento (de)
Boa Vista	Imperatriz (da)	São João (de)
Bom Retiro	Independência	São José (de)
Brás	Ipiranga	Seminário (do)
Cadeia (da)	Liberdade	Senador Feijó (do)
Caixa d'água (da)	Luz (da)	Tabatinguera (da)
Carmelitas (dos)	Mooca (da)	Teatro (do)
Carmo (do)	Municipal	Timbiras (dos)
Comércio (do)	Ouvidor (do)	Trem (do)
Consolação (da)	Palácio (do)	25 de Março
Constituição (da)	Palha (da)	Vitória
Direita	Princesa (da)	
Episcopal	Príncipe (do)	

### TRAVESSAS:

Colégio (do)	Glória (da)	Santa Cruz (da)
Comercio (do)	Lapa (da)	Santa Ifigênia (de)
Esperança (da)	Mata Fome (do)	Sé (da)
Faculdade de Direito (da)	Quartel (do)	Seminário (do)
Flores (das)	Quitanda (da)	
Fundição (da)	Rosário (do)	

### BECOS:

Cisqueiro (do)  
Sem saída

### PRAÇAS:

Brás (do)	Ipiranga	Santa Ifigênia (de)
Cadeia (da)	Liberdade (da)	São Bento (de)
Carmo (do)	Luz (da)	São Francisco (de)
Colégio (do)	Misericórdia (da)	Sé (da)
Concórdia (da)	Paçandu (do)	Sete de Setembro
Guaianases (dos)	Riachuelo (do)	

### LADEIRAS:

Carmo (do)	Porto Geral (do)	São Francisco (de)
Consolação (da)	Rua do Ouvidor (da)	São João (de)
Constituição (da)	Santo Antônio (de)	Tabatinguera (da)

\*Coleção "Papéis Avulsos" do Arquivo Histórico Municipal, 1869, Vol. 235, documentos nº 10 e 11.

Luís Soares de Carmargo, mestre e doutorando em História pela PUC-SP. Pesquisador do Arquivo Histórico Washington Luís.

# O processo de formação do Parque do Ibirapuera<sup>1</sup>

Manuella Marianna Andrade

A Divisão do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (AHMWL) elaborou a pesquisa sobre o Parque do Ibirapuera como forma de render homenagem aos 50 anos do logradouro e em comemoração aos 450 anos da cidade de São Paulo. A Seção Técnica de Estudos e Pesquisa foi responsável pela análise e preparação dos textos, baseando-se fundamentalmente no acervo da Comissão do IV Centenário, hoje depositado no AHMWL.

## Apresentação

No ano de 1954, a cidade de São Paulo festejou o IV Centenário, celebrando o fenômeno de sua metropolização como a culminância do desenvolvimento econômico e cultural do País. Para realçar o brilho das festividades, a Comissão do IV Centenário viabilizou a construção do Parque do Ibirapuera, como palco das comemorações realizadas. Entretanto, o processo de formação do parque é longo e precede de muitos anos a data de 1954. O presente trabalho procurou recuperar essa longa e intrincada história, e na variedade dos documentos consultados foram identificados dez projetos, dos quais cinco permanecem, até hoje, desconhecidos.

O primeiro projeto de parque para a região do Ibirapuera remonta a 1929. Em seguida, foi elaborado um novo plano, aprovado em 1932, que seria revisado sucessivamente em 1933 e 1935. Outro foi feito em 1948 e, a partir da instituição da Comissão do IV Centenário,

---

<sup>1</sup> Texto apresentado no VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, na cidade de Niterói – RJ, em 2004.

rio, novos projetos foram sendo concebidos, sob a responsabilidade de diferentes profissionais, até finalmente ser concretizada a proposta do Grupo de Oscar Niemeyer.

Durante o processo de pesquisa tomamos conhecimento da existência de outros estudos sobre o assunto em tela, mas como o material por nós encontrado é inédito e preenche várias lacunas na crônica do Parque do Ibirapuera, pretendemos nos limitar aqui à análise sumária dessa documentação.

## As terras devolutas (1890)

Durante o século XIX, as terras da região depois conhecida sob o nome de Várzea do Ibirapuera serviam de pastagens e descanso de rebanhos. Considerada devoluta e calculada em torno de 1 légua quadrada, essa área passou das mãos do Estado para as da Municipalidade em 1890.

Para que tal doação se efetivasse, foi necessário realizar o levantamento das terras compreendidas entre a antiga via férrea de Santo Amaro, atual Avenida Ibirapuera, o Matadouro, localizado no bairro de Vila Clementino, o e Ribeirão da Traição, sobre cujo leito corre hoje a Avenida dos Bandeirantes.

O uso que se fazia dos terrenos do Ibirapuera permaneceu inalterado até as primeiras investidas do mercado imobiliário. O primeiro sinal de interesse por parte da municipalidade em relação a essas terras foi um loteamento lançado em 1918 pelo Prefeito Washington Luís. Ao ordenar o parcelamento de uma área de 993.630m<sup>2</sup> da antiga Várzea do Pinheiros, Washington Luís tinha em vista alienar terrenos municipais que vinham sendo objeto de recente valorização fundiária. Graças à atuação da Companhia City, o lançamento do Jardim América, em 1915, desencadeara um processo de elitização de toda a região situada nas proximidades do Ibirapuera. Aprovado o loteamento pela Lei nº 2.122 de 1918, os terrenos foram levados a hasta pública e hoje formam o bairro denominado Jardim Lusitânia.

## A formação da idéia (1926)

Foi em 1926, na gestão de Pires do Rio na Prefeitura de São Paulo, que ocorreu pela primeira vez a idéia de construção de um grande parque público na área do Ibirapuera, equipamento “útil à higiene da população urbana”:

*Situados na planície que começa no sopé da collina da avenida Paulista, e fica entre o fim da rua Brigadeiro Luiz Antônio, a Estrada de Santo Amaro, o correjo Uberaba, a cuja a margem esquerda fica Indianópolis, limitados pela Vila Clementino e Vila Mariana, esses terrenos da Invernada dos Bombeiros e da Chácara Ibirapuera se prestam, admiravelmente, a construcção de um immenso jardim ou parque, com área igual a do “Hyde Park” de Londres, igual a metade do “Bois de Boulogne”, de Paris.<sup>2</sup>*

---

2 Relatório de 1927, apresentado pelo Dr. J. Pires do Rio – Prefeito do Município de São Paulo. Acervo: Divisão do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís – DPH/SMC.

A fim de ampliar a área destinada ao futuro logradouro, Pires do Rio incorporou terras particulares ao patrimônio público, mediante dois créditos de duzentos contos de réis: o primeiro foi usado, em 1926, na terraplanagem de parte dos terrenos, no levantamento cadastral, no pagamento de benfeitorias a posseiros e nas despesas judiciais em defesa das propriedades do Município; o segundo foi empregado pelo Prefeito, em 1927, na permuta de um terreno sito na Avenida Água Branca, atual Francisco Matarazzo, por parte da Invernada dos Bombeiros, de propriedade do Estado. Essa permuta constituiu o primeiro passo dado em direção à efetiva criação do parque, e teve como consequência imediata a transferência do viveiro de plantas municipal, sito no terreno da Água Branca, para os terrenos da Várzea do Ibirapuera.

*Contigua aos terrenos da Invernada dos Bombeiros, propriedade do Governo do Estado, possui a Municipalidade uma considerável extensão, por onde correm as avenidas França Pinto e Rodrigues Alves e que, além desta via ocupada pelos trilhos da Linha de Santo Amaro, constitui a zona da Villa Clementino e os terrenos do Matadouro Municipal.*

*Já o Município vendeu grande parte de suas terras na Villa Clementino; possui, entretanto, quasi toda a superfície que vai da avenida França Pinto ao Corrego Sapateiro. Por permuta com o Governo do Estado, adquiriu a zona compreendida entre o córrego e o do Caguassú, parte maior da Invernada dos Bombeiros. Por compra adquiriu o terreno situado entre este córrego e o fim da rua Abilio Soares.*

*Sobre toda esta vasta extensão, que mede perto de 2.000.000 de metros quadrados, estamos construindo um grande parque, futuro logradouro de valor incomparável para a cidade de São Paulo.*<sup>3</sup>

Com a transferência do viveiro para as terras do Ibirapuera, Manuel Lopes de Oliveira,<sup>4</sup> funcionário da Prefeitura, mais conhecido como Manequinho Lopes, ficou responsável pelo início do tratamento da terra, tanto para receber as instalações do viveiro quanto para a criação do futuro parque.

## O primeiro projeto do parque – Reinaldo Dierberger (1929)

De acordo com o relato de Prestes Maia, no seu *Plano de Avenidas*, “em 1928 [...] ordenava o Dr. Pires do Rio o esboço do parque de Ibirapuera”. Data pois do ano seguinte a primeira proposta urbanística para o Parque Municipal sito na Várzea do Ibirapuera, de autoria do arquiteto-paisagista Reinaldo Dierberger.<sup>5</sup>

3 Op. cit., 1927.

4 Manuel Lopes de Oliveira Filho nasceu em 14 de março de 1873. Aos nove anos foi para Alemanha estudar, transferindo-se posteriormente para a Suíça onde se formou em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica de Zurique. Graduado também em Agronomia na Itália, Manequinho, após alguns trabalhos, tornou-se chefe do Serviço Científico do Instituto Biológico e membro do Conselho Florestal na administração de Fábio Prado. Após sua morte, o viveiro, situado no Parque do Ibirapuera, passou a ter seu nome pelo Ato nº 1372, de 14 de março de 1938.

5 Reinaldo Dierberger era filho de alemães que chegaram ao Brasil em 1890. Em 1919, retorna dos estudos na Europa e junto com a família investe na produção de plantas frutíferas. Em 1927 cria a empresa Dierberger & Cia., em que se torna responsável pelos projetos paisagísticos. Durante sua carreira, Dierberger desenvolveu importantes trabalhos, como, por exemplo, os jardins do Museu do Ipiranga.

Com seu projeto de parque, Dierberger buscou atingir alto nível de perfeição artística. Idealizou extensos gramados e jardins, criou belas perspectivas, reservou vastas áreas para a prática de esportes, jogos e corridas e concebeu edifícios destinados a ginástica, concertos e restaurantes.

Na entrada em frente à Avenida Brasil, haveria um suntuoso pórtico dando acesso à avenida que avançava pela área central. Logo junto da entrada foi planejado “um largo e imponente ‘plano inclinado’ ”, onde se localizaria o Cassino Municipal e a piscina. Extensos gramados “subdivididos por baixas cercas vivas, com molduras formadas por densas carreiras de árvores de sombra e ornamentais”<sup>6</sup> fariam a ligação do edifício com a área da piscina. E na parte posterior da construção se estenderia um enorme jardim, tendo no centro um imponente roseiral. À esquerda do eixo principal, um canal afluente da piscina funcionaria como mecanismo de controle nos períodos de chuvas intensas e nos longos períodos de estiagem. Esta área também seria adornada por “pitorescos grupos de árvores e álées” a envolver os extensos gramados próximos da “cascata rústica”, formada pelas águas de um ribeirão. Em torno de um pequeno lago, em que se erguia a “Torre de descortino”<sup>7</sup>, estava previsto o plantio dos mais variados espécimes da flora brasileira.

Na parte do fundo do parque, onde as avenidas principais se encontravam, o autor delimitou áreas para a prática de futebol, tênis e golfe, cercadas de uma vegetação densa e alta, que tinha por função proteger contra o sol e os ventos.

Partindo para o lado direito do eixo principal, via-se primeiramente o “Theatro ao ar livre”, situado no interior de um denso bosque. Atrás dessa construção, haveria um lago destinado às atividades de remo e natação, circundado por agradáveis passeios e pistas de equitação.

Adiante desse lago, estaria localizada a segunda entrada do parque, na confluência da Avenida Washington Luís com a Rua França Pinto. Cercada de belos gramados, a entrada conduziria ao “stadium” de ginástica e jogos olímpicos, edificação que abrigaria ainda a sede de um clube. Na extremidade oeste, estaria localizada a hípica defronte à Rua França Pinto. Em seu derredor estariam dispostos diversos campos de jogos e passeios, além de uma área para a cultura de plantas, estufas e habitação dos empregados.

Vemos assim que o projeto de Dierberger traía não apenas influências francesas, materializadas no paisagismo de composições axiais, mas também características alemãs, ao admitir um lazer ativo sob a forma de vários equipamentos destinados a atividades desportivas. Preocupando-se tanto com o embelezamento urbano, como com a higiene e o lazer dos freqüentadores, o arquiteto conseguiu unir o belo e o útil, de maneira exemplar.

## Prestes Maia e o Plano de Avenidas (1930)

Ainda na gestão de Pires do Rio, o engenheiro Prestes Maia, então Secretário de Viação e Obras Públicas, apresentou seu *Plano de Avenidas* e nele inseriu uma proposta para o futuro parque. Compreendendo 2.000.000m<sup>2</sup> “dentro da cidade”, o novo logradouro

6 DIERBERGER, Reynaldo. O Parque Municipal de Ibirapuera, em São Paulo. In: *Architectura e Construções*, julho de 1930, edição especial. Acervo: Biblioteca Mário de Andrade - SMC.

7 Op. cit., 1930.

seria composto de duas partes distintas, separadas pelo loteamento de 1918. A área maior, por ser mais central e próxima a bairros de classe alta, receberia um tratamento diferenciado “*com mais arte e delicadeza*”, enquanto a seção menor seria destinada a esportes e recreação, principalmente os esportes aquáticos favorecidos pela presença no local de uma depressão natural ocupada por um lago. A ligação das duas partes seria feita por meio de *parkways*, além de estar previsto que o loteamento que as separava seria concebido ao estilo das cidades-jardins. Prestes Maia definiu as principais diretrizes para o parque, delegando a Reinaldo Dierberger e equipe o desenvolvimento e o detalhamento do projeto.

## O novo projeto de Dierberger (1932)

Com a Revolução de 1932 e a conseqüente mudança do governo municipal, assumiu a Prefeitura de São Paulo Goffredo Teixeira da Silva Teles. Concomitantemente com esse fato, ficou aprovado o primeiro projeto do futuro parque pelo Ato nº 378, de 29 de julho de 1932. Este Ato incorporava a Lei nº 3.256, de 21 de janeiro de 1929, segundo a qual se determinava a transferência do Hipódromo da Mooca para os terrenos do Ibirapuera. De acordo com essa mesma lei, os recursos a serem despendidos na construção do parque seriam provenientes dos cofres da Prefeitura, não devendo ser aberto para tanto nenhum crédito suplementar.

Convidado pelo Prefeito a realizar um novo projeto, Reinaldo Dierberger apresenta uma versão que respeita o traçado viário existente, incorporando o prolongamento previsto da Avenida Brasil, mas desconsidera as construções existentes e o arruamento do loteamento de 1918. O projeto, de fato, concentra-se na disposição das atividades de esporte, diversão e cultura; forma um conjunto de bosques, passeios, ruas, lagos e avenidas, e deixa claramente separada as instalações do hipódromo a ser futuramente transferido.

Diferente da proposta de 1929, o novo plano de Dierberger não apresenta memorial descritivo; entretanto, os preceitos que nortearam a primeira proposta permanecem no novo estudo. Observemos, por exemplo, o conjunto central que reúne o Cassino e a piscina, envolto por jardins, e, mais além, as áreas destinadas ao rинque, tênis e teatro ao ar livre. De fato, os espaços propostos no primeiro projeto eram bem mais generosos do que os apresentados agora. A monumentalidade, as perspectivas e os bulevares apreciados na proposta de 1932 se mostram agora mais modestos, talvez por adequarem-se à dura realidade. Como forma de atualização do gosto arquitetônico, nota-se que as edificações previstas filiam-se agora ao estilo da moda, o *Art Déco*.

Em janeiro de 1933, a Repartição de Águas e Esgoto de São Paulo (RAE) discordou do projeto elaborado por Dierberger, por ter seu autor desconsiderado a rede de escoamento das águas pluviais e os esgotos já realizados. O embate entre os técnicos da Divisão de Obras e Dierberger leva à ruptura do contrato deste último em 1935, na gestão do Prefeito Fábio Prado. A saída do arquiteto-paisagista do serviço público daria condições para que mais um projeto fosse executado. Aprovado pelo Ato nº 459, de 11 de maio de 1933, o novo plano seria apresentado como uma revisão do projeto de Dierberger.

## A revisão do projeto de Dierberger (1933)

Deve-se notar que a aprovação do projeto de Dierberger, realizada no gabinete do Prefeito, sem prévia análise dos técnicos municipais; a posterior contratação do autor pela Prefeitura; o início das obras de terraplanagem; as discussões internas sobre a qualidade do projeto; a desaprovação da Repartição de Águas e Esgoto; os esforços das seções

técnicas em realizar um novo projeto, entre outros trâmites burocráticos, aconteciam praticamente todos ao mesmo tempo.

As discussões sobre o projeto de 1932 nas seções técnicas da Divisão de Obras Públicas iniciaram-se logo em janeiro de 1933, em decorrência do parecer da RAE, que acusava a inconveniência do projeto de Dierberger quanto à alimentação e regularização dos lagos projetados e quanto à impossibilidade de execução da canalização necessária. Na verdade, o parecer da RAE divergia por completo da proposta de Dierberger, devido às grandes despesas que ela acarretaria com a sua implantação. Durante os quatro primeiros meses de 1933, a 7ª Seção Técnica ficou responsável pela elaboração de um novo plano, que levasse em consideração as objeções feitas pela RAE. Aprovado pelo Ato nº 459, de 1933, o novo projeto era visto como uma revisão, mas na realidade resultou em novas propostas de ocupação da área e formatos dos edifícios.

Assinado pelo engenheiro Marcial Fleury de Oliveira, o memorial descritivo do projeto informava que o projeto de 1933 respeitara as obras já iniciadas, acatando o prolongamento da Rua Abílio Soares e da Avenida Brasil. E que excluía da área do parque os terrenos do Instituto Biológico, instalado na região desde 1928, estando prevista a reserva de mais área para essa instituição. Na verdade, o projeto de 1933 limitou seu campo de ação aos terrenos que eram de propriedade municipal.

A questão do escoamento das águas levantada pela RAE foi solucionada com o desvio da canalização e, com relação aos lagos, foram projetados com caixa de decantação, que filtraria as águas do córrego que os alimentaria. O plano também diminuiu o número de lagos, deixando-os concentrados na parte superior do terreno, acima da canalização existente. O córrego inferior seria canalizado, ficando a céu aberto apenas o trecho necessário para alimentar o espelho d'água próximo ao edifício do teatro. O memorial descreve as áreas mais representativas do parque do seguinte modo:

*O plano adotado tem como motivo principal o conjunto piscina – cassino – praça circular – jardim de rosas. O terreno será preparado para isso, trazendo-se um único nível até a esplanada do Cassino, de maneira a se obter um grande efeito perspectivo, realçado pelo grande “tanque-repuxo” da praça circular.*

*As diversões espalhadas pelo Parque, foram dispensadas especiais cuidados, ressaltando-se os accidentes naturais do terreno. Foram organizados novos projetos para as edificações no Parque, mais exequíveis e de acordo com as possibilidades de realização próxima. As construções previstas pelo projeto primitivo eram todas muito grandiosas e seus planos passíveis de crítica.<sup>8</sup>*

A crítica de Fleury acerca da arquitetura proposta pelo plano anterior era contundente. No entanto, a nosso ver, os edifícios propostos em 1933 possuíam formas extremamente simplórias, não apresentando a imponência dos grandes edifícios idealizados por Dierberger. As construções de 1933 mantinham-se dentro da tradição historicista, sem contudo apresentar linhas estilísticas definidas.

Outra questão identificada na análise do projeto de 1933 foi a remoção do viveiro, o que se confirma no final do ano seguinte com a correspondência mantida entre o então

---

8 Processo 2003-0.328.958-5. Acervo: Arquivo Geral de Processos – DAF-4.

diretor do viveiro, Manequinho Lopes, e o Prefeito Fábio Prado. A documentação sobrevivente revela a indignação de Manequinho que, cinco anos depois da transferência dos viveiros para os terrenos do Ibirapuera, teria de desocupá-los para dar lugar ao parque. Afirma Manequinho que o Prefeito deveria ceder a área ocupada pelo viveiro à Diretoria de Jardins, a fim de que fossem criados viveiros definitivos, que atendessem ao embelezamento da cidade de São Paulo, à arborização das estradas de rodagem e ao reflorestamento de terrenos. Também propôs Manequinho um plano conjunto a ser combinado com a “Comissão do Parque Ibirapuera” para que não se criasse um contraste acentuado nas divisas existentes entre o viveiro e o logradouro. E assim, por meio da leitura dessa documentação, vem à luz mais um projeto elaborado para o Parque do Ibirapuera.

## O projeto de ampliação da área do parque (1935)

A correspondência mantida entre Manequinho Lopes e o Prefeito Fábio Prado possibilitou-nos a descoberta de mais um projeto para o Ibirapuera. A organização desse projeto dependia, no entanto, da incorporação dos terrenos destinados ao hipódromo à área do parque. Após várias tentativas frustradas do Jockey Club em negociar com a Prefeitura a viabilização do hipódromo, os terrenos voltaram a ser da municipalidade. Este mais novo projeto, não apenas incluía a área do hipódromo no logradouro, como também conferia nova implantação às edificações componentes e acrescentava uma alça à praça circular. A proposta foi desenvolvida pelo engenheiro Werner Hacker, com a anuência do engenheiro J. Cintra, diretor da Divisão de Obras Públicas.

O memorial então apresentado justificava a concentração dos campos e instalações esportivas no espaço antes reservado ao hipódromo. De acordo com Hacker:

*O núcleo esportivo compreende um estadio para exercícios e competições athleticas, uma grande piscina de natação, quadras de tennis. Faz parte tambem em a grande praça gramada, cercada de um arvoredado alto. Servirá este campo para jogos, festas populares, para a realização de meeting e queimar fogos de artificios.<sup>9</sup>*

O memorial expunha ainda preocupações com o tráfego local, aludindo ao cuidado de não interromper a continuidade da auto-estrada para Santo Amaro e da Rua França Pinto e de viabilizar uma via carroçável contornando o parque. Além disso, afirmava que os passeios e alamedas da parte nova deveriam estar conectados com o sistema de passeios do projeto executado, como constava no desenho. Eram também incorporadas a ele as linhas de bondes que ligavam a Avenida Brigadeiro Luís Antônio à Vila Clementino.

Como já dissemos, essa proposta alterava a localização das edificações previstas em 1933, de modo que na parte superior ficavam concentradas as atividades infantis. A praça circular recebia uma alça e o eixo de simetria do jardim também diferia da proposta anterior. O projeto previa a construção de um reservatório de água para irrigação, exatamente no local em que estaria o cassino da proposta passada, o qual agora se deslocava para a

---

9 Processo 2004-0.015.238-6. Acervo: Arquivo Geral de Processos – DAF-4.

lateral. O teatro permaneceria no lugar de sempre e as atividades esportivas, dispersas no projeto antecedente, se concentrariam, tal como descrito acima. Com esta nova disposição, surgia uma grande área verde próxima dos lagos.

De acordo com esta proposta, o viveiro não só era mantido, como era beneficiado com a cessão de uma área aberta, destinada à queima de fogos de artifícios. Mesmo assim, os técnicos continuavam a achar que a solução ideal era remover o viveiro, que, independentemente das discussões, conseguiu se manter até hoje em seu lugar. E o mérito desse fato é de Manequinho Lopes, que defendia a permanência do viveiro do seguinte modo:

*Dos terrenos pertencentes à Prefeitura nenhum outro oferece condições mais apropriadas do que esses, não só pela topographia como natureza do solo e localização, principalmente pela proximidade do Parque de Ibirapuera que vae necessitar muitas dezenas de milhares de plantas das mais variadas que preciseam irem sendo criadas para serem transplantadas quando oportuno.*<sup>10</sup>

No decorrer do tempo, os terrenos do viveiro acabaram cedidos à Divisão de Jardins, por não estarem incluídos no antigo projeto do parque aprovado em 1932. Quanto aos vários projetos até então desenvolvidos, a verdade é nunca foram finalizados. A documentação escrita e fotos aéreas de época comprovam que apenas parte do sistema viário principal foi executado. As edificações, os passeios e os jardins nunca saíram do papel. E os lagos que aparecem em algumas imagens, eram, na verdade, poços de pouca profundidade, usados na irrigação do viveiro.

A partir desse ponto a crônica do parque se esmaece e a intenção de construí-lo parece passar para segundo plano, sobretudo durante o mandato do Prefeito Prestes Maia (1938-1945). O compromisso do novo prefeito era com a modernização do centro da cidade e com a criação de um sistema viário baseado em modelo rodoviarista. Por isso somente treze anos depois do último projeto, datado de 1935, é que se retoma o sonho de construção do Parque do Ibirapuera.

## O Plano de urbanização da Prefeitura Municipal (1948)

Do Plano de Urbanização concebido pela Prefeitura em 1948, provém mais uma nova proposta, realizada agora por funcionários municipais. O desenho referente a esse projeto foi encontrado acompanhado simplesmente de uma lista dos edifícios a serem edificados, com suas respectivas áreas construídas e valores de construção. Ao comparar este projeto com o de 1935, verifica-se que em ambos existiam a praça circular com sua alça inferior, o traçado do prolongamento da Avenida Brasil e, agora, a localização do Viveiro Manequinho Lopes. Não se pode definir o estilo arquitetônico dos edifícios propostos, mas pode-se afirmar que eram edifícios de grande vulto, a julgar pelas áreas ocupadas pelas suas projeções horizontais.

O projeto de 1948 insistia na praça circular e nela implantava, conforme determinava o governo estadual, o Monumento de 9 de Julho, tal como escrito em planta. Num eixo perpendicular ao prolongamento da Avenida Brasil, e que cortava a praça ao centro, fo-

10 Processo 2004-0.015.238-6. Acervo: Arquivo Geral de Processos – DAF-4.

ram propostos dois grandes edifícios, destinados à administração e ao restaurante. Perto do restaurante ficavam a piscina e o auditório; acima da Avenida Brasil, na extremidade esquerda, localizavam-se os prédios das atividades esportivas e nas proximidades do viveiro os destinados às atividades de lazer e recreação.

O primeiro conjunto, formado pelo restaurante, piscina e auditório, possuía uma expressão arquitetônica mais significativa. O restaurante era acompanhado de um grande espelho d'água, a piscina, de arquibancadas e pergolados e o auditório, construído numa ilha, era acessível por meio de pontes.

Descobrimos esse projeto ao lermos uma solicitação feita, em 1951, pela Comissão do IV Centenário,<sup>11</sup> ao engenheiro arquiteto Christiano Stockler das Neves, membro da Sub-Comissão de Urbanismo. A Comissão solicitava que Stockler emitisse um parecer de avaliação do projeto de 1948, frente às novas necessidades da cidade de São Paulo.

## A proposta de Cristiano Stockler das Neves (1951)<sup>12</sup>

Do parecer solicitado surgiu a elaboração de mais um plano, desta feita a curiosa proposta de Stockler das Neves para o Parque do Ibirapuera, encaminhada ao Governador Garcez em 22 de setembro de 1952. No parecer, Neves – um arquiteto conhecido por sua declarada aversão aos postulados da Arquitetura Moderna – declarava que o Parque do Ibirapuera deveria ser uma criação artística totalmente nova, por não haver nenhum elemento significativo, natural ou arquitetônico, a ser respeitado ou conservado na área a ser trabalhada. Em longo texto, justificou Stockler das Neves as características historicistas

---

11 A Portaria nº 20, de 14 de dezembro de 1948, instituiu a Comissão de Festejos Comemorativos do IV Centenário da Fundação da Cidade, responsável por elaborar o plano geral das comemorações, dar parecer sobre todos os planos, projetos e propostas referentes às comemorações e propor providências administrativas e legislativas. Entre os anos de 1949 e 1951, várias portarias alteraram e melhor definiram o caráter e o papel desta Comissão. E, em 20 de julho de 1951, o Governador Lucas Nogueira Garcez e o Prefeito Armando de Arruda Pereira instituíam a “Comissão do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo”, composta por representantes de ambas as esferas do poder público, além da iniciativa privada. As comemorações representaram a pujança paulista, não apenas no seu crescimento industrial, cultural e urbano, mas também na sua importante evolução histórica e inserção no cenário das grandes metrópoles modernas e cosmopolitas. Todos os eventos realizados representaram o esforço por anunciar uma nova fase, um período em que o “moderno” atingiria um novo significado, não totalmente isento de um certo tradicionalismo: o vigoroso espírito bandeirante.

A possibilidade de construir um novo espaço tendo em vista as Comemorações do IV Centenário apresentou, nos intercursos da Comissão, uma discussão sobre a localidade em que se daria a festividade. Havia quatro opções: Interlagos, Cidade Universitária, Marginal Tietê e o Parque do Ibirapuera. As dificuldades relativas às três primeiras hipóteses eram a grande distância do Centro, no caso de Interlagos; a falta de consenso entre os membros da Comissão, no caso da Cidade Universitária, e as obras em atraso, no caso da Marginal Tietê. O que pesou favoravelmente na escolha do Parque do Ibirapuera foi a opinião de Cicillo Matarazzo, Presidente da Comissão, que identificou uma tendência de expansão da cidade no sentido da região ocupada pelo parque. Em 24 de março de 1952, Cicillo Matarazzo, encaminha um ofício ao Prefeito Armando de Arruda Pereira, solicitando as terras do Ibirapuera para a realização das comemorações do IV Centenário:

*[...] tenho a honra de solicitar as dignas providências de Vossa Excelência, no sentido de serem colocadas à disposição desta Autarquia tôdas as terras municipais compreendidas entre as avenidas Brigadeiro Luís Antônio (cruzamento com a avenida Brasil), avenida Indianópolis, avenida Professor Ascendino Reis (acesso ao aeroporto), avenida Conselheiro Rodrigues Alves, rua Tutóia, avenida Brigadeiro Luís Antônio, até o seu ponto de início (cruzamento com a avenida Brasil), dentro de cujo o perímetro, como é bem de vêr, está compreendido o Ibirapuera.”*

12 Processo 90/51. Fundo IV Centenário. Acervo Divisão do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís – DPH/SMC.

que seriam adotadas em sua concepção, emitindo em tom professoral sua opinião sobre os jardins ingleses, franceses e italianos. Cada tipo de jardim histórico deveria contribuir para a formação do novo parque. E grande importância deveria ser dada à monumentalidade dos edifícios e aos bulevares em perspectiva.

De certa forma, o parecer não só criticava minuciosamente o plano realizado pela Prefeitura em 1948, como anunciava as diretrizes principais de sua própria proposta. De acordo com as idéias de Stockler das Neves, o Ibirapuera deveria ser mais que a representação simbólica da grandiosidade paulistana no seu IV Centenário, deveria ser também um espaço de recreação e de contemplação como arte urbana.

Assim, ao propor para São Paulo um parque urbano segundo as três principais correntes paisagísticas históricas – a inglesa, a italiana e a francesa –, Stockler das Neves apresentava um logradouro composto de três áreas muito bem caracterizadas. A primeira ocuparia quase a totalidade do terreno, e fazia referência aos jardins franceses do século XVII. Aí a monumentalidade era atingida por meio de jardins em perspectiva, espelhos d'água e grandes edificações. Composto esse conjunto, estaria o restaurante em nível mais alto, a cavaleiro de um amplo terraço, e atrás dele haveria um teatro d'água, considerado pelo autor como uma grande novidade na cidade de São Paulo da época. A segunda área, com jardins de “tipo italiano”, era destinada ao público infantil e a terceira, localizada na área acima da Avenida Brasil, possuía piscinas olímpicas, populares e infantis, além de um grande lago, onde numa ilha se localizaria a “Boite”. O traçado do jardim, mais sinuoso e naturalista nessa parte, era do tipo inglês e próximo do lago menor estava prevista uma casa de chá, com seu exótico jardim japonês. Stockler das Neves também transformava o prolongamento da Avenida Brasil num grande bulevar, tendo ao centro canteiros variados e rebaixados ao nível das duas pistas<sup>16</sup>.

Apesar dos esforços despendidos pelo autor, Cicillo Matarazzo, Presidente da Comissão do IV Centenário, bem notou o caráter pateticamente passadista da proposta do arquiteto e por isso, com o apoio do Prefeito e do Governador, promoveu a criação de uma Equipe de Planejamento. Essa equipe idealizaria um estudo diametralmente oposto ao apresentado por Stockler das Neves, inaugurando assim uma abordagem moderna na forma de conceber um parque.

## A Equipe de Planejamento (1951)

Consciente das divergências políticas e culturais que se atriavam no interior da Comissão, mas atenta aos fatos documentados e datados referentes ao processo de construção do Ibirapuera, podemos afirmar que é com Cicillo Matarazzo, na Presidência da Comissão em 1951, e com a equipe de arquitetos modernos paulistanos por ele contratada que surge o primeiro programa de caráter nitidamente moderno para a ocupação do novo parque. Em 20 de setembro de 1951, Cicillo Matarazzo convida formalmente os arquitetos Rino Levi, Oswald Bratke, Eduardo Kneese de Melo, Ícaro de Castro Melo, Roberto Cerqueira César, Carlos Brasil Lodi, Carlos Alberto Gomes Cardim Filho e Alfredo Giglio, sendo os dois últimos, respectivamente, diretor do Departamento de Urbanismo e diretor do Departamento de Arquitetura da Prefeitura Municipal, para comporem a Equipe de Planejamento, responsável por todas as comemorações que vierem a se realizar.

Um dos primeiros documentos redigidos pela Equipe de Planejamento descreve os aspectos gerais das atividades a serem desenvolvidas pelos arquitetos, com a definição

dos trabalhos urbanísticos e arquitetônicos necessários à criação de um conjunto de espaços recreativos, culturais, artísticos, paisagísticos e esportivos para São Paulo. O caráter permanente de algumas obras estava definido de antemão, não somente tendo em vista seu uso posterior, mas principalmente por sua importância arquitetônica. Uma vez incorporadas essas obras no patrimônio da cidade, tornar-se-iam futuras atrações turísticas e marcos comemorativos dos 400 anos da cidade. A equipe previu também a realização dos estudos em três etapas: plano de conjunto; projeto das unidades e execução das obras.

O plano de conjunto tinha as seguintes tarefas a cumprir: primeiro, reconhecer e analisar os planos urbanísticos existentes ou em estudo, realizados pelos poderes públicos, sendo permitido introduzir modificações neles sempre que necessário. Em seguida, formular o anteprojeto que estabeleceria: o traçado viário, a circulação, o estacionamento e as comunicações; a definição das áreas destinadas aos jardins e demais atividades; e a localização dos edifícios. O projeto definitivo do conjunto dependeria de a Coordenação dos Festejos fornecer à equipe o programa das atividades, discriminando as obras de caráter permanente e as de caráter provisório; os dados topográficos e estatísticos, o local, os equipamentos e a mão-de-obra especializada para os diversos projetos de iluminação, paisagismo, hidráulica, telefonia, entre outros.

Das etapas previstas, apenas a primeira foi realizada pela Equipe de Planejamento. Era um verdadeiro plano de abrangência metropolitana:

*A Equipe de Planejamento considera de absoluta e inadiável necessidade controlar-se o crescimento de São Paulo com um Plano Diretor, estudado de acordo com os mais modernos princípios urbanísticos, ao qual deveriam obedecer os estudos referentes aos festejos do IV Centenário.*

*A Equipe procura orientar seus estudos, considerando sempre a íntima dependência desses festejos à cidade, sugerindo soluções que algumas vezes, dizem respeito a toda metrópole, ultrapassando os limites de uma simples feira de amostra e cuja a execução imediata se impõe.<sup>13</sup>*

Dentro deste espírito, a Equipe de Planejamento identificou como essencial para o sucesso das comemorações e, principalmente, para a satisfação das futuras necessidades da cidade de São Paulo, a adequação do sistema viário existente aos grandes deslocamentos que estavam sendo previstos com a realização da Feira Mundial e das diversas atividades desportivas. Em relação a essa questão foi levantada como primordial a ligação da Avenida Itororó, atual 23 de Maio, com a Avenida Brasil e uma melhor solução do cruzamento da Avenida Brasil com a Avenida Brigadeiro Luís Antônio.

A Equipe, entretanto, advertiu que as realizações necessárias só seriam completas se se envidassem esforços conjugados, congregando os três níveis de governo, federal, estadual, municipal, e o povo. As instâncias governamentais seriam responsáveis pela execução das obras sugeridas pela Equipe de Planejamento e ao povo – “sociedades civis, culturais, artísticas, religiosas, esportivas, organizações de turismo, propaganda transporte e aos particulares devidamente orientados, estimulados e auxiliados pelos poderes”<sup>14</sup> – caberia

13 Processo 215/51. Fundo IV Centenário. Acervo: Divisão do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís – DPH/SMC.

14 Processo 215/51. Fundo IV Centenário. Acervo: Divisão do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís – DPH/SMC.

a colaboração dentro de suas possibilidades. Desta forma, uma das ações mais importantes era permitir que a Comissão se tornasse uma autarquia responsável pelo planejamento geral, pela coordenação das providências necessárias à execução das atividades de outras entidades e pela organização das exposições comemorativas.

Analisando as plantas e o relatório apresentados ao Governador Lucas Nogueira Garcez e o texto, não datado, intitulado “Festejos do 4º Centenário de São Paulo – Considerações Gerais” é possível identificar o ambicioso caráter de totalidade aplicado ao planejamento geral, dividido nos três grupos de atividades: “Diversões populares, culturais e exposições”; “Cultura Universitária” e “Esporte”.

O Parque do Ibirapuera concentraria as atividades de “Diversões populares, culturais e exposições”, que atrairiam o público geral de forma concentrada. Estava prevista uma área de 250 hectares, que anexaria o Viveiro Manequinho Lopes e os terrenos vizinhos de propriedade particular, para a criação de uma zona verde com caráter de grande parque público para uso da população. A equipe previu igualmente as obras permanentes como “parque de diversões, passeios de ciclismo e hipismo, lagos, play-ground, jardim zoológico e botânico, com algumas construções esparsas para restaurantes, teatro, circo e outras adequadas ao destino do parque”.<sup>15</sup>

O grupo de “Cultura Universitária” abarcaria congressos científicos, cursos, conferências e manifestações estudantis, o que interessaria apenas a uma pequena elite intelectual. Aproveitando o espaço em construção da Cidade Universitária, a Equipe de Planejamento designou esse local para a realização dessas atividades intelectuais e alojamento dos conferencistas.

O grupo de “Esporte” foi idealizado de acordo com as modalidades e o número de público que atrairia, ficando as atividades esportivas populares localizadas em ponto de fácil acesso e as demais, espalhadas pelos arrabaldes de São Paulo. A equipe buscou se servir ao máximo possível de equipamentos já existentes como o Estádio do Pacaembu, o Clube Hípica de Santo Amaro, a Sociedade Hípica Paulista e até mesmo as represas de Guarapiranga e Billings, para algumas atividades náuticas. Apenas o Ginásio e o Velódromo estavam sendo programados como construções novas e desde logo se identificou a necessidade de atuação do governo do Estado para a viabilização de tais eventos esportivos.

Os esforços da Equipe de Planejamento, entretanto, duraram pouco e em janeiro de 1952 os seus membros pediram afastamento. Dos trabalhos previstos, apenas o plano de conjunto foi realizado. O passo seguinte, que seria a concepção dos edifícios a serem construídos, não prosseguiu dada a não aceitação da forma de remuneração a ser feita pelo trabalho. Fato que levou Cicillo a convidar o reverenciado arquiteto Oscar Niemeyer para a idealização de um outro projeto. A razão principal dessa escolha era dar continuidade ao espírito da Arquitetura Moderna que guiava o pensamento de Cicillo com relação ao projeto do parque, mesmo que a nova proposta se distinguisse formalmente da anterior.

Antes de apresentar as propostas de Oscar Niemeyer e sua equipe, é preciso porém fazer uma leve interrupção para analisar um misterioso estudo encontrado no Fundo IV Centenário do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, trabalho esse assinado por alguém de quem só se conhece o sobrenome: Sercelli.

---

15 Op. cit., 1951.

## O estudo de Sercelli (1951)

O projeto, cujo título era: “Grande Exposição Comemorativa do IV Centenário”, reunia numa única perspectiva artística a implantação do parque e seus edifícios. Esta proposta, provavelmente datada dos anos 50, negava o paradigma moderno, apresentando-se com uma arquitetura de estilo *Art Déco*. O partido adotado concentrava os edifícios no meio do terreno, recorrendo à praça circular como principal elemento urbanístico de composição do parque; no centro dela estaria localizado o obelisco comemorativo da Revolução de 1932. A proposta aparentemente respeitava a área usada pelo Viveiro Manequinho Lopes, porém não condizia com a concepção de parque que valorizasse as áreas verdes e o lazer da população, por estarem distribuídas as edificações de maneira a ocupar a maior parte dos espaços.

## O Grupo de Niemeyer (1952)

A equipe formada pelos arquitetos Oscar Niemeyer, Zenon Lotufo, Eduardo Kneese de Melo e Hélio Cavalcanti, com colaboração de Gauss Estelita e Carlos Lemos, começou seus estudos na área do Parque do Ibirapuera em 1952. Outros profissionais como: Ícaro de Castro Melo, responsável pela concepção do Ginásio, Milton Ghiraldini, pela urbanização do parque, Otávio Augusto Teixeira Mendes<sup>16</sup>, pelo projeto paisagístico, e Eduardo Goulart Tidau, Eduardo Corona e Antônio Carlos Pitombo, pelo projeto do Planetário, também atuaram no parque.

Datado de maio de 1952, o primeiro estudo da Equipe de Niemeyer para a área foi acompanhado de uma introdução escrita por Joaquim Cardoso, que buscou de forma resumida, conceituar a arquitetura moderna como o resultado da “natural capacidade em

---

16 Iniciou-se ainda em 1952 o planejamento do paisagismo junto aos lagos e ruas internas do parque. Otávio Augusto Teixeira Mendes, representante do Estado na Comissão, foi o responsável pela idealização do paisagismo. Teixeira Mendes buscou “dentro dos postulados da moderna arquitetura paisagística, obter um traçado singelo e funcional”, valorizando o conjunto arquitetônico. A proposta incorporou a capacidade do Viveiro Manequinho Lopes em contribuir com as mudas a serem plantadas, o que direcionou o convite oficial a Artur Etzel, chefe da Divisão de Parques e Jardins da Prefeitura, responsável pelo viveiro.

Em fevereiro de 1953, o projeto do lago e das ruas internas é definitivamente aprovado pelo grupo de arquitetos de Niemeyer e da Prefeitura e pela Comissão. Teixeira Mendes dá continuidade ao seu trabalho e, ao mesmo tempo, Roberto Burle Marx apresenta sua proposta para o paisagismo do parque. Após o recebimento da proposta de Burle Marx pelas mãos do grupo de Niemeyer, Teixeira Mendes redigiu parecer justificando a inviabilidade de aceitar esse projeto. Seus argumentos estavam respaldados nos seguintes pontos: na inadequação do grande jardim ou conjunto de jardins referido no projeto; no custo de execução da obra e na sua onerosa conservação; no desconhecimento altimétrico do terreno; na perda de tudo que já havia sido feito; no desvirtuamento da finalidade local e na escassez do tempo. A certa altura do parecer afirma Teixeira Mendes:

*Um ajardinamento do Ibirapuera, com custosos serviços de pavimentação e pisos, fontes, repuchos, “parterres”, etc., além de onerar sobremodo aquilo que já está em andamento, fugiria àquilo que o povo realmente espera e precisa: a grande área verde para o repouso de todos.*

Desta forma, e com o aval de todos os envolvidos, o projeto de Burle Marx não foi aceito e Teixeira Mendes pôde dar continuidade à sua proposta.

adaptar elementos construtivos de descobertas recentes”. O seu discurso apresenta a obra proposta como produto do desenvolvimento técnico e industrial do Estado, relatando:

*Os edifícios deste conjunto arquitetônico evocam nas suas linhas e superfícies, sugerem nos seus volumes todo o complexo das atividades técnicas modernas, representando simultaneamente a unidade e a multiplicidade do trabalho humano; evocam os resultados objetivos deste trabalho, instalam a consciência de uma época de operosas realizações e consolidam, na matéria inerte, toda uma ordem de idéias puras e exatas.*<sup>17</sup>

A primeira idéia apresentada compunha-se de grandes edifícios interligados por uma extensa marquise, sendo o conjunto circundado pelo lago, áreas de diversão e pavilhões estrangeiros. Tinha esse conjunto uma entrada com plataforma elevada, solução que permitiria a visualização do todo. A esta plataforma se seguia uma grande esplanada, que fazia a ligação entre o Auditório e o Planetário, dois grandes edifícios, de formas muito características.

Nas demais extremidades da grande marquise, estariam localizados os edifícios denominados Pavilhão das Indústrias, Pavilhão das Nações Estrangeiras, Restaurante e Pavilhão dos Estados. Próximo a este último previu-se a construção de pavilhões de comércio. O Palácio da Agricultura se situaria do outro lado da Avenida Brasil (hoje Pedro Álvares Cabral). O grande empecilho à realização dessa proposta era o destino a ser dado à marquise após o término das comemorações. O projeto previa a demolição da maior parte dos edifícios, já que de caráter provisório, restando apenas o conjunto Auditório–Planetário, os Pavilhões das Indústrias e da Agricultura e o restaurante. A marquise seria completamente demolida e haveria a construção de um aquário no local do Pavilhão das Nações Estrangeiras. A versão desse projeto foi rigorosamente criticada pela autarquia, dado o alto custo da construção e desperdício.

Somente em janeiro de 1953 é que o desenho final da proposta foi aprovado, passando, agora, a ter uma marquise mais esbelta e de caráter permanente e pavilhões, cuja aparência e localização haviam sido alteradas. *O Palácio da Agricultura e o par Auditório-Planetário foram os únicos edifícios da primeira proposta que perduraram sem alterações. O Planetário contudo, passou, na segunda versão, a abrigar um Pavilhão de Exposições.*

Duas das construções inicialmente propostas, a entrada monumental e o restaurante, foram eliminadas por razões econômicas. Fato que acabou se repetindo com relação ao auditório. Restaram, portanto, o Pavilhão da Agricultura, atual Detran; o Pavilhão das Indústrias, atual prédio da Bienal; o Pavilhão das Nações, atual Pavilhão Manuel da Nobrega; o Pavilhão dos Estados, prédio até há pouco ocupado pela Prodam, e o Pavilhão de Exposição, hoje conhecido como Oca, dada sua forma de calota semi-esférica. As demais construções que compunham o conjunto original do parque foram concebidas por outros arquitetos, como dito anteriormente, e até os dias de hoje se conservam.

---

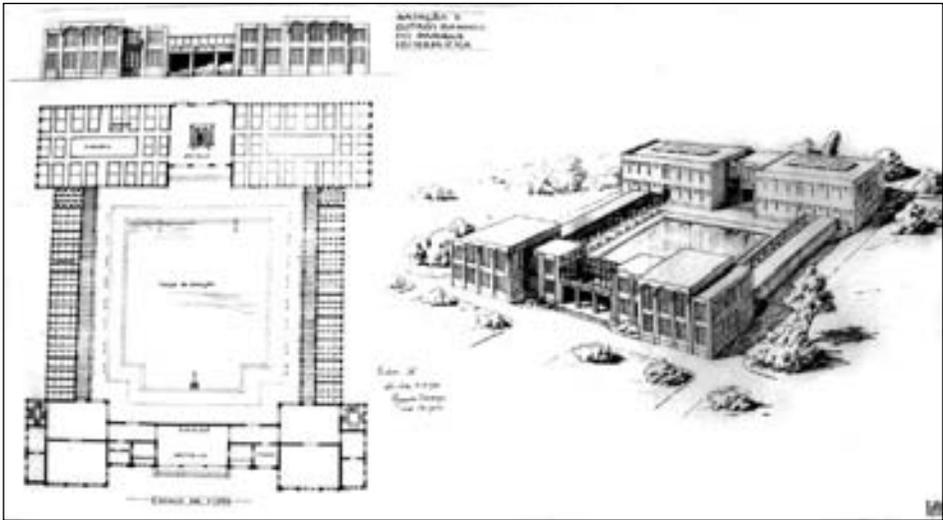
17 Anteprojeto da Exposição do IV Centenário de São Paulo, 1952. Acervo: Divisão do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís – DPH/SMC. Original na FAU/USP.

## Considerações finais

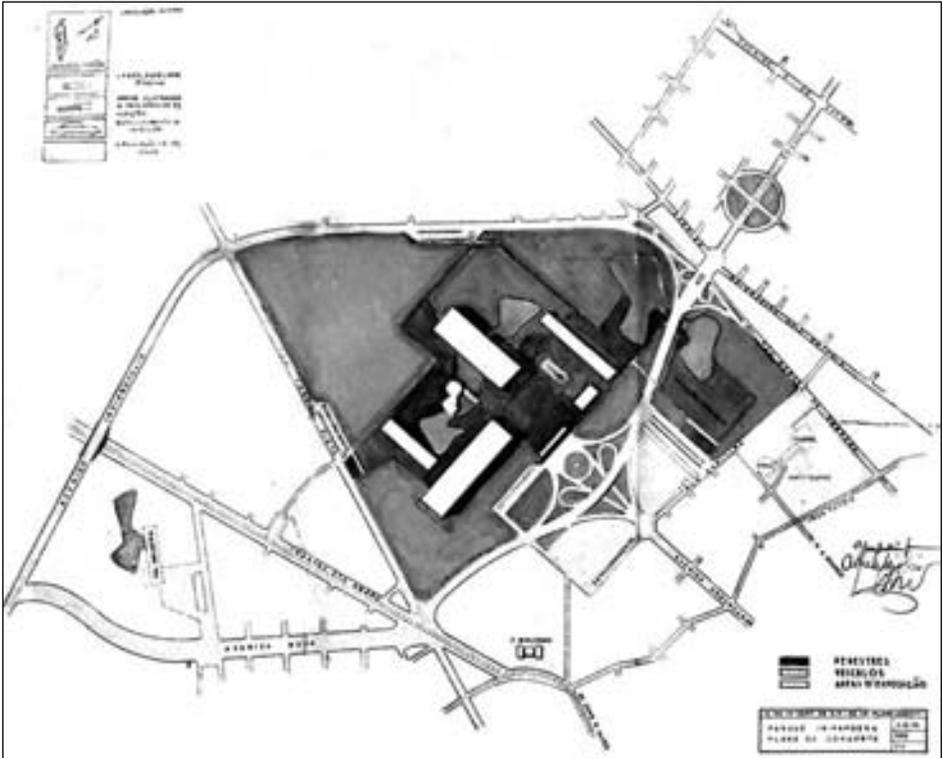
Foi num contexto de grandes comemorações que o Parque do Ibirapuera foi finalmente inaugurado em 21 de agosto de 1954. O que não imaginávamos, é que a história da formação do parque fosse tão longa e complicada. No presente estudo revelamos que o Parque do Ibirapuera vinha sendo cogitado desde o longínquo ano de 1926 como um local de recreação e lazer para a população paulistana. A crônica aqui apresentada nos permite visualizar as diferentes faces que o Parque do Ibirapuera poderia ter tomado.

A longa trajetória percorrida – com dez projetos sucessivos, elaborados entre 1929 e 1953 – demonstra as expectativas, as dificuldades e a tenacidade da administração pública municipal e do povo paulistano em implementar a criação de um parque urbano na cidade de São Paulo.

Foi preciso mais do que simples vontade, foi preciso muita vontade política e determinação, para fazer nascer o parque, predestinado a simbolizar a ascensão da capital paulista no mundo moderno e industrializado. Em 1954, o Parque do Ibirapuera e suas construções modernas anunciavam o alto nível de desenvolvimento atingido por São Paulo e hoje representam a união, a paz e a celebração a que qualquer cidadão tem direito ao desfrutar desse almejado espaço de recreação e lazer.



Projeto para natação e outros banhos. Parque sito na Várzea do Ibirapuera. Autor: Reinaldo Dierberger, 1932. Acervo: Seção de Cadastro, SIURB / PMSP.



Primeiro projeto moderno para o Parque do Ibirapuera na década de 1950. Autor: Equipe de Planejamento, 1951. Acervo: Fundo IV Centenário. Processo 215/51. Divisão do Arquivo Histórico Municipal/DPH/SMC

## Referências bibliográficas

- DIERBERGER, Reynaldo. O Parque Municipal do Ibirapuera, em São Paulo. **Revista Arquitetura e Construções**. v. 1, n. 11, p. 34, jun. 1930.
- DOURADO, Guilherme O. M. **Modernidade verde: jardins de Burle Marx**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.
- MAIA, Francisco Prestes. **Plano de avenidas para a cidade de São Paulo**. São Paulo: Melhoramentos, 1930.
- \_\_\_\_\_. **Os melhoramentos de São Paulo**. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1945.
- MARIANO, Cássia. **Preservação e paisagismo em Otavio Augusto Teixeira Mendes**. 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- NIEMEYER, Oscar et al. **Ante-Projeto da Exposição do IV Centenário de São Paulo**. São Paulo, 1952.
- OLIVEIRA, Fabiano L. **Projetos para o parque do Ibirapuera: de Manequinho Lopes a Niemeyer (1926-1954)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.
- RELATÓRIO de 1916 apresentado pelo Washington Luis Pereira de Sousa, Prefeito do Município de São Paulo. Diretoria do Patrimônio, Estatística e Archivo. São Paulo: Casa Vanorden, 1918.
- RELATÓRIO de 1926 apresentado pelo Dr. J. Pires do Rio, Prefeito do Município de São Paulo. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1927.
- SÃO PAULO (Cidade). Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. **Ata da reunião de instalação da Comissão encarregada de promover os festejos comemorativos do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo (1951)**. São Paulo, 20 jul., 1951. TORRES, Maria C. T. M. **Ibirapuera**. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1977. (História dos bairros de São Paulo, 11).

### Fontes Primárias

- Processo 77.925/34 – Projeto de Werner Hacker 1935. Fundo PMSP – Arquivo Histórico Municipal.
- Processo 08.630/33 – Projeto da 7ª Seção Técnica da Divisão de Obras Públicas 1933. Fundo PMSP – Arquivo Histórico Municipal.
- Processo 36.390/32 – Projeto de Reynaldo Dierberger 1932. Fundo PMSP – Arquivo Histórico Municipal.
- Processo 215/51 - Relatório Equipe de Planejamento para o Governador. Fundo IV Centenário – Arquivo Histórico Municipal.
- Processo 270/52 - Melhoramento do Parque. Fundo IV Centenário – Arquivo Histórico Municipal.
- Processo 411/51 - Projeto equipe Rino Levi (2 pastas soltas). Fundo IV Centenário – Arquivo Histórico Municipal.
- Processo 90/51 - Projeto Christiano Stockler das Neves. Fundo IV Centenário – Arquivo Histórico Municipal.
- Processo 442/52 - Carta de Francisco Matarazzo pedindo as terras do Ibirapuera para as festas do IV Centenário ao Prefeito Armando Arruda, com resposta do mesmo. Fundo IV Centenário – Arquivo Histórico Municipal.
- Processo 1946/53 - Projeto de Burle Marx para o parque, com relatório sobre sua não aceitação. Fundo IV Centenário – Arquivo Histórico Municipal.

---

Manuella Marianna Andrade, arquiteta e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Chefe da Seção Técnica de Estudos e Pesquisa/AHM/DPH (2003 a 2004).



# O Arquivo na Prefeitura Municipal às vésperas de seu centenário

Rosiane Maria de Melo

Numa história de pouco mais de 450 anos, em cujo início as dificuldades administrativas foram tantas que até mesmo a construção de uma casa para sede das reuniões da Câmara de Vereadores constituiu-se num grande obstáculo, somente transposto a partir do terceiro século da colonização, é bastante significativo, especialmente para nós, atuantes na área de patrimônio histórico, que o Arquivo Público da Cidade de São Paulo esteja a pouco mais de um ano de seu centenário e que o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) tenha comemorado em 2005 trinta anos de existência. Comemorações como estas nos iluminam no sentido de (re) lembrarmos os rumos adotados pelas instituições que tiveram e têm o fundamental papel de salvaguardar os bens culturais de máxima importância para a história desta cidade, para não dizer deste país; de seu papel na construção da memória e identidade do povo paulistano e ainda lançar reflexões acerca dos caminhos por elas trilhados e daqueles que, nossa boa fé acredita, estão por vir. Entretanto, não devemos esquecer que mesmo que séculos nos separem daquelas primeiras dificuldades e avanços enfrentados pela administração da então Vila de São Paulo, o Século XXI continua trazendo inúmeros desafios para todos os setores da vida pública, incluindo-se aí o setor de preservação de bens culturais.

Neste trabalho recordamos os caminhos percorridos pelo Arquivo Histórico Municipal (AHM) desde aquele primeiro núcleo, no início do século XX, até chegar a ser a instituição que temos hoje. Traçamos um diagnóstico atual, descrevendo as realizações dos últimos seis anos, bem como os projetos em andamento.

# 1 - A guarda dos documentos pela administração pública da cidade de São Paulo

A história da administração pública da cidade de São Paulo demonstra que no seu início, inúmeras foram as adversidades enfrentadas pelas autoridades quanto às instalações da Câmara e quanto aos recursos insuficientes destinados à administração da então Vila de São Paulo. Após 1711, com sua elevação à categoria de cidade, essa situação foi sendo aos poucos modificada e só uma razoável preocupação com a guarda dos papéis administrativos justifica que tenham sido conservados por tanto tempo, sendo de admirar que arquivos da época, que eram freqüentemente levados de um lugar a outro, tenham chegado até nossos dias sob tais condições, como bem relata Nuto Sant'Anna (RAM vol.1:25-28), encarregado da Seção Histórica da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). É o caso, por exemplo, das *Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo*, datadas de 1555.



*Adaptação feita pela autora, conforme corrente grafia da Língua Portuguesa, da Ata de 30 de dezembro de 1583, transcrita no volume 1, página 226, da Coleção de Atas publicadas disponíveis no Arquivo Histórico Municipal, cujo tópico final trata da casa do conselho que caíra: “[...] mandaram a mim Escrivão da Câmara que de todo o que vira e passava fizesse este auto para a todo tempo se saber como caíra a dita cobertura da casa do Conselho e cadeia [...]”.*

*Atas da Câmara de São Paulo, volume 4, fls. 23vº. Fundo Câmara Municipal de São Paulo. Acervo: AHM. Imagem produzida por KWR2, em 2006, SMC.*

Há cerca de 107 anos, em novembro de 1898 (*Lei n. 374, 29/11*), era criado o cargo de Prefeito. Até então, a cidade estava dividida administrativamente nas chamadas Intendências Municipais. Com a criação do cargo executivo, nasce a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), que passa a ampliar e organizar seus serviços. No entanto, os papéis da administração – tanto os históricos quanto os chamados documentos correntes<sup>1</sup> –, acumulados e guardados num único arquivo, continuaram sob a responsabilidade da Câmara Municipal até 1907. Mas não podemos chamar aquela primeira célula de Arquivo, tal qual o conhecemos hoje. Não era um setor com vida e estrutura próprias, dentro do organismo maior da Prefeitura. Anteriormente, no ano de 1895, por meio da *Lei n. 170, de 6 de maio*, oficializara-se por parte do poder público a preocupação com a publicação de documentos históricos, entretanto a prática só se efetivou no ano de 1914, na gestão do Prefeito Washington Luís Pereira de Sousa, quando são publicados os primeiros volumes das *Atas da Câmara de São Paulo*.

Em 1917, ainda na administração de Washington Luís, começa a ser publicado o *Registro Geral da Câmara* e, em 1937, são editados os volumes de *Cartas de Datas de Terra*, pela então Divisão Histórica e Social do Departamento de Cultura. Vale lembrar que a partir da criação da Revista do Arquivo Municipal (RAM) em 1934, esta passa a publicar alguns documentos inéditos como *Ordens Régias*, *Coleção Papéis Avulsos*, *Atos Oficiais* entre outros.

No artigo intitulado *O Arquivo Histórico Municipal Washington Luís*, escrito por seu diretor, Prof. Eduardo de J. Moraes do Nascimento (RAM vol. 191:9-29), encontramos a gênese e o desenvolvimento do que viria a ser a futura Divisão, onde o autor relata as primeiras preocupações dos administradores da cidade com a guarda dos papéis e relata as atividades do Arquivo do início até meados de 1970, data em que o artigo foi escrito. Ao final deste trabalho, no item Anexos há um resumo da legislação mais importante relativa ao AHM ao longo de sua história.

## 2 - As sedes do Arquivo Histórico Municipal

O acervo que resultou no Arquivo Municipal deveu-se à transferência de papéis guardados pela Câmara Municipal de São Paulo até 1907 (*Lei n. 1.051, de 17/10/1907*) os quais, segundo SANT'ANNA (RAM vol.1:25-28), acompanharam a casa em suas permanentes mudanças, tendo percorrido cerca de uma dezena de lugares antes do nascimento da Prefeitura. Nestes cerca de 107 anos, desde a instituição da Prefeitura do Município de São Paulo, foram inúmeras as mudanças de endereço de Secretarias, Departamentos e Divisões, sem que houvesse um registro sistemático dessas passagens. Por conta disto, diferentes numerações aparecem, deixando dúvidas quanto aos edifícios que abrigaram o Arquivo Municipal.

---

<sup>1</sup> Documentos correntes são todos aqueles cujo trâmite está em andamento. Já os de caráter permanente são aqueles recolhidos e guardados em Arquivos Públicos, como os Arquivos Históricos. No Arquivo do Piqueri, estão guardados todos os processos encerrados que tramitaram na PMSP. Há uma comissão da qual fazem parte todos os setores da Prefeitura, denominada CCAD – Comissão Central de Avaliação de Documentos, cuja função é, depois de discutidos os critérios, aprovar, publicar e oficializar as tabelas de temporalidade, para posterior recolhimento dos papéis produzidos pela Administração Pública da cidade.



*Adaptação feita pela autora, conforme corrente grafia da Língua Portuguesa, da Ata de 6 de fevereiro do ano de 1575, transcrita no volume 1, páginas 65-66 das Atas publicadas disponíveis no Arquivo Histórico Municipal, onde, pela primeira vez, fala-se da compra de uma caixa para os papéis da Câmara: “[...] pelos ditos oficiais foi posta em prática ao povo que presente se achou como nesta vila havia necessidade de se fazer uma caixa com suas fechaduras para nela estarem os papéis da Câmara [...]”. O assunto da compra de uma caixa para se porem os papéis, teve sua conclusão em ata de 16 de maio do mesmo ano, páginas 72-73.*

***Atas da Câmara de São Paulo, volume 2, fls. 32vº a 34; e fls. 40 e 40 vº (não reproduzidas aqui), Fundo Câmara Municipal de São Paulo. Acervo: AHM. Imagem produzida por KWR2, em 2006, SMC.***

Segundo SANT’ANNA (RAM vol. 1:25-28), os papéis estiveram desde 1886 no edifício<sup>2</sup> da Rua do Tesouro, antiga Travessa das Casinhas, onde funcionaram o Tesouro do Estado, a Câmara Municipal e o Fórum. Em 1914 a PMSP mudou-se para a Rua Líbero Badaró, nº. 34, levando esses papéis, herdados em decorrência da lei recém criada.

Pelo Ato nº 1.146, de 4/7/1936, a Revista do Arquivo torna-se então competência da Divisão de Documentação Histórica e Social do Arquivo Municipal, do Departamento de Cultura. Por esta razão deduz-se que os diversos endereços que figuram em suas con-

---

<sup>2</sup> O referido edifício foi construído entre 1873 e 1874, conforme FREITAS (RAM vol. 3: 23-26). Nesse local, anteriormente, existiram as conhecidas “casinhas”, construídas em 1773 e predecessoras do Mercado de Alimentos.

tracapas nos remetem ao Arquivo Municipal<sup>3</sup>. Assim, em 1939 (RAM vol. 54) consta a Rua Líbero Badaró nº 34, como endereço de sua publicação. No volume seguinte, ainda em 1939, já consta a primeira mudança, ainda na Rua Líbero Badaró, nº 377. Já em 1941 (RAM vol. 80), surge como endereço a Rua da Cantareira, nº 216 e também o nº 226. Em 1954 (RAM vol. 158) o endereço é a Rua da Consolação, primeiramente nos nºs 1.012/1.052 e depois no nº 1.024 (RAM vol. 159), na localidade denominada Chácara Lane, trazendo a Divisão do Arquivo Histórico Municipal, que já existia desde 1946, como órgão responsável pela edição da RAM.

No ano de 1990, o AHM mudou-se da Chácara Lane para o antigo palacete remanescente do século XIX restaurado entre 1979 e 1989, localizado na Rua Roberto Simonson, nº 136-B, no Pátio do Colégio, onde permaneceu até 1999. Em dezembro de 1999, transferiu-se para sua atual sede, o Edifício Ramos de Azevedo, na Praça Coronel Fernando Prestes, nº 152, no Bom Retiro. Construído pelo arquiteto de mesmo nome e inaugurado no ano de 1920, para sediar o então Gabinete de Eletrotécnica da Escola Politécnica, foi comprado pela PMSP no ano de 1987. Com a instalação definitiva do Arquivo Histórico Municipal a Secretaria Municipal de Cultura realizou parte do projeto da idealizada *Casa da Memória Paulistana*, que previa a integração de todos os acervos do Departamento do Patrimônio Histórico.

### 3 - O acervo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís e as linhas de pesquisa

*[...] Na verdade, não basta que um arquivo se enriqueça de valiosos documentos e constitua um como que patrimônio nacional pelas fontes autênticas [...] Jamais passará elle de um thesouro soterrado, si não prestar aos estudiosos, aos historiadores, aos políticos, a Administração do Estado e até aos simples curiosos a utilidade que pôde e deve prestar.*

*Joaquim Pires Portella*<sup>4</sup>

O acervo do AHM é constituído basicamente de documentos produzidos pela administração municipal da cidade de São Paulo antes mesmo de ter sido criada a designação Prefeitura Municipal. A documentação que o compõe é de reconhecido valor probatório e histórico-cultural e é formada pelas diversas séries documentais relativas às atribuições administrativas da Câmara Municipal de São Paulo, Intendências Municipais e Prefeitura

---

<sup>3</sup> A exceção são as RAM vol. 161, de julho 1957 a junho de 1958, e RAM vol. 162, de janeiro a março de 1959, em que o endereço encontrado é a Rua Brigadeiro Tobias, nº 722 – 6º andar. Porém, não se tem notícia de que o Arquivo Histórico Municipal tenha estado lá. Provavelmente, por algum tempo, nesse local funcionou apenas o setor de redação da revista, pois tanto a edição anterior (RAM vol.160, de abril a junho de 1957), quanto a seguinte (RAM vol. 163, de abril a junho de 1959 ) trazem como endereço a Rua da Consolação, nº. 1.024.

<sup>4</sup> Joaquim Pires Portella, diretor do “Arquivo” Público do Império, citado na matéria “Neste Acervo, a História de São Paulo. Aberto ao Público”, tópico Acervo, assinada por Wilson Pires, do Jornal Shopping News-City News. São Paulo, 17 novembro de 1985. Jornal encontrado na hemeroteca do AHM.

Municipal (de 1562 a 1921). Há também seis mil plantas de edifícios públicos, outros milhares de particulares e fotos da cidade, somando aproximadamente 4 milhões de documentos. Assim, descrevendo as várias faces que formam o cenário paulistano num largo período, entre os séculos XVI e XX, o acervo do AHM é fonte privilegiada da história social da cidade de São Paulo, deixando entrever os aspectos sociológicos, históricos e antropológicos desta história.

A partir desse acervo podemos traçar, por exemplo, o quadro da evolução urbana e dos hábitos de sociabilidade, da presença de cidadania e dados sobre a imigração, em que se são delineados os diversos processos de transformação pelos quais São Paulo passou, seja por fatos históricos externos, por seu próprio crescimento econômico ou pelo conseqüente aumento populacional e de sua problemática. Conhecer esses aspectos é, sem dúvida, compreender a cidade que temos hoje.

Desta forma, lá são encontradas tanto as informações que corroboram com a São Paulo do mais longínquo passado, quando era apenas uma vila com seus cerca de 150/160 habitantes, como também a cidade grande, pólo de atração de povos e culturas do início do século XX, quando já anunciava a grande metrópole industrial que viria a ser. Para se ter uma idéia do que tais transformações significaram em termos de números, basta comparar os dados do censo do ano de 1822, que dava a existência de 6.920 habitantes na cidade de São Paulo, e cem anos depois (1922), quando esse número se multiplicava para 650.000. Já em 1914 a rapidez de crescimento e as inúmeras promessas de progresso suscitaram por parte de um prefeito da época comparação como esta: *“A cidade de São Paulo está se aparelhando para ser um grande centro industrial, alguma coisa assim como Chicago e Manchester juntos;”*<sup>5</sup>.

Quanto ao patrimônio documental em si, mais uma vez é bom lembrar que não estamos aqui a render o tradicional culto ao passado, por meio de relíquias recolhidas e conservadas. Segundo PAES (1991, p.55) *“é preciso distinguir nitidamente os documentos de real valor histórico daqueles que representam apenas curiosidade histórica, evitando-se, assim, que se acumule muito papel e pouca memória”*. Certamente não é este o caso dos documentos do AHM. A vasta documentação que possui tem vitalidade própria e utilidade muito clara, que vai além desse culto, sobretudo para pesquisadores e para a administração da cidade. Sem mencionarmos que tal documentação, recolhida desde o século XVI, é produzida em período contemporâneo a fatos marcantes da história geral de nosso país, tais como, a vinda da Família Real para o Brasil, a Independência, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, etc.

Mas toda essa riqueza acumulada em séculos é como uma matéria amorfa sem utilidade, se não é devidamente tratada – tanto em termos de conservação, quanto de sua descrição e acesso, através de tecnologias compatíveis e atuais. Na sua forma mais racional, servirá aos pesquisadores, acadêmicos ou não, e à boa administração da cidade. Na outra, não menos necessária, a todos que, visando uma identidade, procurem conhecer as origens e fatos que compuseram a história da cidade de São Paulo, incluindo os fatos pitorescos e curiosos.

---

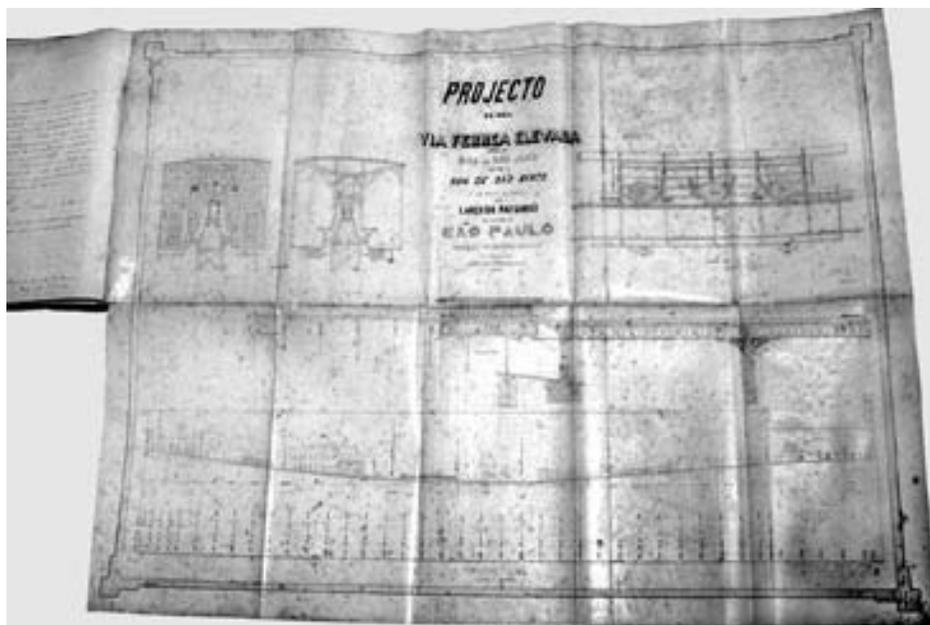
5 Washington Luís Pereira de Sousa, em Relatório de Prefeito do ano de 1914, p. 11. A idéia dessa comparação está amplamente desenvolvida no livro do brasilianista Richard M. Morse (1990), dando-nos pistas de como os agentes sociais daquela época a interpretavam.

A seguir, relacionamos alguns Fundos do acervo do AHM que exercem especial interesse, seja por seu conteúdo histórico propriamente dito, seja por seu valor jurídico de prova documental na comprovação de direitos.

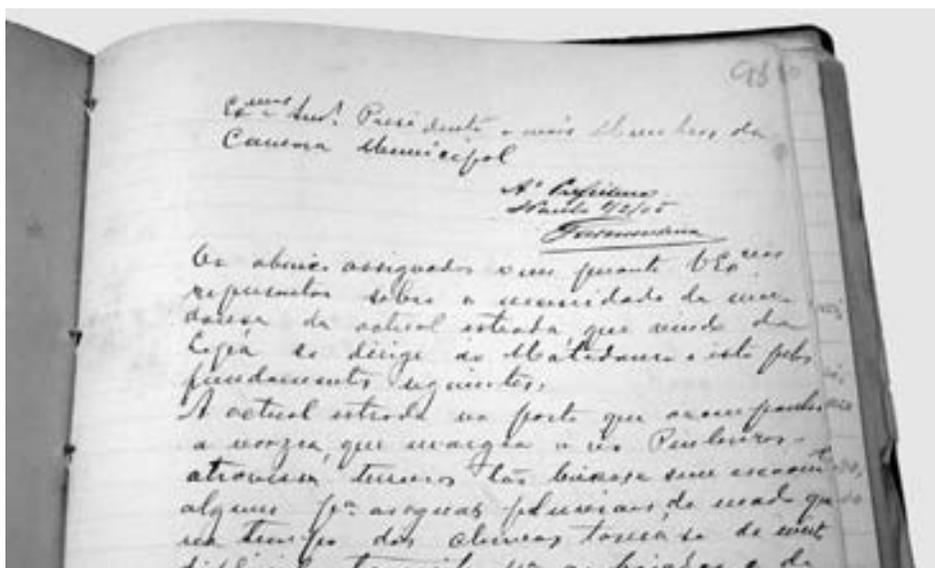
**1. Fundo Câmara Municipal.** Consideradas raridades, nele encontramos as primeiras Atas da Câmara Municipal de Santo André da Borda do Campo (entre 1555-1558) e Atas da Câmara de São Paulo (entre 1562-1909). Há no AHM um projeto incluindo pesquisa, descrição e processamento arquivístico das Atas, cujos detalhes daremos mais à frente. Ainda, incluídas nos **Fundos Câmara, Intendência Municipal e Prefeitura (do séc. XVI ao XX)** temos, em diferentes períodos, as séries documentais: Cartas de Datas de Terra; Posturas; Resoluções, Leis e Contratos; Relatórios de Visitas e Relatórios Fiscais de Higiene; Papéis Eleitorais; Documentos de Receita e Despesa entre outros.

**2. Fundo Prefeitura Municipal.** Nele, em destaque temos o tema cultura, onde se encontra o **Grupo Departamento de Cultura**, contendo a documentação referente à década de 30, abrangendo parte da gestão Mário de Andrade (1935-1938), período este reconhecido como o ponto alto da gestão da cultura no Município de São Paulo, com as inúmeras interferências e realizações do escritor/diretor Mário de Andrade, inclusive datando daí a ampliação da Revista do Arquivo Municipal. Ainda no **Grupo Departamento de Cultura** estão as séries referentes à **Divisão Social e Estatística (1935-1969)**, cujo conteúdo se refere às pesquisas chamadas Pesquisa Padrão de Vida, de cunho sociológico, realizadas em parceria com a então Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, tendo sido a maioria delas publicadas na Revista do Arquivo Municipal.

**3. Fundos: Câmara, Intendência Municipal e Prefeitura – Coleção Papéis Avulsos.** Contendo documentos pertencentes a estes três Fundos, esta coleção, por motivos desconhecidos, encontra-se encadernada separadamente e merece destaque pela diversidade de seu conteúdo, com cujas unidades poderíamos elaborar levantamentos das várias facetas da sociedade paulistana do século XVIII ao início do XX. Pelo fato de lá encontrarmos tão variadas séries, consideramos que é uma amostra significativa do acervo do Arquivo Histórico Municipal em geral. Por meio destas séries, poder-se-ia, por exemplo, estabelecer as relações de poder; descrever a formação de grupos sociais; das etapas do desenvolvimento econômico e dos hábitos, bem como projeções financeiras mais específicas da Cidade de São Paulo. Tudo isto tendo como recorte os órgãos da Administração Pública da Cidade, que os receberam. Encadernada em 2.058 volumes de aproximadamente 100 páginas cada e datada de 1714 a 1909, sua descrição infelizmente é ínfima, feita até hoje aleatoriamente por pesquisadores em geral, e que merece projeto específico por parte do AHM. A fim de exemplificar a variabilidade da documentação encontrada na Coleção Papéis Avulsos, recolhemos dois documentos, cujo conteúdo retrata as contradições da sociedade paulistana num período de franca transformação entre uma sociedade ainda quase rural, com o problema do tráfico de animais, para a metrópole que viria a ser construída, por meio de propostas e projetos de urbanização.



Proposta de construção de uma via férrea elevada sobre a Rua São João, entre a Rua São Bento e o Largo do Paissandu, apresentada pelo Engenheiro Alberto Kuhlman. Planta em linho com detalhes técnicos da ponte de ferro e da composição. **Coleção Papéis Avulsos, livro 525, de 1888, volume 20, fls. 39-46. Acervo: AHM. Imagem produzida por KWR2 em 2006, SMC.**



Abaixo-assinado de moradores de Pinheiros, onde solicitam a mudança no traçado da estrada local. **Coleção Papéis Avulsos, livro 1989, de 1905, volume 2, fls. 98-99v°. Acervo: AHM. Imagem produzida pela KWR2, em 2006, SMC.**

**4. Fundo Serviço Funerário.** Compõe-se basicamente dos 613 *Livros de Termos de Sepultamentos, Arrecadação e Adjucação de Cemitérios*, onde encontramos o registro dos mortos enterrados nos cemitérios da Cidade de São Paulo de 1858 a 1977 (com falhas). É especialmente procurado para fins de prova de parentesco e propriedade. Poderíamos ainda a partir dessa documentação, elaborar estudos e ter, por exemplo, uma estatística dos mortos de um determinado ano; ou outros estudos sobre enterramentos e a saúde pública na Cidade. Os livros de termos de sepultamentos são de tamanhos variados e de difícil manuseio.

**5. Fundo Particular Severo & Villares.** Nele estão cerca de 1800 plantas, oriundas do escritório que se seguiria ao do Arquiteto Ramos de Azevedo, dentre elas as do Theatro Municipal de São Paulo. Plantas de equivalente importância só serão encontradas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

**6. Fundo IV Centenário.** Foi constituído a partir dos 7.300 processos produzidos pela comissão encarregada dos festejos comemorativos dos 400 anos da fundação de São Paulo, e mais 2.900 prontuários referentes ao cadastro dos funcionários que atuaram junto à comissão, cujos trabalhos tiveram início no ano de 1951. O interesse dessa documentação está em se fazer levantamentos, por exemplo, sobre os trabalhos produzidos por artistas, escritores, entre outros, envolvidos nas comemorações do IV Centenário.

O AHM possui ainda documentos do que podemos chamar de mais representativos da história oficial do País, onde encontramos o *Registro de Doações em ouro para a alforria de escravos, de 1886*. Dentre as assinaturas importantes estão a do Imperador Dom Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina, além da Princesa Isabel e seu marido, o Conde D'Eu. É importante salientar que os exemplos de pesquisa citados acima são os que ficam mais evidenciados numa rápida pincelada sobre a amostra que elegemos, não tendo sido nossa pretensão esgotar esse levantamento, sendo inúmeros os trabalhos já produzidos a partir do acervo do AHM, sobre os mais variados temas.

## 4 - A Revista do Arquivo Histórico Municipal

A Revista do Arquivo Histórico Municipal, capítulo à parte na história do AHM, revela um período profícuo da cultura paulistana, quando se tornou veículo preferencial de divulgação de uma variada gama de artigos da intelectualidade brasileira, cujos temas abordados vão desde estudos de historiografia aos da língua tupi, até levantamentos econômicos e sociológicos da população paulistana, passando por estudos antropológicos sobre os índios brasileiros. Seu primeiro número é anterior ao Departamento de Cultura, isto é, de junho de 1934. Era então mensal, com média de 120 páginas por exemplar. A proposta inicial era publicar o acervo documental inédito do AHM: Ordens Régias, Papéis Avulsos, Documentos e Atos Oficiais. Quando Fábio Prado assume o governo municipal, em 1934, já haviam sido publicados quatro números; passou então a ser uma publicação de responsabilidade da Diretoria do Protocolo e Arquivo da Prefeitura, com tiragem mensal de 2.000 exemplares, de aproximadamente 500 páginas por volume. Nas palavras de Rita de Cássia A. Oliveira (OLIVEIRA, 1995, p.95-96), o grupo liderado por Mário de Andrade resolveu aproveitar e melhorar a revista – que ocuparia a lacuna deixada pela Revista do Brasil, veículo de propaganda do Movimento Nacionalista (extinta em 1927), com estudos voltados à Cultura Brasi-

leira<sup>6</sup>. Na época a RAM só tinha como concorrente os boletins publicados pelas universidades. Circulava por todo o Brasil e era distribuída para universidades americanas e européias e outros centros de cultura no mundo todo. A partir de novembro de 1934, passa a trazer anúncios publicitários, com o intuito de gerar receita e minimizar os custos. A publicidade rendia 1:500\$000 por volume, além da receita com a venda. Era comercializada pelo Departamento de Cultura por meio da Divisão de Documentação Histórica e Social e vendida em algumas livrarias de São Paulo. Contava, em 1936, com 1.000 assinantes.

Para mencionarmos apenas alguns dos autores mais famosos, nela são publicados artigos sobre folclore, de Mário de Andrade e de Luís da Câmara Cascudo; sociológicos, de Samuel Lowrie, e históricos, de Nuto Sant'Anna; artigos do Departamento Jurídico, da Divisão de Compras e da Divisão de Taxas de Melhoria e Avaliação. Teve também como colaboradores o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a Universidade de São Paulo, a Academia Brasileira de Letras, a Sociedade de Etnologia e Folclore, a Escola Livre de Sociologia e Política, nas expressivas figuras de Amador Florence, Afonso E. Taunay, Caio Prado Jr. e Herbert Baldus. Há ainda artigos de outros estrangeiros residentes ou em visita ao país, como Claude Lévi-Strauss, Paul Arbousse-Bastide, Emílio Willems, Roger Bastide, Horácio B. Davis e Donald Pierson. Nas décadas de 40 e 50, também são encontrados artigos de um dos maiores expoentes da sociologia paulista, o sociólogo Florestan Fernandes.

Renomados intelectuais do Brasil e de outros países eram presenças constantes em suas páginas. Em abril de 1937 (RAM vol. 34:214), o etnógrafo alemão Lehmann Nitsche escreve a Mário de Andrade e discorre sobre seu valor arqueológico, etnográfico e lingüístico. Conforme OLIVEIRA (1995, p.101), no jornal das Nações Americanas de abril de 1937, o sociólogo americano Georges Raeders tece elogios à RAM por suas publicações e ilustrações. Em entrevista concedida por Rubens Borba de Moraes, da equipe que fundou e dirigiu o Departamento de Cultura (RAM vol. 196:13), este lembra que o eminente sociólogo brasileiro Gilberto Freyre não deixava de lê-la e escrever à redação, felicitando-a.

No entanto, não foram só pesquisadores famosos que colaboraram, muitos foram os artigos de autores mais obscuros, da Capital e do interior paulista. Naquela agitada década de trinta, quando o espírito aguçado de Mário de Andrade dera nova vida à RAM, cujas publicações iriam compor um mosaico da cultura paulista e paulistana, mais exatamente a partir de 1935, tais produções encontraram nela o seu veículo de divulgação por excelência.

Assim, desde sua criação, em 1934, a RAM tem sido fonte de pesquisa para importantes trabalhos sobre a história da Cidade de São Paulo, o Departamento de Cultura e a década de trinta. Ainda numa outra linha de investigação, podemos apontar a RAM como fonte importante de estudos em torno das relações entre as iniciativas pública e privada.

No ano de 2002 tivemos retomada sua edição, com a publicação de um índice inédito a partir de um trabalho iniciado por funcionária do AHM. Em 2004 são publicados

---

6 Essa dissertação de mestrado, da Socióloga Rita de Cássia Alves Oliveira, cujo tema é o Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo traz, em seu IV capítulo, estudo detalhado da Revista do Arquivo Municipal, inclusive sobre suas diversas fases e modificações.

outros dois números: uma antologia reeditando os artigos considerados mais significativos pela direção do DPH e outro com escritores convidados, totalizando 203 edições, disponíveis para consulta na Biblioteca do AHM.

## 5 - As seções do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís e os Serviços Prestados

Ao falarmos do potencial atual que o AHM apresenta e do que tem a desenvolver, enquanto instituição prestadora de serviços, tanto à Administração Pública Municipal como à comunidade em geral, é importante fazermos uma breve descrição de sua estrutura e dos serviços que presta, bem como de seu público. A partir da Lei n. 8.252, de 20/5/75, que traça a composição do AHM, notamos algumas “adaptações” nas atribuições de suas seções, que seguem sendo as seguintes:

**QUATRO TÉCNICAS.** *PH 101 – Seção Técnica de Estudos e Pesquisas.* Responsável, a partir da documentação, pela elaboração de levantamentos bibliográficos e pesquisas sobre a história da Cidade de São Paulo, bem como por estudos e pesquisas em geral, destinadas a exposições e outros projetos pertinentes; *PH 102 – Seção de Acervo Bibliográfico.* Trata-se, na verdade, da Biblioteca do AHM, cujo acervo (incluindo os acervos do AHM e DPH), é de mais de 8.000 exemplares – entre livros e periódicos – relativos à história de nossa cidade. É responsável pelo atendimento ao público interno e externo; *PH 103 – Seção Técnica de Intercâmbio.* Tem sido a responsável pelo encaminhamento dos projetos junto às instituições de fomento à pesquisa, pela busca de novas parcerias para o AHM e divulgação em geral; *PH 104 – Seção Técnica de Manuscritos.* É responsável pela guarda, identificação, classificação, acondicionamento, descrição e disponibilidade dos conjuntos documentais do AHM e pelo atendimento ao público nas consultas em geral.

**QUATRO ADMINISTRATIVAS.** *PH105 – Seção de Expediente.* É responsável pela comunicação interna e externa, pelo controle e gerenciamento dos documentos em tramitação na Divisão do Arquivo Histórico Municipal, cuidando ainda da vida funcional de cada funcionário do AHM. Curiosamente, as duas seções seguintes, que têm claramente caráter técnico e voltado para pesquisa, pela lei citada acima, foram colocadas na condição de seções administrativas, são elas: *PH 106 – Seção de Denominação de Logradouros Públicos.* É responsável pelo cadastro de denominação dos logradouros públicos da Cidade. Hoje são cerca de 60.000 fichas, com dados sobre localização, oficialização e um breve histórico sobre as ruas da cidade. Destas, 7.500 encontram-se informatizadas; *PH 107 – Seção de Restauração e Encadernação.* Reinaugurada em novas instalações, em julho de 1999, realiza trabalhos de restauração no acervo do AHM e em conjunto com a direção, é responsável por promover cursos e desenvolver técnicas para o aprimoramento da conservação do acervo; *PH 108 – Seção de Zeladoria e Manutenção.* É responsável por coordenar os serviços de limpeza, conservação e segurança do prédio da Divisão do Arquivo Histórico Municipal, bem como de seus bens patrimoniais.

O público que se dirige hoje ao AHM está dividido entre leitores e pesquisadores acadêmicos e outros, incluindo os leigos e curiosos. No caso da pesquisa específica, a documentação mais consultada é a relativa aos Livros de Registro de Cemitérios. Gran-

de parte de seus consulentes compõe-se de cidadãos que vêm à procura de documentos para a utilização de prova legal de parentesco e propriedade. Outro contingente são as pesquisas relativas aos Logradouros Públicos da cidade. Uma estatística realizada entre os meses de janeiro e outubro de 2000 mostra que nesse período de 10 meses a Seção Técnica de Manuscritos realizou uma média de 215 pesquisas/mês, somadas as consultas aos Livros de Registro de Cemitérios e outras, perfazendo um total de 2.159 consultas. No caso da Seção de Denominação de Logradouros Públicos, somadas as consultas por telefone, análises de Projetos de Lei propostas por vereadores e outras solicitações, como o fornecimento de informações para a imprensa em geral, foram realizadas um total de 930 pesquisas, com média mensal de 93 atendimentos. Pela Seção de Acervo Bibliográfico foram feitos 16.843 atendimentos, resultando uma média mensal de 1.680, somadas as solicitações de leitores e outras. Deste total, 1.950 foram relativos a doações de publicações do DPH e do AHM.

## 6 - O Arquivo Histórico Municipal Washington Luís nos anos 90

*[...] Antes podíamos dizer que o rico engolia o pobre. A tendência agora é o rápido engolir o lento e o que define isso é a incorporação de novas tecnologias.*

*Nicolau Sevcenko* <sup>7</sup>

As descobertas científicas do século XX equivalem a verdadeiras revoluções e a velocidade que a vida alcançou, principalmente a partir da segunda metade daquele século, é espantosa. Desde o ano 2000, temos delineado o mapa humano (genoma) e hoje, por meio do uso das chamadas células tronco, já se fazem as primeiras experiências sobre o que seriam “os arquivos da criação”, vislumbrando para, quem sabe, no máximo mais um século, um admirável mundo novo. A vida virtual é uma realidade e inclusive entre nós, países periféricos, a disseminação do uso da rede mundial cresce a cada dia. Há um levantamento revelando que no ano 2000, em todo o Brasil, eram 8,6 milhões o número de usuários conectados à Internet. Hoje este número é de 11 milhões, contando apenas os computadores domésticos, somando 24 milhões o número de computadores em todo o país, entre uso doméstico e corporativo<sup>8</sup>.

Tantos avanços tecnológicos e mudanças de comportamento, ao que parece, fraturaram de vez as antigas formas de organização social trazendo consigo uma crise de conteúdo e incertezas quanto à sociedade que se está formando, gerando, entre outros fenômenos, a proliferação absurda de todas as formas de violência, chegando mesmo a se sedimentar uma cultura em torno dela. Quando atua no resgate e preservação dos valores indispensáveis à construção da identidade de um povo, agentes e instituições culturais,

---

<sup>7</sup> Nicolau Sevcenko. Entrevista concedida pelo historiador ao Jornal Folha de São Paulo, em 27/3/2000, para a série “Especial 500 Anos de Brasil – O Brasil por historiadores”, referindo-se à nova ordem político-econômica dos países latino-americanos no mundo, após a globalização.

<sup>8</sup> O primeiro dado encontra-se em pesquisa realizada pelo Instituto Media Matrix, que faz a medição de audiência na Internet. Matéria publicada no Jornal Diário Popular - Informática, 19/9/2000, p. 2; os outros dois dados, na Folha Online-Informática, nos meses de fevereiro e março de 2005.

certamente influem de forma direta em seus conteúdos. Ou seja, em certa medida, oferecem aos indivíduos e à sociedade em geral, um eixo para a identificação positiva com o passado, contribuindo, sem dúvida, para a prática de cidadania no presente.

Em meados dos anos 90, a então direção do AHM a fim de potencializar seus serviços e realizações, elaborou estudos no sentido de localizar instituições sem fins lucrativos que quisessem ser parceiras nessa tarefa. Antes, porém, houve a tentativa no sentido de se criar uma sociedade civil sem fins lucrativos, que se chamaria “Associação Amigos do Arquivo – AAARQ”, por meio da qual seriam repassadas verbas de instituições interessadas em apoiar as realizações na área de patrimônio histórico de nossa cidade, em especial no resgate, preservação e maior difusão do patrimônio documental do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. Contudo, a idéia da criação da associação não se concretizou.

Outra tentativa foi iniciada nesse período, quando a sede do AHM era ainda na Rua Roberto Simonsen, nº. 136-B, no Pátio do Colégio. A direção de então iniciou os primeiros contatos com entidades sem fins lucrativos que se interessassem de alguma forma em ser suas parceiras. Dada a proximidade com a Rua Boa Vista, iniciaram-se os primeiros contatos com a Organização Não Governamental Núcleo de Participação Local Pátio do Colégio Boa Vista, ou Ação Local Boa Vista. O que isto significou exatamente?

A ONG referida teria o papel de proponente dos projetos encaminhados pelo AHM às instituições de fomento à pesquisa. Hoje a ONG Ação Local Boa Vista denomina-se OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Ação Local Boa Vista. Até o momento não foi aprovado nenhum projeto intermediado pela mesma, mas desde aquele primeiro contato, esta tem sido parceira constante nas realizações do AHM. No momento, são aguardadas aprovações e liberação de verbas relativas às Leis de Incentivo à Cultura nas esferas municipal e federal.

Está em estudo um projeto de reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura – e dentro dela do Departamento do Patrimônio Histórico, no qual se inclui uma mudança de situação administrativa do Arquivo Histórico Municipal, que hoje é apenas uma divisão –, o que poderia trazer sua autonomia financeira.

## 7 - As realizações do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís no período 1999-2005

Neste capítulo descrevemos algumas das mais importantes realizações do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, e lembramos que – seja através do apoio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e outras instituições, ou ainda com apoio da OSCIP Ação Local Boa Vista –, a atuação do corpo técnico e direção tanto do próprio Arquivo Histórico Municipal, quanto do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, foi imprescindível.

Em julho de 1999, o Laboratório de Restauro do AHM foi reinaugurado em novas instalações, com fundos do projeto INFRA IV, encaminhado pelo AHM à FAPESP no mês de maio de 1998. Para este mesmo projeto, a VITAE (entidade de Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social), contribuiu para a capacitação de uma funcionária na área de restauro em papel, concedendo uma bolsa de estudos no valor de 50% para

o curso Preservação Conservação e Restauro de Documentos Gráficos, com quatro meses de duração, na ABER (Associação Brasileira de Encadernação e Restauro). O laboratório de restauro, dentro das possibilidades e da mão-de-obra disponível, realiza hoje trabalhos no acervo do AHM, sendo também sua tarefa – e não menos importante – ser um centro multiplicador das técnicas de conservação e restauro em papel, promovendo cursos e capacitando funcionários da PMSP e interessados em geral. Em fins de 1999, foi feita a mudança do AHM para a chamada *Casa da Memória* conforme projeto inicial existente desde 1992, o qual previa a instalação do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís na então sede do Departamento do Patrimônio Histórico, no Edifício Ramos de Azevedo. A casa da sede anterior, à Rua Roberto Simonsen, n.136-B, encontrava-se já “condenada” por técnicos da própria Prefeitura Municipal, por tratar-se de adaptação de um palacete remanescente do século XIX, não sendo portanto adequada para receber o peso relativo ao acervo de um arquivo do porte do AHM. Hoje nas novas instalações, o acervo do AHM encontra-se sob condições mais adequadas, prestando um melhor serviço ao seu público. Mas há espaço apenas para o acervo atual, não podendo crescer, sendo este um problema crucial a ser equacionado no futuro próximo.

Em janeiro de 2000, com verbas do projeto INFRA V, iniciou-se a compra de equipamentos de informática para o AHM. No mesmo ano 2000, após 10 anos de interrupção, houve a retomada do Concurso “História de Bairros”, da série de mesmo nome, que tem por finalidade incentivar a população a pesquisar e contar a história dos bairros da Capital, contribuindo assim para o resgate e preservação da memória da cidade de São Paulo. Em 25 de janeiro daquele ano, o AHM promoveu o lançamento de três livros da série, sendo a impressão gráfica feita pela Gráfica Municipal, com esforços conjuntos do AHM e DPH, tendo contado ainda com apoio da OSCIP Ação Local Boa Vista, na cessão do material utilizado na feitura dos exemplares. Já os fundos previstos para os prêmios dos três primeiros lugares saíram de Dotação Orçamentária destinada à Secretaria Municipal de Cultura. Aguardando futura publicação, existem hoje mais seis números ganhadores dos concursos realizados nos anos de 2000 e 2003. Quanto às pesquisas, desde a mudança para o Edifício Ramos de Azevedo, no ano de 1999, o AHM vem realizando pesquisas destinadas a pequenas exposições em seu saguão e outras comemorativas (maiores), a serem realizadas fora de suas dependências. No ano de 2002 houve a retomada da publicação da RAM, com publicação do número 201; e no ano de 2004, dos números 202 e 203. Em 2002/2003, em pareceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, também através da FAPESP, foi contemplado o projeto “Registros da Morte, registros da vida: informatização dos registros de sepultamentos realizados no município de São Paulo no período de 1858 a 1940”, que informatizou cerca de 25 mil registros de Livros de Cemitérios. No ano de 2004, no mês de dezembro, com apoio da iniciativa privada, através da Seção de Denominação de Logradouros, houve o lançamento do site [www.dicionarioderuas.com.br](http://www.dicionarioderuas.com.br) – para disponibilização dos dados sobre os logradouros da cidade de São Paulo na Internet. Desenvolvido por técnicos da PMSP desde o ano de 2003, no ano de 2005 foi concluído e implantado, o “Sistema de Registro, Controle e Acesso ao Acervo” – SIRCA, que prevê a informatização geral do acervo do AHM, e que até o momento possui 30 mil registros relativos aos Livros de Cemitérios e Fundo IV Centenário.

No segundo semestre de 2005, o AHM viabilizou o lançamento de um Boletim Informativo, disponível no site : [http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/patrimonio\\_historico/curiosidades/0001](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/patrimonio_historico/curiosidades/0001)

Entre os meses de julho e dezembro de 2005, com apoio da VITAE, a direção do AHM, juntamente com a equipe técnica da Seção de Restauração e Encadernação, concluiu projeto no sentido de dar tratamento às Atas, que se chamou “Acondicionamento das Atas da Câmara Municipal de Santo André da Borda do Campo e São Paulo (1555-1824)”, tendo sido acondicionados sessenta e sete volumes. O projeto original previa a restauração das mesmas, mas decidiu-se pelo seu acondicionamento, tendo tal decisão contado com a validação da perita em conservação Ingrid Beck. Lembramos que as Atas compreendem apenas uma parte muito pequena de toda a documentação guardada pelo AHM. Entretanto, com os atuais recursos – tanto os técnicos, de equipamentos, mão-de-obra e financeiros –, seria absolutamente impensável tal propositura. Assim, realizado este projeto, resta ainda o outro montante da documentação que carece de mesmo trato.

Os exemplos acima servem para ilustrar o quanto é possível realizar, sobretudo, quando as pessoas envolvidas se mobilizam neste sentido, ainda que diante de recursos limitados. No entanto, gostaríamos que o futuro dos bens culturais representativos da memória da cidade mais importante do País ficasse menos dependente de fatores individuais do que de um projeto mais abrangente da sociedade e das instituições públicas, que pensamos têm por finalidade traçar as diretrizes e políticas a serem adotadas na área de preservação documental, resgatando sua importância e destinando-lhe maiores recursos.

## 8 - Perspectivas: Projetos em andamento no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís

Ao longo da história da instituição AHM, observamos que a preocupação com a preservação de seu acervo foi constante por parte de seus responsáveis, mas alguns problemas que remontam ao início do século XX chegaram aos dias de hoje sem uma solução definitiva. Nos últimos anos sua direção e equipes técnicas têm-se debruçado sobre suas necessidades gerais, em especial sobre a solução dos urgentes problemas relativos à conservação de seus acervos. Neste sentido, vêm elaborando projetos que, divididos em diversas etapas, culminam, evidentemente em um prazo não muito curto, na maior e melhor preservação dos mesmos. É importante lembrar que sob as condições técnicas atuais de instalação, acondicionamento, mão-de-obra especializada, etc., o que se procura fazer é não comprometer ainda mais o atual estado físico do suporte dos documentos (papel em geral), elaborando ações de resultados pontuais, mas que de forma nenhuma esgotam a questão.

### Os projetos

Desde o ano de 2004, aguardando patrocínio, encontra-se aprovado pelo Ministério da Cultura, através da Lei Rouanet, o projeto “Resgate e Preservação dos Manuscritos Mais Antigos do Brasil”, dividido em dois módulos: Processamento Arquivístico e Expo-

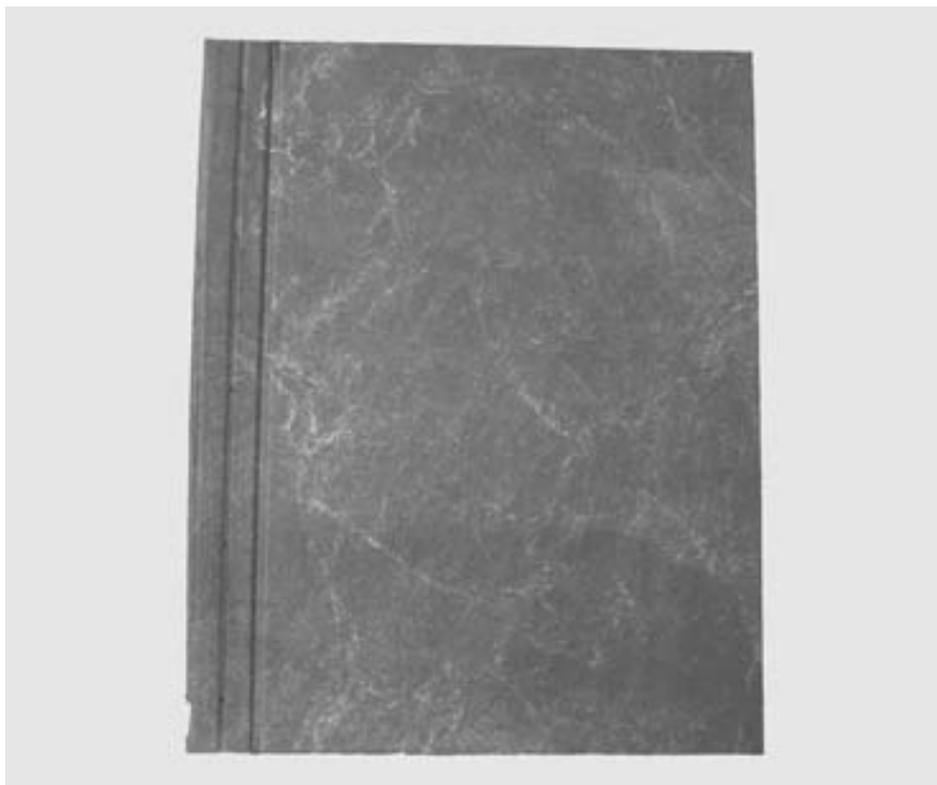
sição. O projeto prevê o trato de 143 volumes relativos às cerca de 90 mil Atas produzidas pela Câmara Municipal de São Paulo entre os séculos XVI e XX, que estão entre os mais importantes documentos do AHM.<sup>9</sup>

Através da Seção de Estudos e Pesquisas do AHM, encontram-se os seguintes projetos de pesquisa para fins de exposição e produção de textos com formatos variados, já concluídos e inéditos até o momento: “São Paulo em reconstrução – o centro da cidade entre 1899 e 1914”. Pesquisa realizada no ano de 2003. Em seu conjunto, traz plantas arquitetônicas de alargamentos e retificações viárias e desapropriações do período tratado, pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico Municipal, e imagens antigas da cidade de São Paulo, de propriedade, em sua maioria, do Arquivo de Negativos – DIM – (este projeto foi aprovado pelo Ministério da Cultura, através da Lei Rouanet, aguardando patrocínio para sua execução); “Bom Retiro, Memórias Italianas”. A pesquisa que foi realizada no ano de 2003, trata de recuperar as origens e primórdios do bairro do Bom Retiro (final do século XIX e início do XX), limite da documentação existente no acervo do AHM. Traz reprodução de documento cartográfico, proveniente da Coleção São Paulo Antigo – Plantas da cidade, documentos originais de Obras Particulares e Papéis Avulsos, e imagens do acervo de fotografias da antiga *Light*; “Reedição Comemorativa do Álbum São Paulo Antigo – Plantas da Cidade”. Pesquisa realizada no ano de 2004. Dentre as edições comemorativas que vieram à luz durante as festividades que marcaram o transcorrer dos 400 anos da cidade de São Paulo, no ano de 1954, destaca-se o álbum de plantas históricas intitulado *São Paulo Antigo – Plantas da Cidade*, que a Comissão do IV Centenário houve por bem mandar publicar. Compõe-se esse álbum de reproduções de 11 das plantas mais antigas da cidade, que cobrem o período compreendido entre 1810 e 1897. O projeto inclui textos analíticos relativos a cada uma das plantas e o acréscimo de mais quatro referentes ao século XX; e “Parque Ibirapuera: do Ideal ao Real”. Pesquisa realizada no período 2003/2004. Visando as comemorações dos 450 anos da cidade de São Paulo, foi desenvolvida a partir de pesquisas no Fundo IV Centenário, do Arquivo Histórico Municipal – que se compõe de cerca 7.300 processos (de 1952-1955). A pesquisa retrata o processo de criação do Parque Ibirapuera e das comemorações lá ocorridas em sua inauguração, no ano de 1954, com a apresentação de dez projetos sucessivos elaborados entre 1929 e 1953. Traz ainda o histórico dos dois monumentos mais importantes lá existentes: Monumento às Bandeiras, de Victor Brecheret, e Obelisco do Ibirapuera, de Galileo Emendabili. O trabalho dividiu-se em dois módulos, resultando em 16 painéis do tipo tetraedro, e em dois textos destinados à publicação de um catálogo de aproximadamente 130 páginas (este projeto foi pré-aprovado pela Municipalidade, através da Lei Mendonça de incentivo à cultura). Em 2006, em parceria com Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo – FAU, foi encaminhado um projeto que prevê a digitalização das plantas de obras particulares da cidade de São Paulo, do período de 1906 a 1920. Ainda no início de 2006, foi encaminhado às instituições Caixa Econômica Federal – CEF – e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – , projeto que visa dar continuidade à informatização dos Livros de Registro de Cemitérios.

---

9 No ano de 2005, sessenta e sete volumes desse montante, que se encontravam em avançado estado de deterioração, foram acondicionados, conforme projeto descrito no item anterior.

Finalmente, lembramos que todos os projetos de pesquisa acima estão incluídos no conjunto geral dos projetos do AHM, encaminhados aos órgãos de apoio à pesquisa e sem execução até o momento, mas nada impede que sejam contemplados por alguma instituição que por eles se interesse.



*Volume de ata, após trabalho de “acondicionamento” realizado pela Seção de Restauração e Encadernação do AHM, em 2005. Acervo: AHM. Imagem produzida por KWR2, em 2006, SMC.*

## 9 - Considerações finais

Os documentos históricos de hoje foram os administrativos de ontem e os documentos administrativos de hoje, serão os documentos históricos de amanhã.

*Marilena Leite Paes (1986, p.73)*

Parece-nos mais ou menos corrente a noção de que quando se fala em patrimônio histórico-cultural o que vêm imediatamente à cabeça são os bens de impacto visual

como os arquitetônicos, esculturais e outros. Sabemos que na cultura da sociedade de massas, tem-se cada vez mais a primazia da imagem sobre o objeto. Reforçando ainda mais esse fenômeno, todos os dias é produzida uma torrente de informações que, geradoras de brutal impacto, contam muito mais o que trazem de espetacular e efêmero do que seu conteúdo propriamente dito, para dar-se, em seguida, um processo de amnésia sobre as mesmas. No entanto, quando se trata de bens documentais, isto parece ocorrer de maneira inversa, isto é, seu impacto não é superficial, momentâneo: extraem-se deles informações muitas vezes inquestionáveis, sobretudo quando se trata da vida administrativa de uma cidade ou país, pois o verbo administrar implica muitos outros como planejar, construir, propor, fazer, etc. E muitas vezes, de uma maneira um tanto perversa, o que se procura mesmo é produzir o esquecimento. Em outras palavras, vivemos numa sociedade que apesar de já ter sido chamada “sociedade da informação”, ora se sofre por seu excesso, ora por sua falta.

Tentamos aqui contribuir para que se desfaça definitivamente a imagem distorcida que associa os arquivos em geral a um amontoado de papéis velhos, que se presta mais a lunáticos em busca de uma descoberta fantástica, “perdida” no tempo, do que matriz de produção do conhecimento transformador do presente. Essa visão pejorativa dos arquivos esquece que eles são organismos vivos e refletem a própria realidade histórica. Achamos que nunca será demasiado lembrar que os grandes momentos da civilização como, por exemplo, o chamado Século de Péricles e o próprio Império Alexandrino, civilizações nas quais a vida cultural no sentido amplo era fortemente valorizada, coincidem com a organização dos registros de toda a vida sócio-cultural daqueles povos – registros estes mais tarde conhecidos e apropriados por outras civilizações. Assim, organizando seu conhecimento sobre si mesmas e dos povos sob sua influência, essas culturas estavam, na verdade, consolidando sua própria hegemonia.

Esperamos despertar a atenção para o fato de que um Arquivo como o Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, é fonte principal de registro dos processos de formação de um povo e testemunha de transformação da cidade; portanto, fonte privilegiada de informação concreta e confiável. Neste sentido, entendemos que é extremamente importante o papel que têm as instituições responsáveis pela guarda, conservação e difusão dos acervos documentais, na retomada desse apelo junto à Administração Pública, à sociedade em geral e em especial, aos órgãos de fomento à pesquisa.

Ao pensarmos na dimensão e importância que podem ter os arquivos para a administração de uma cidade, lembramos o exemplo da cidade de Barcelona na Espanha, cujos Arquivos Públicos ganharam um novo *status* na estrutura administrativa, estando hoje diretamente vinculados ao governo municipal <sup>10</sup>.

---

10 A mudança ocorrida nos Arquivos Públicos da cidade de Barcelona foi possível a partir de estudos e levantamentos de dados que comprovaram para seu governo a importância que têm os documentos municipais – não se fazendo distinção aí entre os arquivos correntes e históricos –, para a rapidez, eficiência e transparência nas decisões. Assim, o governo da cidade de Barcelona colocou os Arquivos Municipais diretamente atrelados ao Prefeito, criando o Sistema A.I.D.A. (Administración Integral de Documentos y Archivos). Estas informações foram obtidas no curso “A Gestão de Documentos de Arquivo na Sociedade da Informação”, promovido pela Associação dos Arquivistas de São Paulo, ministrado pelo professor catalão Ramon Alberch i Fugueras, no mês de março do ano 2000, nas dependências do DPH, do qual a pesquisadora participou. Bibliografia sobre o assunto poderá ser obtida junto à Associação dos Arquivistas de São Paulo.

## Anexos

- Contando hoje quase 98 anos, mais precisamente, em 17 de outubro do ano de 1907, edita-se a Lei nº 1.051, pela qual se faz a transferência do “arquivo municipal” da Presidência da Câmara para a Secretaria Geral da Prefeitura. Temos aí, o embrião do que seria a atual Divisão do Arquivo Histórico;
- Em 1911 (Ato nº 400, de 20/5), regulamenta-se o Arquivo Municipal, ganhando ele vida própria dentro da Secretaria Geral da Prefeitura. Nesse Ato são ditas suas atribuições, competências, abrangência etc;
- Em 1913 (Ato nº 573, de 16/4), reorganizam-se as repartições da Prefeitura, criando-se cinco Diretorias, ficando o Arquivo ligado à Diretoria do Patrimônio, Estatística e Arquivo Municipal. Depois dessa lei de 1913, novas notícias sobre o Arquivo Municipal serão encontradas no Relatório Anual do Prefeito J. Pires do Rio, em 1927, p.9, que fala da reorganização do Arquivo Municipal: [...] *“Julgamos conveniente, por espirito de ordem administrativa, ligar o arquivo ao departamento das fichas dos papeis que entram e transitam na Prefeitura. Tirou-se da directoria do Patrimonio para confia-lo á do protocollo geral e archivo dos papeis despachados.”* ;
- Em 1935 (Ato nº 768, de 10/1) reorganiza as Repartições da Prefeitura, decretando em seu artigo 1º: *“Os serviços da Prefeitura passam a ser feitos pelos seguintes Departamentos directamente subordinados ao Prefeito”*, sendo estes departamentos em número de seis incluindo o Departamento de Cultura.
- Em 1935 (Ato nº. 861, de 30/5), organiza-se o então Departamento de Cultura e Recreação, criando a Divisão de Documentação Histórica e Social, passando para esta o Serviço de Documentos Antigos, do Departamento do Expediente e do Pessoal;
- Em 1936 (Ato nº 1.146, de 04/7), modifica-se a organização dos serviços da administração municipal, separando o chamado arquivo intermediário do arquivo de custódia, o qual deveria receber todos os documentos que fossem completando 30 anos de existência, remetendo-os à Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura (antes Departamento de Recreação e Cultura). Documentos intermediários são aqueles cujo trâmite já chegou ao seu final, mas que a qualquer momento podem ser resgatados para consulta. Em 1937 foi feito o recolhimento referido na legislação, sendo que nessa oportunidade foram pesquisados os documentos que circularam pela Prefeitura até 1906. De lá para os dias atuais, foram feitos dois outros recolhimentos, um em 1990 e um outro em 2005, chegando até o ano de 1921. Outra providência importante do Ato nº 1.146, de 4/7 foi, por meio do Artigo 218, a regulamentação da publicação da Revista do Arquivo Municipal, existente desde 1934, cuja responsabilidade de editoração passava agora à Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura;
- Em 1945 (Decreto-lei nº 333, de 27/12), são criadas as Secretarias Municipais, incluindo a Secretaria de Cultura e Higiene;
- Em 1946 (Decreto-lei nº 360, de 13/9), traça-se a estrutura da Secretaria de Cultura e Higiene, surgindo o Arquivo Histórico, colocado na condição de Divisão (do então Departamento de Cultura), situação esta que perdura até hoje;
- Em 1947 (Decreto nº 430, de 8/6), a Secretaria de Higiene e Cultura é desdobrada em duas outras: Secretaria de Higiene e Secretaria de Educação e Cultura;

- Em 1969, por meio do Decreto nº 8.459, de 18/10, em homenagem ao político Washington Luís Pereira de Sousa, o Arquivo Histórico Municipal passa a denominar-se Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. Nos anos subsequentes foi modificado o Departamento de Cultura, depois a composição do Arquivo Histórico Municipal, que no entanto seguiu sendo uma Divisão;
- Em 1975 (Lei nº 8.204, de 13/1), é criada a atual Secretaria Municipal de Cultura - SMC, com extinção do Departamento de Cultura, que pertencia ao que se chamara Secretaria de Educação e Cultura, criando-se outros quatro novos departamentos: Departamento do Patrimônio Artístico-Cultural, Departamento de Teatros, Departamento de Bibliotecas Públicas e Departamento de Bibliotecas Infante-Juvenis. A Divisão do Arquivo Histórico fica ligada ao Departamento do Patrimônio Artístico-Cultural, mas apenas até o mês de maio daquele ano, pois nova lei é editada (Lei nº. 8.252, de 20/5/1975), desdobrando o Departamento do Patrimônio Artístico-Cultural em dois: Departamento de Informação e Documentação Artísticas e Departamento do Patrimônio Histórico, ficando o AHM ligado a este último, que vem a ser o atual Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo (DPH), dentro do qual veremos traçada a estrutura atual do Arquivo Histórico Municipal (AHM). A diferença fundamental a partir da criação do DPH, é que perdeu a Seção de Administração de Museus e a de Iconografia, ganhando uma seção técnica e outra administrativa, ficando em seu total oito seções.

## Referências bibliográficas

FREITAS, Affonso A. de. **Tradições e Reminiscências Paulistanas**. 3. ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. (Coleção Paulística, 9).

\_\_\_\_\_. As “Casinhas”. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 3, p. 23-26, ago. 1934.

MORSE, Richard M. Economia manchesteriana e sociologia paulista. In: \_\_\_\_\_. **A volta de McLuhanáima – cinco estudos solenes e uma brincadeira séria**. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia das Letras, 1990. cap. 3, p. 133-160.

OLIVEIRA, Rita C. A. A Revista do Arquivo Municipal. In: \_\_\_\_\_. **Colonizadores do Futuro Cultural, Estado e o Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935-1938)**. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, cap. 4, p. 93-148.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo teoria & prática**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

\_\_\_\_\_. Arquivos Correntes, o calcanhar de Aquiles da arquivologia. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). **A sistematização de arquivos públicos**. Campinas: UNICAMP, 1991, p. 55.

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. São Paulo: Departamento de Cultura, v. 34, abr. 1937; v. 54, fev. 1939; v. 55, mar. 1939; v. 80, nov./dez. 1941.

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, v. 157, jul/dez. 1953; v. 158, jan. 1954/jun. 1955; v. 159, jul. 1955/mar. 1957; v. 160, abr./jun. 1957; v. 161, jul. [1957] /jun. 1958; v. 162, jan./mar. 1959; v. 163, abr./jun. 1959; v. 191, jan./dez. 1978; v. 196, 1984 (edição comemorativa de 50 anos de publicação da RAM (1934-1984).

SANT'ANNA, Nuto. Os papéis antigos do Arquivo Municipal de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, v. 1, p. 25-28. jun. 1934.



# **De programa turístico a projeto educacional : o histórico do Serviço Educativo da Divisão de Iconografia e Museus**

Emília Maria de Sá

O Departamento do Patrimônio Histórico, da Secretaria Municipal de Cultura, fez em 1978 uma primeira tentativa de promover as visitas das escolas às suas casas históricas, além de preparar os professores para monitorarem seus alunos. Estas casas, que integram o acervo de imóveis da Divisão de Iconografia e Museus (DIM), eram palco de exposições e tema dos folhetos didáticos publicados pelo DPH, distribuídos durante as visitas.

Essa atividade, voltada ao público escolar, foi interrompida e substituída em 1979 pelo “Circuito Cultural”, dirigido à população em geral. Realizado aos domingos, era um passeio turístico gratuito que partia do Pátio do Colégio, oferecendo ao público interessado duas opções de percurso pela cidade. Com duração aproximada de duas horas, percorria o Centro Histórico e incluía visitas às casas históricas.

No ano de 1983, a DIM elaborou um projeto intitulado “Programa Museu-Escola”, com a intenção de divulgar a história de São Paulo a estudantes do ensino fundamental e médio das redes pública e particular. Este projeto enfatizava a preservação do patrimônio arquitetônico do Centro Histórico e das casas históricas, monitorando as visitas e oferecendo transporte gratuito às escolas públicas. O Programa foi sendo desestruturado entre 1986 e 1988, com a extinção das visitas monitoradas ao Centro Histórico e a distribuição dos

componentes da equipe técnica pelas casas históricas. Os técnicos passaram, então, a dar atendimento principalmente aos professores e estudantes da rede particular de ensino, uma vez que o fornecimento de transporte gratuito às escolas públicas tinha sido cancelado.



*Rua José Bonifácio em 1916. Foto de Aurélio Becherini. SAN/DIM/DPH*

O desenvolvimento de um trabalho direcionado prioritariamente a educadores e estudantes da rede municipal efetivou-se a partir de 1989, quando se deu início a uma reestruturação do antigo Programa Museu-Escola que viria a ser o “Serviço Educativo” – nome dado ao projeto e que lhe conferiu identidade.

Seguiu-se então um período de reflexões e discussões, mediadas por Nilson Carlos Moulin Louzada, com os técnicos da DIM que atuavam nas casas históricas e que, a partir daí, passaram a integrar a equipe do Serviço Educativo. O consenso dessas reflexões, pensadas também com funcionários das Secretarias Municipais de Educação (SME) e da Cultura (SMC), norteou a equipe e suas atividades.

Desde sua formação, o Serviço Educativo procurou seguir essas orientações. A problematização das concepções tradicionais da História, estimulando a reflexão e a crítica entre professores e alunos; a releitura dos lugares de memória articulados com a história de São Paulo; o enriquecimento da cidadania ao estimular a percepção de alunos e professores enquanto agentes de mudanças sociais; o alargamento e transversalidade das fronteiras das disciplinas escolares foram algumas das premissas do trabalho.

Na prática, estas formulações implicaram em definir, no início de 1990, um outro perfil de atuação para o Serviço Educativo.

Instrumentalizado por uma ampla pesquisa bibliográfica, este grupo de técnicos elaborou e aplicou o primeiro Curso de Preparação para professores municipais.

Curso este baseado essencialmente nas premissas do Serviço Educativo, e ministrado a várias turmas de professores até o final de 1992. Após este preparo inicial, os professores organizavam suas turmas de alunos, que então participavam de visitas monitoradas a três roteiros – Centro Histórico, Parque da Independência e Casa do Bandeirante, viabilizados pelo traslado gratuito desses professores e alunos até os locais das monitorias.

A gratuidade se aplicava apenas às escolas municipais; entretanto, o atendimento se estendia às escolas estaduais e particulares, a grupos organizados e instituições culturais. Também nesta época, houve apoio de material didático para as diferentes atividades: cartazes-roteiros, folhetos sobre a história das casas bandeiristas e a edição do guia para professores “São Paulo: museus e instituições culturais”, publicado e distribuído por SMC.

Entre 1993 e 1997, o Serviço Educativo realizou o projeto “São Paulo em Três” com a parceria do Instituto Cultural Itaú – hoje Itaú Cultural – dividido em três diferentes dias. No primeiro dia, realizava-se a caminhada pelas ruas históricas do Centro, monitorada pelos técnicos do Solar. Num segundo dia, os grupos e os monitores se dirigiam ao Museu Paulista, para uma observação detalhada do saguão, das pinturas a óleo do Salão Nobre e da exposição “São Paulo antigo – uma encomenda da Modernidade”; seguiam para uma identificação acurada da maquete da Vila de São Paulo, e por último visitavam o Parque da Independência e a Casa do Grito. No terceiro e último dia, os mesmos grupos visitavam o Instituto Cultural Itaú, onde lhes era proporcionado um panorama da velha São Paulo pelas imagens de fotógrafos que documentaram a cidade na segunda metade do século XIX, como Gaensly, Militão e muitos anônimos. Estas imagens eram disponibilizadas virtualmente nas ilhas informatizadas, grande inovação à época. Desta forma abrangente, alunos e professores tinham oportunidade de conhecer a cidade por três diferentes óticas, o que lhes dava uma clara percepção dos processos de transformação vivenciados em São Paulo.

Este projeto contou ainda com um caderno-guia que auxiliava na “descoberta” do Centro Histórico, elaborado pelos técnicos do Serviço Educativo e patrocinado pela Associação Viva O Centro. E, acima de tudo, teve continuidade assegurada, nos seus cinco anos de realização, na medida em que o transporte gratuito dos alunos e professores da rede pública municipal era garantido por verba orçamentária do DPH.

Em conjunto com a Secretaria Municipal da Educação, o projeto “Fotografia e cidade: um resgate do cotidiano de São Paulo”, foi realizado de 1998 a 2000 e tinha como proposta a reflexão interdisciplinar dos conteúdos do ensino fundamental. Apoiado no seu primeiro ano pela Ação Educativa do ICI (Instituto Cultural Itaú), em 1999 e 2000 recebeu o apoio financeiro e técnico da Casa da Fotografia Fuji. Este projeto abarcava o Centro Histórico e o entorno de cada escola participante, cujos alunos e professores elegiam os locais a serem fotografados; estimulava os escolares à apropriação dos lugares de memória de suas regiões, propiciando o diálogo entre os bairros e o Centro. As discussões e escolha dos locais-temas levavam todos, necessariamente, a pensar criticamente a cidade a partir da produção e do exame das fotos, mediando o olhar entre quem as produziu e aqueles que as vêem.

A ampliação das fotos selecionadas por alunos e professores – seus próprios produtores – resultava, como encerramento das atividades do projeto, em uma exposição primeiramente sediada no Solar da Marquesa, e depois itinerante pelas escolas participantes, permitindo ampliar o acesso ao resultado do trabalho, sua leitura e reflexão.



*Teatro de bonecos - mamulengo. Foto de Rosely Daltério. STMHIFCSP/DIM/DPH*



*Fachada do Solar da Marquesa. Foto de Márcia Alves. STMHIFCSP/DIM/DPH*

O subsídio técnico de fotografiação foi sempre dado graciosamente por Dudu Cavalcanti, do ICI, mesmo após o término da participação do Instituto; a parceria decisiva com a Casa da Fotografia Fuji garantiu os filmes e as ampliações. Também aqui a gratuidade do transporte, da saída dos grupos ao retorno às suas escolas, garantiu a presença de alunos e professores de todas as regiões da cidade, resultando em um projeto de sucesso nos seus três anos.

Em 2001, em outro projeto intersecretarial “Cidade, História e Cidadania cultural”, a Diretoria de Orientação Técnica (DOT) da SME participou da realização de oficinas de *mamulengos* - teatro de bonecos, e linguagem teatral como recurso educacional. Com suas atividades prioritariamente voltadas ao ensino público municipal, a perspectiva geral do projeto era o debate sobre o passado e o presente da cidade.

Como resultado da experiência acumulada pelo Serviço Educativo ao longo dos anos, o “Cidade, História e Cidadania cultural” procurou transferir para os professores a prática da monitoria nos lugares de memória, sempre os subsidiando anteriormente.

## A Monitoria

O Solar da Marquesa, aberto ao público em 1992, passou a ser alvo de intensa visitação, pois seu restauro havia sido amplamente divulgado pela imprensa. Como se fazia necessária a dinamização do espaço, duas educadoras do Solar iniciaram, em 1993, um trabalho de concepção e montagem de exposições, acrescido de pesquisas e estudos temáticos para um adequado atendimento ao público visitante.

Inicialmente tímida, esta atividade de monitoria no Solar cresceu a cada ano até se tornar essencial à população. O atendimento abrangia escolas públicas e particulares

– da pré-escola ao ensino médio, estudantes universitários e agências de turismo que traziam escolares ao Solar. O agendamento das visitas tornou-se obrigatório para os grupos ainda em 1994.

Em outubro de 1993 tivera início o grupo de terceira idade do Solar, o “Lembranças de São Paulo”, assessorado pelas educadoras da Monitoria, que davam suporte a oficinas de memória. O “Lembranças” ainda se reúne quinzenalmente no Solar, e em 2005 comemorou festivamente seus doze anos. Fez e faz parte de um processo de produção de memória muito valioso para os idosos, para o Solar e para a cidade.

Já em 1995 era impossível o atendimento a toda essa demanda, e a solução encontrada foram os cursos de capacitação para as agências de turismo e agentes culturais, que permitissem a visitação do espaço com a segurança de informações corretas.

Por ocasião dos aniversários de 200 anos de nascimento e 130 anos de morte da Marquesa, em 1997, coube ainda à equipe de Monitoria realizar uma extensa pesquisa bibliográfica e iconográfica, para a concepção e montagem da exposição de longa duração “1797 - 1997 : 200 anos de Domitília, a Marquesa de Santos”. A exposição reunia retratos da Marquesa, a cronologia de sua vida, uma “linha do tempo” para situar a vida da mulher e do mito, e ainda dispunha de folheto explicativo largamente distribuído aos estudantes e ao público em geral – resultado bastante didático da pesquisa das educadoras.

Apesar de todos os esforços da Monitoria, e do empenho das educadoras, o enorme movimento de visitação, ao lado das outras atividades, demandou que os funcionários do Solar e das outras casas históricas da DIM partilhassem o trabalho de monitoração das visitas. Para isso, foram realizados cursos de capacitação ministrados aos funcionários de todas as casas históricas, abrangendo também os servidores que atendiam em feriados e fins de semana.

Ao final de 2001, a equipe de Monitoria do Solar foi integralmente absorvida pelo Serviço Educativo.

## A fusão

O processo de fusão das equipes do Serviço Educativo e da Monitoria do Solar aconteceu no início de 2002, iniciando assim uma nova etapa de trabalho e atividades, voltada essencialmente à Educação para o Patrimônio. Durante o ano de 2002, a nova equipe do Serviço Educativo se reuniu várias vezes, resgatando os valores e a experiência dos dois grupos.

A equipe decidiu atuar em várias linhas de trabalho, dividindo-se entre a elaboração de projetos educativos voltados a professores da rede pública municipal; o agendamento, organização e supervisão de visitas ao Solar da Marquesa de Santos, solicitadas por agências de turismo cultural, e a coordenação de oficinas de memória com o grupo de terceira idade “Lembranças de São Paulo”.

A constatação do sucesso de projetos intersecretariais realizados anteriormente, entre a Secretaria Municipal da Educação e a de Cultura, e da conveniência de tornar a realizá-los, resultou na criação do projeto “Cidade, história, patrimônio e cidadania cultural”. Sua proposta era promover a reflexão sobre o passado, o presente e o futuro da cidade, tendo como referência sempre presente a Educação para o Patrimônio. Como em outros projetos, num primeiro momento, eram oferecidas oficinas preparatórias aos pro-

fessores municipais, dirigidas pelos técnicos do Serviço Educativo e educadores de SME; numa segunda etapa eram realizadas as visitas dos alunos, organizadas e monitoradas por esses mesmos professores.

Em meados de 2003, a Divisão de Iconografia e Museus passou a ser dirigida pela Prof<sup>a</sup>. Maria Cristina Bruno. Sob sua orientação, todas as equipes do Solar se reavaliaram enquanto estrutura e missão, uma vez que a vinda da museóloga se deu em função da criação do Sistema Municipal de Museus, do qual a DIM seria o cerne. A equipe do Serviço Educativo também foi envolvida nas discussões e requalificação de suas atividades, daí resultando o “Programa de Ação Educativa”.

O atual Programa de Ação Educativa se baseia na reflexão sobre a vivência e consciência da temporalidade na cidade de São Paulo, numa reinterpretção de seus acervos, propondo a significação e ressignificação da memória da cidade e das memórias pessoais e coletivas de seus habitantes.



*Monitoria. Foto de Paulo Roberto do Amaral. SFC/DIM/DPH*

Orientada por este Programa, o Serviço Educativo atua agora sistematicamente na elaboração de ações educativas específicas para os acervos de bens móveis e imóveis da DIM e para os seus acervos fotográfico e etnológico; na elaboração e coordenação de cursos anuais de capacitação para os funcionários das casas históricas, e para os servidores que nelas trabalham nos finais de semana, em regime de convocação (instrumento próprio da Secretaria de Cultura); na coordenação de oficinas semestrais com agentes de turismo cultural; no atendimento ao público espontâneo; no agendamento de professores e estudantes da rede pública e de outros grupos organizados, para visitas orientadas ao Solar, e na coordenação de oficinas de memória com o grupo “Lembranças de São Paulo”.

Em tempo, vale mencionar que o acervo de bens imóveis da Divisão de Iconografia e Museus é formado pelas casas históricas: Solar da Marquesa, Beco do Pinto, Casa n.1, Casa do Bandeirante, Casa do Sertanista, Casa do Tatuapé, Casa do Grito, Museu do Theatro Municipal, Capela Imperial, Capela do Morumbi, Sítio Ressaca e Sítio Morrinhos.

Assim, o Serviço Educativo tem tentado colaborar na formação dos educadores e estudantes, e na construção de um conhecimento que priorize a Cidade como instrumento de reflexão. Reflexão para a preservação, vinculada à história, à memória, ao patrimônio e à cidadania cultural.

## Referências Bibliográficas

SÃO PAULO: guia de museus e instituições culturais; guia para professores. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. 105 p.

Trabalhos técnicos não publicados

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Divisão de Iconografia e Museus. Serviço Educativo. **Projeto Fotografia e cidade**: um resgate do cotidiano de São Paulo; textos selecionados. São Paulo, 1999. 53 fl. xerocopiadas.

\_\_\_\_\_. **Projeto São Paulo em três**: coletânea de textos. São Paulo, 1997. 41 fl. xerocopiadas.

\_\_\_\_\_. **Projeto São Paulo em três**: coletânea de textos. São Paulo, 1996. 85 fl. xerocopiadas.

\_\_\_\_\_. **Projeto São Paulo em três**: coletânea de textos. São Paulo, 1995. 35 fl. xerocopiadas.

\_\_\_\_\_. **Projeto São Paulo em três**: coletânea de textos. São Paulo, 1994. 28 fl. xerocopiadas.

\_\_\_\_\_. **Projeto São Paulo em três**: coletânea de textos. São Paulo, 1993. 45 fl. xerocopiadas.

\_\_\_\_\_. **Textos e documentos para discussão com professores**. São Paulo, 1992. 131p.

\_\_\_\_\_. **Projeto de preparação de professores**: coletânea de textos. São Paulo, 1990. 100 fl. xerocopiadas.

---

Emília Maria de Sá, da Equipe do Serviço Educativo - DIM/DPH.

# Capela do Morumbi: o arcaico, o moderno e o contemporâneo.

Deborah B.B. da Costa Faria  
Nelson Somma Junior

Este artigo tem por objetivo apresentar uma edificação histórica que ao longo do tempo passou por transformações de uso e que se impôs como um espaço expositivo “qualificado”.

A Capela do Morumbi nos remete ao século XIX. Segundo documentos existentes, antigas ruínas de taipa de pilão próximas à Fazenda do Morumbi serviram de sustentação de alguma edificação que não se sabe ao certo o que eram; as interpretações são múltiplas, porém nada que confirme de fato o que lá foi edificado. O que se sabe de fato é que já no século XX, precisamente em 1949, quando a Cia. Imobiliária Morumbi foi executar o loteamento da área pertencente à fazenda visando o uso imobiliário, contratou o arquiteto Gregori Warchavchik, que havia construído na cidade de São Paulo a primeira casa modernista em 1925. O objeto da companhia era criar de alguma forma um cartão postal para a região então loteada, em outras palavras, um chamariz mercadológico.



*Ruínas de taipa na proximidade da Fazenda do Morumbi. 1936. Fotografia desconhecido. AN/ DIM/ DPH/ SMC.*

Warchavchik aceitando o trabalho pôs em prática a execução da edificação. O arquiteto ao ver as ruínas de taipa as interpretou com sendo ruínas de uma antiga edificação que deduziu ser uma capela. O projeto foi muito simples: completou com alvenaria a edificação preservando a taipa. Visando dar o ar de capela, Warchavchik chamou a pintora Lucia Suanê para que no seu interior realizasse em afresco a cena do batismo de Cristo. O mais curioso deste afresco são os anjos que têm a fisionomia de índios.

A obra foi finalizada em 1950 e permaneceu fechada até 1975, quando a Cia. Imobiliária Morumby transferiu parte dos terrenos remanescentes do loteamento ao Município, ficando sob responsabilidade do Departamento do Patrimônio Histórico que estava ligado a recém-criada Secretaria de Cultura do Município de São Paulo. Desde então a Capela do Morumbi sofreu duas reformas: uma em 1979, e a outra mais recente em 2002.



*Vista Externa da Capela do Morumbi. 2002. Foto de Márcia Alves. AN/ DIM/ DPH/ SMC.*

Registre-se que a Capela do Morumbi foi entregue ao público, enquanto espaço expositivo, no dia 25 de Janeiro de 1980, como parte dos festejos do dia da fundação da cidade de São Paulo. A Capela do Morumbi teve diferentes usos: pequenas exposições, apresentações musicais, entre outros. No entanto não havia um projeto para o seu uso, fato este que ocorreu somente em 1991, quando de forma mais sistematizada foi destinada a abrigar exposições de arte contemporânea.

Quando se fala em arte contemporânea se abre um leque muito grande de manifestações, uma vez que, seguindo os preceitos das artes modernas, a contemporaneidade valoriza a diversidade e tudo aquilo que de uma forma ou de outra questiona cânones

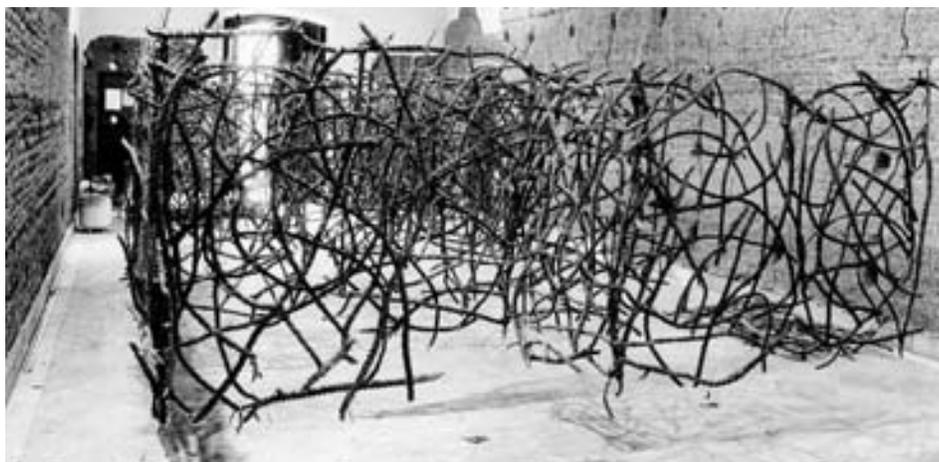
cristalizados e solidificados. Neste sentido, foi feita uma opção por dispositivos visuais plásticos denominados *instalações*.

Instalações são dispositivos visuais que surgem entre as décadas de 1960 e 1970, quando artistas questionaram os suportes e as técnicas tradicionais de arte. Descendente da escultura moderna e dos *ready-mades* criados por Marcel Duchamp no começo da década de 1910, e da arte conceitual da década de 1960, se estabeleceu como uma linguagem autônoma. Assim as instalações transformaram o objeto de arte num acontecimento espaço-temporal, com a possibilidade de interação física com o público, explorando os mais variados temas, como o corpo, a subjetividade humana e questões sociais e políticas. A partir destas manifestações, o termo *instalação* foi incorporado ao vocabulário das artes plásticas. A Capela do Morumbi guarda no interior de sua edificação o arcaico (antigas ruínas de taipa de pilão), o moderno (a interpretação de Warchavchik), e a contemporaneidade – a exposição de dispositivos visuais: as instalações.

Por mais de treze anos desenvolvendo esta proposta verificamos, com satisfação, o sucesso do projeto, e sua consagração e reconhecimento por parte do meio artístico, uma vez que se estabeleceu como mais um lugar destinado às artes contemporâneas. Foram mais de cem artistas que expuseram trabalhos na Capela, onde constatamos pelas instalações montadas uma grande profusão de linguagens; mais que isso, um forte exercício constante de experimentalismo, dado ou pelas atitudes dos artistas ao proporem situações inusitadas, ou pela diversidade de uso de materiais. Um outro ponto importante é o diálogo entre um bem histórico e a cidade.

No intuito de apresentarmos as multiplicidades de uso por parte dos artistas no interior da Capela do Morumbi, mostraremos através do registro fotográfico algumas destas instalações em diferentes anos.

A artista Lucrecia Couso ocupou toda a parte central da Capela com ramos de espinhos, que, dispostos em forma de labirinto, convidavam o espectador a percorrer seu próprio caminho. Sensores espalhados pelo seu interior produziam ruídos conforme a aproximação e distanciamento do espectador. Simbolizava a sua sobrevivência, que a propósito era o nome da instalação.



*Instalação Sobrevivência, de Lucrecia Couso. 1996. Foto de Michael R. A. de Lima. AN/DIM/DPH/SMC.*

De forma inusitada a artista Beth Moysés deixou o espaço central da Capela livre; ocupou todo o teto com vários vestidos de noiva devidamente costurados, de tal forma que o branco dos vestidos contrastava com a cor escura das taipas. O espectador estava convidado a sonhar.



*Instalação Forros de Sonhos Pálidos, de Beth Moysés. 1996. Foto de Michael R. A. de Lima. AN/ DIM/ DPH/ SMC.*

Waldo Bravo com a sua *Dictomias*, apresentava, em forma de anúncio, caveiras e ossos, contrastando com bichinhos de pelúcia e bolas de diferentes tamanhos. A vida e a morte assim foram materializadas.



*Instalação Dictomias, de Waldo Bravo. 1997. Foto de Michael R. A. de Lima. AN/DIM/DPH/SMC.*

O artista Carlos Eduardo Uchoa buscou a transcendência na sua instalação *Infinito*. Tecidos de voal branco se movimentavam obedecendo a intensidade do vento. Em alguns o artista desenhou, a carvão, pequenas e sutis formas. Tudo isso deveria ser ultrapassado pelo espectador que atingia o centro onde encontrava tubos de metal que, ao balançarem, batiam em pedras espalhadas, produzindo um som que oscilava em diferentes tonalidades. Era o lugar sagrado que foi atingido?



*Instalação Infinitos, de Carlos Uchoa. 1999. Foto de Michael R. A. de Lima. AN/DIM/DPH/SMC.*

A leveza e a transparência foram as preocupações de Silvia Mecozzi na sua instalação *Versos Plásticos*. De forma poética e muito cuidado, com a interferência do lugar, placas de acrílico ocupavam o centro da Capela. Algumas delas sem nenhuma interferência no intuito de valorização da taipa; em outras a artista, de forma sutil, interferiu no interior da placa de acrílico, estabelecendo um contra-ponto com a taipa.



*Instalação Versos Plásticos, de Silvia Mecozzi. 1998. Foto de Michael R. A. de Lima. AN/ DIM/ DPH/ SMC.*

O trauma e a vivência de tempos nebulosos fazem parte do imaginário da artista Paulina Pinsky. A artista utilizou a Capela para criar um forte cenário do que foram os terríveis campos de concentração da Alemanha nos tempos do nazismo. Arames farpados, muros, pilhas de óculos, malas e roupas largadas pelos prisioneiros ao entrarem nas câmaras de gás são dispostos no chão, revelando o horror por que passaram judeus, ciganos e homossexuais nos campos de extermínio.



*Instalação Oi nós aqui tra veis, de Paulina Pinsky. 2000. Foto de Michael R. A. de Lima. AN/ DIM/ DPH/ SMC.*

O mundo de Germana Monte Mor é o da forma. Em fino papel, desenhos constroem formas leves que espalhadas nas paredes laterais, ou ainda no centro da Capela, se contrapõem às formas brutas da taipa.



*Instalação A Dor de Ser Dois, de Germana Monte Mor. 2000. Foto de Michael R. A. de Lima. AN/ DIM/ DPH/ SMC.*

A pintura também se fez presente na Capela, só que sob outra forma. Hélio Schonmann na sua instalação *Jogos* transformou a pintura em cubos para que ela ganhasse a tridimensionalidade. As cores tomaram conta do lugar e a sua moldura foram as taipas.



*Instalação Jogos, de Hélio Schonmann. 2001. Foto de Michael R. A. de Lima. AN/ DIM/ DPH/ SMC.*

Qual seria a nossa visão do paraíso? O artista Carlos Zibel nos diz em sua instalação que no paraíso a luz é que domina. Mas não é uma luz solta projetada para todos os lados, mas, uma luz centrada, fixa como se saísse de um olho inumano. Seria a luz dos olhos de Deus?



*Instalação Visão do Paraíso, de Carlos Zibel. 2003. Foto de Michael R. A. de Lima. AN/ DIM/ DPH/ SMC.*

Objetos – os mais diversos objetos – foram selecionados, preparados e expostos pela artista Sallete Mantovani. Deixando o espaço livre para a circulação do espectador, Sallete espalhou cuidadosamente os seus objetos pelas laterais da Capela para que fossem observados de forma plena.



*Instalação Objetos - Tudo, de Sallete Mantovani. 2004. Foto de Michael R. A. de Lima. AN/ DIM/ DPH/ SMC.*

De forma poética, os artistas que passaram pela Capela do Morumbi projetaram suas instalações valorizando o espaço que ocupavam. Seus trabalhos percorreram múltiplos temas como sonhos, vida e morte, leveza, transparência, poesia, transcendência, sobrevivência, sofrimento, enfim problemáticas da condição humana. Mas também não deixaram de levantar questões referentes ao universo das artes, como: forma, luz, bidimensionalidade, tridimensionalidade e a espacialidade.

Por tudo isso o espaço da Capela do Morumbi foi ao longo do tempo se consolidando quanto ao seu uso, se “qualificando” enquanto espaço singular na cidade de São Paulo e se transformando em um local de *site specific art*.

## Referências Bibliográficas

- BASBAUM, Ricardo (Org.). **Arte contemporânea brasileira**. Rio de Janeiro: Marca d' Água, 2001.
- BATTCKOCK, Gregory. **A nova arte**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- FAVARETTO, Celso. **A invenção de Hélio Oiticica**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- \_\_\_\_\_. Arte do tempo: o evento. In: \_\_\_\_\_. **Sexta-feira n. 5 [tempo]**. São Paulo: Hedra, 2000. p. 110-117.
- FABRINI, Ricardo Nascimento. **A arte depois das vanguardas**. Campinas: Unicamp, 2002.
- HUCHET, Stéphane. Instalação, alegoria, discurso. **Revista Trilhas**, Campinas, v. 6, n. 1, jun./dez. 1997. p. 66-76.
- JUNQUEIRA, Fernanda. Sobre o conceito de instalação. **Revista Gávea**, Rio de Janeiro, n. 14, set. 1996. p. 551-569.
- PEDROSA, Mário. "Em face da obra de arte", In: ARANTES, O. B. F. (Org.). **Política das artes**. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 169-172.

---

Deborah B.B. da Costa Faria é historiadora da Seção Técnica de Administração de Museus.  
Nelson Somma Junior é sociólogo da Seção Técnica de Administração de Museus

# Imagem fotográfica da cidade: a memória iconográfica em perspectiva

Márcia Alves  
Rosely Aparecida Daltério

*As lembranças se apóiam nas pedras da cidade.*  
Ecléa Bosi

O *Departamento de Cultura*, criado em 1935, foi idealizado por Mário de Andrade e Paulo Duarte, entre outros intelectuais, com o objetivo de estimular e desenvolver projetos nas áreas educacional, artística e sociocultural. A iniciativa visava reconhecer, estudar e inventariar as manifestações características da identidade cultural paulista, mediante a realização de pesquisas, registros e resgate de usos e costumes, promovendo, ademais, a divulgação e difusão do material coletado e produzido.

A fotografia sempre teve papel preponderante nesse projeto cultural, pois com a criação do Departamento um expressivo acervo de fotografias começou a ser formado. Com o afastamento de seu mentor, Mário de Andrade, em 1938, o *Departamento de Cultura* modifica sua especificidade em elaborar projetos e passa a servir como documentador de obras e eventos dos diversos prefeitos; assim, a abertura de avenidas, dragagem e canalizações de rios, inaugurações de equipamentos públicos e recepções a personalidades da época representam esse período.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Esta retrospectiva consta de documento institucional intitulado *Perfis dos Acervos da Divisão de Iconografia e Museus*, apresentado pela *Divisão de Iconografia e Museus* à Apoio a Cultura, Educação e Promoção Social VITAE, em 2003, com vistas à obtenção de recursos para a digitalização dos acervos fotográficos.

A Prefeitura foi responsável por algumas aquisições de coleções fotográficas, sendo que a mais importante é a de um lote de negativos com suporte em vidro que contém imagens da cidade do século XIX e do início do século XX. Posteriormente, as pesquisas mostraram que a maioria das imagens foram utilizadas nos famosos *Álbuns Comparativos da Cidade de São Paulo* (1862-1887-1914), editados em 1914, na gestão do prefeito da cidade de São Paulo Washington Luís, que contratou o fotógrafo Aurélio Becherini para fazer o álbum, a partir dos levantamentos de Militão Augusto de Azevedo relativos ao século XIX, acrescentando uma terceira visão fotográfica contemporânea.

Dentre os fotógrafos que atuaram no Departamento de Cultura, vale destacar a participação de Benedito Junqueira Duarte, que esteve ligado à própria criação da *Seção de Iconografia*, mais tarde transformada em Divisão. O fotógrafo, responsável por uma cuidadosa identificação do primeiro lote de negativos adquiridos pelo município, formulou as diretrizes originais da *Seção de Iconografia*, chefiada por ele de 1937 a 1964. Principalmente nos primeiros dez anos de sua atuação, Benedito Duarte realizou uma vasta documentação fotográfica da cidade, passando então a se dedicar também à cinematografia médica, tendo filmado o primeiro transplante de coração feito no Brasil, pelo Dr. Euryclides Zerbini, em 1968. Atuou ainda como documentarista e crítico de cinema.

Em 1975, com a criação da *Secretaria Municipal de Cultura*, o *Departamento de Cultura* é extinto e a *Seção de Iconografia* desmembrada em três seções (*Seção Técnica do Museu Histórico da Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo*, *Seção Arquivo de Negativos* e *Seção de Fotografias da Cidade*) sob a administração da *Divisão de Iconografia e Museus*. Passou-se assim a privilegiar a atividade de divulgação, até então quase inexistente, em detrimento da formação sistemática de um acervo fotográfico significativo com relação à cidade.

A equipe técnica da *Seção Arquivo de Negativos*, reorganizou as linhas de expansão do acervo mediante vários projetos de documentação, além de supervisionar a aquisição de novas coleções, como a Coleção Marília Azevedo, com imagens produzidas por Guilherme Gaensly e Marc Ferrez na virada do século XIX; a Coleção Becherini, produzida pelo estúdio da família do mesmo nome, que retratou a cidade nas décadas de 1910 a 1950; a Coleção Volcov, que compreende as campanhas políticas para prefeito, governador e presidente nos anos de 1954 a 1965, e a Coleção Nair Benedicto, entre outras.

Desde a sua criação, este acervo fotográfico foi ordenado para consulta e acesso rápido às matrizes, fornecendo cópias fotográficas e informações complementares para subsidiar pesquisas. Em 1975, o serviço é organizado, passando paulatinamente a ser controlado e documentado, procurando acompanhar o crescimento qualitativo e quantitativo das demandas, ao mesmo tempo em que se inicia a formulação do processo de preservação dos objetos e informações do acervo.

A partir de 1980, o Arquivo de Negativos passou a receber a produção fotográfica das assessorias de imprensa do gabinete do prefeito, material que documenta obras públicas, eventos e solenidades variadas. Foi incorporada ao acervo – que hoje totaliza aproximadamente 500.000 imagens – a documentação das gestões dos prefeitos desde 1965 até o presente.

Em 1980, reuniu-se na *Seção de Arquivo de Negativos* uma equipe técnica que tratou de desenvolver o aspecto museológico do acervo, preocupando-se com as peculiaridades da composição físico-química dos diversos objetos com vistas à conservação física, estabelecendo critérios e normatizações técnicas, baseadas em conceitos específicos.

No tocante a extroversão desse acervo fotográfico, dois projetos nestes últimos 30 anos merecem destaque: o primeiro foi o *Museu de Rua*, iniciado em 1977, que propiciou a realização de grandes exposições a céu aberto em vários locais da cidade; o segundo denominado *Museu Comunidade*, implantado em 1985, viabilizou a coleta de imagens pertencentes a moradores, em vários bairros da cidade, incorporadas ao acervo institucional, sendo realizado até o final da década de 80. Nos anos seguintes foram realizadas grandes mostras como a *Centenário do Primeiro de Maio em São Paulo*, em 1990, e *Pátria Amada Esquartejada*, em 1992, entre outras.

Nesse período, iniciou-se o Projeto de Fotografia Sistemática da Cidade de São Paulo, realizado pela *Seção Técnica do Museu Histórico da Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo*, entre 1990 e 1992, com o tema central *Morar e Trabalhar em São Paulo*. Essa documentação rendeu ao acervo de negativos imagens de personagens do cotidiano da cidade como ambulantes, migrantes e imigrantes e também trabalhadores e moradores da Avenida Paulista no ano de seu centenário, resultando em três exposições. Tal projeto se configurou como mais uma tentativa de sistematização do trabalho fotográfico sem, no entanto, continuidade nos anos seguintes com esta característica.

Desde 1992, outros projetos de documentação fotográfica foram realizados, como o da região da Luz, em 1998, em conjunto com a *Seção Técnica de Programas de Revitalização, do Departamento do Patrimônio Histórico*. Em 2001 e 2002 foram desenvolvidos alguns trabalhos com os temas *Habitação na Área Central – Inclusão e Exclusão, Presença Indígena na Cidade, Fábricas na Região da Lapa e Pompéia*, todos igualmente em parceria com outras áreas da Divisão, produzidos pelas fotógrafas da Seção Técnica, Cláudia Alcóver e Maria Luiza L. Martinelli, sendo que alguns deles se transformaram em exposições.

A partir desta contextualização, podemos entender a atuação da *Seção Técnica do Museu Histórico da Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo*, cuja atribuição precípua é a de ampliar o repertório de imagens do acervo que compõem o *Arquivo de Negativos*, bem como participar em projetos de extroversão como a *Série Departamento de Cultura*, exposições que vêm sendo realizadas desde janeiro de 2004. É importante ressaltar que desde a criação do *Departamento de Cultura*, a atuação conjunta destas unidades técnicas é uma constante e dela resultam ações, hoje em desenvolvimento, compatíveis com essa diretriz inicial.

Parte do acervo fotográfico da Divisão está sendo digitalizado, com o apoio da Fundação VITAE para disponibilização ao público através do processo informatizado. Também a documentação fotográfica da cidade e de peças dos acervos histórico e etnográfico da unidade passou a ser realizada em suporte digital, com os recursos advindos da mesma instituição. Entretanto, os filmes convencionais continuarão a ser usados em projetos em que se mostrarem mais adequados.

Atualmente, à raiz da discussão de proposta de reestruturação da Divisão, com a realização de estudos para a sua reorganização técnico-administrativa, os esforços da Seção Técnica voltam-se para definição de uma nova configuração das atribuições relativas ao registro fotográfico. São dois os vetores em torno dos quais o trabalho se articula: o primeiro é o de documentação fotográfica da cidade; o segundo vetor congrega as ações de comunicação museológica, a participação em projetos expositivos e outros produtos de extroversão, em atuação interdisciplinar.

A documentação fotográfica da cidade configura-se como uma produção que visa registrar as transformações por que passa a metrópole, bem como as repercussões socio-culturais de tal processo junto aos habitantes, grupos e comunidades. É trabalho interdisciplinar que requer, pois, a participação de pesquisadores na definição, em conjunto com os profissionais responsáveis pela documentação, das linhas de atuação e formas de registro condizentes com as diretrizes e princípios definidos pela programação da *Divisão de Iconografia e Museus*, consubstanciados na qualificação, difusão e expansão das ações de comunicação museológica, na perspectiva de uma ação sistêmica que integre os vários espaços sob sua responsabilidade.

Claro está ser necessária uma intensa interlocução com as casas históricas sob responsabilidade da *Seção Técnica de Administração de Museus*, como unidades nas quais se vislumbra um potencial para a atuação sistêmica aqui mencionada, com a sua consequente requalificação na condição de espaços museológicos, mediante a viabilização de projetos de documentação fotográfica que permitam ampliar o repertório do *Arquivo de Negativos*, facultando, ainda, a consulta a outros setores e pesquisadores, atingindo-se assim maior visibilidade e abrangência de atuação. É válido pensar, ademais, na articulação com outros equipamentos do entorno dessas unidades que também desenvolvam ações de natureza sociocultural e educativa, condizentes com as realizações e iniciativas desta Divisão.

Ao enfatizarmos a relevância da documentação fotográfica, tal como o aqui caracterizado, pautamo-nos por uma concepção de preservação e patrimônio que não se resume ao registro do que tradicionalmente se considera monumento, dirigindo-se, assim, o foco à dinâmica da sociedade, às mudanças da metrópole, às intervenções urbanísticas e seus desdobramentos no cotidiano dos habitantes da cidade. Em outras palavras, o registro fotográfico pode incorporar o impacto das políticas urbanas na vida da população, atuando, portanto, como testemunho e memória dessa dinâmica, com ênfase nos vários atores sociais que a constituem, bem como fornecendo subsídios para a elaboração de estudos e pesquisas e formulação de projetos de extroversão.

Nesse sentido, cabe ressaltar uma iniciativa em desenvolvimento pela Seção, já em suporte digital, que retrata questões relativas ao mundo do trabalho e seus desdobramentos, com o tema *Trabalho: Identidade e Significação na Metrópole*, em conjunto com a equipe de *História Oral* da Divisão.

Frente ao significado histórico e documental da produção fotográfica e diante das perspectivas de atuação nos âmbitos da salvaguarda e comunicação aqui apresentadas, é importante que se criem, institucionalmente, as condições necessárias para que a documentação fotográfica passe a ser concretamente atividade de caráter sistemático, o que inclui a implementação de mecanismos de articulação entre as várias unidades envolvidas no trabalho com as imagens, comprometidas com a execução da programação da Divisão, periodicamente definida, assim como a alocação dos recursos materiais e das tecnologias compatíveis com as metas programáticas. Ao exposto soma-se a adoção de políticas de formação permanente de recursos humanos, como forma de garantir a qualidade na realização dos trabalhos e sua otimização.



*Aldeia Guarani. Jaraguá, 2002. Projeto de documentação fotográfica para a realização da exposição Presença Indígena na Cidade de São Paulo – Experiências e Representações. Foto: KK Alcóver - DPH/DIM/Acervo de Negativos.*



*Família da etnia Krukutu, 2002. Projeto de documentação fotográfica para a realização da exposição Presença Indígena na Cidade de São Paulo – Experiências e Representações. Foto: KK Alcóver - DPH/DIM/Acervo de Negativos.*



*Ladeira da Memória, 2004. Projeto de documentação fotográfica para a realização da exposição Recordar é vir-e-ver. Lugares da memória, tempo das memórias, desenvolvida em conjunto com a equipe do Serviço Educativo. Foto: KK. Alcovér – DPH/DIM/Acervo de Negativos.*



*Praça da Sé, 1993. Projeto de documentação fotográfica para a realização da exposição Vistas do Martinelli. Foto: M. Luiza L. Martinelli – DPH/DIM/Acervo de Negativos.*



*Parque Dom Pedro II, 1993. Projeto de documentação fotográfica para a realização da exposição Vistas do Martinelli. Foto: M. Luíza L. Martinelli – DPH/DIM/Acervo de Negativos.*



*Manifestação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Pátio do Colégio, 2001. Foto: M. Luíza L. Martinelli – DPH/DIM/Acervo de Negativos.*



*Operário em túnel do metrô Consolação. Avenida Paulista, 1990. Foto: Márcia Alves – DPH/DIM/Acervo de Negativos.*



*Vale do Anhangabaú, 1992. Foto: Márcia Alves – DPH/DIM/Acervo de Negativos.*



*Vendedor ambulante. Avenida Paulista, 1991. Foto: Márcia Alves – DPH/DIM/Acervo de Negativos.*



*Ginástica, Parque Infantil Pedro II, 1937. Foto: Benedito Junqueira Duarte – DPH/DIM/Acervo de Negativos.*



*Parque Anhangabaú, 1939. Foto: Benedito Junqueira Duarte – DPH/DIM/Acervo de Negativos.*



*Competição, Parque Infantil Pedro II, 1938. Foto: Benedito Junqueira Duarte – DPH/DIM/Acervo de Negativos.*



*Mário de Andrade, 1945. Foto: Benedito Junqueira Duarte – DPH/DIM/Acervo de Negativos.*

---

Márcia Alves é fotógrafa. Atualmente é chefe da *Seção Técnica do Museu Histórico da Imagem Fotográfica da Cidade-DIM/DPH*.

Rosely Aparecida Daltério é socióloga e atua como pesquisadora na *Seção Técnica do Museu Histórico da Imagem Fotográfica da Cidade*

# Museu da Cidade de São Paulo: as mudanças éticas sonhadas por Mário de Andrade

Maria Cristina Oliveira Bruno

A Divisão de Iconografia e Museus do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura – DIM/DPH/SMC, criada em 1975, tem sido contemporânea de grandes transformações no campo museológico. Esse período registra mudanças de paradigmas, experimentações metodológicas inéditas e a musealização de novos enfoques patrimoniais, circunscritas ao desenvolvimento de diferentes abordagens para a implementação de processos museológicos orientados para a cidade.

Na trajetória da DIM/DPH é possível identificar três fases, inerentes às tentativas de consolidação da institucionalização do Museu da Cidade de São Paulo, marcadas por mudanças de orientação dos métodos de trabalho e ampliação do escopo patrimonial. Cabe sublinhar, preliminarmente, que a ação desta Divisão tem sido muito mais ampla e plural do que permite este modelo museológico. Entretanto, este texto prioriza a análise sobre a inserção da cidade como foco central dos procedimentos técnicos museológicos.

As experimentações vinculadas à proposição do *Museu de Rua* (1978) assinalam o início dessas abordagens. A implantação das ações museológicas descentralizadas e comunitárias inseridas no *Projeto Museu da Cidade* (1985), sinaliza para uma segunda fase, além de evidenciar as dificuldades de refinamento das relações entre estratégias museológicas e participação comunitária. A terceira e última fase pode ser delimitada pela proposição do *Programa Museológico do Museu da Cidade de São Paulo*, articulado à implantação do *Sistema Municipal de Museus* (2003).

Neste mesmo período, os desafios que têm surgido para os museus podem ser compreendidos no âmbito de um cenário de transformações sócio-culturais, permeado pela verticalização da noção de pertencimento, contextualizado pelos problemas inerentes à acessibilidade aos bens patrimoniais e pela busca do equilíbrio entre os procedimentos de salvaguarda e comunicação dos acervos.

Essas três décadas coincidem com a afirmação da potencialidade das instituições museológicas no que tange à democratização da educação para a memória e, ao mesmo tempo, correspondem ao momento em que os museus sofreram o impacto das tecnologias eletrônicas, dos sistemas de informação e das perspectivas de contribuição para o desenvolvimento de uma comunidade.

Os museus passaram a ser, simultaneamente, responsáveis pela guarda dos indicadores da herança patrimonial e arena para a abordagem de temas de relevância social; instituições com atuação intra-muros e com projetos territoriais; instados ao desenvolvimento de ações sistêmicas e em redes. De alguma forma, essas conquistas têm sido transgressoras em relação à história dos museus, à trajetória elitista do colecionismo, à perpetuação das noções de posse e às perspectivas de ostentação sustentadas pelos processos museológicos. Impuseram, também, novas dinâmicas de trabalho interdisciplinar e multiprofissional, aproximando os diferentes agentes desses processos, com vistas a facilitar as articulações entre os acervos, constituídos de objetos interpretados, e os olhares interpretantes dos distintos segmentos das sociedades.

Esse período representou para a museologia brasileira, em especial para os processos desenvolvidos em São Paulo, uma fase marcada pelo surgimento de novos museus e centros culturais, pela profissionalização técnica, pelo desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e pela afirmação das discussões preservacionistas.

A criação do Departamento de Patrimônio Histórico no âmbito da administração pública municipal, vinculando em sua estrutura ações museológicas e arquivísticas com aquelas de preservação dos bens edificados, deu aos processos museológicos um direcionamento muito objetivo e uma qualificação no que diz respeito à memória da cidade. Nas palavras de Murillo Marx, seu primeiro diretor, esse departamento... “*é sui generis* no Brasil, até onde obtive informação sobre outros órgãos públicos congêneres na esfera municipal, estadual e federal. De fato, é o único que reúne os serviços de colheita ou apontamento, guarda ou conservação e divulgação ou valorização dos papéis oficiais, de artefatos de tipos vários e de obras de arte, imóveis e locais de interesse artístico, histórico ou paisagístico. Submete, pois, a uma orientação coordenada ou abre para tal a possibilidade efetiva – as questões de arquivística, de museologia e de preservação” (Marx, 1978:99).

A gestão museológica desse departamento passou por diferentes perfis ao longo dos anos. Entretanto, a idéia de musealização da cidade nunca deixou de ser uma premissa. A imagem fotográfica que documenta a transformação da cidade e dos cidadãos, os objetos que informam aspectos do trabalho e da devoção, os vestígios arqueológicos que sinalizam para um passado recuado no tempo, os registros da memória oral que testemunham as impressões do cotidiano do habitante da metrópole, entre outros vetores de acervo, contextualizaram essas ações museológicas e, ainda hoje, representam o eixo central das atividades técnicas. É possível reconhecer que a cidade foi tratada sob diferentes olhares e para distintos olhares. Como já salientou Halbwachs (1968), a abordagem da cidade como base para o estabelecimento de elos de sentido patrimonial é consistente à medida

que as relações sociais são compartilhadas com uma comunidade que se identifica com um percurso temporal e um pertencimento espacial coletivo, permitindo, ainda, a dialética entre as memórias individuais e a memória coletiva.

A partir desse perfil de acervo, os projetos da Divisão de Iconografia e Museus têm permitido abordagens sobre a cidade, orientadas para diferentes questões culturais, apoiadas em diversos espaços museológicos dispersos no território paulistano, como têm igualmente contribuído para a extroversão do conhecimento sobre São Paulo. Essas ações, com distintos graus de complexidade e de interação sócio-educativa, abordam as mudanças ocorridas na transformação da vila para a cidade, os impactos econômicos para a constituição da metrópole e os desafios que se colocam para a megalópole que se anuncia.

A experiência revolucionária do *Museu de Rua*, surgido na década dos anos setenta, inovou no uso do acervo fotográfico, colocando-o frente ao transeunte em exposições itinerantes montadas em diferentes pontos da cidade. Cabe sublinhar que esta proposta esteve vinculada à implantação do *Museu Histórico da Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo*, parte integrante da DIM/DPH. Esta iniciativa veio ao encontro da “necessidade de atribuir uma imagem à cidade de São Paulo pela educação popular direta, num momento em que a premência de adaptação urbana aos estímulos metropolitanos descaracterizou profundamente esta imagem” (Wakahara,1978:103). As três primeiras experiências museológicas de rua na própria rua foram dedicadas ao “Percurso do Centro Histórico”, à “História do Vale do Anhangabaú e do Viaduto do Chá” e à “Memória da Sé” e permitiram a divulgação do acervo iconográfico, o uso do recurso documental histórico não de forma romântica e saudosista, mas como instrumento de compreensão da realidade contemporânea.

Esse modelo museológico inovou no tratamento expográfico dado a acervos fotográficos, bem como na relação com o fruidor, procurando ir ao seu encontro em locais públicos, nos espaços de convergência popular e, mesmo, em outras instituições educacionais e culturais. A essas três primeiras experiências, dezenas de outras se somaram e multiplicaram o alcance museológico das referências patrimoniais da memória visual da cidade. Nesta primeira fase, já se esboçava a atenção dirigida para a cidade como forma, para as suas estruturas e espaços, como nas palavras de Ulpiano Bezerra de Meneses... “a cidade é um artefato, coisa feita, fabricada pelo homem, segmento do universo material socialmente apropriado... e, ao mesmo tempo, produto e vetor de relações sociais..., assim, a cidade é também lugar onde agem forças múltiplas: produtivas, territoriais, de formação e pressão sociais” (Meneses,1985: 199).

É possível reconhecer que o Museu de Rua abriu horizontes inéditos para a musealização da cidade, experimentando caminhos alternativos e decodificando uma nova dinâmica para a aproximação entre os critérios de extroversão expográfica e as expectativas do transeunte anônimo do centro da cidade, que se qualificava como público fruidor, como visitante. Confrontando imagens fotográficas do passado com a realidade do entorno da exposição, essa experiência evidenciava que o tempo é organizado a partir de uma multiplicidade de rupturas que caracteriza as diferentes experiências vividas, como também, deslocava a atenção para a linearidade dos referenciais históricos que tradicionalmente são valorizados em uma cidade. Assim, nesta fase, a DIM/DPH sinalizou para a relevância do exercício do olhar em relação aos lugares da cidade, para a compreensão sobre as suas transformações.

A apropriação da rua como cenário museológico continuou, ao longo das décadas, a partir da abordagem de novos conteúdos e formas, permitindo os desdobramentos educacionais e de ação comunitária. Houve um deslocamento do cenário e diversos bairros foram alvo de atenção.

Na década dos anos oitenta, a cidade foi apropriada pela DIM/DPH com a proposição do *Projeto Museu da Cidade* (1985), que também negava a valorização do monumental, do sacralizado e do raro. Esta proposta, organizada mediante as noções de dispersão espacial da ação museológica e da participação comunitária, estava vinculada às premissas das discussões que acompanharam o desenvolvimento dos museus neste período, voltadas para a perspectiva do museu como espaço comunitário e instrumento para o exercício da cidadania. Atividades descentralizadas, articuladas com os bairros e apoiadas na constituição de núcleos museológicos, somaram-se a expressivas iniciativas educacionais. Esse plano institucional teve início com a organização de cinco programas, a saber: Museu Comunidade, Museu Escola, Organização de Núcleos Museológicos, Centro de Referências da Memória Paulistana e Preservação da Imagem. Dessa forma, o uso das casas históricas serviu de estratégia para a descentralização das atividades, a valorização da história do cidadão comum permitiu a ampliação do repertório patrimonial e a partilha do gerenciamento das operações técnicas garantiu a participação coletiva das comunidades.

Se na primeira fase o conceito de Museu de Cidade começou a ser esculpido mediante a ênfase em relação ao olhar sobre a forma da cidade, nesta segunda fase foi acrescentada a valorização da democratização das decisões sobre a preservação patrimonial. Trata-se de reconhecer que a cidade é...“depositária das memórias dos habitantes, suas trajetórias, seus percursos, suas experiências, suas desventuras, suas crises, afeto e desafeto às pessoas, aos lugares, à cidade” (Eckert, 2002:85). Os processos museológicos, nesse contexto, devem possibilitar a produção dos indispensáveis referenciais relativos à temporalidade para o exercício da memória e estimular no cidadão a possibilidade de se repensar nos seus espaços cotidianos.

O artefato cidade passa a ser compreendido, também, como *locus* de tensões, de reciprocidade, de estruturas organizadas, de centralidade e periferia. Ao lado da leitura da cidade, propiciada pela imagem fotográfica, como foi caracterizada pelo Museu de Rua, esta nova fase abriu uma perspectiva para a abordagem das questões das significações e dos bens simbólicos, relativos à produção, circulação e consumo dos bens urbanos, vivenciados de diferentes maneiras pelos diversos grupos sociais. As formas de representação social passam a desempenhar um relevante papel para a musealização da cidade.

Entretanto, a principal mudança em relação às experiências anteriores, reside na problematização da participação coletiva, como eixo central da metodologia de trabalho museológico. Assim, este momento introduziu uma antiga inquietação: a quem pertence o direito de agir sobre o patrimônio de uma cidade? Por um lado, a presença de especialistas é sempre solicitada e legitimada como elemento essencial para a construção da memória coletiva e, por outro, a participação popular nesses processos implica em reconhecer o valor das concepções dos leigos. Apoiados na participação comunitária, os museus evidenciam os tênues limites e reciprocidades entre o olhar seletivo e distante do especialista e o olhar abrangente e comprometido da comunidade.

Ao mesmo tempo em que a DIM/DPH estava implantando esses processos museológicos descentralizados e comunitários, o país vivenciava as reivindicações para a reto-

mada da democracia e as lutas pelas liberdades constitucionais. A participação coletiva para as decisões sobre as questões patrimoniais passou a ser uma premissa para qualquer proposta desta área.

No plano internacional, as proposições ecomuseológicas e dos museus comunitários, apoiadas na musealização do território cultural e na importância da experiência comunitária para as decisões patrimoniais, passaram a representar o paradigma conceitual-metodológico. A contextualização desses desafios em nossa realidade evidenciou que a cidade de São Paulo possibilitava a experimentação de estratégias inéditas no que tange à abordagem de questões relativas à identidade, à noção de pertencimento e às perspectivas de acessibilidade aos bens culturais. Neste caso, as mudanças relativas às transformações da metrópole em megalópole se configuraram como premissas para o desenvolvimento de processos museológicos, ao lado das questões relativas à globalização da circulação dos bens culturais.

Apesar das propostas vanguardistas da DIM/DPH, a descontinuidade administrativa, vulnerável em relação às mudanças políticas, prejudicou o desenvolvimento dos processos museológicos e fragilizou, em especial, a consolidação dos programas e dos projetos de interlocução comunitária.

Ao longo dos anos da década de 1990, as discussões museológicas no âmbito da DIM/DPH seguiram outros caminhos, sendo impulsionadas para a decodificação de uma outra forma de articulação dos bens patrimoniais sobre a cidade. A ênfase recaiu sobre a necessidade de repensar todo o escopo do próprio departamento, em especial sobre as concepções de preservação e construção do passado. Assim, neste momento de reavaliação, o foco de atenção voltou-se para a avaliação de que...”o reconhecimento do direito ao passado está, portanto, ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade como critérios para a consciência de um passado comum. Reconhecimento que aceita os riscos da diversidade, da ambigüidade das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais. Arrisca-se a encontrar as solicitações por uma memória social que venham baseadas em seu valor simbólico, mesmo que sejam locais, pequenas, quase familiares. Não teme restaurar e preservar o patrimônio edificado sem pretender conservar o “antigo” ou fixar o “moderno”. Orienta-se pela produção de uma cultura que não repudie sua própria historicidade, mas que possa dar-se conta dela pela participação nos valores simbólicos da cidade, como o sentimento de “fazer parte” de sua feitura múltipla. Por isto, inventa novos meios de operar e de se produzir como espaço público, onde possam estar inscritas todas as significações de que é feita uma cidade” (Bol.DPH,1991:23).

Tratava-se, portanto, do reconhecimento da diversidade de concepções e práticas inerentes aos órgãos públicos que atuam na área preservacionista e que indicam a necessidade de contextualizar nas suas ações os conflitos referentes a distintas visões de mundo, de expor as estratégias sócio-culturais que exilam memórias, como também, de refletir sobre como selecionamos e valorizamos algumas referências culturais e abandonamos outras.

Acompanhando os debates da época, a DIM/DPH vinculou-se a experimentações museológicas que abordaram grandes problemas da nossa história cultural, como, por exemplo, as questões relativas à Conquista da América, ou mesmo, a reavaliação patrimonial sobre a Inconfidência Mineira. Assim, o patrimônio da cidade estabeleceu elos de

sentidos e significados com uma perspectiva mais ampla de herança cultural. Cabe ressaltar que as bases para esta ação, do ponto de vista estrito e institucional, continuavam sendo as casas históricas e os vetores de acervos já mencionados.

Dessa forma, a ação museológica sob responsabilidade da administração pública municipal chegou a este novo século com uma sólida bagagem de experiências técnicas, mas sem ter conseguido afirmar uma linha de trabalho consistente, do ponto de vista de procedimentos de salvaguarda e comunicação, em relação à proposição de um modelo para o Museu da Cidade. Essas dificuldades, que também podem ser facilmente verificadas em outras instituições museológicas brasileiras, permitem identificar dois vetores de desafios teórico-metodológicos na Museologia contemporânea.

Por um lado, os novos paradigmas conceituais propostos para os museus exigem novas estratégias metodológicas, que articulem campos de conhecimento e não valorizem o olhar do especialista. Ao contrário, o importante neste momento, no que se refere aos enquadramentos patrimoniais, diz respeito à confluência, resultante de oposições, de argumentações e da consciência em relação aos domínios seletivos daqueles que atuam na construção e preservação dos fenômenos museológicos. Por outro lado, essas estratégias metodológicas possibilitam uma nova compreensão sobre a importância dos museus para a delimitação do cenário de políticas públicas preservacionistas e educacionais. Trata-se, portanto, de uma nova maneira de entender os processos museológicos voltados para as cidades e os cidadãos.

O principal desafio, neste momento, reside em desenvolver procedimentos museológicos que decodifiquem a cidade como artefato, como campo de forças e representação social (Meneses, 2003).

É verdade que esta cidade não se deixa apreender de uma só vez, ou em rápidos olhares. Nem mesmo possibilita reconhecimentos bucólicos ou lineares, ou ainda, dificulta o desenvolvimento da noção de pertencimento, em função da exponencial multiplicidade cultural, da dispersão geográfica de seu território e da complexidade das relações sociais que se estabelecem e permeiam o cotidiano dos cidadãos. Mas, à DIM/DPH coube, a partir de 2003, mais um desafio no sentido de implementar um novo programa museológico voltado especialmente para a musealização da cidade e, ao mesmo tempo, constituir um trabalho sistêmico de âmbito municipal.

O *Programa Museológico do Museu da Cidade de São Paulo* (Franco, 2003), de autoria da museóloga Maria Iñez Mantovani Franco, elaborado em 2003, avança em novos caminhos metodológicos e concentra suas intenções na formatação de uma instituição museológica voltada para o contemporâneo da cidade e articulado em um sistema museológico ancorado nos elos de sentidos patrimoniais já desvelados pelas ações da DIM/DPH ao longo das décadas precedentes. Da mesma forma que esta proposta acrescenta inéditas perspectivas de trabalho, também valoriza a experiência acumulada, vinculando-a em suas premissas conceituais. Para a configuração da sede institucional foi escolhido o Palácio das Indústrias, no Parque D. Pedro, no centro da cidade.

De acordo com as palavras da autora do programa, este museu... "se anuncia como um espaço de reflexão que terá como objeto de estudo a cidade de São Paulo; complexo cultural museológico de natureza multidisciplinar, comprometido com a contemporaneidade, propõe-se a estabelecer elos de sentido entre os acervos tangíveis e intangíveis que anonimamente buscam referenciar esta grande São Paulo, vocacionado à formação e à fruição de sua população e de seus visitantes. O Museu considera como seu objeto intrín-

seco de análise a cidade como artefato – o seu próprio território – esta imensa mancha urbana com mais de mil e quinhentos quilômetros de área, que revela diferentes ritmos e temporalidades, contraditórios processos de ocupação e tênues limites de sustentabilidade; propõe-se a interagir com um contingente de mais de dez milhões de pessoas, identificando e reconhecendo, pouco a pouco, seus diferentes modos de vida, suas formas de sociabilidade, as distintas dinâmicas do universo do trabalho, do lazer e das celebrações” (Franco, 2004:60).

A partir dessas premissas e contando com uma equipe multidisciplinar, em parte externa aos quadros da DIM/DPH, o desenho dos programas museológicos passou a ser desvelado e o desenvolvimento das diferentes ações de pesquisa, salvaguarda e comunicação começou a dar forma a este novo modelo proposto.

Assim, é possível reconhecer o início de uma terceira fase ainda em curso, que concentrou a sua atenção em dois vetores elementares. Por um lado, a realização de levantamentos de fontes documentais e bibliográficas, de discussões interdisciplinares, da elaboração de propostas de *design* e comunicação visual e a implantação de sistemas de gerenciamento da informação, têm sido responsáveis pela identificação dos indicadores da memória contemporânea da cidade e pela definição dos caminhos expográficos a serem trilhados, como também, a elaboração dos planos arquitetônicos para o uso museológico do espaço do Palácio das Indústrias e a formatação dos distintos vetores do programa museológico – Explora (Programa de Educação), Comunicação (Programa de Exposições), Centro de Referência Integrado (Programa dos Acervos), Museu Virtual, foram responsáveis pelos caminhos constitutivos deste modelo museológico. Por outro lado, em âmbito mais restrito à equipe técnico-administrativa da DIM/DPH, foram iniciados os estudos e ações técnicas para a constituição das bases para o Sistema Municipal de Museus. A realização de um diagnóstico preliminar permitiu a elaboração de um plano de gestão, orientado para a implementação de estratégias sistêmicas, ancorado em quatro linhas de trabalho: requalificação dos espaços museológicos a partir de novas exposições e projetos de ação educativo-cultural; organização dos acervos para o gerenciamento da informação patrimonial; desenvolvimento de projetos interdisciplinares com vistas à ampliação do repertório de indicadores da memória e capacitação profissional orientada para a nova dinâmica institucional. Essa dinâmica, por sua vez, impulsionou discussões para mudanças estruturais no âmbito da organização da Divisão de Iconografia e Museus.

Como aponta a bibliografia especializada, os processos museológicos são longos, de difícil implantação, permeados por problemas técnicos e por pressões político-administrativas. Apesar dessa vulnerabilidade, ao longo dos últimos trinta anos, a DIM/DPH tem ampliado o seu olhar em relação à cidade e tem procurado diversificar as suas formas de seleção, apropriação, valorização e preservação das referências patrimoniais. Nesta terceira fase, a responsabilidade reside em aproximar o patrimônio contemporâneo dos outros segmentos que já são tradicionalmente alvo de atenção, e desta articulação estabelecer premissas museológicas, delimitar as esferas de negociação cultural entre o poder público e a sociedade e, sobretudo, permitir a preservação de novas expressões culturais.

Nas palavras do já citado Ulpiano Bezerra de Meneses, “... o objetivo prioritário de um museu de cidade, diria que é propiciar aos habitantes a tomada de consciência da cidade e o aprofundamento permanente dessa consciência. Informação, celebração, memória, evocação, narrações, devaneios, fruição estética e afetiva, conhecimento, etc,etc,

tudo isto pode ser mobilizado na consciência da cidade. A necessidade de provocar tal consciência deriva do fato de que, na interação cotidiana com a cidade, ela acaba por nos embotar. A importância da cidade para o habitante faz com que ela seja naturalizada, escapando, assim, à própria acuidade e aprofundamento da percepção. Nessas condições, é imperioso desnaturalizar a cidade, fazê-la percebida como artefato, artifício, coisa criada, instituída pelo homem, para si, para seus interesses, contra, eventualmente, os interesses de outros homens, mutável e em transformação permanente, submetida a forças e mecanismos que podem ser identificados – e assim por diante” (Meneses, 2003: 279).

Esse novo programa museológico evidencia o reconhecimento em relação aos desafios metodológicos circunscritos às questões levantadas anteriormente. Nele está esboçada a dificuldade técnica para o alcance das tensões relativas à constituição, uso e transformação desse artefato cidade, como também, está indicada a importância da conquista de novos vetores patrimoniais a serem musealizados e preservados. Entretanto, a implantação desse programa contou, em sua ação inaugural, com a realização do Projeto “Expedição São Paulo 450 Anos”, que possibilitou um processo plural e multidisciplinar de decodificação da cidade e garantiu registros, em diferentes suportes, dos mais variados indicadores da memória.

A partir da articulação de intenções, da programação de rotas, de roteiros percorridos e de percepções registradas, esse projeto expedicionário permitiu a constituição do acervo deste novo processo museológico, que passou a ser organizado em torno de três eixos de sentidos patrimoniais: o território, a sociabilidade e o imaginário. Dessa forma, as bases patrimoniais começaram a ser constituídas, os estudos aprofundaram e verticalizaram o conhecimento sobre os eixos mencionados e o processo de musealização começou a tomar forma, mas ainda necessita de um longo tempo para a realização de experiências e consolidação de suas premissas.

Esses trinta anos que separam as idéias que geraram a Divisão de Iconografia e Museus do Programa Museológico do Museu da Cidade de São Paulo, apontam para a identificação de longos caminhos arduamente percorridos, com maior ou menor consciência, em direção à busca da percepção sobre a cidade, enquanto cenário que explicita as distintas apropriações e transformações do território; que legitima os encontros e os estranhamentos que caracterizam a sociabilidade de seus habitantes e que dá suporte logístico para as manifestações do imaginário a partir da valorização das mais variadas expressões culturais.

É sempre importante lembrar de Mário de Andrade, quando afirmou que o que interessava naquele momento não eram as mudanças técnicas que os museus vinham passando, mas sim, as mudanças éticas (Andrade, 1938). É possível reconhecer que a Divisão de Iconografia e Museus tem procurado decifrar esse sonho do criador do Departamento de Cultura e tem permitido que as questões éticas assumam, cada vez mais o protagonismo, no que se refere aos processos de musealização.

## Referências Bibliográficas

- ANDRADE, M. Museus Populares. **Problemas – Revista Mensal de Cultura**, São Paulo, p. 53-55, jan. 1938.
- BOLETIM DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, v. 5, ago. 1991.
- ECKERT, C. O que não esqueçemos? Tudo aquilo que temos razões para recomeçar. In: POSSAMAI, Zita R.; ORTIZ, Vitor (Org.). **Cidade e memória na globalização**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1968.
- FRANCO, M. I. M. **Programa museológico do Museu da Cidade de São Paulo**. São Paulo, 2003 (impresso).
- MARX, M. Proteção global para a memória paulistana. **Arquitetura – Revista de Arquitetura, Planejamento e Comunicação**, Rio de Janeiro: FC, ano V, n. 19, p. 99-103, 1978.
- MENESES, U. B. O museu de cidade e a consciência da cidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL – MUSEUS & CIDADES. **Anais...** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.
- \_\_\_\_\_. O museu na cidade X A cidade no museu – para uma abordagem histórica dos museus de cidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH; Marco Zero, v. 5, n. 8/9, set. 1984/abr. 1985, p.197-205.
- PROJETO Museu da Cidade. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico; Divisão de Iconografia e Museus, março 1985.
- WAKAHARA, J. O Museu de Rua da cidade de São Paulo. **Arquitetura - Revista de Arquitetura, Planejamento e Comunicação**, Rio de Janeiro: FC, ano V, n. 19, p. 103-105, 1978.

---

Maria Cristina Oliveira Bruno é museóloga/Livre-Docente em Museologia e Vice-Diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia/USP. Foi Diretora da Divisão de Iconografia e Museus (de 11/09/2003 a 20/07/2005)



# O Departamento do Patrimônio Histórico e a Arqueologia no Município de São Paulo: 1979-2005

Astolfo Gomes de Mello Araujo  
Maryzilda Couto Campos  
Lúcia Cardoso Oliveira Juliani

O Departamento do Patrimônio Histórico, criado em 1975 como órgão oficial de gestão do patrimônio cultural municipal, possui, dentre suas divisões técnicas, a Divisão de Preservação, como serviço técnico encarregado de documentar, conservar e valorizar os bens culturais paulistanos.

Em 1979, atendendo a uma política cultural de preservação de bens culturais que já vinha sendo implantada em outros países, seguindo diretrizes apontadas pela Carta de Veneza, o DPH sentiu a necessidade de implantar, entre outros, um serviço arqueológico como subsídio a programas de recuperação e restauração de bens históricos edificados. Como não possuísse em seu quadro, por essa época, técnicos qualificados em arqueologia, criou-se um programa de colaboração com o Museu Paulista da Universidade de São Paulo, visando a orientação de pesquisas arqueológicas em edifícios tombados e a formação de pessoal técnico qualificado entre seus funcionários.

A proposta do Programa de Colaboração entre esses dois órgãos foi assinada em 6 de julho de 1979, e tinha como objetivo “o estudo sistemático, através de prospecções e escavações arqueológicas, de sítios históricos no Município de São Paulo.”

A Portaria GP-299/79 indicou, como coordenador por parte da Secretaria Municipal de Cultura, o arquiteto Dr. Murillo de Azevedo Marques, então ocupando o cargo de

Diretor do DPH. O Diretor do Museu Paulista, Prof. Dr. Setembrino Petri, de sua parte, designou a arqueóloga Profa. Dra. Margarida Andreatta como coordenadora desse programa de pesquisas. Foi então designada uma equipe para dar início imediato às pesquisas arqueológicas na Casa do Tatuapé, sede de fazenda provavelmente datada do século XVII. A equipe contava com estagiários do Museu Paulista, arquitetos e historiôgrafos do DPH e pesquisadores voluntários que participavam de um Curso de Extensão Universitária no referido Museu.

Para melhor compreensão dos desdobramentos e direcionamentos que foram definidos como prioritários no âmbito desse programa, faz-se necessário o conhecimento das diretrizes que regiam o trato do patrimônio cultural e, mais especificamente, do patrimônio arqueológico urbano nessa época.

O principal objetivo dos estudos e ações de preservação por parte dos órgãos públicos responsáveis era direcionado aos edifícios históricos remanescentes nas cidades, devido à sua alta visibilidade e, conseqüentemente, melhor percepção por parte dos agentes envolvidos (pesquisadores, administradores e população em geral). Na verdade, essas ações estavam, via de regra, condicionadas ao “valor arquitetônico” do edifício enquanto representante de um determinado período histórico. Os órgãos de preservação eram, portanto, dirigidos por profissionais de arquitetura, sendo que os trabalhos de pesquisa histórica, arqueológica e artística eram utilizados como subsidiários a projetos arquitetônicos com vistas à recuperação desses bens edificados.

As complexidades estruturais das áreas urbanas, por outro lado, sempre contribuíram para que seu patrimônio arqueológico recebesse pouca atenção por parte dos agentes envolvidos na identificação de seus bens culturais e por parte dos próprios arqueólogos. A visão corrente era de que, via de regra, a informação arqueológica estaria comprometida devido ao uso e ocupação intensivos do solo urbano, o qual apresentaria, apenas, ocorrências arqueológicas pontuais e desconexas. Dessa maneira, a história da pesquisa arqueológica urbana em São Paulo, assim como em outros grandes centros urbanos, teve seu início associado à recuperação de bens históricos edificados, por acreditar-se que o solo associado a esses bens representava “ilhas” de solo preservado em meio a “mares” de solo perturbado e arqueologicamente descaracterizado.

Seguindo o direcionamento corrente na gestão dos bens culturais municipais, o programa de arqueologia em São Paulo iniciou suas atividades com um perfil destinado à coleta de informações, através da realização de escavações arqueológicas, que auxiliassem na elaboração dos projetos de restauração dos edifícios históricos próprios da Secretaria Municipal de Cultura. Entre essas informações eram priorizadas aquelas referentes à reconstituição da planta baixa original dos edifícios, sendo que o escopo da pesquisa, elaborado em conjunto por arquitetos e arqueólogos, definia como prioritária a evidenciação de pisos, vãos, paredes divisórias e vias de circulação interna desses edifícios.

A recuperação da informação contida na cultura material coletada durante essas escavações, embora considerada de alta relevância para a caracterização dos padrões culturais de determinado contexto e de uma época definida, era relegada a um plano secundário, sendo priorizadas apenas as etapas de escavação do sítio. Os estudos de cultura material eram interrompidos sempre que se fazia necessária a presença dos arqueólogos em um novo projeto de restauro. Ainda devido a esses direcionamentos, foram priorizados os estudos de cultura material relacionados aos materiais construtivos utilizados nas edificações. Dois trabalhos, datados desse período, resultaram desses estudos: “Estudos

sobre as diferentes modalidades da introdução dos tijolos na Cidade de São Paulo e da maneira como foram utilizados nas Casas Bandeiristas” (CAMPOS, 1985) e “Análise comparativa entre amostras de taipa de pilão de casas Bandeiristas do Município de São Paulo” (JULIANI, 1985).

## Pesquisas Realizadas pelo “Programa de Arqueologia Histórica no Município de São Paulo” (1979-1992)

O “Programa de Arqueologia Histórica no Município de São Paulo”, iniciado em 1979 e desenvolvendo atividades até 1992, foi responsável pela maior parte das pesquisas arqueológicas desenvolvidas no território municipal.

Os objetivos principais desse programa eram “interpretar a ocupação espacial e tentar delinear as atividades desenvolvidas pelos habitantes das Casas Bandeiristas”, por meio da realização de estudos sistemáticos, de prospecções e de escavações arqueológicas. O programa objetivava, também, desenvolver pesquisas arqueológicas em outros locais de interesse histórico no Município de São Paulo, como edificações urbanas, indústrias, quintais, logradouros públicos e lixões.

No âmbito desse programa foram realizadas escavações arqueológicas em quatro sedes rurais do período colonial (*Casa do Tatuapé*, *Sítio Mirim*, *Sítio Morrinhos* e *Casa do Itaim-Bibi*), no conjunto de residências urbanas representado pela Casa da Marquesa e pela Casa nº 1 da antiga Rua do Carmo (atual Rua Roberto Simonsen), no *Beco do Pinto* (viela situada entre as duas casas anteriores, e que dava acesso do Pátio do Colégio à Várzea do Tamanduateí) e na *Casa do Grito* (pouso e venda no Caminho do Mar). Foram ainda realizados trabalhos de acompanhamento arqueológico nas obras de reabilitação do Vale do Anhangabaú e prospecções arqueológicas no entorno do Teatro Municipal.

No caso específico das “Casas Bandeiristas” (sedes de propriedades rurais remanescentes do período colonial) e outras áreas edificadas estudadas, foram obtidas informações arqueológicas a respeito das técnicas e materiais construtivos utilizados, do desenho das plantas originais, dos pisos originais, das áreas de circulação, das diversas atividades desenvolvidas e dos diversos usos desses edifícios. A cultura material evidenciada, após ser contextualizada, era coletada e, após sofrer processo de limpeza e/ou recuperação, era inventariada, numerada e acondicionada para estudos posteriores, compondo hoje o acervo arqueológico do DPH.

Essas pesquisas contaram com a colaboração de diversos profissionais das Divisões de Preservação e de Iconografia e Museu do DPH, bem como de alunos de graduação e pós-graduação da Universidade de São Paulo.

As pesquisas realizadas na *Casa do Tatuapé* deram-se no período entre outubro de 1979 e maio de 1980. Através da realização de escavações arqueológicas em todos os cômodos do edifício e em seu entorno imediato, tornou-se possível a recuperação de importantes vestígios da cultura material que demonstraram, principalmente por meio dos artefatos cerâmicos, as influências culturais a que foram submetidos tanto o colonizador europeu como o elemento indígena no contato entre essas duas culturas na São Paulo rural do século XVII. Ainda através dessas evidências foi possível a reconstrução da divisão do espaço interno do edifício entre áreas de uso familiar e de desenvolvimento de atividades produtivas.

As estruturas construtivas evidenciadas (paredes em taipa de pilão, marcas de esteio de divisórias em pau-a-pique e pisos de terra batida) foram parcialmente deixadas à mostra durante as obras de restauro a que o edifício foi submetido. Quando da abertura desta Casa Museu à visitação pública, foi montada uma exposição de caráter permanente junto às estruturas preservadas, contendo painel explicativo das pesquisas arqueológicas e vitrines com parte do material mais significativo encontrado.

No período entre maio e junho de 1980, por época das obras de restauração da *Casa nº 1*, foi realizado um corte estratigráfico no quintal dessa residência para verificação da topografia original do terreno em que a mesma havia sido implantada. Sob uma espessa camada de aterro foi evidenciado, acompanhando a declividade original do terreno, um bolsão de lixo, associado a uma estrutura de combustão. Essa área de descarte do lixo doméstico da residência demonstrou uma seqüência estratigráfica de materiais provenientes de todo o período de ocupação daquele imóvel, desde as origens da Vila de São Paulo.

Novas escavações foram realizadas em agosto de 1980, dessa vez subsidiando o projeto de revitalização do *Beco do Pinto*. Além de uma quantidade surpreendente de artefatos, sugerindo utilização dessa área também para descarte de lixo, foram evidenciados restos dos calçamentos antigos, o primeiro em pedra e o segundo em tijolos. Essas estruturas foram incorporadas ao projeto de recuperação, tendo sido proposto que as mesmas ficassem expostas em vitrines, o que acabou ocorrendo somente em 1992, quando da reformulação e implantação do projeto. Dentre os artefatos recuperados nessas escavações, destacam-se fragmentos de cadinhos feitos de grafite. A presença de tais artefatos, utilizados na fundição de ouro, sugerem que esse depósito era contemporâneo à Casa de Fundição de Ouro em São Paulo (séculos XVII e XVIII), localizada nas imediações.

Nos meses de janeiro a agosto de 1981 foi realizada a primeira etapa de escavações no *Sítio Morrinhos*. A equipe já contava, além da coordenadora e alunos, com duas arqueólogas contratadas pelo DPH, admitidas para atuar de maneira permanente na equipe de arqueologia.

Seqüencialmente, no período de agosto a outubro de 1981, foram realizadas escavações na *Casa do Grito*, já contando com uma equipe de arqueólogos do DPH. As estruturas e a cultura material evidenciadas vieram a comprovar a hipótese desse imóvel ter sido utilizado como ponto comercial à beira do antigo Caminho do Mar.

As pesquisas arqueológicas no *Sítio Mirim*, realizadas de abril a setembro de 1982, apresentaram excepcional importância. O estado de ruínas em que se encontrava, acrescido da falta de documentação que comprovasse a antiguidade dessa sede rural construída de taipa de pilão e de partido arquitetônico diferenciado das demais casas classificadas como “bandeiristas”, sugeria que somente a pesquisa arqueológica poderia esclarecer essas dúvidas. Com efeito, os dados obtidos durante essas pesquisas definiam a planta original do imóvel, através da evidenciação de estruturas de fundação já não existentes e a datação de artefatos cerâmicos demonstrou que a ocupação local iniciou-se ainda no século XVII, idade mais recuada em relação àquela apontada pelas pesquisas históricas, que encontrou na data de 1750 a sua fonte mais remota. Como na *Casa do Tatuapé*, as vasilhas cerâmicas demonstraram forte influência das técnicas indígenas, definindo uma situação de contato cultural.

Em 1984 foram retomadas as pesquisas no *Sítio Morrinhos*. Os estudos nesse imóvel definiram importantes parâmetros para a identificação de duas fases construtivas

(comprovadas por meio de análises sedimentológicas da taipa) e da divisão do espaço em áreas de atividade familiar, religiosa e social. O estudo dos tijolos definiu várias fases de sua introdução e usos diferentes (pisos e estruturas de sustentação de assoalho). As escavações na área imediatamente externa ao edifício permitiram a evidenciação de diversas estruturas de fundação em taipa de pilão que não chegaram a ser utilizadas para o levantamento de paredes, sugerindo que o projeto inicial da residência foi abandonado ou simplificado, ou que acréscimos pretendidos não chegaram a ser executados.

Em 1986 foi realizada uma primeira etapa de pesquisas na *Casa da Marquesa de Santos*, residência urbana construída originalmente em taipa de pilão, apresentando atualmente, após várias intervenções a que foi submetida, uma grande diversidade de técnicas construtivas. As estruturas evidenciadas pelas escavações demonstraram tratar-se originalmente de duas casas conjugadas, unidas em uma das intervenções sofridas pelo imóvel. A cultura material encontrada, relativa a um grande intervalo temporal, demonstrou a ocupação prolongada desse espaço desde os primórdios da formação da Vila de São Paulo.

Em 1988 foi realizada a primeira etapa de escavações arqueológicas na *Casa do Itaim-Bibi*, primeiro imóvel histórico de propriedade particular a ser pesquisado pelo DPH. Os trabalhos nesse imóvel, protegido por legislação de tombamento estadual, foram realizados através da colaboração entre DPH, Museu Paulista e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico estadual (CONDEPHAAT).

Ainda em 1988, por ocasião do início das obras de reurbanização do *Vale do Anhangabaú*, o DPH foi contatado pela Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) solicitando que a equipe de arqueologia verificasse estruturas que estavam sendo evidenciadas pelos trabalhos ali realizados. Verificada a importância dessas estruturas para a compreensão das diversas fases de ocupação e alterações a que essa área foi submetida, uma equipe de arqueólogos e arquitetos foi formada para acompanhar os trabalhos, que prosseguiram até o ano de 1990, época da conclusão das obras.

Além da significativa quantidade de material arqueológico encontrado durante as escavações decorrentes das obras de engenharia no local, definindo bolsões de descarte de lixo do século XIX, uma seqüência estratigráfica significativa dos diversos usos, ocupações e alterações urbanísticas desse local puderam ser definidas através da evidenciação de fundações de edificações, traçados de ruas antigas, trilhos de linhas de bonde e das fundações do antigo Viaduto do Chá, permitindo sua precisa localização. A identificação das diversas técnicas construtivas utilizadas durante todas as fases de ocupação e alterações locais forneceram importantes subsídios para o estudo da história da construção civil e da urbanização em São Paulo.

As estruturas de retificação e canalização do *Ribeirão Anhangabaú*, datadas do final do século XIX, quando ocorreu a primeira grande intervenção urbanística na área, foram desativadas e demolidas pelas obras atuais, para construção de túneis viários. Consideradas como monumento de caráter técnico-arqueológico, devido ao seu potencial informativo sobre técnicas utilizadas para a canalização de cursos d'água naquela época, propôs-se que uma amostra desse duto, que tem o canal construído com blocos de pedra e concreto coberto com abóbada de tijolos, fosse preservada e exposta para visitação pública. A proposta do DPH foi incorporada pela EMURB em seu projeto, tendo esse monumento sido disponibilizado à fruição do público que se utiliza dos pontos de ônibus do túnel.

Em 1991/1992 foram retomados os trabalhos arqueológicos no conjunto representado pela *Casa da Marquesa* e pelo *Beco do Pinto*, por época das obras de restauração. Arqueólogos do DPH e do Museu Paulista acompanharam as obras, escavaram novos cômodos do edifício e evidenciaram estruturas, já anteriormente detectadas, para serem incorporadas ao projeto de restauro.

Ainda em 1992 foram retomados os contatos com o CONDEPHAAT para a realização da etapa final de pesquisas arqueológicas na *Casa do Itaim-Bibi*.

## O Projeto de Levantamento de Cadastro Arqueológico do Município de São Paulo (LECAM)

A formação de uma equipe técnica de arqueologia no DPH e a verificação do potencial arqueológico que a cidade apresenta e de como esses estudos poderiam fornecer subsídios para a compreensão da evolução urbana levou os arqueólogos, já em 1984, a iniciarem uma proposta de trabalho que entendesse a cidade como um corpo unificado e significante de recursos materiais componentes de um grande sistema urbano interconectado. Assim, apesar de uma prática voltada a estudos pontuais de casas históricas, já se formava um embrião de pensamento mais integrador e abrangente.

A primeira tentativa de implantação de um trabalho sistemático com tais objetivos levou a equipe de arqueologia, em 1985, a acompanhar a equipe de inventário da Seção Técnica de Crítica e Tombamento do DPH, que já vinha desenvolvendo um levantamento dos edifícios históricos remanescentes no centro velho da cidade. Esses trabalhos permitiram a localização de um antigo lixão na Rua Dr. Falcão, que foi trabalhado pela equipe de arqueólogos.

Em 1989 as vistorias em imóveis em processo de tombamento começaram a contar com o acompanhamento de arqueólogos, prática que foi sendo incorporada com maior frequência ao longo dos anos.

Em 1990, o amadurecimento das idéias levou à proposta da criação de um trabalho sistemático permanente da equipe de arqueologia, visando, além do estudo arqueológico da cidade como um corpo coerente de informações materiais, a implantação de uma política de gerenciamento do patrimônio arqueológico municipal. Os primeiros frutos desse trabalho resultaram na inclusão na Lei Orgânica do Município, então em elaboração, do artigo 197 que trata da obrigatoriedade de acompanhamento arqueológico de obras públicas ou privadas que venham a ocorrer em áreas de interesse arqueológico. Para definição dessas áreas, surge o projeto-piloto “Cadastro de Sítios Arqueológicos no Município de São Paulo”, elaborado em 1990. Em 1991 esse projeto sofre algumas complementações em sua concepção original e seu leque de atuação é ampliado, passando a abranger todo e qualquer tipo de vestígio arqueológico, independente da ficha cronológica ou filiação cultural. O projeto passa a ser designado pela sigla LECAM – “Levantamento e Cadastro Arqueológico do Município de São Paulo”.

Desde então, uma série de vistorias foi realizada dentro dessa perspectiva preventiva e de gerenciamento do patrimônio arqueológico existente fora do âmbito dos bens imóveis tombados: a construção do Shopping Center da Cooperativa Agrícola de Cotia, em Pinheiros; o complexo viário Eusébio Matoso, no Butantã; a reurbanização do Largo

de Pinheiros; a construção do túnel sob a rua Senador Queirós, o Sítio Lítico do Morumbi, os trabalhos de prospecção geofísica no Pátio do Colégio, entre outros.

## Subsídios à Gestão do Patrimônio: Arqueologia e Áreas Envolv-tórias de Bens Tombados

Mais recentemente, atendendo à necessidade de se regulamentar as áreas envoltórias de bens tombados no Município de São Paulo, o DPH tem desenvolvido trabalhos interdisciplinares visando fornecer diretrizes para o uso e ocupação dessas áreas especiais. Dentro dessa perspectiva, a equipe de arqueólogos tem colaborado de maneira significativa para a elaboração de diretrizes relacionadas, principalmente, a possíveis alterações no subsolo dessas áreas, alterações essas que podem levar tanto à destruição como à descoberta de sítios arqueológicos. Exemplos desse trabalho foram os estudos relacionados à Casa do Tatuapé, ao Bairro da Penha (que resultaram na descoberta de uma aldeia indígena provavelmente datada do período pré-colonial), e ao Centro Velho. Em todos os casos, medidas específicas de proteção ao patrimônio arqueológico foram encaminhadas, com a delimitação de áreas de potencial arqueológico e a exigência de intervenções prévias à execução de obras, com acompanhamento de profissionais.

## Referências Bibliográficas

- ANDREATTA, M. D. Arqueologia Histórica no Município de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, São Paulo, v. 28, p. 174-176, 1981/82.
- \_\_\_\_\_. Arqueologia histórica: cidade de São Paulo. **Arqueologia** - Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 5, p. 113-115, 1986.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa arqueológica histórica no sub-solo do Museu Paulista. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 8., Porto Alegre, EDIPUCRS, Programação Oficial e Resumos, p. 78, 1995.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). Casa do Grito – Ipiranga: programa de arqueologia histórica no Município de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 197, p. 151-172, jan./dez. 1986.
- \_\_\_\_\_; CAMPOS, M. C.; JULIANI, L. J. C. O. Programa de arqueologia histórica no município de São Paulo. SEMANA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA CIDADE DE SÃO PAULO, 1., DPH, São Paulo, 1985.
- ARAÚJO, A. G. M. Arqueologia urbana no município de São Paulo: considerações sobre algumas dificuldades de implantação. **Revista de Arqueologia**. São Paulo, Sociedade Brasileira de Arqueologia, v. 8, n. 2, p. 379-383, 1995. (Anais da 7ª Reunião Científica da SAB)
- \_\_\_\_\_. O segredo do quintal. **Cidade** - Revista do Patrimônio Histórico, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 60-61, 1995.
- \_\_\_\_\_; CARVALHO, M. R. R. A louça inglesa do século XIX: considerações sobre a terminologia e metodologia utilizadas no sítio Florêncio de Abreu. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, USP, 1993, n. 3, p. 81-95, 1993.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Arqueologia urbana: a casa da Rua Florêncio de Abreu. In: **A questão ambiental urbana: a cidade de São Paulo**. São Paulo: Secretaria do Verde e Meio Ambiente, p. 691-716, 1993.
- ARAÚJO, A. G. M. et al. Levantamento e cadastro arqueológico do município de São Paulo - LECAM. In: **A questão ambiental urbana: a cidade de São Paulo**. São Paulo: Secretaria do Verde e Meio Ambiente, p. 398-405, 1993.
- CAMPOS, M. C. Arqueologia histórica: casa da Marquesa de Santos. REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 8., Porto Alegre: EDIPUCRS, Coleção Arqueologia, n.1, v. 2, p. 409-416, 1996.
- \_\_\_\_\_. Arquitetura e arqueologia industrial: reconhecimento e análise do espaço fabril no município de São Paulo. REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 5., Santa Cruz do Sul, 1989.
- \_\_\_\_\_. Estudo sobre as diferentes modalidades de tijolos na cidade de São Paulo e da maneira como foram utilizados. **Seminário de Arqueologia Histórica**, SPHAN/Pró-memória, Rio de Janeiro, 1985.
- CARVALHO, M. R. R. **Pratos, xícaras e tigelas: um estudo de arqueologia histórica em São Paulo, séculos XVIII e XIX**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- JULIANI, L. J. C. O. **Arqueologia histórica no município de São Paulo**. Trab. apres. ao Arqui-memória II, Belo Horizonte, 10 p., 1987.
- \_\_\_\_\_. A carta arqueológica como instrumento de gestão do patrimônio urbano. In: **A questão ambiental urbana: a cidade de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, p. 389-398, 1993.

- \_\_\_\_\_. A cartografia arqueológica como instrumento de planejamento urbano: o caso de São Paulo. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE, 4., Cuiabá. **Anais...** Cuiabá, ICHS-UFMT, p. 250-257, 1993.
- \_\_\_\_\_. O zoneamento arqueológico como instrumento de gestão do patrimônio cultural do município de São Paulo. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 365-374, 1995. (Anais da 7ª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira)
- \_\_\_\_\_. Multiculturalismo e arqueologia da cidade. **Cidade - Revista do Patrimônio Histórico**, São Paulo, ano 2, n. 3, p. 88-91, 1995.
- \_\_\_\_\_. Nas entranhas da cidade. **Cidade - Revista do Departamento de Patrimônio Histórico**, São Paulo, ano 3, n. 4, p. 133, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Gestão arqueológica em metrópoles**: uma proposta para São Paulo. São Paulo. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- \_\_\_\_\_. Arqueologia municipal: O patrimônio arqueológico nas políticas públicas municipais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 11., Rio de Janeiro, 2001.
- \_\_\_\_\_. Diagnóstico e propostas para um plano de gestão arqueológica do município de São Paulo. CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 11., Rio de Janeiro, 2001.
- \_\_\_\_\_. Reconhecimento arqueológico da área de proteção ambiental municipal do Capivari-Monos, São Paulo. **Revista de Arqueologia**, SAB, v.14/15, p. 137-140, 2001/2002.
- \_\_\_\_\_. Os recursos arqueológicos como suportes à memória das cidades. SEMINÁRIO DAS MERCOCIDADES: cidade e memória na globalização. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, p. 57-76, 2003.
- \_\_\_\_\_. Estatuto das cidades, planos diretores e patrimônio arqueológico. ENCONTRO DO NÚCLEO REGIONAL SUL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA – SAB, 4., Criciúma, 2004.
- \_\_\_\_\_. Arqueologia pública e educação ambiental: parceria de resultados. ENCONTRO DO NÚCLEO REGIONAL SUL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA – SAB, 4., Criciúma, 2004.
- \_\_\_\_\_. CAMPOS, M. C. Vale do Anhangabaú: arqueologia de salvamento em área urbana. REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 6., Rio de Janeiro, 1991.
- ZANETTINI, P. E. Arqueologia histórica: novas perspectivas. SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA. SPHAN/Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1985.

#### Trabalhos técnicos não publicados

- ANDREATTA, M. D. **Pesquisas arqueológicas realizadas na Casa do Tatuapé**. Relatório Interno MPUSP/DPH, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisas arqueológicas realizadas na Casa nº1**. Relatório Interno MPUSP/DPH, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisas arqueológicas realizadas no Beco do Pinto**. Relatório Interno MPUSP/DPH, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisas arqueológicas realizadas no Sítio Morrinhos**. 1ª Etapa. Relatório Interno MPUSP/DPH, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisas arqueológicas realizadas na Casa do Grito - Ipiranga**. Relatório Interno MPUSP/DPH, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisas arqueológicas realizadas no Sítio Mirim**. Relatório Interno MPUSP/DPH, 1982.

- \_\_\_\_\_. **Pesquisas arqueológicas realizadas no Sítio Morrinhos.** 2ª Etapa. Relatório Interno MPUSP/DPH, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisas arqueológicas realizadas na Casa da Marquesa de Santos.** Relatório Interno MPUSP/DPH, 1986.
- CAMPOS, M. C.; MORAES NETO, L. F. **Levantamento e cadastro arqueológico no município de São Paulo** – Cartilha Informativa. SMC/DPH, 1993.
- JULIANI, L. J. C. O. **Arqueologia no município de São Paulo: visão retrospectiva.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1993 (Rel. Int.).
- \_\_\_\_\_. **Projeto carta arqueológica. Inventário de áreas de potencial arqueológico. Área Piloto:** baixo Tamanduateí. (Rel. Int. STPR/DPH/SMC, 3 p.), 2002.
- \_\_\_\_\_. **Gasoduto Itu-GASAN - Diagnóstico Arqueológico do Trecho Embu-Guaçu - São Paulo** (entre as estradas Mina de Ouro e do Caibro). São Paulo: Petrobrás, Relatório Técnico, 2004.

---

Astolfo Araújo é geólogo e arqueólogo, STLP/DPH/SMC.

Maryzilda Campos é arqueóloga, STLP/DPH/SMC.

Lúcia Juliani é geóloga e arqueóloga, SVMA.

# Obras de arte em logradouros públicos do município de São Paulo: a atuação do DPH na gestão do patrimônio cultural paulistano

Fatima Martin Rodrigues Ferreira Antunes  
Maria Lúcia Perrone Passos

Ao longo de seus trinta anos de atividade, o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) enfrentou desafios de toda ordem na preservação das obras de arte e monumentos artísticos do município, competência que lhe foi conferida por lei, quando da criação da Secretaria Municipal de Cultura (SMC).

O presente artigo tem por objetivo traçar um panorama das ações do DPH no gerenciamento deste acervo, abordando os problemas enfrentados e as soluções apresentadas. Ao relatar uma prática, pretende-se também contribuir para a sua reflexão, base para se projetar ações futuras.

## Tempo de incertezas: da definição das competências legais

A Lei nº 8204 de 1975 dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Cultura e o capítulo VIII define as atribuições do Departamento de Patrimônio Artístico-Cultural:

cabe-lhe “*proceder ao levantamento, ao cadastramento, à preservação e à fiscalização de obras e monumentos artísticos do Município*” (Art. 20, Item I).

Ainda em 1975, é criado o Departamento de Informação e Documentação Artísticas (IDART), ao qual compete “*proceder ao levantamento, cadastro, tombamento, conservação e fiscalização de obras de arte de suas várias especializações, pertencentes a dependências de seus próprios órgãos, situadas em logradouros ou colocadas em edifícios públicos municipais, para fins de ornamentação*” (Lei nº 8252). O Departamento de Patrimônio Artístico-Cultural passou a se chamar Departamento do Patrimônio Histórico, mantendo inalterada a atribuição relativa aos monumentos do município (Artigo 13). Havia, assim, uma sobreposição de competências daqueles dois departamentos da Secretaria Municipal de Cultura, que tanto poderia gerar uma duplicação do trabalho, quanto uma anulação da responsabilidade de ambos. A clareza das atribuições e competências levaria alguns anos para ser resolvida.

Logo após a criação da Secretaria de Cultura, o Prefeito Olavo Setúbal constituiu uma Comissão Especial<sup>1</sup>, com a incumbência de “*proceder ao levantamento e cadastramento dos monumentos e alegorias existentes no Município; à escolha de logradouros públicos destinados à reinstalação daqueles que foram removidos em virtude da execução de obras ou outra causa; à verificação dos monumentos que deverão ser removidos face a obras programadas ou em andamento, bem como sua remoção, guarda e reposição; ao estudo e sugestão de normas relativas à manutenção e conservação dessas obras de arte e à indicação de formas de divulgação da obra de arte e seu conteúdo histórico, cultural e artístico.*” Integravam-na um engenheiro da Secretaria de Serviços e Obras, o Diretor do DPH e a Assessora Técnica da Secretaria de Turismo. A Comissão apresentou um relatório ao Prefeito, no qual avaliava a situação dos monumentos e propunha as primeiras soluções para o tratamento da questão. O resultado do trabalho foi extremamente importante: um *start* à abordagem de várias questões pertinentes à preservação das obras de arte do município e uma primeira tentativa de refletir sobre a questão e de definir ações conjuntas entre os órgãos da Prefeitura que, com ela, mantinham interfaces.

Para reunir o maior número de informações disponíveis, foi contatado o DEPAVE (Departamento de Parques e Áreas Verdes, então vinculado à Secretaria de Serviços e Obras), que respondera pelos monumentos até a criação da Secretaria Municipal de Cultura. O Diretor do DPH, por sua vez, enviou ofícios<sup>2</sup> às Administrações Regionais (atuais Subprefeituras) solicitando a relação completa dos monumentos existentes na área sob sua jurisdição. Outra importante contribuição consistiu na localização de um levantamento realizado dois anos antes, sob responsabilidade da Divisão do Arquivo Histórico, então vinculada à Secretaria de Educação e Cultura<sup>3</sup>.

1 Cf. Portaria nº 561 de 17.10.1975.

2 Cf. Ofícios nºs 54 a 69, de 17.10.1975. POLITI, Ciro; FALZONI, Yedda Borges & MARX, Murilo de A. *Relatório apresentado ao Prefeito pela comissão especial para proceder ao levantamento e cadastramento de monumentos*. Janeiro de 1976. Acervo Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisa.

3 Em fevereiro de 1974, Rose Marie Inojosa Grava (Auxiliar de Gabinete – Divisão do Arquivo Histórico – Cult.4) relata ao chefe da Divisão do Arquivo Histórico o resultado do trabalho de cadastramento dos monumentos de São Paulo, colocando em fichas individuais as informações levantadas para cada um dos monumentos. Muitas das informações, colhidas junto às Administrações Regionais, eram vagas, faltando informações

Não existiam normas para os trabalhos de limpeza e restauração. Os órgãos envolvidos, como DEPAVE e Regionais, atuavam independentemente. A definição de normas e critérios específicos pela SMC orientaria a limpeza rotineira feita pelas Regionais ou administrações de parques, bem como os trabalhos de restauração. A título de primeira contribuição, a Comissão sugeria que as partes em pedra dos monumentos fossem limpas com água e sabão neutro; o bronze seria tratado com “Kaol” e “Brasso”, medida questionada pelos restauradores de hoje.

Responsabilizava-se o dinamismo da cidade e a execução de obras urbanísticas pelas inúmeras remoções de monumentos. A Comissão também sugeria que a escolha de logradouros públicos para sua reimplantação coubesse à SMC. O mesmo seria válido para a instalação de novos monumentos, por compra ou doação, e para o acompanhamento de desmonte e reconstrução. Enviaram-se ofícios<sup>4</sup> ao Metrô (Companhia do Metropolitan de São Paulo), à EMURB (Empresa Municipal de Urbanização) e à Secretaria de Vias Públicas, para um levantamento preliminar das obras por eles removidas do espaço público, sobretudo por ocasião da construção da Linha Norte-Sul do Metrô. A sociedade civil cobrava uma solução para o problema.

O cadastramento foi considerado atividade de crucial importância para todo o trabalho de preservação subsequente. Deveria ser realizado de modo permanente, contendo informações atualizadas sobre cada uma das obras, complementadas por pesquisa sobre seu significado histórico e geraria subsídios à conservação do monumento e à sua divulgação. A Comissão propôs, inclusive, um modelo de ficha cadastral, com denominação, localização, autoria, data, dimensões, material empregado, inscrições, dados e informações complementares, além de fotos tomadas de vários ângulos. Encerrando o panorama da situação das obras de arte em logradouros públicos, concluiu pela urgência na definição de um único órgão responsável pelo acompanhamento de todos os trabalhos.

“Constatou-se assim que as atividades e funções inerentes aos monumentos têm características dinâmicas devendo ser objeto de cuidado e atenção permanente pela Administração. Não está, entretanto, este enorme acervo de obras de arte, em número superior a duas centenas e de inestimável valor artístico, histórico e cultural, subordinado à tutela administrativa de órgão ou programa, que enfoque todo este conjunto sob contexto global e orgânico.  
(...)

---

quanto à autoria e inscrições existentes nas obras. Havia problemas também quanto à classificação por sua tipologia e mesmo quanto ao título. Foram arroladas cerca de 200 obras:

*“Pedimos desculpas, Senhor Chefe, por apontar tão diretamente algumas das falhas que povoam os dados que nos chegaram. Gostaríamos de esclarecer que o fizemos apenas para demonstrar quão inútil resultaria proceder-se a um cadastramento sobre base tão frágil. Para que se possa realizar esse trabalho de forma satisfatória, haverá que obter condições de efetuar novas vistorias a todos os monumentos, a fim de dirimir as dúvidas e quiçá obter elementos mais concretos sobre eles.”* Cf. Processo nº 147.101, de 1973. Arquivo Geral de Processos. PMSP.

4 Ata da 2ª reunião de trabalhos da Comissão constituída pela Portaria nº 561/75 do Exmo. Senhor Prefeito, para efetuar o levantamento e o cadastramento das alegorias e monumentos da cidade. 1975. POLITI, Ciro; FALZONI, Yedda Borges & MARX, Murilo de A. *Relatório apresentado ao Prefeito pela comissão especial para proceder ao levantamento e cadastramento de monumentos*. Janeiro de 1976. Acervo Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisa.

A Comissão localizou ainda o processo nº 147.101/73, através do qual se procedeu ao levantamento dos monumentos, mediante consulta às diversas Secretarias e órgãos da Administração. Após a citada consulta e levantados os dados existentes à época, nenhum outro caminhamento pôde ser dado ao trabalho além de seu arquivamento, pelo fato de não estar todo aquele acervo subordinado a nenhum órgão ou programa que pudesse ser desenvolvido.

A dispersão das obras de arte é tal que antes da localização do processo mencionado, contava a Comissão somente com relações de monumentos de alguns Departamentos, incompletas e desatualizadas. Não se localizou normas ou critérios de conservação, assim como nenhum tipo de divulgação na esfera municipal.

Na localização dos monumentos observa-se intensa concentração em alguns logradouros e quase total ausência em outros, sem que haja motivo aparente para tal.”<sup>5</sup>

A sugestão final da Comissão foi de que o trato com os monumentos deveria ficar a cargo do Departamento de Informação e Documentação Artísticas (IDART). Foi o DPH, contudo, que deu continuidade ao trabalho, passando a analisar as primeiras propostas de doação de obras de arte. Começou-se a pensar em definir normas para a ereção de monumentos pela Prefeitura e para aceitação daqueles oferecidos à municipalidade<sup>6</sup>.

Realizou-se um levantamento no Arquivo de Negativos da Divisão de Iconografia e Museus<sup>7</sup> e das obras recolhidas nos depósitos da Prefeitura<sup>8</sup>. O material levantado pelo DPH foi encaminhado ao IDART<sup>9</sup>, propondo-se um trabalho conjunto; esta tentativa não obteve sucesso.

Em 1982, a questão da competência em relação às obras de arte em logradouros públicos foi definida como atribuição do DPH. Criado o Centro Cultural São Paulo, ligado à Secretaria Municipal de Cultura, sua Divisão de Artes Plásticas absorveu competências e atribuições do antigo Departamento de Informação e Documentação Artísticas: “*I – Localizar, catalogar e preservar, direta ou indiretamente, as obras de artes plásticas pertencentes ao patrimônio da Administração, recomendando, em casos especiais, re-*

---

5 POLITI, Ciro; FALZONI, Yedda Borges & MARX, Murilo de A. *Relatório apresentado ao Prefeito pela comissão especial para proceder ao levantamento e cadastramento de monumentos*. Janeiro de 1976. Folha 7. Acervo Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisa.

6 Processo no 25.118, de 1976. Assunto: Homenagem ao Reverendo Israel Vieira Ferreira. Arquivo Geral de Processos da PMSP. Posteriormente, localizou-se uma lei municipal dispoendo sobre regras para implantações. A Lei no 5.707, de 26.3.1960, regula a construção ou localização de estátuas, hermas e monumentos em logradouros públicos, e dá outras providências. Trata-se, na verdade, de orientações de proporção entre a altura da obra e as dimensões do logradouro.

7 VALDRIGHI, M. Lígia. *Levantamento de negativos*. 1979. Acervo Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisa.

8 DPH. Divisão de Preservação. Seção Técnica de Levantamento e Pesquisas. RIBEIRO, Cecília de M.L. *Relatório sobre a situação atual dos Monumentos e Obras de Arte dos Logradouros Públicos da Municipalidade*. Julho/83.

9 Memorando nº 211/80 Pres. de 7.8.1980: Diretor da Divisão de Preservação, Luiz Alberto do Prado Passaglia, propõe reunião entre o Diretor do DPH e a Coordenadora de Pesquisa do IDART. E Memorando 009/81 – Pres., de 13.1.1981: Luiz Alberto do Prado Passaglia, Diretor da Divisão de Preservação, comunica reunião entre DPH e IDART às chefias da Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisa e da Seção Laboratório de Restauro. Acervo Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisa.

*gras de preservação e a sua melhor localização, em edifícios públicos municipais. II – Orientar, selecionar e avaliar as obras a serem adquiridas pela Administração” ( Lei nº 9467, de 6 de maio de 1982).*

Apesar da competência prevista em lei, o trato com as obras e monumentos artísticos continuava sofrendo interferências de outros órgãos da administração municipal, como EMURB, Administrações Regionais e DEPAVE. Implantações, remoções e intervenções eram executadas sem a anuência e o acompanhamento do DPH, sobretudo por ocasião de obras de reformulação viária. Os inúmeros ofícios de esclarecimento enviados a esses órgãos nem sempre surtiam efeito.

O início dos anos 80 foi marcado pela constante luta do DPH em se fazer ouvir por outros órgãos da Prefeitura. A população e a imprensa solicitavam respostas do poder público sobre as constantes mudanças de estátuas e monumentos, impostas por reformas urbanísticas. Órgãos da Prefeitura removiam as peças e as reimplantavam em outros locais, sem obedecer a critérios de equilíbrio da paisagem, vínculos afetivos, significados históricos e mesmo desconsiderando a presença de outras obras no local<sup>10</sup>.

Alguns espaços de São Paulo sofreram mais de uma intervenção ao longo do século XX. Esculturas foram trazidas da França, por exemplo, para embelezar o Parque Anhangabaú, inaugurado em 1914: um *Leão* (cópia de Prosper Lecourtier), *O Ceifador* (de Mathurin Moreau) e *O Menino e o Catavento* (de O. M. di Palma). Para a implantação do *Monumento a Carlos Gomes*, em 1922, o *Leão* foi transferido para o Parque Dom Pedro II. Nos anos 60, por ocasião de reformulações neste parque, o *Leão* foi de novo transferido, agora para o Parque Ibirapuera. Na gestão Prestes Maia (1938 – 1945), novas alterações foram feitas no Anhangabaú. *O Menino e o Catavento* foi para o Largo São Francisco e *O Ceifador* para a Praça Prof. Resende Puech. Com tantas mudanças, como preservar a memória artística e afetiva da cidade? Cerca de um terço do acervo já tivera um endereço anterior e a centralização de informações relativas aos monumentos por um único órgão da Prefeitura era extremamente necessária. Esse órgão também deveria pronunciar-se sobre as novas implantações, a necessidade das remoções, estudos de ambientação urbana, bem como estabelecer diretrizes para limpeza, conservação e restauração.

A partir de 1983, as solicitações encaminhadas ao DPH referentes a remoções, questionamentos sobre o paradeiro de monumentos (muitos deles em depósitos) e doações se intensificam. O órgão começa a ser mais reconhecido como o responsável pelo trato com os monumentos. Também cresciam as solicitações da imprensa<sup>11</sup>, de estudantes e da sociedade civil organizada.

Nova consulta feita às Regionais quanto às obras implantadas em suas respectivas áreas de atuação em 1983 revelou que estavam sujas, algumas delas pichadas, sem placa de identificação e com partes faltantes. Com base naquelas informações, somadas ao material fornecido pela Divisão de Artes Plásticas do Centro Cultural São Paulo, providenciou-se um levantamento mais detalhado e o efetivo cadastramento das obras. O

10 Cf. PASSOS, Maria Lúcia Perrone. A cidade em que as estátuas andam. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v.197, p.56-63, 1986. Ver, também, da mesma autora: Monumentos urbanos de São Paulo. *CADERNOS DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO*. Museu Paulista da Universidade de São Paulo. N.2 (jan./dez. 1993). São Paulo: MP-USP, p.72-79, 1993.

11 A história de São Paulo jogada em depósito. *O Estado de S.Paulo*, 10.2.1980.

primeiro inventário, com metodologia definida internamente<sup>12</sup>, resultou de um “mutirão” realizado entre os funcionários da Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisa (STLP) e da Seção Laboratório de Restauro (SLR), ambas da Divisão de Preservação, entre 1984 e 1986. A área abordada foi a da antiga Administração Regional Sé. Publicado em 1987<sup>13</sup>, o trabalho recebeu o Prêmio de Museologia Paulo Duarte, categoria Divulgação, promovido pela Associação Paulista de Museologia.

Por ocasião do lançamento da publicação, em setembro de 1987, foram realizadas uma exposição sobre “Obras escultóricas nas ruas de São Paulo” e uma série de debates sobre o tema, na Biblioteca Mário de Andrade.

## Tempo de contradições: o período Jânio Quadros (1986 – 1988)

Na tentativa de pôr fim às constantes interferências de outros órgãos da administração municipal, o DPH se empenhou em esclarecer, definitivamente, a quem cabia o trato com as obras de arte e monumentos artísticos em logradouros públicos do município. A Ordem Interna nº 79/86, de 21 de julho de 1986, emitida pelo Prefeito Jânio da Silva Quadros, veio reiterar “(...) a obrigatoriedade de que o trato de qualquer assunto relacionado com monumentos artísticos da cidade, notadamente as providências de implantação, remoção, restauro e conservação, fique subordinado à prévia orientação do Departamento do Patrimônio Histórico, da Secretaria Municipal de Cultura”.

A gestão Jânio Quadros seria marcada, contudo, por uma série de medidas em relação às obras de arte em espaços públicos, muitas vezes desconsiderando a competência técnica do DPH.

Em agosto de 1986, o prefeito determinou que o Secretário de Cultura constituísse uma comissão para reimplantar obras de arte recolhidas aos depósitos municipais, em especial a estátua de Olavo Bilac, e definiu o prazo para a conclusão dos trabalhos<sup>14</sup>. Decidindo por uma faxina de fim-de-ano, pediu ao Administrador da Sé, em setembro de 1987, que constituísse um grupo de trabalhadores encarregados da limpeza das obras de arte daquela Regional. O trabalho seria supervisionado pelo DPH<sup>15</sup>. Dois meses depois, determinou ao Secretário de Serviços e Obras que todos os monumentos da cidade estivessem limpos até o Natal e o Ano Novo<sup>16</sup>. Ainda em novembro, o prefeito solicitou

---

12 O inventário é realizado em duas etapas. A primeira consiste de pesquisa de campo, quando são observados as dimensões da obra e os materiais empregados em sua confecção; inscrições em placas são transcritas e é realizado um registro fotográfico. Todas essas informações são transpostas para uma ficha técnica e complementadas com a localização geográfica – adota-se a divisão da cidade em subprefeituras e respectivos setores, conforme consta do CADLOG – Cadastro de Logradouros, elaborado pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Município de São Paulo. A segunda etapa consiste no levantamento de dados históricos como a origem da iniciativa, dados biográficos do autor, dados sobre a execução da obra e sua implantação, que resultam na elaboração de um texto. Esta fase é a mais longa e a que impõe maiores desafios.

13 São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Catálogo de obras de arte em logradouros públicos de São Paulo: Regional Sé*. São Paulo: DPH, 1987. Série Registros no 11.

14 Memorando JQ/1304/86 de 11.8.86. Publicado no D.O.M. de 12.8.1986.

15 Memorando JQ 3354/87 de 4.9.87. Publicado no D.O.M. de 8.9.1987.

16 Memorando JQ 3746/87 de 16.11.1987. Publicado no D.O.M. de 17.11.1987.

ao Secretário de Cultura que constituísse comissão<sup>17</sup> para realizar um levantamento de todos os monumentos do município “que reclamam restauração”, os quais integrariam um catálogo que, provavelmente, seria submetido a empresários interessados em patrocinar os serviços.

Com o propósito de restaurar obras em más condições ou que estivessem pouco valorizadas, Jânio adotou medidas polêmicas, como a transferência da homenagem aos *Heróis da Travessia do Atlântico*, da represa Guarapiranga para a Praça Nossa Senhora do Brasil. Implantada em ponto de grande visibilidade, a obra, que exibe símbolo fascista, provocou manifestações contrárias de populares e da imprensa. Alegando o sucesso da iniciativa, por meio da Portaria nº 130, de 3 de março de 1988, o prefeito resolveu “*instituir, junto ao Gabinete do Prefeito, o Programa de Recuperação do Patrimônio Histórico da Cidade, com o objetivo de proceder ao levantamento da situação de todos os monumentos de São Paulo, promovendo as medidas necessárias para a devida conservação.*”<sup>18</sup> O programa seria custeado por empresas com recurso à Lei Sarney de incentivos fiscais para a cultura, e o Coordenador Geral contaria com a colaboração efetiva do DPH.

Nesse período, sob a justificativa de preservar os monumentos e impedir a ação de vândalos e pichadores, o prefeito resolveu cercar várias obras com grades. O tempo mostraria que, além da medida não impedir as depredações, prejudicava a visualização da obra e degradava o espaço público.

Obras que se encontravam em depósitos foram reimplantadas e outras restauradas, em trabalhos coordenados pelo Programa supra citado, em colaboração com as Administrações Regionais. O DPH analisou pedidos de doações de novas obras, mas não pôde orientar e acompanhar atividades que eram de sua competência, como a conservação e o restauro.

Alegando não poder opinar sobre reimplantações e restaurações, o DPH interrompeu o inventário de obras de arte<sup>19</sup>. Na verdade, as atribuições do Programa de Recuperação não conflitavam com as atividades de cadastramento e identificação. Ao contrário, nutrir-se-iam de informações provenientes do inventário. Essa e outras interrupções adiariam em muito tempo a conclusão do levantamento geral das obras de arte da cidade.

## Tempo de recomeçar: competências definidas

Suscetível às mudanças políticas ao longo das sucessivas gestões na Prefeitura, o DPH retomou os trabalhos técnicos de restauro e conservação das obras de arte e também do inventário. A próxima Administração Regional a ser inventariada foi a de Vila Mariana, a partir de 1990; o resultado foi igualmente publicado pela Série Registros do

---

17 Memorando JQ, 3397/87 de 11.9.87.

18 Portaria no 130, de 3 de março de 1988. Publicado no D.O.M. de 4.3.1988, pág. 1.

19 *Monumentos escultóricos da cidade de São Paulo: orientações*. Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisa. Relatório interno. Setembro de 2002. Pág. 9.

DPH<sup>20</sup>. Desta vez, os dados básicos sobre as obras foram acrescidos de pequenos históricos, elaborados com base em pesquisa a diversas fontes (arquivos, acervos institucionais, bibliotecas e entrevistas)<sup>21</sup>. Em seguida, a equipe do inventário se debruçou sobre as áreas das Administrações Regionais Ipiranga, Lapa e Pinheiros. O resultado desses levantamentos não foi, contudo, incorporado às fichas cadastrais mantidas pela Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisa, gerando falhas de informação e dificultando o trabalho de conservação das obras.

Com novas mudanças à frente da Prefeitura, o inventário de obras de arte voltou a se ressentir da falta de interesse político e de apoio técnico. Entre 1994 e 1998, uma equipe de estagiários em História e Artes Plásticas foi montada para organizar os documentos sobre as obras e seus autores, além de redigir pequenos textos informativos, mas não chegou a abordar todas as obras da antiga Administração Regional da Sé. Fato importante no período foi a criação do Programa “Adote uma Obra Artística” com o objetivo de buscar o apoio da iniciativa privada (Decreto nº 34511, de 8 de setembro de 1994).

Algumas obras que demandavam cuidados de restauro já haviam sido relacionadas, mas faltavam recursos para sua recuperação. Apesar de várias tentativas de se conseguir patrocínios, o primeiro Termo de Cooperação foi assinado somente em 2000, quando a Rádio Bandeirantes “adotou” o *Anhangüera* do Parque Trianon. A partir de então, o Programa passou a ter maior divulgação e novos interessados apareceram.

A Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisa passou a desenvolver, a partir do ano 2000, um trabalho sistemático de pesquisa histórica relativa ao assunto, levantando diferentes fontes (legislação municipal e estadual, contratos da PMSP, Anais da Câmara Municipal, Relatórios de Prefeitos, revistas e jornais). Para cada obra de arte é organizado um dossiê ou pasta, contendo um histórico e documentos de diferentes tipos (jornais, revistas, fichas de vistoria, ficha cadastral, fotos, projetos de implantação, entre outros).

Em 2001, as obras da Regional da Sé foram vistoriadas para atualização do cadastro. Feita nova consulta às Administrações Regionais, abriram-se fichas cadastrais para todas as obras, uma vez que apenas as da Sé e de parte da Vila Mariana estavam devidamente registradas. De posse das informações, entre 2003 e 2004, em sistema de “mutirão” entre a Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisa e a Seção Laboratório de Restauro, foram vistoriadas obras de todas as Subprefeituras, para fins de identificação e cadastramento. Obras apontadas nas relações recebidas do DEPAVE em 1975, e ainda não vistoriadas, foram então cadastradas.

O cadastro encontra-se atualizado e sua manutenção é feita de forma sistemática. Estão contempladas cerca de 400 obras de arte. Uma nova publicação, desta vez abrangendo toda a cidade, está em fase de elaboração, incluindo-se obras desaparecidas, obras removidas do espaço público e que se encontram sob a guarda do DPH.

---

20 São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Obras de arte em logradouros públicos de São Paulo: Regional Vila Mariana*. Coord. Cecília de M. L. Ribeiro e Janice Gonçalves. São Paulo: DPH, 1993. Série Registros no 16.

21 SMC. DPH. Divisão de Preservação. Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisa. MACIEL, Laura Antunes. *Inventário de obras de arte em logradouros públicos de São Paulo. Procedimentos de pesquisa*. Abril de 1990.

## Novos tempos: a criação da “Comissão Permanente de Análise de Assuntos Concernentes a Obras e Monumentos Artísticos em Espaços Públicos”

Como o trato com as esculturas envolve várias seções técnicas da Divisão de Preservação, em meados dos anos 80, começou-se a discutir uma forma de padronizar e agilizar a tramitação de documentos e, conseqüentemente, as providências a serem tomadas, fossem elas relacionadas a implantação, remoção, restauro ou conservação de monumentos artísticos. Nenhuma proposta vingou e a idéia de formar um grupo especial responsável pelo trato com as esculturas voltou a ser debatido no começo dos anos 90, de modo mais disciplinado, mas também sem resultados efetivos.

Como os assuntos relativos a esculturas continuassem demandando atenção especial da Divisão de Preservação e do Departamento do Patrimônio Histórico, em 1998 cada Seção indicou técnicos para compor um grupo responsável pelo estabelecimento de normas e procedimentos relativos aos monumentos. Em virtude de sucessivas mudanças na Diretoria do DPH, o documento resultante não foi avaliado.

Em maio de 2001, os técnicos que compunham o grupo formado em 1998 foram convocados a retomar as discussões sobre o caráter de uma comissão responsável pelo assunto. Desde a primeira reunião, o grupo, ampliado para representantes de todas as divisões do DPH, deliberou sobre os assuntos relativos a esculturas que tramitavam. Definiu-se uma minuta de decreto para regulamentação dos trabalhos da “Comissão de Esculturas” no âmbito da SMC/DPH, encaminhada ao Secretário de Cultura.

O Decreto nº 41853, de 1º de abril de 2002, define as atribuições da “Comissão Permanente de Análise de Assuntos Concernentes a Obras e Monumentos Artísticos em Espaços Públicos”: implantação, diagnóstico, restauro e proteção.<sup>22</sup>

A Portaria 793/2-SMC, designou servidores para integrarem a Comissão, bem como seu coordenador. Em seguida, a Portaria 922/02-SMC, de 16 de setembro de 2002, dispõe sobre “*procedimentos para implantação, remoção, conservação e restauro de obras e monumentos artísticos no espaço público do Município de São Paulo*”. A Ordem Interna 1/02 – SMC/DPH, em seu artigo 1º, estabelece que a coordenação da Comissão Permanente de Análise de Assuntos Concernentes a Obras e Monumentos Artísticos em Espaços Públicos “*deverá remeter-se diretamente ao Gabinete do Departamento do Patrimônio Histórico*”.

22 De acordo com o Decreto no 41853/2002, são atribuições da Comissão:

“I – orientar, analisar e aprovar, sob o ponto de vista técnico, artístico, histórico e cultural, a implantação, remoção, restauro e conservação de obras e monumentos artísticos;  
II – oferecer aos interessados opções de locais adequados para implantação de obras e monumentos artísticos, considerando sua contextualização no espaço urbano, com o objetivo, inclusive, de possibilitar a disseminação de obras escultóricas nas diversas regiões do território municipal;  
III – solicitar, quando julgar necessário, e sem ônus para a Prefeitura, pareceres de profissionais e artistas de renomado conhecimento, a respeito do mérito e valor artístico das obras e monumentos;  
IV – estabelecer contatos com entidades públicas ou particulares no intuito de assegurar a fiscalização, preservação e integridade física das obras e monumentos implantados em logradouros públicos;  
V – adotar as providências tendentes a responsabilizar, civil e criminalmente, nos termos da legislação específica, aquele que causar dano à conservação e integridade das obras e monumentos artísticos.”

Composta por servidores de diferentes formações das Seções Técnicas da Divisão de Preservação, a Comissão conta, atualmente, com um representante da Divisão do Arquivo Histórico e outro da Divisão de Iconografia e Museus. Reúne-se uma vez por semana para discussão de trabalhos e seus respectivos encaminhamentos, procedimentos esses registrados em ata, e suas ações têm se pautado pela conservação, restauro e valorização das obras de arte e também do espaço público. Acompanha-se, ainda, a retirada de grades que cercavam vários monumentos desde os anos 80<sup>23</sup>. Ações estas que têm por fundamento a constante atualização do inventário.

Pedidos de implantação de novas obras são analisados com base no contexto urbano, levando em consideração os conceitos de espaço público e, sobretudo, de monumento<sup>24</sup>. O mesmo é válido para os pedidos de remoção de obras já incorporadas à memória da cidade.

Recentemente, em virtude da construção de uma estação da Linha Amarela na Rua Cardeal Arcoverde, o Metrô solicitou a remoção do *Monumento à Aldeia de Nossa Senhora dos Pinheiros* durante o período das obras. O DPH acompanha o caso e informa sobre os procedimentos que devem ser adotados. Concluídas as obras, o monumento voltará ao local de origem, devidamente restaurado e valorizado. A população também demonstra estar mais consciente dos danos que representam as remoções. Poucos dias depois da retirada do monumento do logradouro público, o DPH recebeu vários pedidos de informação sobre o seu paradeiro, encaminhados por munícipes.

Desde a assinatura do primeiro Termo de Cooperação pelo Programa “Adote uma Obra Artística”, 14 obras já foram recuperadas com a participação da iniciativa privada e 63 estão relacionadas entre as prioritárias para inclusão no referido Programa. Além do “Adote”, duas obras foram recuperadas com apoio das leis de incentivo à cultura e outras quatro através da doação de serviços. O adotante tem, em contrapartida, o direito de expor seu nome numa placa de dimensões pré-estabelecidas junto à obra. O adotante contrata a empresa de restauro e o DPH analisa o projeto e acompanha o trabalho. Uma relação de empresas de restauro que prestaram serviços ao DPH e/ou que participaram do Programa “Adote uma Obra Artística” é fornecida ao adotante. Nos últimos tempos, observa-se certa dificuldade na obtenção de interessados, uma vez que o “Adote” é um programa de patrocínio, enquanto a tendência do empresariado é a busca por leis de incentivo à cultura, com vantagens fiscais.

A Administração mantém, desde 2001, equipes especializadas na limpeza conservativa dos monumentos, num trabalho conjunto entre LIMPURB (Departamento de Limpeza Urbana da Secretaria Municipal de Serviços e Obras), Secretaria das Subprefeituras e DPH. A limpeza periódica não utiliza nenhum produto químico, adotando-se um intervalo de, no mínimo, seis meses entre uma limpeza e outra, uma vez que o processo, por mais simples que seja, acaba por contribuir para o desgaste do material. Água quente ou

---

23 PMSP. SMC. DPH. *Comissão Permanente de Análise de Assuntos Concernentes a Obras e Monumentos Artísticos em Espaços Públicos*. Relatório. Dezembro, 2004.

24 Monumento vem do latim monumentum, que, por sua vez, deriva de monere – advertir, recordar; que se dirige à memória. Para Françoise Choay (2001: 17-18), trata-se de objeto ou construção edificada por uma comunidade, tanto para se recordar quanto para transmitir a outras gerações a memória de fatos, personalidades, sacrifícios, ritos ou crenças. O passado invocado e convocado pelo monumento foi selecionado para ajudar na preservação da identidade étnica, religiosa, nacional, tribal ou familiar da comunidade.

fria é jateada sob pressão controlada, de acordo com a superfície e estado de conservação da peça. A utilização de produtos, quando necessária, é feita após a realização de testes e/ou projeto de restauro aprovados pelo DPH.

Órgãos de preservação de municípios paulistas têm procurado o DPH em busca de orientações e troca de informações, tanto para a realização do cadastro de obras de arte e monumentos quanto para a definição de critérios de restauro e conservação.

\*

Durante muito tempo, o trato com as obras de arte ficou à mercê das mudanças políticas na Prefeitura, ocasionando interrupções e mesmo alterações do trabalho técnico. Acreditamos que o fortalecimento desse trabalho, favorecido também pela ampliação dos recursos humanos e materiais, evitaria que atividades de caráter sistemático ficassem sujeitas à instabilidade da administração, bem como às mudanças de diretorias e chefias.

Preservar implica investir em ações de cadastramento, identificação, conservação, restauro e divulgação. O inventário gera um cadastro e é com base nele que o DPH orienta sua atuação na preservação dos monumentos artísticos da municipalidade, sejam eles tombados ou não, e elabora projetos que, esperamos, possam ser desenvolvidos em breve.

Como resultado de tantos anos de trabalho e dos inúmeros esclarecimentos prestados a órgãos da imprensa e da própria Prefeitura, a competência do DPH em relação às obras de arte e monumentos, é, hoje, reconhecida e respeitada.

## Referências Bibliográficas

- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.
- A HISTÓRIA de São Paulo jogada em depósito. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 fev. 1980.
- PASSOS, Maria Lúcia Perrone. A cidade em que as estátuas andam. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, v.197, p. 56-63, 1986.
- \_\_\_\_\_. Monumentos urbanos de São Paulo. **Cadernos de História de São Paulo**. Museu Paulista da Universidade de São Paulo, n. 2, p. 72-79, jan./dez. 1993.
- SÃO PAULO (Cidade). Coleção de Leis e Decretos Municipais.
- SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Obras de arte em logradouros públicos de São Paulo**: regional Sé. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1987. (Série Registros, 11).
- SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Obras de arte em logradouros públicos de São Paulo**: regional Vila Mariana. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1993. (Série Registros, 16).

### Fontes Primárias

- Processo nº 147.101/73. Arquivo Geral de Processos da PMSP.
- Processo nº 25.118/76. Arquivo Geral de Processos da PMSP.

### Trabalhos técnicos não publicados

- COMISSÃO permanente de análise de assuntos concernentes a obras e monumentos artísticos em espaços públicos. Relatório. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico; Divisão de Preservação, dezembro, 2004.
- MACIEL, Laura Antunes. **Inventário de obras de arte em logradouros públicos de São Paulo**: procedimentos de pesquisa. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico; Divisão de Preservação; Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa, abril de 1990.
- MONUMENTOS escultóricos da cidade de São Paulo: orientações. Relatório interno. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico; Divisão de Preservação; Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa, setembro de 2002.
- POLITI, Ciro; FALZONI, Yedda Borges; MARX, Murilo de A. **Relatório apresentado ao Prefeito pela comissão especial para proceder ao levantamento e cadastramento de monumentos**. Departamento do Patrimônio Histórico; Divisão de Preservação; Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa, janeiro de 1976.
- RIBEIRO, Cecília de M. R. **Relatório sobre a situação atual dos Monumentos e Obras de Arte dos Logradouros Públicos da Municipalidade**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico; Divisão de Preservação; Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa, julho/83.
- VALDRIGHI, M. Lígia. **Levantamento de negativos**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico; Divisão de Preservação; Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa, 1979.

---

Fatima Martin Rodrigues Ferreira Antunes é socióloga / Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisa

Maria Lúcia Perrone Passos é historiadora / Chefe da Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisa

# Bela Vista: a preservação e o desafio da renovação de um bairro paulistano

Clara Correia d'Alambert  
Paulo Cesar Gaioto Fernandes

## Introdução

O presente texto busca traçar um panorama sobre o bairro da Bela Vista, desde o início de sua formação, situando-o na evolução da cidade de São Paulo.

Considerando a história do bairro, os caminhos, a topografia, a subdivisão fundiária e a parcela da população atraída, são fundamentais na conformação e expressão que a Bela Vista apresenta nos dias atuais.

Interferências urbanísticas realizadas no bairro, em especial as obras viárias a partir dos anos 60, passam a descaracteriza-lo, provocando ruptura da integridade espacial da região. Inicia-se em algumas áreas acelerado processo de deterioração.

As ações governamentais para proteger o bairro tiveram início em 1984, culminando com o tombamento em 2002. O tombamento identifica as peculiaridades do bairro, visa destacá-las, valorizá-las e ainda define parâmetros para intervenções futuras.

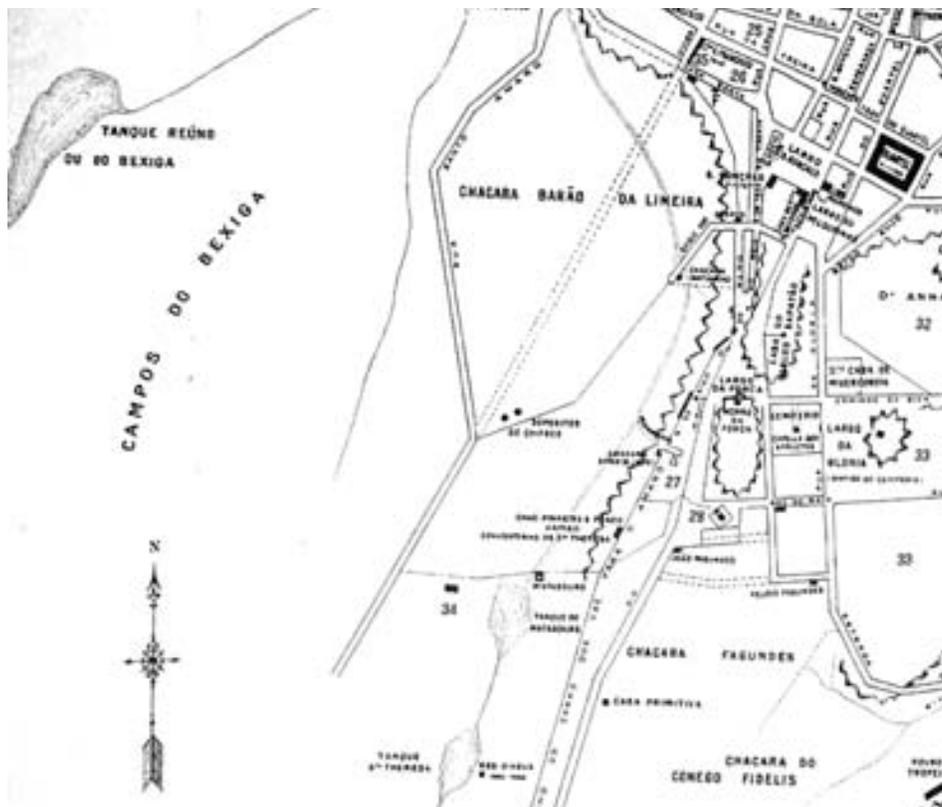
O instrumento de proteção e a base de orientação para as ações e interferências é a resolução nº 22/CONPRESP/02 de tombamento do bairro da Bela Vista.

## 1. O bairro da Bela Vista

A Bela Vista, um dos bairros mais antigos e tradicionais da cidade de São Paulo, abrange hoje uma extensa área urbana situada entre o centro e a região da Avenida Paulista, limita-

da no sentido leste-oeste pelos eixos das avenidas Vinte e Três de Maio e Nove de Julho. O núcleo original do bairro, conhecido como Bexiga, surgiu a partir do arruamento e loteamento da Chácara do Bexiga,<sup>1</sup> região localizada a sudoeste da “Cidade Nova“, além Anhangabaú, ao qual foram agregados depois outros loteamentos de chácaras adjacentes, como a do Sertório e a do Barão de Limeira. Pela Lei nº 1.242 de 1910, o antigo Bexiga com as novas áreas incorporadas passou a constituir um único bairro com o nome que conserva até hoje – Bela Vista.

Conforme o relato de Auguste de Saint-Hilaire, no seu livro *Viagem à Província de São Paulo*, a Chácara do Bexiga pertencia em 1819 a Antonio Manuel ou Antonio Bexiga, proprietário de uma estalagem localizada no início da rua de Santo Amaro<sup>2</sup>. Posteriormente, essa chácara passou a ser propriedade de Tomás Luís Álvares (também conhecido como Tomás Cruz), que a vendeu em 1878 a Antônio José Leite Braga, que foi o responsável pela urbanização da área no ano de 1879.



Localização da Chácara do Bexiga. Fonte: *Plan-história da Cidade de São Paulo (1800-1874)* por Affonso de Freitas.

1 Existem controvérsias com relação ao aparecimento do nome Bexiga. Com certeza, sabe-se que a área já era conhecida por esse nome entre 1789 e 1792 através de documentação existente no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (DPH) e no Arquivo Aguirra (Museu Paulista). Ver : MARZOLA, Nádía. *Bela Vista*, p. 37.

2 “Segundo plantas antigas, a residência do estalajadeiro Bexiga ficava à direita do riacho Saracura e à esquerda do riacho do Bexiga, tendo na frente o Anhangabaú.” In : MARZOLA, Nádía. Op. Cit., p.34

O antigo Largo do Bexiga (também denominado do Riachuelo) ficava onde se situa hoje a Praça das Bandeiras, na beira do ribeirão do Anhangabaú. Na *Planta da Cidade de São Paulo* de 1881 já aparecem traçadas as primeiras ruas do bairro. A rua de Santo Antônio, inicialmente chamada de Vale do Andorra, delineou-se paralela ao ribeirão do Saracura, do lado da sua margem direita, perto da sua confluência com o ribeirão do Anhangabaú. A rua de Santo Amaro, parte do velho caminho que ligava São Paulo à região sul, foi incorporada ao bairro na época do arruamento das terras do Barão de Limeira, localizadas ao sul da Chácara do Bexiga. Com o objetivo de encurtar o caminho para Santo Amaro foi aberta a avenida Brigadeiro Luís Antônio na Chácara do Barão de Limeira. As atuais ruas Pedroso, Martiniano de Carvalho e Artur Prado surgiram do arruamento da Chácara do Sertório situada na porção sudeste da Bela Vista.



*O Largo do Bexiga (ou do Riachuelo) e as ruas de Santo Antonio e de Santo Amaro. Fonte: **Planta da Cidade de São Paulo (1881)**. Cia. Cantareira e Esgotos.*

A topografia da extensa região da Bela Vista era bastante acidentada com áreas mais baixas próximas do centro da cidade e ruas com ladeiras na porção do Bexiga. Parte do bairro ficava em posição elevada em relação à Grota, depressão acentuada da vertente do Morro dos Ingleses em direção ao ribeirão do Saracura, atual leito da avenida Nove de Julho. Do alto do Morro dos Ingleses, um dos pontos mais pitorescos de São Paulo no início do século XX, podia-se avistar uma encantadora e ampla paisagem, que justificava o nome de Bela Vista dado ao bairro. De lá se podia visualizar boa parte da área urbanizada da cidade : o Vale do Anhangabaú, o casario eclético do centro da cidade, os viadutos do Chá e de Santa Ifigênia e a recém-inaugurada avenida Paulista com as primeiras mansões da alta burguesia paulistana.

A região manteve durante muitas décadas a sua integridade espacial e continuidade urbana desde o Vale do Anhangabaú até o espigão da Avenida Paulista. Nos anos 60 a construção de largas avenidas e viadutos, como a Radial Leste / Oeste, o viaduto Júlio de Mesquita Filho e o viaduto Treze de Maio, além de desfigurar a paisagem local, provocou o fracionamento do bairro em porções isoladas, compartimentando micro-regiões, que adquiriram feições e funções urbanas peculiares. Assim, por exemplo, a porção do bairro mais próxima da área central ficou dividida física e funcionalmente da região conhecida ainda hoje como Bexiga, que tem como eixos estruturadores as ruas Treze de Maio e Rui Barbosa.

No final do século XIX a Bela Vista atraiu o estabelecimento de muitos imigrantes recém-chegados na cidade devido à expressiva oferta de terrenos com pequena testada e grande profundidade a preços reduzidos. Desta forma a ocupação demográfica do bairro se compôs basicamente por imigrantes italianos, em geral provenientes do sul da Itália (sicilianos e calabreses) e por negros libertos, compondo um quadro social formado por classes modestas, de artesãos, pequenos comerciantes e pessoas com ocupações não permanentes.

Desde a sua formação, a Bela Vista se configurou como um bairro muito populoso, habitado por estratos marginalizados da população paulistana, que formavam vários guetos na região. Até hoje a Bela Vista guarda essa característica popular, conservando ainda muitos cortiços instalados em sobrados antigos, com porões habitáveis, sobretudo na área do Bexiga. A partir dos anos 50 a principal alteração social ocorrida no bairro foi a mudança do tipo de morador dos cortiços – o imigrante italiano e o negro cederam lugar ao migrante nacional proveniente, em geral, das regiões Norte e Nordeste do país.

Das últimas décadas do século XIX até as primeiras do XX, o crescimento do bairro foi bastante rápido, o que pode ser comprovado pela homogeneidade da tipologia arquitetônica ainda hoje perceptível no casario remanescente. A Bela Vista sempre se caracterizou pela predominância de construções térreas ou assobradadas, em geral, residenciais ou de uso misto, geminadas, no alinhamento da rua e aproveitando os desníveis da topografia, como na rua dos Ingleses, onde muitas casas foram construídas em patamares situados em níveis mais baixos que o da rua.

Nas edificações do bairro encontram-se representados todos os gostos estilísticos em voga desde o final do oitocentismo compondo um cenário marcado pela diversidade arquitetônica: das casas ditas “operárias”, projetadas por mestres-de-obras italianos, até uma miscelânea de construções ecléticas, neocoloniais, *art déco*, sem estilo definido e até umas poucas edificações residenciais de feição moderna.

A partir dos anos 30 foi se ampliando progressivamente a complexidade funcional do bairro com o estabelecimento de usos diversos como comércio, serviços, indústrias de pequeno porte, atividades de caráter artístico e cultural. A manifestação de uma intensa vida noturna em função da concentração de um grande número de cantinas, bares, teatros, casas de espetáculos etc. estimulou um uso boêmio e festivo do espaço urbano. A Bela Vista assumiu também uma feição pitoresca e turística, explorando a imagem de “bairro gastronômico italiano”. A realização de festas tradicionais, como a que acontece no mês de agosto dedicada à Nossa Senhora Aquiropita, padroeira do bairro, tem atraído a frequência de pessoas provenientes de outras zonas da capital. Hoje a Bela Vista se caracteriza por ser um bairro de uso misto, onde prevalece a reutilização de imóveis antigos.

A verticalização incipiente, iniciada na década de 1940, ainda se encontra restrita geograficamente, ocorrendo com maior ênfase nas porções mais exteriores do bairro: nas proximidades do centro, ou nas imediações das avenidas Paulista e Brigadeiro Luís Antônio, ou no Morro dos Ingleses. A disponibilidade de terrenos com pequena testada, obrigando o remembramento de vários lotes, tem sido apontada por muitos incorporadores imobiliários como um dos empecilhos à expansão da verticalização na região. E, é sobretudo por esta característica urbanística que grande parte da Bela Vista tem conseguido manter íntegra a sua ambiência urbana marcada particularmente pela horizontalidade e pela tipologia arquitetônica das suas construções.

Como outros bairros paulistanos situados na área central, a Bela Vista apresenta-se no momento bastante deteriorada urbanisticamente devido principalmente ao grande número de velhas residências decadentes transformadas em cortiços, à falta de áreas verdes e de espaços de lazer e recreação, ao sistema viário inadequado e à falta de infra-estrutura urbana para instalação de novas atividades comerciais e de serviços (estacionamentos, metrô, etc.). O bairro se encontra praticamente estagnado, necessitando de grandes estímulos financeiros de ordem institucional e privada para promover a sua revitalização.

## 2. A preservação do bairro da Bela Vista

Considerando que o tecido urbano guarda referências significativas e necessárias para o reconhecimento da memória e para a identidade do cidadão com o seu espaço viável, a preservação e manutenção física dos variados elementos componentes do espaço urbano – marcos referenciais, monumentos, edifícios, praças, arborizações, elementos urbanos diversos, características geomorfológicas etc. – é de fundamental importância para o pleno exercício da cidadania.

As contínuas e intensas transformações urbanas, resultantes da dinâmica acelerada da capital paulista, constituem muitas vezes grandes ameaças ao Patrimônio Cultural, Ambiental e Urbano. Daí ser da competência e da responsabilidade exclusiva do Poder Público a proteção oficial dos bens considerados de interesse de preservação para a guarda da memória da sociedade paulistana frente às ameaças das intervenções urbanas desfiguradoras e da ação da especulação imobiliária desenfreada. Assim, os órgãos de preservação federal (IPHAN), estadual (CONDEPHA-AT) e municipal (DPH), no intuito de defender o Patrimônio Cultural, Ambiental e

Urbano paulistano, estabelecem resoluções de tombamento<sup>3</sup> oriundas, muitas vezes, dos anseios da população.

O tombamento municipal na cidade de São Paulo foi instituído em 1985 através da Lei nº 10.032/85, alterada pela Lei nº 10.236/86, e permite que qualquer pessoa possa encaminhar um pedido de tombamento de um bem de interesse ao CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) através do órgão municipal de preservação, o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH).<sup>4</sup>

A iniciativa do pedido de abertura de tombamento pelo CONPRESP do bairro da Bela Vista em 1989 partiu do apelo popular, que justificava a importância de preservação do bairro para manter íntegra a sua unidade urbanística e social.

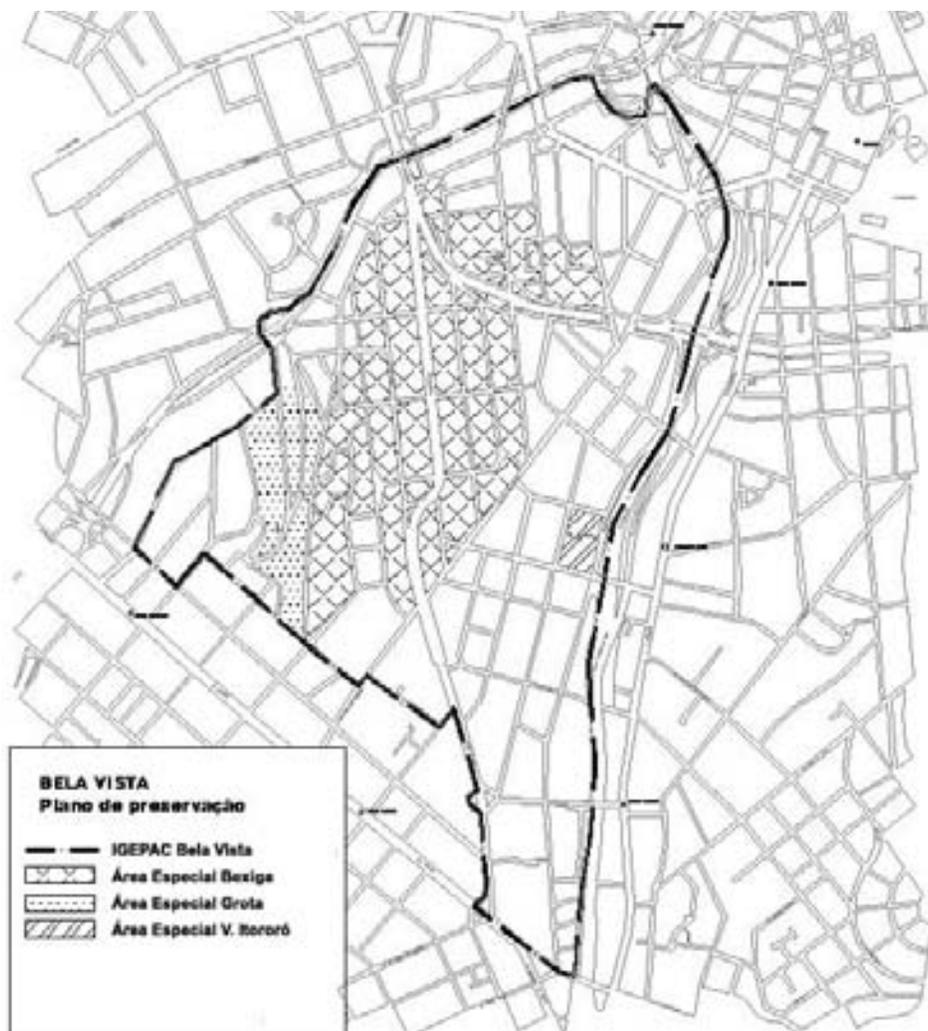
O Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural (IGEPAC) da Bela Vista, realizado em 1984 pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) e o Concurso Nacional de Idéias para a Renovação Urbana e Preservação do Bexiga, promovido pela EMURB em 1989, acompanhado de um plano abrangente para a área, foram dois exaustivos trabalhos técnicos que mostraram que a região possuía um grande potencial de bens preserváveis e recuperáveis em termos de qualidade paisagística e ambiental. A partir deste reconhecimento os técnicos do DPH encaminharam pedido ao CONPRESP de abertura de processo de tombamento do bairro da Bela Vista, efetivada através da resolução nº 11/90, alterada pela resolução nº 01/93.

A resolução nº 11/90 definiu preliminarmente uma extensa área de estudo para tombamento de modo a englobar toda a região da Bela Vista: ao norte o perímetro estava limitado pela Praça das Bandeiras, a leste pela Avenida Vinte e Três de Maio, ao sul pelos flancos da Avenida Paulista e a oeste pela Avenida Nove de Julho. A resolução nº 01/93 manteve o perímetro inicial porém delineou dentro da área em processo de tombamento três manchas chamadas de *Áreas Especiais de Preservação* : Área Especial do Bexiga, Área Especial da Vila Itororó e Área Especial da Grota. A resolução 01/93 também incorporou no seu texto o *Anexo I* composto de uma listagem de *Imóveis Isolados* com interesse de preservação situados fora dos limites das três áreas especiais, porém dentro do perímetro em estudo de tombamento do bairro da Bela Vista.

---

3 O instrumento do tombamento é uma decisão administrativa e jurídica que protege e valoriza certos bens tangíveis e intangíveis, considerados como significativos para a preservação da memória e da identidade cultural de um determinado grupo ou da sociedade em geral.

4 O reconhecimento da importância de um bem de interesse municipal e a sua preservação são efetivados na cidade de São Paulo através de resoluções de tombamento do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP. O órgão técnico de apoio ao CONPRESP é o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), ao qual cabe fornecer subsídios técnicos, viabilizar as decisões, opinar sobre planos, encaminhar estudos, projetos e propostas de preservação dentro da cidade de São Paulo.



*Localização do perímetro geral e das Áreas Especiais de Preservação. Fonte: Mapa Oficial da Cidade - MOC (1985).*

Durante os trabalhos de avaliação do patrimônio construído e natural, buscou-se identificar e valorizar as aptidões inerentes ao bairro, estas sim, responsáveis pela “personalidade” diferenciada que a Bela Vista possui. O estabelecimento da lista final dos imóveis (localizados dentro e fora das manchas) e elementos urbanos a serem tombados teve como base o IGEPAC – Bela Vista, revisado e atualizado em 2001 através de intenso trabalho de campo realizado pelos técnicos da Seção Técnica de Crítica e Tombamento (STCT) da Divisão de Preservação do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). O bairro da Bela Vista foi tombado pelo CONPRESP em 10 de dezembro de 2002 através da resolução nº 22/02.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Ver o texto integral da resolução nº 22/CONPRESP/02.

As principais justificativas apresentadas para o tombamento do bairro da Bela Vista podem ser resumidas no que se segue :

– a Bela Vista é um dos bairros mais antigos e tradicionais da cidade de São Paulo, possuindo um significado histórico e cultural e um valor ambiental e paisagístico de grande interesse de preservação;

– a Bela Vista está perdendo progressivamente as suas características peculiares face às transformações urbanísticas agressoras, que têm descaracterizado de modo sistemático, física e ambientalmente, porções significativas do bairro;

– na *Área Especial do Bexiga* concentram-se os mais antigos testemunhos viários e arquitetônicos do bairro, como a residência da rua São Domingos, 237, datada de 1889, e considerada a mais antiga do bairro. No Bexiga localizam-se também vários imóveis tombados pelo CONDEPHAAT, como o Teatro Brasileiro de Comédia, o Teatro Oficina e a Casa da Dona Yayá de Mello Freire na rua Major Diogo, além de inúmeros imóveis Z8-200 e de outras edificações de interesse;

– a *Área Especial da Vila Itororó*, na rua Martiniano de Carvalho, constitui outro bem de grande interesse de preservação dentro do Patrimônio Cultural e Ambiental da Bela Vista. O conjunto singular de 37 casas construídas na década de 1920 pelo mestre-de-obras português Francisco de Castro com material de demolição reciclado, destaca-se na paisagem local tanto pela sua implantação irregular, que obedece às condicionantes da topografia acidentada do terreno (meia encosta do Vale do Itororó), quanto pela sua organização espacial e características arquitetônicas personalistas;

– a *Área Especial da Grotta* é outro elemento significativo do Patrimônio Ambiental da Bela Vista; formada pelo antigo Vale do Saracura, constitui barreira física à expansão do Centro Paulista e ponto máximo da expansão oeste da Bela Vista. A persistência de algumas encostas desocupadas e arborizadas permite a percepção e a visualização de panoramas de grande expressão paisagística.

A manutenção da legibilidade urbana do bairro, expressa nos seus conjuntos arquitetônicos e em outros elementos característicos da paisagem urbana local, foi definida pelos técnicos da STCT como o princípio norteador para a seleção final dos bens a serem tombados na Bela Vista. Assim, considerou-se como de interesse não só os bens imóveis excepcionais localizados no bairro, mas também, os conjuntos de casario anônimo que testemunham até hoje os modos de organização do espaço urbano e das várias etapas de evolução daquela região da cidade. Essas construções de expressivo valor ambiental compõem grupos arquitetônicos homogêneos que marcam paisagisticamente o bairro em função das suas características de implantação e volumetria.

Os bens imóveis articulados aos outros elementos componentes da paisagem da Bela Vista, como muros de fechos de certos lotes, muros de arrimo, encostas, arborizações etc. formam um ambiente urbano singular, merecedor da proteção do tombamento municipal. Deste modo, a resolução de tombamento procurou, na medida do possível, contemplar todos os aspectos de interesse de preservação identificados na Bela Vista como a sua conformação geomorfológica, o seu traçado viário, o seu parcelamento fundiário, a sua vegetação arbórea, os seus conjuntos edificados e os seus elementos urbanos (escadarias, muros de arrimo, etc.).

O grupo técnico do DPH entendeu como sendo um dos fatores essenciais no tombamento da Bela Vista a permanência da população residente, ao propor na resolução orientações que pudessem contemplar a melhoria das condições habitacionais do bairro.

Desta forma, nos considerandos da resolução está prevista como desejável a manutenção dos moradores, da mescla de usos e da vocação turística do bairro.

Outro aspecto a ressaltar no texto da resolução nº 22/CONPRESP/02 é a determinação especificada no Artigo 3º para a implantação de novas construções dentro do perímetro das *Áreas Especiais de Preservação* consideradas como espaço envoltório dos bens tombados. De acordo com a citada resolução, qualquer reforma com aumento de área construída ou projeto de nova edificação em imóvel isento de proteção situado nestas áreas deverá manter necessariamente coerência urbanística e arquitetônica com os imóveis tombados vicinais, de forma a se compatibilizar e se harmonizar com o patrimônio preservado do bairro. Todos os edifícios não tombados são passíveis de demolição e podem, desta maneira, ser substituídos por outros, desde que respeitem recuos, implantação, volumetria, gabarito e conveniência de usos. Assim, segundo o texto da resolução, nas áreas especiais não é desejável a construção de edifícios fora do padrão urbanístico predominante, caracterizado por construções de gabarito baixo (até 5 pavimentos), no alinhamento e muitas vezes sem recuos laterais, pois a sua implantação implicará necessariamente numa interferência negativa na paisagem e na ambiência locais.

Enfim, preservar a Bela Vista através do tombamento municipal significou uma intenção de defender, proteger e resguardar a sua identidade cultural, garantindo a compreensão da sua memória histórica, artística e social ao conservar fisicamente o que existe de mais significativo dentro do vasto repertório de elementos componentes do seu Patrimônio Cultural, Ambiental e Urbano. A preservação da Bela Vista, como foi encarada neste tombamento, envolveu não só aspectos arquitetônicos e urbanísticos, mas também, outros de caráter sócio-econômico, e até mesmo antropológico, ao entender que o espaço urbano do bairro retrata, num sentido mais amplo, a incontestável miscigenação cultural e étnica ocorrida ali. Desta aglutinação de saberes, usos, costumes, gostos, pensamentos e expectativas configurados nas muitas edificações de aparência modesta, de programas variados e de construção em épocas distintas ainda presentes no bairro, definiu-se um mostruário diversificado de versões populares arquitetônicas, único na cidade de São Paulo, o que fez do bairro da Bela Vista, sem dúvida, um importante documento a ser preservado para as gerações futuras.

### 3. A Bela Vista após o tombamento – o desafio da renovação

A Bela Vista, como outras regiões decadentes e deterioradas urbanisticamente da área central de São Paulo, continua a apresentar hoje os mesmos problemas sociais, econômicos e urbanos detectados na época do seu tombamento. O cenário de pobreza configurado nos inúmeros cortiços, a disparidade de conservação das edificações (a maioria em péssimo estado), o comércio e os serviços locais subutilizados, o excesso de poluição visual, a carência de equipamentos sociais, a falta de praças e espaços de lazer, a insuficiência de estacionamentos, etc. confirmam a necessidade de urgentes intervenções renovadoras, capazes de propiciar a implantação de novas atividades econômicas e de novos usos na região.

Infelizmente constatou-se que, após alguns anos do início de vigência da resolução nº 22/CONPRESP/02, o tombamento municipal da Bela Vista não foi capaz de reverter esta situação lamentável, ao se mostrar como um mecanismo insuficiente para

induzir e estimular a sua revitalização física e funcional, apesar das premissas contidas no texto da resolução de tombamento que intentavam a preservação do bairro aliada à melhoria das condições de uso e ocupação do bairro. Isto posto, comprova que, na prática, o instrumento do tombamento não basta para garantir a qualificação urbana de uma determinada área preservada, se não houver concomitantemente o aporte de planos urbanísticos regionais e setoriais, além da aplicação direta de massivos incentivos econômicos e financeiros, tanto pelo Poder Público, quanto pela iniciativa privada, agindo em parceria.

Deste modo muitas ações poderiam ser previstas e implementadas para a revitalização do bairro da Bela Vista como: incentivo ao uso residencial e melhoria das condições físicas dos cortiços; estabelecimento de projetos de inclusão social, destinados preferencialmente ao atendimento da população carente do bairro; desapropriação e restauro pela PMSP de edifícios tombados, como por exemplo, a Vila Itororó, destinando-os a uso público e/ou cultural; incentivo ao estabelecimento de atividades comerciais e de serviços e promoção da vocação turística e pitoresca do bairro através da melhoria do sistema viário local e da criação de bolsões de estacionamento para servir ao grande número de restaurantes, cantinas, casas de espetáculos, teatros etc ; entre outras.

Concluindo, apesar de serem desejáveis mudanças imediatas e amplas no panorama urbano atual do bairro, deve-se considerar sempre que qualquer proposta de intervenção na área tombada da Bela Vista só poderá ter sucesso se forem respeitados os seus valores humanos, históricos, arquitetônicos, urbanísticos e ambientais que, em última instância, motivaram a sua preservação.



*Escadaria do Bexiga. Foto: Paulo Cesar Gaioto Fernandes. 2005.*



*Casario da Rua 13 de Maio. Foto: Paulo Cesar Gaioto Fernandes, 2005.*



*Igreja Nossa Senhora do Carmo. Foto: Paulo Cesar Gaioto Fernandes, 2005.*



*Igreja Nossa Senhora Aquiopita em dia de festa. Foto: Paulo Cesar G. Fernandes. 2005.*



*Edifício Viadutos. Foto: Paulo Cesar Gaioto Fernandes. 2005.*



*Casario da Rua dos Ingleses. Foto: Paulo Cesar Gaioto Fernandes. 2005.*



*Edifício na esquina das Ruas Major Diogo e Santo Antônio.  
Foto: Paulo Cesar Gaioto Fernandes. 2005.*



*Casario da Rua Jardim Heloisa. Foto: Paulo Cesar Gaioto Fernandes. 2005.*



*Casa da Dona Yayá. Foto: Paulo Cesar Gaioto Fernandes. 2005.*



*Teatro Brasileiro de Comédia TBC. Foto: Paulo Cesar Gaioto Fernandes. 2005.*



*Casa na Rua São Domingos datada de 1889. Foto: Paulo Cesar Gaioto Fernandes. 2005.*



*Castelinho da Av. Brigadeiro Luís Antônio. Foto: Paulo Cesar Gaioto Fernandes. 2005.*

## Referências Bibliográficas

MARZOLA, Nádia. **Bela Vista**. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1979. (História dos bairros de São Paulo, 15).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo**. São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1976.

### Fontes Primárias

Processo Administrativo nº 1990-0.004.514-2 / PMSP (processo de tombamento do bairro da Bela Vista).

### Trabalhos técnicos não publicados

IGEPAC – Bela Vista. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico; Divisão de Preservação; Seção Técnica de Crítica e Tombamento, 1984. (exemplar datilografado).

### Documentos cartográficos

PLAN-HISTÓRIA da Cidade de São Paulo (1800-1874). In: FREITAS, Affonso A. de. **Tradições e reminiscências paulistanas**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. (Coleção Paulística, 9).

SÃO PAULO (Cidade). Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. **São Paulo Antigo: plantas da cidade**. São Paulo: 1954. Planta n. 9 (1881 ).

---

Clara Correia d'Alambert, arquiteta. STPR/DPH/SMC.

Paulo Cesar Gaioto Fernandes, arquiteto, especialista em restauro. STCT/DPH/SMC.

# O IGEPAC-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço

Mirthes I. S. Baffi

Os trabalhos de inventariação estão presentes nas atividades da Divisão de Preservação desde o seu início, ao ser criada como uma das Divisões do Departamento do Patrimônio Histórico, em 1975. Embora criada em 1975, a Divisão de Preservação só teve o seu quadro técnico constituído em 1977.

Nesse mesmo ano e por solicitação da Cia. do Metrô, a Divisão de Preservação iniciou, juntamente com a então COGEP (Coordenadoria Geral de Planejamento), um levantamento para a identificação dos bens culturalmente significativos existentes na **ZML-I**, ou seja na área de influência imediata da linha Metrô Leste, que estava em fase de construção.

Desde esse princípio, no entanto, já havia a preocupação, na Divisão de Preservação, em não elaborar simplesmente listas de bens imóveis a serem preservados por legislação específica (na época, a Z8-200), cuja competência para aplicação cabia à COGEP.<sup>1\*</sup>

Como está explicitado na Apresentação do trabalho “Patrimônio Ambiental Zona Metrô Leste” (1978):

---

1 A Z8-200, ligada à então COGEP (que deu origem à atual SEMPLA), era uma legislação de preservação que se caracterizava como um zoneamento pontual; sua aprovação dependia da Câmara Municipal (lei). Foi extinta com a edição da atual Lei de Uso e Ocupação do Solo. Todos os bens classificados como Z8-200 estão protegidos pelo Conpresp.

*O conhecimento e a análise da trama urbana, quer no seu conjunto quer nos seus elementos isolados, representam aspectos a serem abordados ao se estudar a história paulistana. Contudo, o conhecimento de sua população através de uma análise de suas origens, de seu crescimento, de seus aspectos contemporâneos, tais como sua distribuição espacial, suas características, suas necessidades e aspirações, suas manifestações culturais, também é fundamental na identificação e seleção dos bens culturalmente significativos – uma vez que acreditamos só ser justificável a preservação da herança ambiental e arquitetônica da cidade se esta permanecer integrada nas suas funções vitais e contemporâneas. Para atendimento da solicitação inicial deste estudo procuramos desenvolver um trabalho de pesquisa e levantamento para a obtenção de elementos que permitam:*

*1º - a análise e avaliação das causas das transformações desta herança ambiental e arquitetônica;*

*2º - análise e avaliação de seus valores atuais;*

*3º - estabelecimento de diretrizes para a criação de normas de preservação dos bens considerados culturalmente significativos na área em estudo.*

Também os levantamentos e pesquisas programados apontam para a preocupação com uma abordagem ampla, que pudesse refletir, de forma abrangente, aspectos físicos, ambientais e culturais da área de estudo.

Segundo o texto que trata dos aspectos abordados nesse inventário, foram realizados os seguintes estudos e pesquisas:

*estudo do desenvolvimento urbano a partir da análise de documentação técnica, bibliográfica, iconográfica e cartográfica;*

*inventário sistemático de proteção do acervo cultural existente, ou seja, identificação de seus bens culturais: obra de arte, monumento, unidade ambiental ou sítio natural;*

*análise do seu estado atual de conservação e uso;*

*pesquisa e análise visual da região, focalizando-se as relações área urbana-paisagem e bem cultural-área urbana;*

*análise das transformações sócio-econômicas;*

*levantamento e mapeamento das manifestações culturais da região;*

*levantamento da legislação de proteção existente.*

*Com os resultados obtidos na primeira etapa – levantamento detalhado da área inserida no perímetro COGEP – e na segunda etapa – detecção e levantamento de elementos significativos lindeiros aos eixos históricos superpostos aos limites COGEP –, foi realizada uma seleção considerada representativa dos valores ambientais, históricos e arquitetônicos da área em estudo.*

Os objetivos do inventário encontram-se na conclusão do texto de apresentação:

*“É intenção preservar este repertório selecionado para a vida da Metrópole; mantê-lo funcional e socialmente ligado à contemporaneidade. Neste sentido, procuramos desvincular – sempre que necessário – a idéia de preservação daquela de monumento, ou monumentalidade. Isto porque acreditamos ser quando maximi-*

*zada e valorizada na presença da herança ambiental/histórica no cotidiano das populações, que se atinge o melhor desempenho desta mesma herança em seu processo de identificação cultural e crescimento.*

Os critérios de seleção dos bens propostos para preservação procuraram ser adequados às características da área, incluindo-se aí a dinâmica urbana prevista para essa área. Com efeito, conforme o texto do capítulo “Critérios de Seleção” do referido trabalho:

*Os critérios de preservação dos bens culturalmente significativos para uma área que deverá sofrer, a curto ou a médio prazo, profundas modificações em sua paisagem urbana, deverão ser, pois, bastante amplos para permitirem uma seleção representativa de toda a história do seu desenvolvimento urbano até os nossos dias, e suficientemente contemporâneos para manter os exemplares selecionados adaptados à dinâmica das áreas onde eles se encontram.*

*Os primitivos eixos de penetração, por serem vetores através dos quais se desenvolveu o crescimento urbano da área, constituíram-se, desde o início, em linhas-mestras ao longo das quais foram apontados os edifícios, os conjuntos e as manchas urbanas consideradas representativas.*

*Ao seu redor definiu-se a seleção baseada em três critérios principais: a representatividade, a permanência das características fundamentais da herança arquitetônica e ambiental e o estado de conservação das construções.*

A seleção final abrangeu três categorias de bens:

- edifícios isolados ou conjuntos
- manchas urbanas de valor ambiental <sup>2</sup>
- manchas urbanas de interesse paisagístico <sup>3</sup>

Para a documentação dos bens identificados como de interesse para preservação, por serem representativos da identidade local, foram elaboradas fichas, seguindo o modelo das fichas de documentação utilizadas pelo Conselho da Europa, numa versão simplificada.

---

2 Manchas urbanas de valor ambiental: foram definidas como “áreas com características ambientais significativas para a compreensão do processo histórico de desenvolvimento urbano da região”

3 Manchas urbanas de interesse paisagístico – áreas com perspectivas significativas; eixos viários historicamente estruturadores dos bairros; áreas que englobam grandes trechos não edificados ( com vegetação ou não) e que, segundo a análise feita, necessitariam de diretrizes para transformações controladas, de modo a não impactar o ambiente do bairro, de forma negativa.



Esse inventário, que se tornou uma importante referência para as atividades posteriores da Divisão de Preservação, não atingiu porém o seu escopo imediato que era o de proteger os bens de interesse selecionados na pesquisa, e que eram passíveis de desaparelamento por influência das transformações urbanas previstas como decorrência da implantação do Metrô.

Em 1978 o projeto encaminhado pelo Executivo à Câmara Municipal, propondo a inclusão da lista dos bens selecionados na relação da Z8-200, foi recusado por força das pressões feitas pelos proprietários de edificações industriais incluídas na listagem.

Em 1979 foi realizado um outro inventário, este na área do outeiro da Freguesia do Ó. O objetivo desse inventário foi o reconhecimento da área onde se deu a implantação do antigo núcleo da Freguesia, através da documentação de suas permanências (traçados urbanos, formas de implantação, parcelamento do solo edificações) e elaboração de proposta de preservação desse outeiro pela sua importância histórica para a cidade e pelo seu papel de referência urbana, decorrente da implantação cenográfica do núcleo original, à cavaleira do rio Tietê. A proteção legal dessa área só aconteceu em 1992, após a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp)<sup>4</sup>. O perímetro definido para o levantamento inicial abrangia toda a área do outeiro, desde suas cotas mais baixas porque já havia a intenção de definir uma área de controle da verticalização, de maneira a permitir a manutenção das expressivas visuais existentes, no período da pesquisa, a partir das margens do Tietê e da área plana de várzea que margeia o rio. O levantamento de campo selecionou e documentou os elementos constitutivos mais representativos da ocupação histórica da área e destacou a presença das visuais significativas que então se mantinham.

No entanto, no período de tempo transcorrido entre o levantamento original e a elaboração da proposta final que foi encaminhada ao Conpresp, foi dada continuidade ao processo de verticalização já iniciado nos anos 70, com a ocupação de significativas áreas nas cotas mais baixas e intermediárias do outeiro. A proposta final adotou, em decorrência desse fato, um perímetro menor, circundando basicamente o topo do outeiro e definindo gabaritos máximos para os imóveis não preservados, dentro desse perímetro.

---

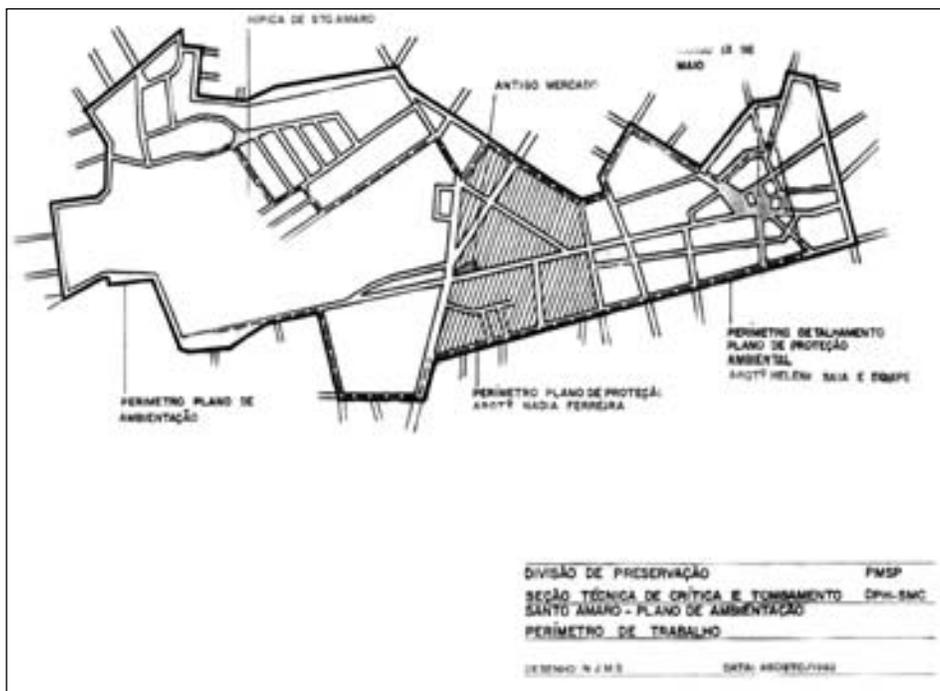
4 O Conpresp-Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo foi criado pela lei 10.032 de 27/12/1985, modificada pela lei 10.236 de 16/12/1986. O DPH é o órgão de apoio ao Conpresp.



*Vista Freguesia do Ó*



Ainda em 1978 foi realizado um levantamento na área do entorno do antigo Mercado de Santo Amaro com o objetivo de estabelecer um plano de ambientação para esse entorno. Em 1979 esse estudo teve o seu perímetro ampliado para a área do que foi chamado “Eixo Histórico de Santo Amaro”. O eixo histórico une o Largo 13 de Maio e a igreja Matriz de Santo Amaro à área da Hípica de Santo Amaro, passando pela Praça Floriano Peixoto, onde fica a antiga sede da Prefeitura, e pelo antigo Mercado. O perímetro definido abrangia quadras externas ao eixo, definindo um cinturão para o qual pretendia-se estabelecer uma área de proteção ambiental.



*Mapa de Santo Amaro*

Foi feito, à época, um inventário dessa área com estudos de visuais e dos percursos que guardavam as características ambientais do bairro, principalmente nas áreas próximas ao Largo 13 de Maio e, definido, um plano de preservação.

Um outro estudo posterior (1982) ampliou os limites em algumas quadras, na área da Hípica e atrás do Largo 13, e definiu gabaritos para novas edificações a partir de um estudo de cones visuais.

As fichas utilizadas para a documentação foram as mesmas usadas nos inventários anteriores.

O Eixo Histórico de Santo Amaro e seus bens constitutivos foram tombados em 2003 (excluindo-se o Mercado e a Matriz que foram tombados ex-officio em 1991).

Também em 1982 iniciaram-se as discussões, dentro da Divisão de Preservação, objetivando a criação de uma metodologia para a realização de um inventário que fosse produzido de forma sistemática, com a finalidade de conhecer e documentar o Patrimônio da cidade, de maneira abrangente e continuada. Nesse período as discussões sobre o

conceito de Patrimônio Cultural estavam em pleno desenvolvimento no Brasil, de modo particular em São Paulo.

Já em 1974, a FAUUSP havia promovido o primeiro dos cursos que deram origem ao atual CECRE (Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos), ministrado na UFBA. Organizado pelo IPHAN e pela FAUUSP (organizadores: Luis Saia, Silva Telles, Nestor Goulart e Ulpiano B. Menezes), esse curso, que recebeu o nome de “*Curso de Preservação e Restauro de Monumentos*”, introduziu o conceito de Patrimônio Cultural nas discussões nos meios acadêmicos, principalmente em função das aulas ministradas por Hugues de Varinne Bohan, da UNESCO.

Em 1978 a FAUUSP promoveu o curso de especialização “*Patrimônio Ambiental Urbano*”, organizado pelo prof. arquiteto Carlos Lemos e pela prof. geógrafa Maria Adélia de Souza, que contou com a presença de ilustres professores como Milton Santos, Ulpiano Bezerra de Menezes, Aziz Ab Saber, José Afonso de Souza, entre outros, e tendo como convidados James Fitch, da Columbia University (NY), e Adriano La Regina da Superintendência de Antiguidades de Roma.

Em meados da década de 70 a mesma FAUUSP publicou os cadernos “*Patrimônio Cultural*”, compostos pelas Cartas de Preservação existentes até aquela data, nacionais e internacionais; leis e decretos ligados à questão da proteção do Patrimônio (procedentes de vários municípios; legislações estaduais e federais) e notas de aulas, como as de Hugues de Varinne e Ulpiano Bezerra de Menezes. Essas publicações trouxeram à baila os novos conceitos de Patrimônio e a sua abrangência, ao associar a história e a cultura local ao ambiente.

É importante lembrar que nessa mesma época (meados dos anos 70) foi criado o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), de concepção de Aloísio Magalhães, durante a sua gestão no SPHAN e Fundação Pró-Memória. Segundo Cecília Londres, o CNRC pretendia “buscar as raízes vivas da identidade nacional exatamente naqueles contextos e bens que o SPHAN excluía de sua atividade, por considerar estranhos aos critérios (histórico, artístico, de excepcionalidade) que presidiam os tombamentos”.

Para completar o retrato do período em que o IGEPAC foi gestado, há que se lembrar que as discussões sobre o conceito de Patrimônio Cultural, que já aconteciam na Europa e em outras regiões desde meados dos anos 60, aportavam aqui através de publicações internacionais, num primeiro momento e, posteriormente, em publicações nacionais.

Importante referência é o número 19 da revista *CJ Arquitetura*, de 1978, dedicada ao “Patrimônio Cultural Paulistano”, que difundiu esse conceito para além da Universidade.

Por último, algumas ações da administração pública, como o estudo do bairro da Luz, do escritório Rino Levi, contratado pela Prefeitura em meados da década de 70 e o concurso de fotografias promovido pelo Governo do Estado, sob o nome “*Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano*” (1977) completavam o quadro que configurou as opções definidas para a formulação do IGEPAC-SP.

## IGEPAC - SP

O Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo - **IGEPAC-SP** teve a sua metodologia estabelecida entre 1982 e 1983 e, na seqüência, os inventários começaram a ser feitos, obedecendo a uma base geográfica, tendo como unidades os bairros e pretendendo caracterizar-se como um trabalho sistemático, de modo a cobrir a cidade partindo do centro e encaminhando-se para as periferias.

A estratégia do IGEPAC-SP extrapola a elaboração de planos de preservação de imóveis isolados ou de listagens, com uma ótica pontual voltada exclusivamente para o edifício, sem considerar a importância do ambiente urbano.

O objetivo do IGEPAC-SP é o reconhecimento do que constitui o repertório básico do patrimônio cultural e ambiental de cada bairro (configurações urbanas, espaços públicos, agenciamentos particulares, edifícios, vegetação expressiva), a documentação desse patrimônio, a elaboração de propostas de preservação e a disponibilização das informações coletadas através de sua sistematização.

A metodologia adotada compreende duas linhas de trabalho:

– a primeira centra-se em trabalhos ditos “de gabinete”, voltados para pesquisas sobre a origem dos bairros, sua configuração inicial, expansões, transformações, características sócio-econômicas, perspectivas de transformação e legislações incidentes na área.

– o trabalho de campo constitui-se numa outra vertente centrada no reconhecimento da área e na produção de registros iconográficos (características morfológicas, tipologias de logradouros públicos e de edificações, equipamentos e mobiliários urbanos, transformações de usos, estado de conservação e salubridade, referências visuais). O trabalho de campo completa-se com a coleta de depoimentos de antigo moradores e líderes de comunidade local (história oral).

Segundo o texto dos “Aspectos Metodológicos do IGEPAC-SP”, publicado no *Cadernos do IGEPAC SP-I*, o Inventário possui os seguintes objetivos:

- *constituir um acervo documental que subsidie uma política de preservação e que também forneça conhecimento técnico-científico para projetos do Departamento do Patrimônio Histórico, bem como para consulta pública;*
- *propor a preservação e a valorização do patrimônio ambiental urbano identificado através de projetos urbanísticos e arquitetônicos integrados;*
- *servir de base ao planejamento da cidade, através de sua inclusão em políticas e planos de desenvolvimento urbano, no que diz respeito às áreas a serem preservadas e àquelas sujeitas a renovação urbana;*
- *educar e sensibilizar a opinião pública com vistas à formação de uma consciência sobre a necessidade e importância da preservação de seu patrimônio cultural;*
- *promover a divulgação sistemática de seu acervo através dos vários meios de comunicação.*

*Na elaboração de uma metodologia de inventário para a cidade de São Paulo foi levado em conta, primordialmente, as características que a diferem de outras*

*idades brasileiras já inventariadas. Aqui são raros os imóveis remanescentes do período colonial considerados de rigoroso apuro estilístico. Assim o IGEPAC-SP tem uma função de reconhecimento de sentido diferenciado do aplicado em cidades como por exemplo Salvador ou Olinda, aqui o inventário tem como função descobrir e eleger o patrimônio ambiental urbano de interesse óbvio e outros, muitas vezes camuflados na malha urbana, estratificada por restos de demolições dos vários períodos de sua existência e escondidos por detrás de todo aparato publicitário que polui a paisagem paulistana.”*

Ainda no mesmo texto temos o seguinte:

*A primeira etapa tem um caráter global e quantitativo, isto é, trata de detectar o repertório básico que constitui o patrimônio ambiental urbano. Tem como produto final o levantamento e a indicação das manchas urbanas mais significativas do ponto de vista da proteção deste patrimônio ambiental urbano. Esta etapa de trabalho visa basicamente o estudo acerca dos bairros paulistanos tendo como ponto de partida sua atual conformação.*

O primeiro inventário realizado segundo essa metodologia foi o Inventário do Bairro da Liberdade, em 1983. A realização desse inventário possibilitou testar a metodologia proposta para o IGEPAC, resultando em algumas alterações que foram introduzidas durante a realização desse mesmo inventário e outras que foram propostas para serem aplicadas nos inventários seguintes. Uma delas foi a ficha criada para o trabalho de campo que, durante os levantamentos foi considerada inadequada resultando na elaboração de um outro modelo, considerado mais completo e mais adequado ao manuseio para a situação de trabalho em campo.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

**PRÉ-INVENTÁRIO - PESQUISA**

FOLHA Nº \_\_\_\_\_

**LOCALIZAÇÃO**SETOR 02 QUADRA 040 LOTE 01ENDEREÇO Rua Flórida, 77 c/ Rua Monsenhor Andrade, 640ADMINISTRAÇÃO REGIONAL AR-CE BAIRRO OFICIAL Brás**CARACTERIZAÇÃO** EDIFÍCIO ISOLADO  CONJUNTO ARQUITETÔNICO  LOGRADOURO PÚBLICOPROPRIEDADE Antigo Moinho Matarazzo (Atual Grupo Comolatti)

NÚMERO DE PAVIMENTOS \_\_\_\_\_ RECUO FRONTAL \_\_\_\_\_ RECUO LATERAL \_\_\_\_\_

USO ATUAL Estocagem de fardos de algodão RESIDENCIAL  COMERCIAL  SERVIÇOS  INDUSTRIAL  INSTITUCIONALUSO ORIGINAL Moagem de trigo RESIDENCIAL  COMERCIAL  SERVIÇOS  INDUSTRIAL  INSTITUCIONALDATA DE CONSTRUÇÃO \_\_\_\_\_ Início em 1899AUTOR DO PROJETO Nicolau Spagnolo CONSTRUTOR \_\_\_\_\_TÉCNICA CONSTRUTIVA Alvenaria de tijolos e estrutura metálicaALTERAÇÃO Vãos da fachada INALTERADO  ALTERAÇÃO REGULAR  GRANDE ALTERAÇÃO  DESCARACTERIZADO

CONSERVAÇÃO \_\_\_\_\_

 BOM  REGULAR  PRECÁRIO  IRRECUPERÁVEL

PROTEÇÃO EXISTENTE \_\_\_\_\_

**CRÔQUIS**

**DADO DE AMBIÊNCIA**

Edificação industrial ocupando toda a quadra, definida pelas ruas Monsenhor Andrade, Flórida e Estrada de Ferro.

Inóvel inventariado, se destaca das edificações próximas devido à sua volumetria e imponência do conjunto.

Sua localização beneficia-se da vizinhança com a estrada de ferro (no caso a antiga São Paulo - Railway) de onde provinham os terminais para depósitos. Constitui exemplar típico da época de definição daquela região da cidade com área industrial, vinculada à implantação das ferrovias.

**DADO ARQUITETÔNICO**

Com iniciativa de Francisco Matarazzo, ficou a cargo de Nicolau Spagnolo o projeto do edifício do moinho. Internamente os andares são definidos por uma estrutura metálica, cujas especificações técnicas procedem de Manchester, Inglaterra, assinadas por Henry Simon e H.A. Jordan.

**DADO HISTÓRICO**

Esta quadra tem sua ocupação industrial definida na passagem do século. Atestando esta afirmação, encontramos documentos no Arquivo Histórico Washington Luiz, que mostram ser de 1899, a construção do prédio do Moinho e dos depósitos suplementares aos então existentes, destinados à guarda de farinha de trigo.

Além das instalações para a moagem de trigo, o moinho comportava uma oficina para consertos, um almoxarifado para sobressalentes e uma oficina para confecção de embalagens em sacos. Devido à ampla aceitação das farinhas Matarazzo no mercado, a atividade do moinho logo exigiu serviços de

expansão. Em 1902, a oficina de consertos era transformada em seção de fabricação no ramo metalúrgico. Em 1904, a seção de sacaria foi transformada em tecelagem. Surgia a Fiação e Tecelagem Mariângela na mesma rua Monsenhor Andrade. Avaliando-se as plantas existentes no Arquivo Municipal do Piqueri, pudemos notar que todo o complexo industrial que se ampliou se deu até a década de 20.

**OBSERVAÇÃO**

Foram efetuadas vistorias no local em Novembro de 1992 e constatamos que a parte interna se encontra em bom estado de conservação, apesar de algumas áreas já terem sofrido alterações. Quanto ao seu uso, este se encontra sub-utilizado.

Fotos tiradas no início do ano 1990

**ATUALIZAÇÃO**

DATA

REALIZADO POR

VERIFICADO POR

O Inventário do bairro da Liberdade, que resultou na publicação do “*Cadernos do IGEPAC-2*”, tem como principal característica a pesquisa sociológica levada a cabo pela relativamente (se considerarmos a situação atual) grande equipe de historiadores e sociólogos que trabalhavam na Divisão de Preservação, naquele período.

Foi feito um extenso levantamento de história oral junto aos moradores da área de pesquisa. Foi também aplicado um teste, numa amostragem relativamente ampla de moradores, à procura da identificação dos lugares de significado afetivo, lugares de referência e identidade, no bairro.

Foram também verificados os tipos de moradia e condições de habitabilidade. Curiosamente não aparecem referências a esses trabalhos no volume publicado, não sabemos se em função do relativo fracasso da pesquisa através da aplicação dos testes quanto à identificação dos lugares de memória ou se pelo fato de que à época da publicação (1986), a equipe (composta por historiadores, sociólogos e estagiários) já se havia dissolvido. Esse inventário, realizado ainda no período pré-Compresp, não resultou em nenhuma ação de preservação efetiva.

Atualmente está sendo feita uma atualização das fichas de alguns trechos, em trabalho conjunto com um curso de Arquitetura, ainda sem resultados concretos.

Outros inventários dentro do IGEPAC foram realizados na seqüência, tentando seguir sua concepção original: bairro a bairro, do centro para a periferia, com caráter sistemático.

Isso, no entanto, não tem sido mantido por razões que serão expostas neste texto. Os inventários realizados na seqüência e o estágio que atingiram estão relatados a seguir:

#### 1985- IGEPAC –Bela Vista

Inventário concluído.

Definição de um perímetro que abrangia grande parte do bairro como de interesse de preservação

Abertura de tombamento pelo CONPRESP em 1990 (res. 11/90); o perímetro foi posteriormente alterado (1993).

O tombamento definitivo deu-se em 2002 (res. 22/02), após uma atualização dos cadastros e elaboração de proposta de regulamentação para a área, incorporando a tendência à verticalização já existente.

Em 1986 foi solicitado, pela então Diretora do DPH, um pré-inventário, de caráter sumário, sobre os bairros de Santa Cecília, Higienópolis e Consolação. Esse levantamento utilizou um tipo de ficha simplificada, com endereço e fotos de bens que foram considerados de interesse e sem os mapeamentos usuais.

Desse levantamento resultou o pedido de tombamento de alguns bens localizados nas proximidades ou na própria Avenida Higienópolis (processo de abertura de tombamento em 1992, res. 42). Alguns desses bens foram posteriormente tombados, outros foram retirados da relação e outros ainda continuam em processo de tombamento.

#### 1987- IGEPAC – Centro Velho

Inventário concluído

Grande parte dos bens dessa área já se encontrava protegida pela antiga Z8-200. Praticamente toda a área está dentro de áreas envoltórias de 300 metros dos bens tombados pelo Condephaat (ex-officio pelo Compresp).

Subsidiou o tombamento do “Vale do Anhangabaú e áreas adjacentes” (res. 37/92).

Em 2001 foi feita uma complementação do inventário Centro Velho, compreendendo as áreas entre a colina histórica e o Parque D. Pedro, na antiga várzea do Tamandateí. Desse levantamento complementar resultou a abertura de tombamento da área chamada “Centro Velho”, em 2001.

#### 1985; 2004- IGEPAC – Barra Funda

Na primeira etapa foram feitas fichas (incompletas). Na segunda etapa uma parte do bairro próxima ao Teatro São Pedro teve seu inventário completado.

#### 1988; 1991- IGEPAC – Centro Novo

Inventário concluído.

Parte dos bens dessa área já se encontravam protegidos pela antiga Z8-200.

Praticamente toda a área está dentro de áreas envoltórias de 300 metros dos bens tombados pelo Condephaat (ex-officio pelo Conpresp). Subsidiou o tombamento do “Vale do Anhangabaú e áreas adjacentes” (res. 37/92).

#### 1990- IGEPAC – Campos Elísios

Inventário concluído, tendo como base o inventário elaborado pelo Condephaat.

Sem solicitação de tombamento.

#### 1990- IGEPAC - Consolação

Inventário concluído.

Sem solicitação de tombamento.

#### 1991 a 93- IGEPAC – Vila Buarque

Inventário concluído.

Sem solicitação de tombamento.

#### 1992- IGEPAC – Ipiranga

Compreendeu um perímetro abrangendo o Museu e o Parque da Independência, área fabril, instituições assistenciais e áreas urbanas adjacentes.

Inventário concluído.

Foram tombados os casarões (2005). Existe processo aberto para as Instituições Assistenciais (1992).

Em 1995 foi realizado um pré-inventário com informações mínimas (listagem, fotos dos imóveis), nos bairros de Vila Mariana e Paraíso.

Foram ainda iniciados alguns inventários que restaram inconclusos ou que tiveram apenas trechos concluídos.

#### 1993; 2001- IGEPAC - Santa Cecília

Na primeira etapa foi feita uma listagem sem os levantamentos de campo usuais e feitas fotos. Na segunda etapa foram feitas fichas e coletadas as plantas junto ao Arquivo Geral. Não tem histórico nem mapeamentos.

#### 1995- IGEPAC – Higienópolis

Mapeamentos, fichamento parcial, fotos de parte dos imóveis, esboço de levantamento dos dados históricos.

### 1997- IGEPAC -- Santa Ifigênia

Tendo como referência o inventário do Condephaat (listagem e mapeamento), esse inventário foi apenas esboçado, com a preparação de material para o trabalho de campo.

### 2000- IGEPAC – Luz/Bom Retiro

Foram feitos os mapeamentos.

### 2002- IGEPAC – Vila Mariana / Setor Domingos de Moraes – Biológico:

Mapeamentos, fotos e histórico. Faltam fichas.

Aberto processo de tombamento para o “Instituto Biológico e áreas adjacentes” (res. 09/04).

Regulamentada a área Envoltória do antigo Matadouro Municipal (res. 02/04).

### 2003- IGEPAC – Vila Mariana / Setor Chácara Klabin:

Mapeamentos, fotos e histórico. Faltam fichas.

Tombada a área da Chácara Klabin (2004).

A irregularidade da produção dos inventários a partir dos meados dos anos 90, a inconclusão de inventários decorrentes do acúmulo de outros trabalhos apontam, possivelmente, para uma dificuldade crescente de conciliação entre a aplicação da metodologia original, a quantidade diminuta de técnicos e a curta disponibilidade de tempo (em função de outras tarefas ligadas ao atendimento ao Conpresp, Ministério Público e outros órgãos que nos procuram).

Um processo de discussão terá que ser iniciado para que o objetivo inicial do inventário seja resgatado (o caráter sistemático). Também o distanciamento que foi ocorrendo entre os objetivos iniciais, que incluíam o levantamento de outros aspectos culturais do bairro. (manifestações culturais, identificação dos lugares de referência, através de entrevistas e pesquisas), e a situação dos últimos tempos em que o contato com a população está restrito apenas às demandas das associações organizadas que nos procuram (demandas direcionadas), precisam ser repensados.

## Inventários temáticos

A existência dos IGEPAC não supre a necessidade dos inventários temáticos com o Inventário de Obras Escultóricas, Inventário de Cemitérios (que foi iniciado nos anos 90, mas não teve continuidade) ou o programado Inventário da Arquitetura neocolonial e que têm acontecido paralelamente ao IGEPAC.

### Inventário de Arquitetura Moderna Paulistana (IAM)

Um desses inventários temáticos é o da Arquitetura Moderna Paulistana (IAM). Esse inventário teve início em 1995 em consequência de uma solicitação do DOCOMOMO Brasil, associação de origem internacional dedicada à documentação e preservação da arquitetura moderna.

Foram feitos vários levantamentos de obras e alguns da produção de arquitetos paulistas ou de arquitetos que trabalharam em São Paulo.

A ficha utilizada foi a ficha oficial do DOCOMOMO Internacional.

## **DOCOMOMO - NR - FICHA MÍNIMA**

### **1. IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO OU CONJUNTO ARQUITETÔNICO**

NOME OFICIAL: PARQUE DO IBIRAPUERA

NOME VARIANTE (nome pelo qual é conhecido): IBIRAPUERA

ENDEREÇO: AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL – Ibirapuera

CIDADE: SÃO PAULO

PAÍS: BRASIL

CEP.

CONSERVAÇÃO/PROTEÇÃO

Tipo: Em processo de tombamento (CONPRESP)

Tombado (CONDEPHAAT).

Data: Abertura de processo de tombamento - CONPRESP- 1.991 (e.)

Tombamento - CONDEPHAAT - 1993 (e)

Órgão responsável: CONPRESP (Proc nº 16-004.739-91 \* 90 . Res. nº 3 20/91)

CONDEPHAAT (PROC. nº 30483/93)

### **2- HISTÓRICO DE EDIFÍCIO**

Responsável pelo empreendimento (quem contratou a obra/proprietário)

Comissão de Festejos do IV Centenário da cidade de São Paulo

Arquiteto/autor do projeto:

OSCAR NIEMEYER, ZENON LOTUFO, HÉLIO UCHÔA E

EDUARDO KNEESE DE MELLO.

Outros profissionais/responsáveis técnicos:

GAUSS ESTELITA E CARLOS LEMOS (COLABORADORES)

JOAQUIM CARDOZO (PROJETO ESTRUTURAL)

### **3. CRONOLOGIA**

(especifique se as datas são exatamente conhecidas ou aproximadas)

contrato do projeto: 1952 (a)

concurso: 1952 (a)

anteprojeto/período de projeto: 1952 (a)

projeto final (aprovação): desconhecido

término da obra: 1º semestre de 1954 (e)

### **4. ESTADO ATUAL DO EDIFÍCIO**

USO ATUAL: Além da área verde, abriga uma grande variedade de equipamentos de recreação infantil, esportivos e culturais, além de Edifícios de uso Administrativo Municipal e Fundação Bienal.

CONDIÇÃO ATUAL: Bom estado de conservação.

### **5. AVALIAÇÃO**

O Parque do Ibirapuera, considerado o mais importante espaço de lazer e cultura do paulistano, possui uma área total de 1.584.000m<sup>2</sup>, que inclui extensa área verde com lago, equipamentos de recreação e esportivos e quatro edifícios interligados por uma imensa marquise de concreto armado.

A concepção do Parque surgiu a partir do projeto comemorativo do IV Centenário da cidade de São Paulo, sendo contratada equipe de renomados arquitetos para elaborar o projeto paisagístico e das edificações. Do plano original, foram construídos o Palácio dos Estados (atual Pavilhão Cicillo Matarazzo), o Palácio das Indústrias (atual Pavilhão Armando Arruda Pereira), o Palácio das Exposições e Artes (atual Museu da Aeronáutica e Folclore), o Palácio da Agricultura (atual Detran - situado fora dos limites do Parque do Ibirapuera) e a marquise.

Com exceção do edifício do Palácio das Exposições, de aparência semelhante a uma calota semi-esférica com grandes orifícios redondos próximos ao solo, servindo de aberturas para o interior, os outros pavilhões situados dentro do Parque apresentam configuração ortogonal, de clara inspiração racionalista. Os palácios das Nações e dos Estados distinguem-se pela solução estrutural adotada, de colunas oblíquas, de ambos os lados dos edifícios.

O conjunto arquitetônico, marcado significativamente pela marquise, a área verde circundante e os outros equipamentos existentes no Parque, definem um espaço único, de concepção urbanística moderna dentro da área central da cidade de São Paulo.

## 6. REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

- HABITAT n°16 (maio/junho 54)  
N°18 (set/out54) – Palácio das Indústrias  
N° 19 (nov/dez 54) – Palácio das Nações  
FICHER, Sylvia. Arquitetura Moderna Brasileira. p18  
BRUAND. Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. p155 – planta, corte  
Bando de Dados da Fundação Oscar Niemeyer.  
PAPADAKI. Stamo. The Work of Oscar Niemeyer. New York: Reinhold, 1950. 22 p.  
(p. 124-53:17.3)  
ARQUITETURA no Parque do Ibirapuera: as obras para exposição do IV Centenário da cidade de São Paulo. Habitat, n°16, p. 20-27, mai/jun 1954. 918.2)  
MUTILADO o conjunto Parque do Ibirapuera. Módulo, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.18-31, mar 1955 (1.2,7,10.3,13.1,18)  
PAPADAKI, Stamo. Oscar Niemeyer. New York: George Braziller, 1960. 127 p. (16)  
FILS, Alexander. Oscar Niemeyer: selbstdarstellung, Kritiken, oeuvre. Munsterschwarzach: Frlich & Kaufmann, 1982. 179p. (p.64:12,17.1)  
PUPPI, Lionello. A Arquitetura de Oscar Niemeyer. Rio de Janeiro: Revan, 1988. 173 p.  
BOTTEY I GOMEZ, Josep Maria. Oscar Niemeyer. Barcelona: Fundación Caixa de Barcelona, 1990. 266 p. (p. 92-3:16)  
AU-45 (dez 92/jan 93) p. 85 (fotos da maquete e texto)  
AU-55 (ago/set 94)

## 7. MATERIAL VISUAL

Identificação (mínimo duas fotos)

DPH, 1995.



## IAM - Produção do Convênio Escolar

Esse trabalho teve continuidade com uma pesquisa sobre a produção do **Convênio Escolar**<sup>5</sup> (no período entre 1948 e 1956), que permitiu conhecer essa produção de mais de 100 edifícios projetados e construídos na cidade de São Paulo pelos arquitetos Hélio Duarte, Eduardo Corona, Roberto Tibau, Robert Mange, Oswaldo Correia Gonçalves e outros, para a Prefeitura Municipal de São Paulo.

A seguir relatamos a metodologia de trabalho e os objetivos desse inventário.

<sup>5</sup> Convênio Escolar: constituiu-se numa parceria entre a Prefeitura, que se comprometia a construir edifícios escolares, e o Estado que, como responsável pelo ensino fundamental naquela época, atuariava as escolas. O Convênio aqui referido é o segundo firmado entre Prefeitura e Estado e foi assinado em 1948.

## Metodologia / objetivos

A metodologia empregada na elaboração do Inventário dos edifícios do Convênio Escolar difere da metodologia tradicional do IGEPAC-SP já que, embora voltada para o objetivo de documentar o patrimônio cultural e ambiental dos bairros ou áreas, está-se, no caso, condicionado a um conhecimento prévio da localização dos edifícios, o que foge à dinâmica usual de primeiro conhecer a área para, só então, chegar ao edifício.

Desta maneira a pesquisa que estruturou o Inventário do Convênio Escolar não estava centrada na evolução e constituição das estruturas urbanas de bairros escolhidos para estudo, mas na localização das unidades construídas pelo Convênio e na lógica de sua implantação urbana, na relação que estabelece com a sua vizinhança e, só então, no estudo dessa vizinhança (bairro ou área).

A possível lógica das implantações desses edifícios, ou seja, a intenção da localização desses equipamentos numa determinada área de um bairro, é uma preocupação constante porque além da lógica espacial estabelecida entre equipamento e bairro, preexistem as evidências de uma intenção no estabelecimento de uma rede de equipamentos educacionais e culturais para a cidade e que, neste caso, tem precedência na análise dos ambientes urbanos.

Os trabalhos iniciais, portanto, foram dirigidos ao conhecimento das publicações sobre o Convênio e sobre as experiências na construção de equipamentos educacionais embasados nas então novas concepções pedagógicas (como a “nova escola” de Dewey), nos anos que antecederam o estabelecimento da experiência paulistana, como as escolas projetadas por Enéas Silva, no Rio de Janeiro, e a proposta educacional inédita da Escola-Parque da Bahia, ambas acontecidas sob a orientação do educador baiano Anísio Teixeira.

A primeira ação foi tentar especializar as construções do Convênio e produzir um Mapa com a localização dos edifícios projetados.

Para isso foram necessárias as pesquisas no Departamento de Edificações da Prefeitura Municipal de São Paulo-EDIF (quais edifícios foram efetivamente construídos durante a vigência do Convênio e seus endereços), pesquisas em CADAN (órgão da Prefeitura que controlava as alterações na nomenclatura das ruas), nas Secretarias Municipais de Cultura e Educação e na Secretaria de Educação do Estado (alterações de nomenclatura e de destinação das escolas).

Foi possível então produzir um mapeamento com razoável grau de fidelidade que mostra como os edifícios do Convênio estão distribuídos na área urbana da Capital.

Esse mapeamento foi a base do trabalho, tanto no que se refere à programação das vistorias, mas principalmente nas reflexões sobre as relações espaciais entre diferentes tipos de equipamentos produzidos pelo Convênio e sobre a lógica espacial no assentamento dessa rede.

Paralelamente, foi programado o estudo dos tipos de plantas encontradas (agrupadas segundo a tipologia funcional) e levantamentos fotográficos dos edifícios (situação atual).

Vistorias para avaliação programadas: o levantamento *in loco* possibilita avaliar o grau de alteração sofrido pelo edifício com relação ao projeto original durante a sua construção e também as adaptações sofridas pelo edifício ao longo de sua vida.

Existe a pretensão de se desenvolver, no futuro, outras reflexões verificando como os equipamentos implantados pelo Convênio se relacionam e se relacionaram com suas áreas de inserção (análise ambiental), sempre utilizando a base cartográfica como referência e integrando assim o Inventário dos Edifícios do Convênio Escolar nos IGEPAC-SP bairro a bairro.

## Outras pesquisas

O trabalho envolveu outras formas de documentação além das referidas; que se fizeram necessárias devido ao caráter desse Inventário.

Um primeiro aspecto diz respeito aos levantamentos de história oral junto aos integrantes da equipe que produziu os projetos arquitetônicos.

Esse trabalho, feito parcialmente, mostrou-se muito rico porque ajuda a redimensionar os reais objetivos iniciais do Convênio, nunca claramente estabelecidos nos escritos (oficiais ou não) do período, e esclarece quanto ao que foi realmente conseguido, dentro das expectativas iniciais dos arquitetos envolvidos.

Também possibilita a compreensão da dinâmica e do processo de trabalho a que estiveram submetidos os integrantes da equipe da Comissão de Planejamento do Convênio Escolar, incluindo as condições físicas das instalações oferecidas à equipe.

Através dessas entrevistas também torna-se possível a recuperação das autorias dos projetos, já que em sua maioria os desenhos não estão assinados e as informações das revistas de arquitetura da época, uma das fontes de pesquisa, muitas vezes trazem informações contraditórias no que se refere à autoria.

## Situação dos originais

A verificação da situação dos originais armazenados nos arquivos de EDIF levou-nos à conclusão da necessidade absoluta de criar formas de preservação desses desenhos e de criar novos suportes que possibilitassem a consulta a esse importante acervo.

A forma de armazenamento do acervo documental nessa unidade da Prefeitura obedece ainda a antigos padrões que contribuem para a deterioração do material arquivado por ressecamento e problemas de acidez: a sala do Arquivo não é climatizada, não existe controle de iluminação e umidade relativa do ar. Os desenhos, em sua maioria sobre papel vegetal, estão enrolados junto com outros materiais (ozalides, cópias heliográficas) em grupos de 10, 15 desenhos por rolo<sup>6</sup>.

O pouco manuseio desse material contribui para a acumulação de pó que, junto ao ressecamento pelas condições ambientais que torna o papel quebradiço, dificultam drasticamente o manuseio necessário à pesquisa.

---

<sup>6</sup> No caso, a referência diz respeito a um Setor dos arquivos de Edif que é uma espécie de arquivo morto: como a administração desses edifícios escolares pertencentes à Municipalidade encontra-se, até hoje, sob a responsabilidade do Estado, não existem ações de Edif de intervenção nos mesmos, ficando isso como responsabilidade do Estado.

Além disso, os desenhos estão em processo de desbotamento e as pranchas em processo de manchamento.

Diante desse quadro concluiu-se pela absoluta necessidade de se proceder à reprodução dos originais porque o suporte dos desenhos (papel vegetal) não tem previsão de ser restaurado, existindo a chance de se retardar o processo de degradação com a melhoria das condições ambientais e formas de armazenamento.

A reprodução (foi adotado o processo de microfilmagem) dos desenhos possibilita a consulta e a guarda do que foi documentado. A técnica de microfilmagem tem a vantagem de guardar as formas de representação gráfica da época e permite distinguir o traço do arquiteto autor dos desenhos. Em muitas pranchas existem croquis explicativos, traçados pelos arquitetos autores dos projetos que enriquecem muito a compreensão das intenções do autor.

O trabalho de reprodução dos originais foi a principal atividade da equipe da Divisão de Preservação, pela sua urgência, até a paralisação do trabalho, decorrente de inúmeras dificuldades .

Esse inventário encontra-se interrompido desde o ano de 2001, sem previsão de tempo para a sua retomada.

Foram reproduzidos todos os originais encontrados; vistoriados e fotografados cerca de 20 edifícios; entrevistados 3 dos arquitetos da equipe até então vivos; produzidos textos decorrentes da pesquisa e apresentadas 3 comunicações em Seminários .

## Referências Bibliográficas

ABREU, Regina; Chagas, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

C.J. ARQUITETURA, Rio de Janeiro: FC, Ano 5, n. 19, 1978.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Cadernos do IGEPAC-SP 1: Aspectos metodológicos**. Departamento do Patrimônio Histórico, 1986.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Cadernos do IGEPAC-SP 2: Liberdade**. Departamento do Patrimônio Histórico, 1987.

Trabalhos técnicos não publicados

IGEPAC. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico; Divisão de Preservação; Seção Técnica de Crítica e Tombamento. (Vários volumes - exemplares datilografados).

INVENTÁRIOS. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico; Divisão de Preservação.

#### COMISSÃO EDITORIAL

Elaine C. Mesquita, Eduardo Alberto Cusce Nobre, Ligia Paula Silber, Liliane Schrank Lehmann e Eudes Campos.

#### PROJETO EDITORIAL

Liliane Schrank Lehmann, Ligia Paula Silber e Paula Janovitch.

O projeto desta publicação teve início em 2004 quando o arquiteto Fernando José Martinelli dirigia o DPH.

#### REVISÃO

Myrthes Mitue Samoto, Fátima Colacite Pessoa de Oliveira, Sílvia Maria Galdino Bezerra Lima e Wagner Padovani.

#### PROJETO GRÁFICO

Seção Técnica de Divulgação e Publicações - DPH

*Coordenação:* Paula Janovitch

*Arte e Diagramação:* Alexandre Cyro Pereira